

ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

SERVIDORIAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

## DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA

DOD nº 062/2025 – DAAC/CMI

Pelo presente instrumento, encaminhe-se à consideração do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Imperatriz/MA o Documento de Oficialização de Demanda – DOD para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais, conforme abaixo especificado:

UNIDADE REQUISITANTE:	Departamento Administrativo e Atividades Complementares	
RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA:	Danyelle Walkiria Flor da Conceição	PORTARIA/NOM/PR 001/2025

## 1. Identificação da Demanda

## 1.1. Objeto:

- ☐ Aquisição de materiais de consumo;
- ☐ Aquisição de materiais permanente ou equipamento;
- ☐ Prestação de serviços não continuado;
- ☒ Prestação de serviços continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra;
- ☐ Prestação de serviços continuado com dedicação exclusiva de mão de obra;
- ☐ Prestação de serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual;
- ☐ Prestação de serviços de engenharia

1.2. O presente documento manifesta a necessidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo



03  
90/2025

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais para a Câmara Municipal de Imperatriz - MA.

**1.3. O objeto deverá ser executado da seguinte forma:**

- 1.3.1.** A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, segundo as necessidades da administração no momento da expedição da respectiva “Ordem de Serviço”.
- 1.3.2.** O prazo de vigência da contratação é de doze meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos ante a essencialidade dos serviços, observado o disposto nos arts 106 e 107, da Lei nº 14.133/21.

**2. Justificativa da necessidade e essencialidade da contratação**

**2.1.** A presente solicitação se justifica considerando a necessidade de preservar o interesse público no deslocamento de vereadores, assessores parlamentares e demais servidores a outros municípios a fim de participar de visitas institucionais, reuniões com Chefes e servidores dos demais poderes do Estado e União em busca de recursos para o município, participação em congressos, palestras, cursos treinamentos junto a órgãos de fiscalização e controle, bem como eventual e necessário deslocamento de autoridades, palestrantes ou seminaristas ao município de Imperatriz – MA para a prestação de serviços à esta casa legislativa, dentre outras missões institucionais, restando caracterizada e evidenciada a essencialidade dos serviços.

**2.2.** Com efeito, é de sabedoria corrente que o objeto cuja contratação é pretendida visa possibilitar que o deslocamento seja realizado por meio do serviço de transporte rodoviário de passageiros uma vez que, a depender do trecho, se faz necessário conjugar critérios de segurança, rapidez e conforto, atribuindo a cada situação a solução que implique em melhor custo-benefício para o atendimento eficiente da demanda da administração pública.

**2.3.** Para tanto, faz-se necessário garantir a prestação dos serviços de agenciamento de viagens por meio da contratação de empresa especializada, visando agilizar os procedimentos para a sua execução de acordo com as regras de mercado atualmente praticadas entre as Agências de Viagens

**2.3** Os serviços constam da listagem do Plano de Contratações Anual da Câmara Municipal de Imperatriz/MA no exercício de 2025



04  
2019095

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

**3. Quantidade do Fornecimento**

3.1 Para atender a demanda pelo período anual se estima o consumo, conforme as quantidades estabelecidas na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1	Prestação de serviços de reserva, seguro, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.	1.000

3.2. Estimou-se a quantidade dos itens a serem contratados com base em solicitações realizadas pelos Gabinetes Parlamentares e demais Setores Administrativos que eventualmente necessitam deslocar-se a outros municípios. No entanto, esta poderá ser realinhada conforme conclusões obtidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

**4. Previsão de Data em que Deve Iniciar a Prestação do Serviço ou o Fornecimento do Objeto**

4.1 O início do fornecimento está previsto a partir do mês de Dezembro de 2025.

4.2 A data prevista poderá sofrer alterações considerando a dinâmica administrativa e os trâmites para a consecução da licitação.

4.3 O futuro contratado deverá iniciar o fornecimento no prazo indicado na Ordem de Serviço.

**5. Indicação do Servidor ou Equipe que irá elaborar o Estudo Técnico Preliminar**

IDENTIFICAÇÃO DO INTEGRANTE	
NOME DO SERVIDOR	Deivon de Aguiar Santos
MATRÍCULA	PORTARIA/GRAT/PR nº 001/2025
LOTAÇÃO	Departamento Administrativo e Atividades Complementares

5.1 O servidor acima foi identificado da atribuição constante neste item conforme assinatura a seguir





05  
90/2025

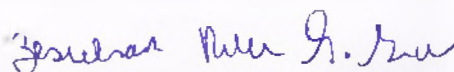
ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Deivon de Aguiar Santos  
Assessor do Departamento Administrativo  
Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar  
PORTARIA GRAT/PR nº 001/2025

6. Indicação do Servidor ou Comissão que irá Atuar na Fiscalização da Contratação

IDENTIFICAÇÃO DO INTEGRANTE	
NOME DO SERVIDOR	Zesielson Ribeiro Sérgio Silva
MATRICULA	PORTARIA /DIV/PR Nº 037/2025
LOTAÇÃO	Chefe de Gabinete da Presidência

6.1. O servidor acima foi designado da atribuição constante neste item conforme assinatura a seguir:

  
Zesielson Ribeiro Sérgio Silva  
Fiscal do Contrato  
PORTARIA/DIV/PR nº 037/2025


7. Responsabilidade pela Formalização da Demanda e Conteúdo do Documento

7.1 Certifico que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos no presente documento, e que este traz os conteúdos previstos na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, conforme modelo constante no Anexo II daquela IN.

7.2 Ademais, atesto ser verdade as informações descritas neste instrumento.

7.3. Diante do exposto, submeto-lhe o presente Documento de Formalização de Demanda para apreciação e aprovação para que, por fim, se dê os demais encaminhamentos pertinentes. Vindo a aprová-lo, queira encaminhá-lo para autoridade competente.

Imperatriz/MA, 13 de outubro de 2025.

  
Danyelle Walkiria Flor da Conceição  
Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares  
Portaria nº 001/2025





06  
9012025

ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**Autoridade Superior:**

Declaro que estou ciente da demanda e autorizo o prosseguimento do feito.	Declaro que estou ciente da demanda. No entanto, não autorizo o prosseguimento do feito, pelas razões em anexo.
Data: 13/10/25	Data: ____/____/____
Assinatura: Adhemar FTS	Assinatura: _____



07  
90/2025

ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**ETP nº 032/2025 – DAAC/CMI**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que melhor atenderá à necessidade descrita abaixo. O objetivo principal é identificar a necessidade e verificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Este documento visa auxiliar o Departamento Administrativo e Atividades Complementares no planejamento da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.

Ademais, como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, este instrumento tem por finalidade caracterizar o interesse público envolvido, identificar a melhor solução dentre as possíveis, e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 062/2025 – DAAC/CMI, Processo Administrativo nº 090/2025, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo Termo de Referência ou Projeto Básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- 1.1. Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.
- 1.2. Modalidade de licitação a ser adotada:** Pregão, na forma eletrônica.
- 1.3. Critério de julgamento:** Menor Preço.
- 1.4. Critério de adjudicação:** Global.
- 1.5. Registro de preços:** Sim.



08  
90/2023

ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**2. JUSTIFICATIVAS**

**2.1. Para a contratação:**

2.1.1. A contratação se justifica considerando a necessidade de preservar o interesse público no deslocamento de vereadores, assessores parlamentares e demais servidores a outros municípios a fim de participar de visitas institucionais, reuniões com Chefes e servidores dos demais poderes do Estado e União em busca de recursos para o município, participação em congressos, palestras, cursos, treinamentos junto a órgãos de fiscalização e controle, bem como eventual e necessário deslocamento de autoridades, palestrantes ou seminaristas ao município de Imperatriz – MA para a prestação de serviços à esta casa legislativa, dentre outras missões institucionais, restando caracterizada e evidenciada a essencialidade dos serviços.

2.1.2. Com efeito, é de sabedoria corrente que o objeto cuja contratação é pretendida visa possibilitar que o deslocamento seja realizado por meio do serviço de transporte rodoviário de passageiros uma vez que, a depender do trecho a ser percorrido, se faz necessário conjugar critérios de segurança, rapidez e conforto, atribuindo a cada situação a solução que implique em melhor custo-benefício para o atendimento eficiente da demanda da administração pública.

**2.1. Para a adoção do Sistema de Registro de Preços:**

2.2.1 A opção pelo Sistema de Registro de Preços - SRP para a presente licitação tem como um de seus objetivos principais o princípio da Economicidade, pois, diferentemente da licitação convencional, não há o compromisso assumido de contratação, nem mesmo de utilização dos quantitativos totais estimados. O SRP constitui um importante instrumento de gestão, onde as demandas são incertas, frequentes ou de difícil mensuração.

2.2.2 Em consonância com o Resolução nº 001/2024 e o Decreto Federal nº 11.462/2023 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 78, IV da Lei nº 14.133/21, verifica-se a viabilidade de realização de licitação sob o regime de Registro de Preços por prazo fixo e determinado para os bens e serviços comuns que se pretende adquirir.





09  
9012085

ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

2.2.3 Em síntese, as vantagens do SRP são as seguintes: otimização dos processos de compras, maior flexibilidade em contratações, expectativa de crédito orçamentário futuro, eliminação de casos de fracionamento de despesas, permite a compra do quantitativo exato e necessário para atender às necessidades da Administração, reduzindo assim o desperdício de serviços e materiais em estoques desnecessários, atendendo às necessidades da Administração na quantidade certa e no momento exato, além de permitir maior agilidade nas contratações, coadunando com o objetivo da pretensa contratação.

**2.3. Previsão no Plano de Contratações Anual:**

A contratação dos serviços não fora prevista no Plano Anual de Contratações. Todavia, dada a flexibilidade do documento retrocitado, o qual pode eventualmente não contemplar todos os serviços necessários à administração - mormente em decorrência de fato superveniente à elaboração do PCA, ocorrido durante o exercício financeiro em curso, como o caso em tela em que a atual gestão detectou a necessidade de deslocamentos de vereadores e servidores nos moldes da justificativa constante no item 2 deste ETP – não há impedimento ao prosseguimento do processo de contratação do objeto.

Nesse sentido trazemos à baila o Enunciado nº 38/2023 do Conselho da Justiça Federal, vide:

**“Enunciado 38. Permite-se, excepcionalmente, a realização de contratação que não conste no Plano de Contratações Anual (PCA), desde que devidamente justificada e enquadrada em uma das hipóteses: a) demanda superveniente: que não existia no momento da elaboração do PCA; b) demanda não prevista: que já existia no momento da elaboração do PCA, mas que permaneceu parcial ou totalmente oculta ao gestor responsável por sua elaboração. Em ambos os casos, a continuidade da contratação fica condicionada à aprovação da autoridade competente com as justificativas apresentadas, além da demonstração de alinhamento com a estratégia e da existência de lastro orçamentário. Caberá, ainda, a inclusão do bem, serviço ou obra no PCA vigente para fins de monitoramento dos indicadores de desempenho.”**





10  
90/2025

ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**3.1. Sugere-se como requisitos da contratação:**

- 3.1.1. Os serviços objeto desta licitação têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que os seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio do descritivo no termo de referência, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.1.2. A aquisição deve ocorrer nas quantidades e de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência.
- 3.1.3. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.1.4. Para a execução do objeto pretendido os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos previstos no Edital, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.1.5. Em cumprimento ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, os itens em que o valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II, do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

**3.2. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:**

- 3.2.1. A habilitação dos interessados deverá compreender a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e trabalhista, à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas federal e municipal, além do cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal. Esses requisitos estão previstos nos artigos 62 e 63 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2.2. A Qualificação Técnica dos licitantes deverá ser comprovada através de:
  - 3.2.2.1. No mínimo, 1 (um) Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu ou está fornecendo produtos compatíveis com o objeto desta licitação, em pelo menos 30% do



11  
9012095

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

quantitativo. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

- 3.2.2.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato.
- 3.2.2.3. Declaração emitida pelas concessionárias de que está autorizada a representá-las na comercialização de passagens, possuindo idoneidade creditícia e que se encontra adimplente com suas obrigações contratuais e financeiras perante essas companhias.
- 3.2.2.4. Comprovante de registro no Ministério do Turismo (CADASTUR) como “agência de turismo” ou “agência de viagens”, com a apresentação de certificado para o seu regular funcionamento, dentro do prazo de validade, consoante o artigo 22 da Lei 11.771/2008 e Decreto Federal nº 7.381, de 02.12.2010.

**3.3. Do regime de execução**

- 3.3.1. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, nos termos do artigo 6º, inciso XXVIII da Lei nº 14.133/2021.
- 3.3.2. Na empreitada por preço unitário (art. 6º, XXVIII, Lei nº 14.133, de 2021), o valor é fixado por preço certo de unidades determinadas e os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos (TCU. Acórdão 1978, de 2013-Plenário, TC 007.109, de 2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).
- 3.3.3. Na empreitada por preço global, cada parte assume, em tese, o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Esse regime pressupõe um adequado nível de precisão das especificações e quantitativos do serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna (art. 6º, XXIX, Lei nº 14.133, de 2021), para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual (TCU. Acórdão 1978, de 2013-Plenário, TC 007.109, de 2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).

3.3.4. No caso concreto analisado neste Estudo, a escolha do regime de execução "Empreitada por Preço Unitário" se deve aos seguintes fatores:

- a) O estudo aponta para a escolha de uma modalidade flexível que remunera apenas os serviços efetivamente executadas, ou seja, os custos serão mensurados por serviço adquirido e demandado pela fiscalização do contrato. Este modelo permite a redução dos custos inerentes ao processo de compra e tem demonstrado eficácia para o processo de pagamento e controle.
- b) Embora tenha sido realizada uma estimativa da quantidade de serviços a serem contratados, não se conhece previamente, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais e os momentos em que serão executados. Nesse sentido, o valor a ser pago será calculado a partir da efetiva contratação, previamente definido para cada tipo de produto;

#### **4. DO PROCEDIMENTO PARA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

As quantidades a serem contratadas inicialmente foram estimadas levando-se em consideração as solicitações dos setores requisitantes da Câmara Municipal de Imperatriz, tendo em vista que cada um deles define quais são suas necessidades, sendo feita a licitação de modo a possibilitar uma economia de escala, conforme o inciso IV do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/21.

#### **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

As soluções de mercado disponíveis apresentadas neste item e que atendam aos requisitos da contratação foram pesquisadas considerando o parâmetro IV do artigo 5º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021 e suas alterações.





13  
9014095

ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**5.1. Análise das soluções:**

**5.1.1.** Consultando-se os modelos utilizados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, bem como as práticas atuais do mercado privado para execução dos serviços em questão, identificou-se as seguintes soluções para atendimento da necessidade a que se refere o presente estudo.

**5.1.1.1. Solução** – A contratação do objeto soluciona de maneira adequada e viável os requisitos levantados nos itens relacionados. A Câmara Municipal de Imperatriz, por seus vereadores, assessores e servidores por vezes necessitam deslocar-se a outros municípios a fim de participar de reuniões com os Chefes de outros poderes da União e Estado em busca de benefícios de ordem econômica e estrutural para o município de Imperatriz – MA, congressos, palestras e outros eventos de interesse do Poder Legislativo Municipal, bem como propiciar o deslocamento de autoridades, palestrantes e técnicos para a cidade de Imperatriz – MA a fim de ministrar cursos e treinamentos aos servidores desta Casa de Leis.

**5.1.1.2.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.

- a) É o modelo mais adotado por instituições públicas e privadas para o atendimento das necessidades de deslocamento de servidores entre municípios. Nesse modelo, a contratada é responsável pelo fornecimento e garantia do objeto, em conformidade com as normas legais e necessidades desta casa de leis.

**5.1.2.** O levantamento apontado tomou como base os parâmetros legais estabelecidos no inciso V do §1º da Lei nº 14.133/2021, bem como no artigo 9º, inciso III da IN nº 58/2022.

**5.1.3.** Apesar do modelo de contratação de taxa de repasse a terceiro com percentual de desconto ser inicialmente vantajoso para administração, tal modelo aumenta o risco da inexecução do contrato devido à variação da margem de rentabilidade da empresa conforme fluxo do mercado, bem como dificulta a gestão do contrato em relação à conferência financeira das faturas tendo em vista a necessidade de calcular o custo do



14  
90/2025  
Proc.

ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

bilhete, acrescentar taxa e reduzir o percentual de desconto em cada emissão. O modelo de contratação RAV (remuneração de agente de viagem), atualmente utilizado por vários órgãos da administração, permanece sendo a forma mais adequada ao perfil desta Casa de Leis, pois se trata de contratação de taxa fixa por bilhete emitido, de fácil gestão e controle financeiro, mormente considerando o reduzido quadro de servidores do Poder Legislativo Municipal.

5.2. Identificação das soluções:

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (OU CENÁRIO)	
1	Abertura de processo licitatório para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.

5.3. Análise comparativa das soluções:

REQUISITO	SOLUÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de <i>software</i> ).	Solução 1			X
A Solução é composta por <i>software</i> livre ou <i>software</i> público? (quando se tratar de <i>software</i> ).	Solução 1			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas	Solução 1			X



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG? (quando se tratar de <i>software</i> ).				
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital).	Solução 1			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos).	Solução			X
Haverá a necessidade de capacitação de servidores para a execução da contratação?	Solução		X	
Haverá a necessidade de adequação do espaço físico da instituição para execução da solução?	Solução		X	
Haverá necessidade de aquisição de bens pela instituição para execução da solução?	Solução		X	

**5.4. Pesquisa de mercado:**

As soluções de mercado disponíveis apresentadas neste item e que atendam aos requisitos da contratação foram pesquisadas considerando o parâmetro IV do artigo 5º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021 e suas alterações.



16  
901/2025

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

**5.4.1. Análise das soluções:**

- 5.4.1.1. Consultando-se os modelos utilizados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, bem como as práticas atuais do mercado privado para execução dos serviços em questão, identificou-se as seguintes soluções para atendimento da necessidade a que se refere o presente estudo.
- 5.4.1.2. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.
- 5.4.1.3. É o modelo mais adotado por instituições públicas e privadas na contratação de serviços de agenciamento de viagens, posto tratar-se de serviço comum cuja execução não implica em elevado grau de complexidade.

Vantagens	Desvantagens	Riscos
• Transferência de riscos de atividade a terceiros;	• Maior vulnerabilidade ao comportamento do mercado.	• Não se aplica.

**5.5. Soluções identificadas como inviáveis:**

Não houve soluções consideradas inviáveis.

**5.6. Análise comparativa de custos:**

Solução – A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais apresentou as seguintes pesquisas de mercado, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	P. UNT.
1	Prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão,	0,27



17  
901/0025

ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

	reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.	
--	--	--

**Pesquisa:** O valor obtido na pesquisa é proveniente de consulta realizada junto ao Banco de Preços, o qual trouxe à baila em média três contratos firmados por item, perfazendo os valores unitários conforme a coluna P. UNT da tabela supra.

**Conclusão:** O valor total estimado para a contratação, considerando o preço médio final, totaliza **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, conforme planilha final abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	A QTD PASSAGEM	B RS VALOR TARIFA	C A X B	D VALOR ESTIMADO DAS PASSAGENS	E C + D VALOR TOTAL
1	CATSER: 3719 Prestação de serviços de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.	1000	0,27	270,00	199.730,00	200.000,00

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A contratação do objeto do presente processo é fundamental para que a Câmara Municipal promova o deslocamento de vereadores, assessores parlamentares e demais servidores a outros municípios a fim de participar de visitas institucionais, reuniões com Chefes e servidores dos demais poderes do Estado e União em busca de recursos para o município, participação em congressos, palestras, cursos, treinamentos junto a órgãos de fiscalização e controle, bem como eventual e necessário deslocamento de autoridades, palestrantes ou seminaristas ao município de Imperatriz – MA para a prestação de serviços à esta casa legislativa.

6.2. Considerando a possibilidade de contratação, após a análise das vantagens e desvantagens, a solução indicada pela Equipe de Planejamento da Contratação é que seja feita a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, mediante registro de preços, do tipo MENOR PREÇO.





18  
90/9035

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

6.3. Os serviços a serem executados enquadram-se na classificação de serviços comuns, justificando assim a utilização do Pregão Eletrônico.

6.4. A escolha pelo registro de preços se deve à possibilidade de promover a execução do objeto de forma parcelada, facilitando a logística de controle empregado pela Administração Pública.

6.4.1. Diante do exposto no item anterior, recomenda-se que seja adotado o SRP para o presente certamente licitatório, com fundamento no artigo 3º do Decreto 11.462/2023.

6.5. Considerando as particularidades relativas à Câmara Municipal de Imperatriz/MA não será permitida a participação do qualquer outro Órgão da Administração Pública no Pregão, bem como não será concedida a Adesão (carona) à ata de registro de preços.

**7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO/AGRUPAMENTO DE ITENS**

7.1. Considerando que os serviços são interligados, o parcelamento não se aplica na presente demanda em virtude da inviabilidade de contratação de empresas distintas para a prestação destes serviços.

7.2. Uma eventual divisão no presente processo submeteria a Administração ao risco de mercado, na medida em que empresas diferentes, ainda que do mesmo ramo de atividade, possuem diferenciações econômico-financeiras, estruturais e de logística, dentre outras, resultando, ao cabo, em capacidades distintas de prestação de serviço, dificultando o controle e expondo a execução do contrato a possíveis níveis de serviço aquém dos critérios a serem estabelecidos no Edital.

7.3. Portanto, a contratação de uma solução unificada, por lote único, funciona como medida mitigadora de riscos, busca dar máxima eficiência às aquisições pretendidas e ainda racionaliza a gestão e a fiscalização do contrato sob a perspectiva do emprego de recursos humanos e do controle.

**8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS OBTIDOS**

8.1. Com a adoção da solução escolhida será possível:

8.1.1. A contratação de uma empresa regulamentada e com conhecimentos técnicos para executar a prestação de serviço continuado de agenciamento de viagens e serviços



19  
90/2005

ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.

- 8.1.2. A contratação será através de taxa de agenciamento a custo fixo (RAV - remuneração de agente de viagem), sem risco de variação do mercado.

**9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

- 9.1. Para melhor execução do serviço contratado é necessário que a instituição faça um cronograma de execução do objeto considerando tanto a média mensal utilizada quanto as ações cotidianas e esporádicas a serem promovidas por vereadores e servidores, que dependam do deslocamento a outros municípios.

**10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 10.1. O valor estimado para a contratação da solução é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	A QTD PASSAGEM	B R\$ VALOR TARIFA	C A X B	D VALOR ESTIMADO DAS PASSAGENS	E C + D VALOR TOTAL
1	CATSER: 3719 Prestação de serviços de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.	1000	0,27	270,00	199.730,00	200.000,00

**11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

- 11.1. Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

**12. IMPACTOS AMBIENTAIS**

Não se aplica



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

A viabilidade da contratação se justifica, pois ao longo do estudo verificou-se que a solução proposta no item 1 se mostra mais adequada, econômica e eficiente para o atendimento da necessidade apresentada.

☒

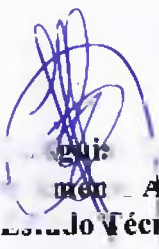
Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

☐

Esta equipe de planejamento declara **inviável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

**13.1. Aprovação e assinatura:**

Em vista das informações apresentadas neste documento e considerando que foram cumpridos todos os requisitos para sua elaboração, estão de acordo com as soluções os agentes públicos signatários.

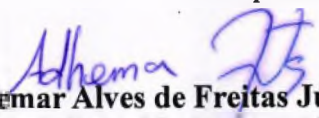
  
Deivon Aguiar Santos  
Assessor do Departamento Administrativo  
Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar  
PORTARIA/GRAT/PR nº 001/2025

Imperatriz - MA, 16 de outubro de 2025

Aprovação da Autoridade Competente:

Considerando a declaração de viabilidade de contratação dos setores técnicos,  
APROVO o Estudo Técnico Preliminar, na forma da Lei.

Imperatriz-MA, 23 de 10 25.

  
Adhemar Alves de Freitas Júnior  
Presidente da Câmara Municipal





21  
9014095

ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ANEXO I

MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE

- (X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor  
(X) Gestão do Contrato

ANÁLISE DE RISCOS

RISCO 01: Elaboração dos documentos da etapa preparatória com especificações técnicas inadequadas			
Probabilidade:	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	(x) Alta
ID	Dano		
1.	Impugnação do edital; atraso no processo licitatório; anulação da licitação; prejuízo financeiro e danos à imagem do órgão		
ID	Ação Preventiva	Responsável	Período
1.	Revisão do edital por equipe multidisciplinar; utilização de modelos de editais atualizados; consulta aos órgãos de controle; treinamento da equipe responsável pela elaboração do edital	Equipe de planejamento	Fase preparatória
ID	Ação de Contingência	Responsável	Período
1.	Correção imediata do edital, se possível; suspensão do processo licitatório para revisão do	Agente de Contratação	Fase preparatória ou imediato à



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

	editais; divulgação de comunicado esclarecendo as correções		identificação da falha
<b>RISCO 02: Impugnação do edital por licitantes</b>			
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
<b>ID</b>	<b>Dano</b>		
1.	Atraso no processo licitatório; necessidade de revisão do edital; aumento dos custos do processo		
<b>ID</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	<b>Período</b>
1.	Elaboração de edital claro e objetivo; divulgação do edital com antecedência; disponibilização de canal para esclarecimentos de dúvidas	Equipe de planejamento/ Agente de Contratação	Fase preparatória/ Seleção do Fornecedor
<b>ID</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	<b>Período</b>
1.	Análise criteriosa da impugnação; decisão fundamentada sobre a impugnação; divulgação da decisão aos licitantes.	Agente de Contratação	Seleção do Fornecedor
<b>RISCO 03: Desistência dos licitantes após a fase de habilitação</b>			
<b>Probabilidade:</b>	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
<b>ID</b>	<b>Dano</b>		
1.	Atraso no processo licitatório; necessidade de contratação de remanescente; possibilidade de reabertura da licitação		







ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

25  
90/2025

ID	Ação Preventiva	Responsável	Período
1.	Análise criteriosa da documentação de habilitação; verificação da capacidade técnica e financeira dos licitantes.	Agente de Contratação	Seleção do Fornecedor
ID	Ação de Contingência	Responsável	Período
1.	Convocação do próximo licitante classificado; reabertura da licitação, se necessário	Agente de Contratação	Seleção do Fornecedor
<b>RISCO 04: Não cumprimento do contrato pelo fornecedor vencedor</b>			
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa	( ) Média	(x) Alta
ID	Dano		
1.	Prejuízo financeiro; Danos à imagem do órgão; Necessidade de nova licitação		
ID	Ação Preventiva	Responsável	Período
1.	Análise criteriosa das propostas dos licitantes; verificação da capacidade técnica e financeira dos licitantes; elaboração de contrato detalhado e com cláusulas claras; acompanhamento da execução do contrato.	Gestor do Contrato	Execução contratual
ID	Ação de Contingência	Responsável	Período
1.	Aplicação de penalidades previstas em contrato; rescisão do contrato, se	Gestor do Contrato	Execução contratual






ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

	necessário; abertura de nova licitação;		
<b>RISCO 05: Fornecimento de equipamentos de baixa qualidade</b>			
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa	( ) Média	(x) Alta
<b>ID</b>	<b>Dano</b>		
1.	Diminuição da vida útil dos equipamentos; aumento da frequência de manutenções; aumento do consumo de energia; aumento da poluição		
<b>ID</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	<b>Período</b>
1.	Especificação no edital das especificações detalhadas dos equipamentos para licitar, a fim de evitar equipamentos de baixa qualidade;	Equipe de planejamento/ Gestor de Contrato/ Fiscal do Contrato	Fase preparatória/ Execução contratual
<b>ID</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	<b>Período</b>
1.	Notificação da empresa para a substituição dos equipamentos; aplicação de multas contratuais; rescisão do contrato.	Gestor do Contrato	Execução contratual

Imperatriz - MA, 16 de outubro de 2025

  
**Deivon de Aguiar Santos**  
Assessor do Departamento Administrativo  
Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar  
PORTARIA/GRAT/PR nº 001/2025



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

25  
40/2025

**ANEXO II**  
**PESQUISA DE PREÇOS**



Relatório de Cotação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS E SERVIÇOS CORRELATOS COMPREENDENDO

Pesquisa realizada entre 13/10/2025 10:23:14 e 13/10/2025 10:30:43

Relatório gerado no dia 13/10/2025 10:34:11 (IP: 2804a2811412f00b149819418b5ce61)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de julho de 2017, a metodologia de avaliação de bens materiais deve ser aplicada para a definição do valor estimado.

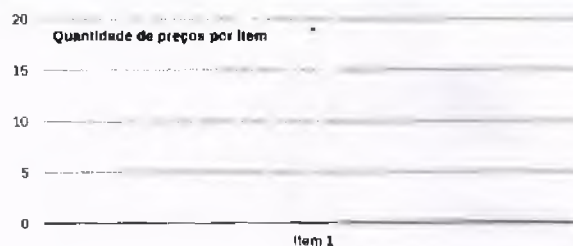
**Item 1: Prestação de serviços de agenciamento de viagens**

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
19 / 214	1.000	R\$ 0,27 (un)	-	R\$ 0,27	100%	R\$ 270,00
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação	Preço
1	SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA			Dispensa de Licitação Nº 60/2025 UASG 929448	11/09/2025	R\$ 0,01
2	ESTADO DE GOIAS / 927029 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO			01409580000138-1-002035/2025	27/08/2025	R\$ 0,01
3	MINISTÉRIO DA DEFESA   Comando do Exército   Comando Militar da Amazônia   8ª Região Militar   COMANDO 22ª BDA INF SI			NºPregão:900262025 UASG 160026	15/08/2025	R\$ 0,01
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS / 158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL			11234780000150-1-000029/2025	14/08/2025	R\$ 0,74
5	10.784.782/0001-50 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO   Secretaria Executiva   Subsecretaria de Planejamento e Orçamento   INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO   INSTITUTO FED. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA/CAMPUS GUARANTÃ DO NORTE			Dispensa de Licitação Nº 90001/2025 UASG 155708	13/08/2025	R\$ 0,01
6	MUNICIPIO DE LAGARTO / 13124052000111 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO			13124052000111-1-000069/2025	07/08/2025	R\$ 0,01
7	03.239.076/0001-62 - MUNICIPIO DE SORRISO / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - MT			03239076000162-1-000148/2025	25/07/2025	R\$ 1,00
8	16.256.893/0001-70 - BARREIRAS CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES / 010101 - CAMARA MUNICIPAL DE BARREIRAS			16256893000170-1-000041/2025	30/06/2025	R\$ 0,01
9	MINISTÉRIO DA DEFESA   Comando do Exército   Comando Militar do Nordeste   7ª Região Militar/7ª Divisão de Exército   BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE NATAL			NºPregão:900062025 UASG 160342	27/06/2025	R\$ 0,01
10	76.693.886/0001-68 - Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná			NºPregão:900042025 UASG:389454	13/06/2025	R\$ 0,99
11	04.632.212/0001-42 - MUNICIPIO DE PRESIDENTE MEDICI / 36 - MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MEDICI/RO			04632212000142-1-000048/2025	27/05/2025	R\$ 0,01
12	08.883.951/0001-68 - MUNICIPIO DE TEIXEIRA / 1 - Prefeitura Municipal de Teixeira			08883951000168-1-000040/2025	16/05/2025	R\$ 0,01
13	17.481.268/0001-95 - CONSELHO REGIONAL DOS CORRETORES DE IMOVEIS 4 REGIAO / 928094 - CONS.REG.DE CORRET. DE IMÓVEIS - 4ª REG.MG			17481268000195-1-000017/2025	14/05/2025	R\$ 0,01





42  
S.001 T  
Ryans





CNPJ Razão Social do Fornecedor Valor da Proposta Final

60.706.162/0001-18 60.706.162 CAMILA CRISTINA CRUZ ALVES R\$ 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:

52.620.268/0001-20 52.620.268 ANTONIA PAULINA DA SILVA R\$ 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:



18.031.182/0001-23 GLAUCIA CRISTINA MELO DE MORAES R\$ 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:

58.602.057/0001-40 58.602.057 ELKER LIMA CORREIA LEITE Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: BA R\$ 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:

15.329.965/0001-08 PERSONALITE TRAVEL TURISMO E EVENTOS LTDA R\$ 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:

61.878.795/0001-20 ULTIMA CHAMADA PARA EMBARQUE LTDA R\$ 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:

51.366.481/0001-94 51.366.481 MATHEUS DE OLIVEIRA BRUM R\$ 77,77

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço: GERALDA LEAL BARROS, 35 Telefone: (32) 9861-2914 Email: mob\_atende@gmail.com

57.671.686/0001-60 BUD VIAGENS E TURISMO LTDA UF endereço: PR R\$ 79,00

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:





59.829.568/0001-62 59.829.568 FLAVIA CLEMENTE DA SILVA LIMA UF: endereço SP R\$ 90,00

Marca: 30

Fabricante: Fabricante não informado 9012085

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

Preço (Compras Governamentais) 2ª Mediana das Propostas Finais R\$ 0,01  
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Data: 27/08/2025 09:00  
Modalidade: Pregão - Eletrônico  
SRP: NÃO  
Identificação: 01409580000138-1-002035/2025  
Lote/Item: 1/1  
Ata: N/A  
Homologação: 15/09/2025 00:00  
Fonte: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>  
Quantidade: 120  
Unidade: SERVIÇO (S)  
UF: GO

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Finais R\$ 0,01  
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



**Órgão:** MINISTÉRIO DA DEFESA  
 Comando do Exército  
 Comando Militar da Amazônia  
 8ª Região Militar  
 COMANDO 22ª BDA INF SI

**Data:** 15/08/2025 09:30  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**SRP:** SIM  
**Identificação:** N°Pregão 900262025 /  
 UASG:160026  
**Lote/Item:** /5  
**Ata:** Link Ata  
**Homologação:** 12/09/2025 09:56  
**Fonte:** www.gov.br/compras/pt-br  
**Quantidade:** 2.000  
**Unidade:** UNIDADE  
**UF:** AP

**Objeto:** Contratação de serviços de agenciamento de viagem para aquisição de passagens.

**Descrição:** Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens - Serviço de emissão de bilhete de passagem aérea (transporte de pessoal). O serviço compreende assessoria, cotação, reserva, alteração e emissão de bilhete de passagem aérea. (Tarifa Administrativa).

**CatSer:** 3719 - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

21  
90/2025

CNPJ Razão Social do Fornecedor Valor da Proposta Final

39.298.360/0001-57 A2 VIAGENS E PASSEIOS LTDA. Benefício Me/Epp: Sim UF endereço: SP R\$ 0,01

Marca:  
 Fabricante: Fabricante não informado  
 Modelo:  
 Descrição: Descrição não informada  
 Endereço:

04.864.703/0001-19 AEROTUR VIAGENS E OPERACOES TURISTICAS LTDA

R\$ 0,01

Marca:  
 Fabricante: Fabricante não informado  
 Modelo:  
 Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereço: Telefone: Email:  
 SE Aracaju AVENIDA MELICIO MACHADO, 1060 (79) 3214-5656 ravison@aerotur.com

12.146.604/0001-20 AEROMIX AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

R\$ 0,01

Marca:  
 Fabricante: Fabricante não informado  
 Modelo:  
 Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereço: Nome de Contato: Telefone: Email:  
 PR Curitiba AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 4995 Carlos (41) 3093-9333 carlos@aeromixviagens.com.br

05.120.923/0001-09 AEROTUR SERVICOS DE VIAGENS LTDA

R\$ 0,01

Marca:  
 Fabricante: Fabricante não informado  
 Modelo:  
 Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereço: Telefone: Email:  
 RN Natal RUA APODI, 583 (84) 3220-2999 adriano@aerotur.com.br

53.431.363/0001-48 AFEFE TURISMO LTDA

R\$ 0,01

Marca:  
 Fabricante: Fabricante não informado  
 Modelo:  
 Descrição: Descrição não informada

Endereço: Nome de Contato: Telefone: Email:  
 MANUEL LEIROZ, 230 Fabio (11) 99852-5439 comercial@afefe.com.br

04.389.953/0001-44 AMAZON EXPLORERS MANAUS LIMITADA

R\$ 0,01

Marca:  
 Fabricante: Fabricante não informado  
 Modelo:  
 Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereço: Telefone: Email:  
 AM Manaus AV JORNALISTA UMBERTO CALDERARO FILHO, 455 (92) 9123-9509 eldoradocontab@outlook.com

36.932.853/0001-09 ARARAUNA TURISMO ECOLOGICO LTDA

R\$ 0,01

Marca:  
 Fabricante: Fabricante não informado  
 Modelo:  
 Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereço: Telefone: Email:  
 MT Cuiabá AVENIDA GETULIO VARGAS, 825 (65) 3682-3075 contama@terra.com.br







CNPJ Razão Social do Fornecedor Valor da Proposta Final

05.917.540/0001-58 DECOLANDO TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA R\$ 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereço: Nome de Contato: Telefone: Email:  
DF Brasília QUADRA SHCN/CL QUADRA 110 BLOCO C, S/N Levi Jerônimo Barbosa (61) 3031-5454 licitacao@decolando.com.br

33  
9012095

07.832.586/0001-08 DF TURISMO E EVENTOS LTDA R\$ 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereço: Telefone: Email:  
DF Brasília SETOR SRTVS QD 701 CENTRO EMPRESARIAL ASSIS CHATEAUBRIAND CJ L BL. 01 (61) 3962-5111 faturamento@dfiturismo.tur.br

15.741.481/0001-63 DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA R\$ 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereço: Telefone: Email:  
PA Belém TV. DOM ROMUALDO DE SEIXAS, 921 (91) 3241-0879 dinastur@dinastur.com.br

53.509.270/0001-99 53.509.270 IGOR PEREIRA MARCONI UF endereço: GO R\$ 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:

07.099.098/0002-06 EVOTUR VIAGENS E TURISMO LTDA R\$ 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço: Telefone: Email:  
QUADRA SHCS CR QUADRA 516 BLOCO B, 66 (11) 3090-6147 diego.lemos@evotur.com.br

58.425.667/0001-16 FLY GATES VIAGENS LTDA R\$ 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:

48.925.313/0001-87 GL EMPREENDIMENTOS LTDA UF endereço: MG R\$ 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:

07.933.551/0001-57 I.L. BARRETO REPRESENTAÇÕES LTDA R\$ 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço: Telefone: Email:  
RUA OSCAR RODRIGUES DE OLIVEIRA, 336 (27) 9234-4048 ilband@gmail.com



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
------	----------------------------	-------------------------

02.676.310/0001-56	IDEIAS TURISMO LTDA	RS 0,01
--------------------	---------------------	---------

\*VENCEDOR\*

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
DF	Brasília	QUADRA SIG QUADRA 1, SN	Maria	(41) 3076-5005	empresarial@rxt.com.br

58.555.923/0001-90	ILSF GLOBAL VIAGENS E CONSULTORIA LTDA UF endereço: SC	RS 0,01
--------------------	--	---------

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

56.890.785/0001-70	56.890.785 GENY MARIA BENTO DE OLIVEIRA Benefício Me/Epp: Sim UF endereço: DF	RS 0,01
--------------------	---	---------

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:	Telefone:	Email:
SH ESTRADA DO SOL COND. BELVEDERE GREEN CJ 28 LT 4, S/N	(61) 9330-9617	voejlcviajens@gmail.com

48.863.612/0001-34	L&P TURISMO, EVENTOS E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA	RS 0,01
--------------------	---	---------

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

04.613.668/0001-65	L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA	RS 0,01
--------------------	------------------------------	---------

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
DF	Brasília	SH/N QD 02 BLOCO A LOJA, 230	Raimundo Nonato Teixeira Pinheiro	(61) 3034-8585	alexandre@traveltours.com.br

49.230.423/0001-97	49.230.423 JOSE SINESIO UMBELINO	RS 0,01
--------------------	----------------------------------	---------

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

37.979.739/0001-05	MONEY TURISMO LTDA	RS 0,01
--------------------	--------------------	---------

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
DF	Brasília	SHC/NORTE CL QUADRA 102 BLOCO D, 54	(61) 3966-9220	amuda@moneytur.com.br

51.005.761/0001-77	51.005.761 EDUARDO NUNES DA COSTA	RS 0,01
--------------------	-----------------------------------	---------

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:



Relatório gerado em 02/07/2025 10:34:11 (RP: 2804a28-114) 20001498194 (R05-001)  
 Código Verificação: 811F38d3K3Qm1WwOvmblyeHnd07y0p47hMP58tgcHUn0Pou0WAta3r0a3d  
 Info: https://www.bancobrasil.com.br/CertificacaoSuperioridade?codigo=811F38d3K3Qm1WwOvmblyeHnd07y0p47hMP58tgcHUn0Pou0WAta3r0a3d

<b>CNPJ</b>	<b>Razão Social do Fornecedor</b>	<b>Valor da Proposta Final</b>
11.401.815/0001-07	MUNDO JOVEM TURISMO E EVENTOS LTDA	R\$ 0,01
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada		
<b>Estado:</b>	<b>Cidade:</b>	<b>Endereço:</b>
DF	Brasília	SETOR SHIN CA 01 LOTE A BLOCO A SALA. 455
<b>Nome de Contato:</b>	<b>Telefone:</b>	<b>Email:</b>
Samuel	(61) 3033-8358	munidojovemturismo@gmail.com
<b>Site:</b>	https://www.mundojovemturismo.com.br/	

60.789.160/0001-93	N A VIAGEM TURISMO E LOCAÇÕES LTDA UF endereço: RN	R\$ 0,01
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada <b>Endereço:</b>		

18.780.623/0001-90	NOAR TURISMO LTDA	R\$ 0,01
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada		

<b>Estado:</b>	<b>Cidade:</b>	<b>Endereço:</b>	<b>Nome de Contato:</b>	<b>Telefone:</b>	<b>Email:</b>
SC	Chapeco	RUA SAO MIGUEL DO OESTE. 426	MAURO	(49) 3329-3380	mauro@noarturismo.com.br

15.329.965/0001-08	PERSONALITE TRAVEL TURISMO E EVENTOS LTDA	R\$ 0,01
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada <b>Endereço:</b>		

33.318.780/0001-71	R. R. F. GUIMARAES AGENCIA DE VIAGENS LTDA	R\$ 0,01
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada		

<b>Estado:</b>	<b>Cidade:</b>	<b>Endereço:</b>	<b>Telefone:</b>
RJ	Rio Bonito	R ALDENIR COSTA MARINS. 200	(21) 2734-3676

32.246.491/0001-41	ROYAL TOUR CORP LTDA	R\$ 0,01
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada		

<b>Estado:</b>	<b>Cidade:</b>	<b>Endereço:</b>	<b>Telefone:</b>	<b>Email:</b>
PA	Parauapebas	RUA 14. 185	(94) 3346-2201	royaltour.pa@gmail.com

36.063.106/0001-81	SATGURU VIAGENS LTDA	R\$ 0,01
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada		

<b>Estado:</b>	<b>Cidade:</b>	<b>Endereço:</b>	<b>Nome de Contato:</b>	<b>Telefone:</b>	<b>Email:</b>
SP	São Paulo	AVENIDA BRIG FARIA LIMA, 1912	MILENE	(11) 3097-8560	comerciallicita@satgurutravel.com.br

31.388.250/0001-74	TUDO TUR EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 0,01
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada <b>Endereço:</b>		





CNPJ	Razão Social do Fornecedor			Valor da Proposta Final	
14.181.341/0001-15	UATUMA TURISMO E EVENTOS LTDA			R\$ 0,01	
Marca:					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo:					
Descrição: Descrição não informada					
Endereço:					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
AM	Manaus	RUA LUIZA RODRIGUES DA ROSA, 77	(92) 3234-5071	financiero@tucumareturismo.com.br	
61.878.795/0001-20	ULTIMA CHAMADA PARA EMBARQUE LTDA			R\$ 0,01	
Marca:					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo:					
Descrição: Descrição não informada					
Endereço:					
48.382.439/0001-52	48.382.439 HELIO DE SOUZA			R\$ 0,01	
Marca:					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo:					
Descrição: Descrição não informada					
Endereço:					
TUIUTI, 01532		Telefone:		Email:	
		(19) 7150-4/08		contato@veshttravels.com	
16.826.800/0001-04	VN SOARES - VIAJE BEM MAIS LTDA			R\$ 0,01	
Marca:					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo:					
Descrição: Descrição não informada					
Endereço:					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
GO	Goiânia	R CORONEL BENJAMIM SANTOS, 35	(62) 3223-7010	contato@vcon.cnt.br	
26.585.506/0001-01	VOAR TURISMO LTDA			R\$ 0,01	
Marca:					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo:					
Descrição: Descrição não informada					
Endereço:					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
TO	Palmas	QUADRA 208 SUL AVENIDA LO 3, SN	FABIO JOSÉ	(63) 3224-5089	licitacao@voarturismo.com.br
43.421.931/0001-76	VOENET VIAGENS LTDA			R\$ 0,01	
Marca:					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo:					
Descrição: Descrição não informada					
Endereço:					
07.340.993/0001-90	WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA			R\$ 0,01	
Marca:					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo:					
Descrição: Descrição não informada					
Endereço:					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
PR	Curitiba	RUA HUMBERTO MORONA, 185	HUGO	(41) 3363-0663	comercial@webtrip.tur.br
00.878.230/0001-58	SUNLINE VIAGENS E TURISMO LTDA			R\$ 5,00	
Marca:					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo:					
Descrição: Descrição não informada					
Endereço:					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RN	Natal	AVENIDA PRUDENTE DE MORAIS, 1195	ANA CAROLINA	(84) 3211-5919	carol@sunlinetur.com.br



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
52.702.113/0001-32	52.702.113 DIEID DA SILVA COSTA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RR	R\$ 8,99
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada Endereço:		
39.922.394/0001-70	G S P INDUSTRIA, CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA	R\$ 8,99
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada Endereço:		
07.866.382/0001-80	L P TRANSPORTES CARGA E DESCARGA LTDA	R\$ 8,99
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada Endereço: RUA HIDRA, 99		
Telefone: (92) 9406-2361		Email: lptranspcargalt@gmail.com
07.612.370/0001-29	PIMENTEL TURISMO E TRANSPORTES LTDA	R\$ 8,99
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada		
Estado: AM	Cidade: Manacapuru	Endereço: TRAVESSA ANICETO BARROSO, 282 Telefone: (92) 99160-9491 Email: pimentelturismolda@gmail.com

Preço (Compras Governamentais) 4: Mediana das Propostas Finais  
 Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 0,74

Órgão: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS / 158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	Data: 14/08/2025 09:15
Objeto: Contratação de serviço continuado de agenciamento de viagens para aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais, compreendendo os serviços de cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes e contratação de serviços correlatos (seguro viagem internacional), devendo ser prestado de forma remota, por meio de sistema informatizado de auto agendamento (self booking).	Modalidade: Pregão - Eletrônico
Descrição: Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens	SRP: NÃO
	Identificação: 11234780000150-1-000029/2025
	Lote/Item: 1/2
	Ata: N/A
	Homologação: 26/08/2025 00:00
	Fonte: <a href="https://www.gov.br/pncp/pt-br">https://www.gov.br/pncp/pt-br</a>
	Quantidade: 2.437.500
	Unidade: UNIDADE
	UF: SC

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
03.320.995/0001-66	LE SOLEIL TURISMO LTDA	R\$ 0,74
*VENCEDOR*		
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada		
Estado: MS	Cidade: Campo Grande	Endereço: RUA RIO BONITO, 562 Nome de Contato: Kerica Retiane de Almeida Telefone: (67) 3325-3940

Preço (Compras Governamentais) 5: Mediana das Propostas Finais  
 Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 0,01



Relatório gerado em 13/10/2025 10:34:11 (IP: 2004a26:141:2802:b149:8194:8b05:ce91)

Endereço: Rua da Liberdade, 1111 - Centro - Campo Grande (MS) | Telefone: (67) 3325-3940

Site: <https://www.gov.br/pncp/pt-br> | E-mail: [atendimento@pncp.gov.br](mailto:atendimento@pncp.gov.br) | Assinatura: [Assinatura Digital]

CNPJ: 10.784.782/0001-50

Órgão: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria Executiva

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO  
INSTITUTO FED. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA/CAMPUS GUARANTÃ  
DO NORTE

Objeto: A contratação de empresa agenciadora de passagens terrestres, devidamente credenciada junto aos órgãos reguladores, faz-se necessária para atender às necessidades de locomoção das autoridades, servidores e colaboradores do Instituto Federal de Mato Grosso campus Guarantã do Norte, visando garantir ao órgão o cumprimento de agendas e de serviços essenciais ao cumprimento da missão institucional da pasta em solos nacional e internacional

Descrição: Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens - Agenciamento de viagens terrestre /rodoviária (intermunicipal e interestadual). - Emissão, alteração e cancelamento de bilhetes de voos domésticos

CatSer: 3719 - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Data: 13/08/2025 09:12

Modalidade: Dispensa

SRP: NÃO

Identificação: Dispensa de Licitação Nº  
90001/2025 / UASG: 155708

Lote/Item: /1

Ata: Link Ata

Homologação: 19/08/2025 11:44

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Quantidade: 262

Unidade: UNIDADE

UF: MT

38  
9011025

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
------	----------------------------	-------------------------

53.431.363/0001-48	AFEFE TURISMO LTDA	R\$ 0,01
--------------------	--------------------	----------

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

MANUEL LEIROZ, 230

Nome de Contato:

Fabio

Telefone:

(11) 99852-5439

Email:

comercial@afefe.com.br

51.438.599/0001-80	51.438.599 DEBORAH SILVA DE PAULA	R\$ 0,01
--------------------	-----------------------------------	----------

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

58.425.667/0001-16	FLY GATES VIAGENS LTDA	R\$ 0,01
--------------------	------------------------	----------

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

56.890.785/0001-70	56.890.785 GENY MARIA BENTO DE OLIVEIRA Benefício Me/Epp: Sim UF endereço: DF	R\$ 0,01
--------------------	--	----------

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

SH ESTRADA DO SOL COND. BELVEDERE GREEN CJ 28 LT 4, S/N

Telefone:

(51) 9330-9617

Email:

voejcviagens@gmail.com

35.315.849/0001-39	R. A DA SILVA AGENCIA DE VIAGEM *VENCEDOR*	R\$ 0,01
--------------------	---	----------

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

OLAVO BILAC, 412

Telefone:

(13) 3302-9515

Email:

rogeriomicaela@bol.com.br

57.302.121/0001-05	57.302.121 ALAN LUCAS ROMAN UF endereço: RS	R\$ 0,01
--------------------	---	----------

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:



Relatório gerado em 13/08/2025 10:34:11 (IP: 2004 a20 1143 2400 b149 b194 8b5 c6b1)  
Código Verificação: B1LEF0812K31QW13VWvQumB0y0Bn0Bx7y00WZ0MFS8g0cH1U8nP0m0WAK0n03d  
https://www.bascodevex.com.br/Certificadas/verificacao?token=B1LEF0812K31QW13VWvQumB0y0Bn0Bx7y00WZ0MFS8g0cH1U8nP0m0WAK0n03d



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
42.766.385/0001-42	FISAM TOUR LTDA	R\$ 0,01
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada Endereço:		

39  
9012095

52.185.488/0001-72	MTA TURISMO E CIA LTDA	R\$ 2,63
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada Endereço:		

Preço (Compras Governamentais) 6: Mediana das Propostas Finais R\$ 0,01  
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICÍPIO DE LAGARTO / 13124052000111 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO	Data: 07/08/2025 08:00
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, NOS TERMOS DA IN SLTI 3, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015, INCLUINDO RE-SERVA, BEM COMO QUAISQUER OUTRAS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS E PERTINENTES AOS SERVIÇOS PROPOSTO	Modalidade: Pregão - Eletrônico
Descrição: SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS. Especificação: Serviços de agenciamento de viagens para passagens aéreas, nacionais e internacionais, cotação, reserva, emissão, cancelamento, remarcação de bilhetes e assessoramento - SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS. Especificação: Serviços de agenciamento de viagens para passagens aéreas, nacionais e internacionais, cotação, reserva, emissão, cancelamento, remarcação de bilhetes e assessoramento do melhor roteiro aéreo, a acompanhados das respectivas bagagens, atendendo as normas da Agência Nacional de Aviação Civil ANAC	SRP: SIM
	Identificação: 13124052000111-1-000069/2025
	Lote/Item: 1/2
	Ata: N/A
	Homologação: 26/08/2025 00:00
	Fonte: https://www.gov.br/pnccp/pt-br
	Quantidade: 1.491
	Unidade: SV
	UF: SE

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
12.669.334/0001-31	F.L.B. VIAGENS E TURISMO LTDA	R\$ 0,01
*VENCEDOR*		
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada Endereço: BDM PASTOR, 2732		
Telefone: (11) 5069-2502		Email: financeiro@bdsturismo.com.br

Preço (Compras Governamentais) 7: Mediana das Propostas Finais R\$ 1,00  
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)









CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
11.940.803/0001-42	CLARA TRANSPORTE E TURISMO LTDA	R\$ 0,01
*VENCEDOR*		
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada		
Endereço: R ANPHILOPHIO LOPES, 42	Telefone: (77) 3611-5053	Email: cesteturismo2@hotmail.com

41  
901095

Preço (Compras Governamentais) 9: Mediana das Propostas Finais R\$ 0,01  
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

**Órgão:** MINISTÉRIO DA DEFESA  
 Comando do Exército  
 Comando Militar do Nordeste  
 7ª Região Militar/7ª Divisão de Exército  
 BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE NATAL  
**Objeto:** Contratação de serviço de agenciamento e repasse de passagens aéreas e rodoviárias para a Base Administrativa da Guarnição de Natal e GCALC.  
**Descrição:** Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens - Taxa de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo a emissão, a remarcação e o cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais.  
**CatSer:** 3719 - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

**Data:** 27/06/2025 08:00  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**SRP:** SIM  
**Identificação:** NºPregão 900062025 / UASG 160342  
**Lote/Item:** /1  
**Ata:** Link Ata  
**Homologação:** 06/08/2025 16:20  
**Fonte:** www.gov.br/compras/pt-br  
**Quantidade:** 14.590  
**Unidade:** UNIDADE  
**UF:** RN

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
53.509.270/0001-99	53.509.270 IGOR PEREIRA MARCONI UF endereço: GO	R\$ 0,01
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		

39.298.360/0001-57	A2 VIAGENS E PASSEIOS LTDA. Benefício Me/Epp: Sim UF endereço: SP	R\$ 0,01
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		

04.854.703/0001-19	AERÉOTUR VIAGENS E OPERACOES TURISTICAS LTDA	R\$ 0,01
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada		
Estado: SE	Cidade: Aracaju	Endereço: AVENIDA MELICIO MACHADO, 1060
		Telefone: (79) 3214-5656
		Email: ravisom@aereotur.com

12.146.604/0001-20	AEROMIX AGFNIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	R\$ 0,01
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada		
Estado: PR	Cidade: Curitiba	Endereço: AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 4995
		Nome de Contato: Carlos
		Telefone: (41) 3093-9333
		Email: carlos@aeromixviagens.com.br



CNPJ

Razão Social do Fornecedor

Valor da Proposta Final

05.120.923/0001-09 AEROTUR SERVICOS DE VIAGENS LTDA

RS 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado:

Cidade:

Endereço:

Telefone:

Email:

RN

Natal

RUA APODI, 583

(84) 3220-2999

adriano@aerotur.com.br

53.431.363/0001-48 AFEFE TURISMO LTDA

RS 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

Nome de Contato:

Telefone:

Email:

MANUEL LEIROZ, 230

Fabio

(11) 99852-5439

comercial@aefe.com.br

05.064.175/0010-30 AIRES TURISMO LTDA

RS 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

Telefone:

Email:

RUA DOUTOR LUIZ FELIPE CAMARA, 55

(61) 3255-2100

gerencia.comercial@airesturismo.com.br

04.389.953/0001-44 AMAZON EXPLORERS MANAUS LIMITADA

RS 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado:

Cidade:

Endereço:

Telefone:

Email:

AM

Manaus

AV. JORNALISTA UMBERTO CALDERARO FILHO, 465

(92) 9123-9509

elitoradocontab@outlook.com

26.423.228/0001-88 APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

RS 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereço:

Nome de Contato:

Telefone:

Email:

DF Brasília SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUL COM LOCAL QD

Francisco Fernandes

(61) 3245-

apolo.turismo@terra.com.br

Maia 8511

36.932.853/0001-09 ARARAUNA TURISMO ECOLOGICO LTDA

RS 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado:

Cidade:

Endereço:

Telefone:

Email:

MT

Cuiabá

AVENIDA GETULIO VARGAS, 825

(65) 3682-3075

contama@terra.com.br

44.394.733/0001-23 BALBI TRAVELS LTDA Benefício Me/Epp: Sim UF endereço: RJ

RS 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

23.361.387/0001-07 BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA

RS 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereço:

Nome de Contato:

Telefone:

Email:

DF

Brasília

QUADRA QNM 34 AREA ESPECIAL 1 SALA, 1917

Samuel

(61) 3877-1790

mateus@vascontabil.com.br





CNPJ Razão Social do Fornecedor

Valor da Proposta Final

40.736.657/0001-36 CONNECT VIAGENS LTDA

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

MARUM, 504

Telefone:

(79) 3214-6631

Email:

procontabil.se@connect.com.br

RS 0,01  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
IMPERATRIZ - MA  
Fls. 44  
9011095

05.929.934/0001-26 CORP TRAVEL VIAGENS E TURISMO CORPORATIVO LTDA

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado:

MA

Cidade:

São Luis

Endereço:

RUA RUA DO HAVAI, 6

Nome de Contato:

Weverson

Telefone:

(98) 32462-4789

Email:

didaweverson@icloud.com

RS 0,01

05.917.540/0001-58 DECOLANDO TURISMO E REPRESENTACOES LTDA

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado:

DF

Cidade:

Brasília

Endereço:

QUADRA SHCN/CL QUADRA 110 BLOCO C, S/N

Nome de Contato:

Levi Jeronimo Barbosa

Telefone:

(61) 3031-5454

Email:

licitacao@decolando.com.br

RS 0,01

07.832.586/0001-08 DF TURISMO E EVENTOS LTDA

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado:

DF

Cidade:

Brasília

Endereço:

SETOR SRTVS QD 701 CENTRO EMPRESARIAL ASSIS CHATEAUBRIAND C.J.L. BL.

Telefone:

(61) 3962-

Email:

faturamento@dfturismo.tur.br

RS 0,01

15.741.481/0001-63 DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado:

PA

Cidade:

Belém

Endereço:

TV. DOM ROMUALDO DE SEIXAS, 921

Telefone:

(91) 3241-0879

Email:

dinastur@dinastur.com.br

RS 0,01

35.636.034/0001-51 DISTAK AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado:

AI

Cidade:

Maceió

Endereço:

RUA EPAMINONDAS GRACINDO, 257

Telefone:

(82) 2126-5225

Email:

enaldo@mczturismo.com.br

RS 0,01

06.157.430/0001-06 ECOS TURISMO LTDA

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado:

DF

Cidade:

Brasília

Endereço:

QUADRA QE 24 BLOCO A, SN

Nome de Contato:

ANDERSON

Telefone:

(61) 3226-0214

Email:

contratos@ecos.tur.br

RS 0,01

51.438.599/0001-80 51.438.599 DEBORAH SILVA DE PAULA

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

RS 0,01

CNPJ Razão Social do Fornecedor Valor da Proposta Final

12.669.334/0001-31 F.L.B. VIAGENS E TURISMO LTDA

RS 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço:  
BOM PASTOR, 2732

Telefone:  
(11) 5069-2502

Email:  
financeiro@ltdsturismo.com.br



47.550.103/0001-99 FLAVIA S SANTOS

RS 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço:

58.425.667/0001-16 FLY GATES VIAGENS LTDA

RS 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço:

09.808.153/0001-71 FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

RS 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
MG	Belo Horizonte	R FLORIANO PEIXOTO DE PAULA, 75	MARCO	(31) 3318-8878	marconi@viagensfutura.com.br

48.925.313/0001-87 GL EMPREENDIMENTOS LTDA UF endereço: MG

RS 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço:

07.933.551/0001-57 I.L. BARRETO REPRESENTACOES LTDA

RS 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço:	Telefone:	Email:
RUA OSCAR RODRIGUES DE OLIVEIRA, 336	(27) 9234-4048	ilbband@gmail.com

02.676.310/0001-56 IDEIAS TURISMO LTDA

RS 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
DF	Brasília	QUADRA SIG QUADRA 1, SN	Maria	(41) 3076-5005	empresarial@rcr.com.br

32.103.675/0001-52 IMPERIO DAS PASSAGENS LTDA

RS 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço:



Relatório gerado no dia 13/10/2025 10:34:11 (P: 2804 a28 11412700 b149 6134 6145 c6b1)  
Código Verificação: 811F3B8E8C3CQs1WavOvme8y8bH85uTydH%7bMF58qocpRbPmabwA%3e%3d  
URL: https://api.cadastro-eos.com.br/api/validar/entidade?token=811F3B8E8C3CQs1WavOvme8y8bH85uTydH%7bMF58qocpRbPmabwA%3e%3d







48.382.439/0002-33 VESH TRAVELS LTDA

RS 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:



16.826.800/0001-04 VN SOARES - VIAJE BEM MAIS LTDA

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Estado: GO Cidade: Goiânia Endereço: R CORONEL BENJAMIM SANTOS, 35

Telefone: (62) 3223-7010

Email: contato@dccon.cnt.br

43.421.931/0001-76 VOENET VIAGENS LTDA

RS 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:

07.340.993/0003-51 WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

RS 0,01

\*VENCEDOR\*

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço: RUA DOUTOR POTY NOBREGA, 1946

Telefone: (41) 3222-6018

Email: contabs@milenio.com.br

12.571.640/0001-30 WMSA TRAVEL VIAGENS E TURISMO LTDA UF endereço: DF

RS 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:

61.166.340/0001-81 OCA TECNOLOGIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP

RS 0,20

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:

Preço (Compras Governamentais) 10: Mediana das Propostas Finais  
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 0,99

CNPJ: 76.693.886/0001-68

Órgão: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná

Objeto: Prestação de serviços de agenciamento de viagens, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação de passagens aéreas junto a companhia credenciada e o fornecimento de passagens rodoviárias, compreendendo o valor dos bilhetes e suas respectivas taxas, pelo período de 12 (doze) meses, tendo como critério de valor estimado e critério de julgamento o maior desconto por grupo.

Descrição: Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Data: 13/06/2025 08:30

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: NºPregão:900042025 / UASG 389454

Lote/Item: /3

Ata Link Ata

Homologação: 09/07/2025 09:24

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Quantidade: 600

Unidade: UNIDADE

UF: PR







CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
10.975.765/0001-09	INTER VILAS VIAGENS E TURISMO LTDA	R\$ 1,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada		
<b>Estado:</b> BA	<b>Cidade:</b> Salvador	<b>Endereço:</b> AVENIDA OCTAVIO MANGABEIRA, 815 <b>Nome de Contato:</b> Roberto <b>Telefone:</b> (71) 3347-6905 <b>Email:</b> roberto@vilasturismo.com.br



01.819.149/0001-60	IVONE DE SOUSA ROSA EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E PROMOÇÕES	R\$ 1,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada		
<b>Estado:</b> GO	<b>Cidade:</b> Goiânia	<b>Endereço:</b> RUA 22, 170

10.181.964/0001-37	OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZONIA LIMITADA	R\$ 1,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada		
<b>Estado:</b> AM	<b>Cidade:</b> Manaus	<b>Endereço:</b> RUA 24 DE MAIO, 509 <b>Nome de Contato:</b> Roberto Conhago Tavares <b>Telefone:</b> (32) 3234-7115 <b>Email:</b> ocaturismo@ocaturismo.com.br

13.353.495/0001-84	PROPAG TURISMO LTDA	R\$ 1,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada		
<b>Estado:</b> SE	<b>Cidade:</b> Aracaju	<b>Endereço:</b> AVENIDA HERMES FONTES, 1109 <b>Nome de Contato:</b> Jocelio Melo da Silva <b>Telefone:</b> (79) 2107-4444 <b>Email:</b> comercial@propagtur.com.br

Preço (Compras Governamentais) 11- Mediana das Propostas Finais R\$ 0,01  
 Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

<b>CNPJ:</b> 04.632.212/0001-42	<b>Data:</b> 27/05/2025 09:10
<b>Órgão:</b> MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MEDICI / 36 - MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MEDICI/RO	<b>Modalidade:</b> Pregão - Eletrônico
<b>Objeto:</b> [LICITANET] - Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa em prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagem aéreas e/ou terrestres, nacional, de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação civil ANAC e Agência Nacional transporte terrestre ANTT, para atender as demandas das secretarias do município, por um período de 12 (doze) meses.	<b>SRP:</b> SIM
<b>Descrição:</b> AGENCIAMENTO DE VIAGENS AÉREA Agenciamento de Viagens compreende a emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, pela agência de viagens. - AGENCIAMENTO DE VIAGENS AÉREA Agenciamento de Viagens compreende a emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, pela agência de viagens.	<b>Identificação:</b> 04632212000142-1-000048/2025
	<b>Lote/Item:</b> 1/5763401
	<b>Ata:</b> N/A
	<b>Homologação:</b> 12/06/2025 00:00
	<b>Fonte:</b> https://www.gov.br/pnccp/pt-br
	<b>Quantidade:</b> 58
	<b>Unidade:</b> UND
	<b>UF:</b> RO

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
02.072.944/0001-08	CANASSA & CANASSA LTDA	R\$ 0,01
<b>*VENCEDOR*</b>		
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada		
<b>Estado:</b> RO	<b>Cidade:</b> Ji-Paraná	<b>Endereço:</b> AVENIDA TRANSCONTINENTAL, 260 <b>Telefone:</b> (69) 8402-9191



CNPJ: 08.883.951/0001-68  
Órgão: MUNICÍPIO DE TEIXEIRA / 1 - Prefeitura Municipal de Teixeira  
Objeto: [Portal de Compras Públicas] - Contratação empresa especializada em serviço de agenciamento de viagens, conforme demanda, mediante fornecimento parcelado de passagens aéreas e reserva de hospedagem em hotéis, para trechos diversos, à escolha da Prefeitura Municipal de Teixeira-PB.  
Descrição: CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, CONFORME DEMANDA, MEDIANTE FORNECIMENTO PARCELADO DE PASSAGENS AÉREAS E RESERVA DE HOSPEDAGEM EM HOTEIS, PARA TRECHOS DIVERSOS, À ESCOLHA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA-PB. \* A - CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, CONFORME DEMANDA, MEDIANTE FORNECIMENTO PARCELADO DE PASSAGENS AÉREAS E RESERVA DE HOSPEDAGEM EM HOTEIS, PARA TRECHOS DIVERSOS, À ESCOLHA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA-PB \* A prestação de serviço de agenciamento de viagens nacionais e internacionais, compreendendo os serviços de cotação, reserva, emissão, marcação, cancelamento, alteração, endosso, e a devida entrega dos bilhetes e quaisquer outros serviços correlatos remarcação de bilhetes de passagens aéreas, e assessoramento do melhor roteiro aéreo. \* A prestação de serviço de reservas em hotéis nacionais, compreendendo os serviços de cotação, reserva, marcação, cancelamento, alteração, quaisquer outro serviço correlato e assessoramento do melhor instalação. DETALHAMENTO DA PROPOSTA: a) Valor global estimado da contratação (anual) ..... R\$ 100.000,00 (INVARIÁVEL) b) Valor do serviço de agenciamento de viagem (anual) (coluna e) ..... R\$ 1.127,00 c) VALOR TOTAL DA PR

Data: 16/05/2025 07:59  
Modalidade: Pregão - Eletrônico  
SRP: NÃO  
Identificação: 08883951000168  
Lote/Item: 1/1  
Ata: N/A  
Homologação: 01/07/2025 00:00  
Fonte: <https://www.gov.br/pnccp/pt-br>  
Quantidade: 20  
Unidade: Serviço  
UF: PB



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
20.741.527/0001-84	DANILLO RODRIGUES MOREIRA	R\$ 0,01
*VENCEDOR*		
Marca:		
Fabricante: Fabricante não informado		
Modelo:		
Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		

CNPJ: 17.481.268/0001-95  
Órgão: CONSELHO REGIONAL DOS CORRETORES DE IMÓVEIS 4 REGIÃO / 976094 - CONS.REG.DE CORRET. DE IMÓVEIS - 4ª REG.MG  
Objeto: Será objeto de disputa, pelo menor preço, a taxa de administração a ser cobrada pela emissão de bilhetes (aquisições e remarcação), conforme disposições estabelecidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, bem como no Termo de Referência anexo  
Descrição: Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Data: 14/05/2025 09:59  
Modalidade: Dispensa  
SRP: NÃO  
Identificação: 17481268000195-1-000017/2025  
Lote/Item: 1/1  
Ata: N/A  
Homologação: 15/05/2025 00:00  
Fonte: <https://www.gov.br/pnccp/pt-br>  
Quantidade: 572  
Unidade: UNIDADE  
UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
35.315.849/0001-39	R. A DA SILVA AGENCIA DE VIAGEM	R\$ 0,01
*VENCEDOR*		
Marca:		
Fabricante: Fabricante não informado		
Modelo:		
Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		
Telefone:		
Email:		
OLAVO BILAC, 412	(13) 3302-9515	rogenomicaela@bol.com.br



**CNPJ:** 17.481.268/0002-76

**Órgão:** Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 4ª Região/MG

**Objeto:** Será objeto de disputa, pelo menor preço, a taxa de administração a ser cobrada pela emissão de bilhetes (aquisições e remarcação), conforme disposições estabelecidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, bem como no Termo de Referência anexo.

**Descrição:** Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens Será objeto de disputa, pelo menor preço, a taxa de administração a ser cobrada pela emissão de bilhetes (aquisições e remarcação) nos termos do Aviso de Dispensa Eletrônica, bem como do Termo de Referência anexo.

Data: 09/05/2025 15:04  
Modalidade: Dispensa  
SRP: NÃO  
Identificação: Dispensa de Licitação Nº  
90031/2025 / UASG 92699  
Lote/Item: /1  
Ata: Link Ata  
Homologação: 15/05/2025 15:16  
Fonte: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)  
Quantidade: 572  
Unidade: UNIDADE  
UF: MG



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
42.050.919/0001-30	42.050.919 GLEISON SANTOS RIBEIRO	R\$ 0,01
Marca:		
Fabricante: Fabricante não informado		
Modelo:		
Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		
53.365.231/0001-65	53.365.231 ELIABE RODRIGUES DA SILVA UF endereço: TO	R\$ 0,01
Marca:		
Fabricante: Fabricante não informado		
Modelo:		
Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		
42.241.534/0001-50	CIMICARE LTDA	R\$ 0,01
Marca:		
Fabricante: Fabricante não informado		
Modelo:		
Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		
14.211.195/0001-23	E J BALMANT AGENCIA DE VIAGENS	R\$ 0,01
Marca:		
Fabricante: Fabricante não informado		
Modelo:		
Descrição: Descrição não informada		
Estado:	Cidade:	Endereço*
SP	Itapevi	R ROSANGELA MARIANA LIMAS, 215
Telefone:		Email:
(11) 4321-4606/ (11) 9474-9941		kingstoureventos@gmail.com
51.438.599/0001-80	51.438.599 DEBORAH SILVA DE PAULA	R\$ 0,01
Marca:		
Fabricante: Fabricante não informado		
Modelo:		
Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		
35.315.849/0001-39	R. A DA SILVA AGENCIA DE VIAGEM	R\$ 0,01
*VENCEDOR*		
Marca:		
Fabricante: Fabricante não informado		
Modelo:		
Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		
OLAVO BILAC, 412		
Telefone:		Email:
(13) 3302-9515		rocenemicaela@bol.com.br





CNPJ Razão Social do Fornecedor Valor da Proposta Final

14.278.276/0001-40 SX CORP LTDA

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereço: Nome de Contato: Telefone: Email:  
MG Belo Horizonte AVENIDA BIAS FORTES, 382 Saulo Guimarães Pedrosa (31) 2532-2387 comercial@sxcorp.com.br



54.282.476/0001-91 VIAJAR PARA EXPLORAR AGENCIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de Integridade: Sim UF endereço: MG

R\$ 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço: Telefone: Email:  
GETULIO VARGAS, 667 (81) 9643-8797 decolacont@gmail.com

16.826.800/0001-04 VN SOARES - VIAJE BEM MAIS LTDA

R\$ 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereço: Telefone: Email:  
GO Goiânia R CORONEI BENJAMIM SANTOS, 35 (62) 3223-7010 contato@idcon.cnl.br

56.890.785/0001-70 56.890.785 GENY MARIA BENTO DE OLIVEIRA Benefício Me/Epp: Sim UF endereço: DF

R\$ 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço: Telefone: Email:  
SH ESTRADA DO SOL COND. BELVEDERE GREEN C/ 28 LT 4, S/N (61) 9330-9617 voejlviagens@gmail.com

42.766.385/0001-42 FISAM TOUR LTDA

R\$ 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

57.201.213/0001-07 PANATEC CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA

R\$ 0,07

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

55.972.748/0001-48 55.972.748 HILBERT CRISTE LI GILBERT UF endereço: MG

R\$ 100,00

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

Preço (Compras Governamentais) 15 Mediana das Propostas Finais  
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 0,01



Relatório gerado no dia 13/10/2025 10:34:11 (IP: 200.8.228.114) 2008148.8194.805.c093  
Código de Verificação: RLLF3802K3Qm1WwOvW8y6Bh1K6h7vndW2bMF5BgcH1UdPm0WAAh7G3dW753d  
Url: <http://www.bancudatavicos.com.br/Cam/verificacaoAutenticidade?Relat=811F3802K3Qm1WwOvW8y6Bh1K6h7vndW2bMF5BgcH1UdPm0WAAh7G3dW753d>

de Licitação Nº  
25 / 2025 / CAMARA MUNICIPAL DE  
IMPERATRIZ - MA  
Fls. 04  
Proc. 90/2025  
b/compres/pt-br



CNPJ Razão Social do Fornecedor  
51.438.599/0001-80 51.438.599 DEBORAH SILVA DE PAULA

Valor da Proposta Final

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:



54.202.236/0001-30 54.202.236 ERIKA MAYARA DE SOUZA SILVA

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:

51.810.293/0001-03 HOTEL A JATO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

RS 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:

58.555.923/0001-90 ILSF GLOBAL VIAGENS E CONSULTORIA LTDA UF endereço: SC

RS 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:

56.905.834/0001-09 MENDONCA VIAGENS LTDA UF endereço: BA

RS 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada  
Endereço:

35.315.849/0001-39 R. A DA SILVA AGENCIA DE VIAGEM

RS 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço:  
OLAVO BILAC, 412

Telefone:  
(13) 3302-9515

Email:  
rogeriomicaela@bol.com.br

13.038.641/0001-87 SERGITUR SERGIPE TURISMO LTDA

RS 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereço:  
SE Aracaju RUA JOAO PESSOA 71/75

Nome de Contato:  
JOSÉ FRANCISCO

Telefone:  
(79) 3214-2525

Email:  
sergitur@sergitur.com.br

16.826.800/0001-04 VN SÓARES - VIAJE BEM MAIS LTDA

RS 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereço:  
GO Goiânia R CORONEL BENJAMIM SANTOS, 35

Telefone:  
(62) 3223-7010

Email:  
contato@vbm.com.br



Relatório gerado em 13/10/2015 10:34:11 (IP: 2004.628.3141.2001.8349.8194.9805.cab1)  
Código de verificação: 0101-83-Bd001-31Qm1-Vm0V0m-Bm-y00N-N0e7-y0C0-20-MF0M-0c0H0m-P0m0W0A06-3c0h0u  
Para verificar: http://www.bol.com.br/verificar-codigo.html?codigo=0101-83-Bd001-31Qm1-Vm0V0m-Bm-y00N-N0e7-y0C0-20-MF0M-0c0H0m-P0m0W0A06-3c0h0u



CNPJ

Razão Social do Fornecedor

Nota Final

07.340.993/0001-90 WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

RS 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado:

Cidade:

Endereço:

PR

Curitiba

RUA HUMBERTO MORONA, 185

Nome de Contato:

HUGO

Telefone:

(41) 3363-0663

E-mail:

comercial@w

Fls. 56  
Proc. 9012025

RS 0,01

53.398.062/0001-60 DF DESTINOS E VIAGENS LTDA UF endereço: DF

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

58.425.667/0001-16 FLY GATES VIAGENS LTDA

RS 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

57.582.771/0001-51 ANTONIO RAFAEL MAGALHAES SILVA

RS 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

39.298.360/0001-57 A2 VIAGENS E PASSEIOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim UF endereço: SP

RS 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

44.394.733/0001-23 BALBI TRAVELS LTDA Benefício Me/Epp: Sim UF endereço: RJ

RS 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

57.225.758/0001-45 CATUGY VIAGENS LTDA Benefício Me/Epp: Sim UF endereço: GO

RS 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

50.255.771/0001-06 CHECK-IN AGENCIA DE VIAGENS LTDA

RS 0,01

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:



CNPJ Razão Social do Fornecedor Valor da Proposta Final

48.925.313/0001-87 GL EMPREENDIMENTOS LTDA UF endereço: MG

R\$ 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço:



54.423.193/0001-12 OXE VIAGENS LTDA

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço:

53.545.815/0001-12 SE TU FOR, EU VOU AGENCIA DE VIAGENS LTDA Benefício Me/Epp: Sim UF  
endereço: SP

R\$ 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço:

48.382.439/0001-52 48.382.439 HELIO DE SOUZA

R\$ 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço:  
TUIUTI, 01532

Telefone:  
(19) 7150-4708

Email:  
contato@veshtravels.com

48.170.329/0001-27 VOE E REALIZE AGENCIA DE VIAGENS LTDA UF endereço: PB

R\$ 0,01

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço:

47.702.221/0001-75 ECONOMIC VIAGENS AEREAS LTDA UF endereço: PR

R\$ 7,50

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço:

52.620.268/0001-20 52.620.268 ANTONIA PAULINA DA SILVA

R\$ 10,00

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço:

56.322.584/0001-76 CALIXTO VIAGENS E TURISMO LTDA

R\$ 10,00

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço:

CNPJ	Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Final	
28.016.017/0001-55	FANTASTIC TRAVEL VIAGENS E TURISMO EIRELI		R\$ 10,00	
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada				
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
SP	Taboão da Serra	AV BRASIL, 1300	(11) 4701-0051	amanda@qviagem.tur.br



44.277.930/0001-62 JOSE ANCHIETA FERNANDES TELES NETO SERVICOS E FRETAMENTOS UF  
endereço CE

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço:

15.655.026/0001-45 RNL TRADE AND FACILITIES LTDA R\$ 10,29

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço:	Telefone:	Email:
DAS PITANGUEIRAS, 5	(61) 9570-4155	contato@federaltrading.org

08.219.699/0001-97 CD AGENCIA DE VIAGENS LTDA R\$ 80,00

Marca:  
Fabricante: Fabricante não informado  
Modelo:  
Descrição: Descrição não informada

Endereço:	Telefone:	Email:
RUA ASMARA, 15B	(92) 3221-6262 / (92) 9996-6950	qjlb-7@hotmail.com

Preço (Compras Governamentais) 16: Mediana das Propostas Finais R\$ 0,06  
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 33.093.248/0001-01	Data: 29/01/2025 08:00
Órgão: CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto: Contratação de serviços de agenciamento de viagens para aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais, compreendendo os serviços de emissão, alteração e cancelamento de passagem de qualquer companhia brasileira ou estrangeira, incluindo montagem de roteiros, nos trechos e horários estabelecidos, bem como emissão de seguro de assistência em viagem internacional e outros serviços correlatos.	SRP: SIM
Identificação: N°Pregão:900322024 / UASG:927461	
Lote/Item: /1	
Ata: Link Ata	
Homologação: 03/04/2025 10:19	
Fonte: www.gov.br/compras/pt-br	
Quantidade: 300	
Unidade: UNIDADE	
UF: SP	

CNPJ	Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Final	
14.181.341/0001-15	UATUMA TURISMO E EVENTOS LTDA		R\$ 0,01	
*VENCEDOR*				
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada				
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
AM	Manaus	RUA LUIZA RODRIGUES DA ROSA, 77	(92) 3234-5071	financeiro@tucumareturismo.com.br







CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
14.181.341/0001-15	UATUMA TURISMO E EVENTOS LTDA	R\$ 1,10
<b>*VENCEDOR*</b>		
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada		
Estado: AM	Cidade: Manaus	Endereço: RUA LUIZA RODRIGUES DA ROSA, 77
Telefone: (92) 3234-5071		Email: financeiro@tucumareturismo.com.br



15.655.026/0001-45	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA	R\$ 1,12
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada		
Endereço: DAS PITANGUEIRAS, 5	Telefone: (61) 9570-4155	Email: contato@federaltrading.org

Preço (Compras Governamentais) 19: Mediana das Propostas Finais  
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 1,12

CNPJ: 33.093.248/0001-01	Data: 29/01/2025 08:00
Órgão: CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto: Contratação de serviços de agenciamento de viagens para aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais, compreendendo os serviços de emissão, alteração e cancelamento de passagem de qualquer companhia brasileira ou estrangeira, incluindo montagem de roteiros, nos trechos e horários estabelecidos, bem como emissão de seguro de assistência em viagem internacional e outros serviços correlatos.	SRP: SIM
Descrição: Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens - Repasse - Seguro Viagem.	Identificação: NºPregão:900322024 / UASG:927461
CatSer: 3719 - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens	Lote/Item: /5
	Ata: Link Ata
	Homologação: 03/04/2025 10:19
	Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
	Quantidade: 5.000
	Unidade: UNIDADE
	UF: SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
14.181.341/0001-15	UATUMA TURISMO E EVENTOS LTDA	R\$ 1,10
<b>*VENCEDOR*</b>		
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada		
Estado: AM	Cidade: Manaus	Endereço: RUA LUIZA RODRIGUES DA ROSA, 77
Telefone: (92) 3234-5071		Email: financeiro@tucumareturismo.com.br

15.655.026/0001-45	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA	R\$ 1,13
Marca: Fabricante: Fabricante não informado Modelo: Descrição: Descrição não informada		
Endereço: DAS PITANGUEIRAS, 5	Telefone: (61) 9570-4155	Email: contato@federaltrading.org



Relatório gerado em 13/10/2025 10:34:11 (IP: 2604:a28:1141:290:b148:8194:7865:ce61)  
 Código Validador: B11F380dK3Qm1Waw0mBby00B86x7y0p967bMF58lgrqHLRnPrm6WAW63qH3d  
 https://www.bancodados.gov.br/CertificadoAutenticidade?token=B11F380dK3Qm1Waw0mBby00B86x7y0p967bMF58lgrqHLRnPrm6WAW63qH3d



ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Compras.gov.br  
[www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

Data: 13/10/2025  
Acessar a fonte 10:28:33  
aqui

2 - Portal Nacional de Contratações Públicas  
<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Data: 13/10/2025  
Acessar a fonte 10:28:38  
aqui







## Câmara Municipal de Imperatriz-MA

CNPJ: 69.555.019/0001-09

Responsável: Deivon de Aguiar de Santos

Matrícula: PORT. 001/2025

Telefone: (99) 99132-9844

Departamento: Departamento Administrativo / Responsável Técnico pelo ETP



### Relatório Memorial de Cálculo

Relatório gerado no dia 13/10/2025 10:35:11 (IP: 2804:a28:1141:2f00:b149:8194:f8b5:ce61)

#### Item 1 - Prestação de serviços de agenciamento de viagens:

##### Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	11.050.221/0001-90	R\$ 0,01	R\$ 0,01
2	07.832.586/0001-08	R\$ 0,01	R\$ 0,01
3	56.890.785/0001-70	R\$ 0,01	R\$ 0,01
4	60.789.160/0001-93	R\$ 0,01	R\$ 0,01
5	35.315.849/0001-39	R\$ 0,01	R\$ 0,01
6	00.878.230/0001-58	R\$ 0,01	R\$ 0,01
7	16.826.800/0001-04	R\$ 0,01	R\$ 0,01
8	12.146.604/0001-20	R\$ 80,00	R\$ 0,01
9	50.706.162/0001-18	R\$ 80,00	R\$ 0,01
10	52.620.268/0001-20	R\$ 0,01	R\$ 0,01
11	18.031.182/0001-23	R\$ 41,00	R\$ 0,01
12	58.602.057/0001-40	R\$ 80,00	R\$ 0,01
13	15.329.965/0001-08	R\$ 0,01	R\$ 0,01
14	61.878.795/0001-20	R\$ 0,01	R\$ 0,01
15	51.366.481/0001-94	R\$ 80,00	R\$ 77,77
16	57.671.686/0001-60	R\$ 79,00	R\$ 79,00
17	32.103.675/0001-52	R\$ 79,99	R\$ 79,99
18	59.829.568/0001-62	R\$ 90,00	R\$ 90,00
19	39.843.027/0001-81	R\$ 199,00	R\$ 199,00

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 0.01

2. Valor Calculado: R\$ 0,01

##### Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	16.826.800/0001-04	R\$ 0,01	R\$ 0,01

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 0.01

2. Valor Calculado: R\$ 0,01

##### Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Finais



Relatório gerado no dia 13/10/2025 10:35:11 (IP: 2804:a28:1141:2f00:b149:8194:f8b5:ce61)  
Código Validação: 9sjGcqeYrY5m%2fBD3O0eDgkJbFD4H5hzRGans4vUc2Ckb%2bL2vcV1SGegXL21zNQJ63E3IAUfXGUPs2JCeeuCA%3d%3d  
<http://www.bancodeprescos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=9sjGcqeYrY5m%2fBD3O0eDgkJbFD4H5hzRGans4vUc2Ckb%2bL2vcV1SGegXL21zNQJ63E3IAUfXGUPs2JCeeuCA%253d%253d>

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	39.298.360/0001-57	R\$ 0,01	R\$ 0,01
2	04.864.703/0001-19	R\$ 0,01	R\$ 0,01
3	12.146.604/0001-20	R\$ 0,01	R\$ 0,01
4	05.120.923/0001-09	R\$ 0,01	R\$ 0,01
5	53.431.363/0001-48	R\$ 0,01	R\$ 0,01
6	04.389.953/0001-44	R\$ 0,01	R\$ 0,01
7	36.932.853/0001-09	R\$ 0,01	R\$ 0,01
8	44.394.733/0001-23	R\$ 0,01	R\$ 0,01
9	23.361.387/0001-07	R\$ 0,01	R\$ 0,01
10	11.050.221/0001-90	R\$ 0,01	R\$ 0,01
11	57.225.758/0001-45	R\$ 0,01	R\$ 0,01
12	22.027.147/0001-08	R\$ 0,01	R\$ 0,01
13	26.722.189/0001-10	R\$ 0,01	R\$ 0,01
14	50.255.771/0001-06	R\$ 0,01	R\$ 0,01
15	02.964.393/0001-89	R\$ 0,01	R\$ 0,01
16	05.917.540/0001-58	R\$ 0,01	R\$ 0,01
17	07.832.586/0001-08	R\$ 0,01	R\$ 0,01
18	15.741.481/0001-63	R\$ 0,01	R\$ 0,01
19	53.509.270/0001-99	R\$ 0,01	R\$ 0,01
20	07.099.098/0002-06	R\$ 0,01	R\$ 0,01
21	58.425.667/0001-16	R\$ 0,01	R\$ 0,01
22	48.925.313/0001-87	R\$ 0,01	R\$ 0,01
23	07.933.551/0001-57	R\$ 0,01	R\$ 0,01
24	02.676.310/0001-56	R\$ 0,01	R\$ 0,01
25	58.555.923/0001-90	R\$ 0,01	R\$ 0,01
26	56.890.785/0001-70	R\$ 0,01	R\$ 0,01
27	48.863.612/0001-34	R\$ 0,01	R\$ 0,01
28	04.613.668/0001-65	R\$ 0,01	R\$ 0,01
29	49.230.423/0001-97	R\$ 0,01	R\$ 0,01
30	37.979.739/0001-05	R\$ 4,50	R\$ 0,01
31	51.005.761/0001-77	R\$ 0,01	R\$ 0,01
32	11.401.815/0001-07	R\$ 0,01	R\$ 0,01
33	60.789.160/0001-93	R\$ 0,01	R\$ 0,01
34	18.780.623/0001-90	R\$ 0,01	R\$ 0,01
35	15.329.965/0001-08	R\$ 0,01	R\$ 0,01
36	33.318.780/0001-71	R\$ 0,01	R\$ 0,01
37	32.246.491/0001-41	R\$ 0,01	R\$ 0,01
38	36.063.106/0001-81	R\$ 0,01	R\$ 0,01
39	31.388.250/0001-74	R\$ 0,01	R\$ 0,01
40	14.181.341/0001-15	R\$ 0,01	R\$ 0,01
41	61.878.795/0001-20	R\$ 0,01	R\$ 0,01
42	48.382.439/0001-52	R\$ 0,01	R\$ 0,01
43	16.826.800/0001-04	R\$ 0,01	R\$ 0,01
44	26.585.506/0001-01	R\$ 0,01	R\$ 0,01
45	43.421.931/0001-76	R\$ 0,01	R\$ 0,01
46	07.340.993/0001-90	R\$ 0,01	R\$ 0,01
47	00.878.230/0001-58	R\$ 5,00	R\$ 5,00
48	52.702.113/0001-32	R\$ 8,99	R\$ 8,99
49	39.922.394/0001-70	R\$ 8,99	R\$ 8,99
50	07.866.382/0001-80	R\$ 8,99	R\$ 8,99
51	07.612.370/0001-29	R\$ 8,99	R\$ 8,99



1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 0.01



2. Valor Calculado: R\$ 0,01

**Preço (Compras Governamentais) 4: Mediana das Propostas Finais**

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 03.320.995/0001-66	R\$ 0,74	R\$ 0,74
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 0,74		
2. Valor Calculado: R\$ 0,74		



**Preço (Compras Governamentais) 5: Mediana das Propostas Finais**

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 53.431.363/0001-48	R\$ 0,01	R\$ 0,01
2 51.438.599/0001-80	R\$ 0,01	R\$ 0,01
3 58.425.667/0001-16	R\$ 0,01	R\$ 0,01
4 56.890.785/0001-70	R\$ 0,01	R\$ 0,01
5 35.315.849/0001-39	R\$ 0,01	R\$ 0,01
6 57.302.121/0001-05	R\$ 0,01	R\$ 0,01
7 42.766.385/0001-42	R\$ 0,01	R\$ 0,01
8 52.185.488/0001-72	R\$ 2,63	R\$ 2,63
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 0,01, 0,01		
2. Soma das propostas selecionadas: $0,01 + 0,01 = 0,02$		
3. Divisão pela quantidade selecionada: $0,02 / 2 = 0,01$		
4. Valor Calculado: R\$ 0,01		

**Preço (Compras Governamentais) 6: Mediana das Propostas Finais**

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 12.669.334/0001-31	R\$ 0,01	R\$ 0,01
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 0,01		
2. Valor Calculado: R\$ 0,01		

**Preço (Compras Governamentais) 7: Mediana das Propostas Finais**

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 17.105.687/0001-22	R\$ 1,00	R\$ 1,00
2 73.405.474/0001-97	R\$ 1,00	R\$ 1,00
3 48.037.257/0001-44	R\$ 1,00	R\$ 1,00
4 29.528.154/0001-32	R\$ 1,00	R\$ 1,00
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 1,00, 1,00		
2. Soma das propostas selecionadas: $1,00 + 1,00 = 2,00$		
3. Divisão pela quantidade selecionada: $2,00 / 2 = 1,00$		
4. Valor Calculado: R\$ 1,00		

**Preço (Compras Governamentais) 8: Mediana das Propostas Finais**

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 11.940.803/0001-42	R\$ 0,01	R\$ 0,01
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 0,01		
2. Valor Calculado: R\$ 0,01		

**Preço (Compras Governamentais) 9: Mediana das Propostas Finais**





	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	53.509.270/0001-99	R\$ 0,01	R\$ 0,01
2	39.298.360/0001-57	R\$ 0,01	R\$ 0,01
3	04.864.703/0001-19	R\$ 0,01	R\$ 0,01
4	12.146.604/0001-20	R\$ 0,01	R\$ 0,01
5	05.120.923/0001-09	R\$ 0,01	R\$ 0,01
6	53.431.363/0001-48	R\$ 0,01	R\$ 0,01
7	06.064.175/0010-30	R\$ 0,01	R\$ 0,01
8	04.389.953/0001-44	R\$ 0,01	R\$ 0,01
9	26.423.228/0001-88	R\$ 0,01	R\$ 0,01
10	36.932.853/0001-09	R\$ 0,01	R\$ 0,01
11	44.394.733/0001-23	R\$ 0,01	R\$ 0,01
12	23.361.387/0001-07	R\$ 0,01	R\$ 0,01
13	82.524.232/0001-03	R\$ 0,01	R\$ 0,01
14	29.305.003/0001-15	R\$ 0,01	R\$ 0,01
15	57.225.758/0001-45	R\$ 0,01	R\$ 0,01
16	22.027.147/0001-08	R\$ 0,01	R\$ 0,01
17	26.722.189/0001-10	R\$ 0,01	R\$ 0,01
18	46.767.532/0001-50	R\$ 0,01	R\$ 0,01
19	50.255.771/0001-06	R\$ 0,01	R\$ 0,01
20	02.964.393/0001-89	R\$ 0,01	R\$ 0,01
21	40.736.657/0001-36	R\$ 0,01	R\$ 0,01
22	05.929.934/0001-26	R\$ 0,01	R\$ 0,01
23	05.917.540/0001-58	R\$ 0,01	R\$ 0,01
24	07.832.586/0001-08	R\$ 0,01	R\$ 0,01
25	15.741.481/0001-63	R\$ 0,01	R\$ 0,01
26	35.636.034/0001-51	R\$ 0,01	R\$ 0,01
27	06.157.430/0001-06	R\$ 0,01	R\$ 0,01
28	51.438.599/0001-80	R\$ 0,01	R\$ 0,01
29	12.669.334/0001-31	R\$ 0,01	R\$ 0,01
30	47.550.103/0001-99	R\$ 0,01	R\$ 0,01
31	58.425.667/0001-16	R\$ 0,01	R\$ 0,01
32	08.808.153/0001-71	R\$ 0,01	R\$ 0,01
33	48.925.313/0001-87	R\$ 0,01	R\$ 0,01
34	07.933.551/0001-57	R\$ 0,01	R\$ 0,01
35	02.676.310/0001-56	R\$ 0,01	R\$ 0,01
36	32.103.675/0001-52	R\$ 0,01	R\$ 0,01
37	18.775.301/0001-52	R\$ 0,01	R\$ 0,01
38	56.890.785/0001-70	R\$ 0,01	R\$ 0,01
39	34.140.729/0001-85	R\$ 0,01	R\$ 0,01
40	48.863.612/0001-34	R\$ 0,01	R\$ 0,01
41	11.335.789/0001-58	R\$ 0,01	R\$ 0,01
42	46.205.747/0001-87	R\$ 0,01	R\$ 0,01
43	24.929.614/0001-10	R\$ 0,01	R\$ 0,01
44	52.185.488/0001-72	R\$ 0,01	R\$ 0,01
45	10.181.964/0001-37	R\$ 0,01	R\$ 0,01
46	39.872.237/0002-89	R\$ 0,01	R\$ 0,01
47	32.246.491/0001-41	R\$ 0,01	R\$ 0,01
48	16.417.272/0001-21	R\$ 0,01	R\$ 0,01
49	09.645.389/0001-05	R\$ 0,01	R\$ 0,01
50	53.545.815/0001-12	R\$ 0,01	R\$ 0,01
51	14.181.341/0001-15	R\$ 0,01	R\$ 0,01
52	21.993.683/0001-03	R\$ 0,01	R\$ 0,01
53	48.382.439/0002-33	R\$ 0,01	R\$ 0,01



CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
54 16.826.800/0001-04	R\$ 0,01	R\$ 0,01
55 43.421.931/0001-76	R\$ 0,01	R\$ 0,01
56 07.340.993/0003-51	R\$ 0,01	R\$ 0,01
57 12.571.640/0001-30	R\$ 0,01	R\$ 0,01
58 61.166.340/0001-81	R\$ 0,20	R\$ 0,20



1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 0.01, 0.01
2. Soma das propostas selecionadas:  $0.01 + 0.01 = 0.02$
3. Divisão pela quantidade selecionada:  $0.02 / 2 = 0.01$
4. Valor Calculado: R\$ 0,01

**Preço (Compras Governamentais) 10: Mediana das Propostas Finais**

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 56.890.785/0001-70	R\$ 0,20	R\$ 0,20
2 12.833.061/0001-19	R\$ 0,40	R\$ 0,40
3 32.103.675/0001-52	R\$ 0,95	R\$ 0,95
4 11.401.815/0001-07	R\$ 0,95	R\$ 0,95
5 46.537.632/0001-90	R\$ 0,96	R\$ 0,96
6 07.099.098/0001-25	R\$ 0,98	R\$ 0,98
7 27.349.777/0001-12	R\$ 1,00	R\$ 1,00
9 02.964.393/0001-89	R\$ 1,00	R\$ 1,00
10 10.975.765/0001-09	R\$ 1,00	R\$ 1,00
11 01.819.149/0001-60	R\$ 1,00	R\$ 1,00
12 10.181.964/0001-37	R\$ 1,00	R\$ 1,00
13 13.353.495/0001-84	R\$ 1,00	R\$ 1,00

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 0.98, 1.00
2. Soma das propostas selecionadas:  $0.98 + 1.00 = 1.98$
3. Divisão pela quantidade selecionada:  $1.98 / 2 = 0.99$
4. Valor Calculado: R\$ 0,99

**Preço (Compras Governamentais) 11: Mediana das Propostas Finais**

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 02.072.944/0001-08	R\$ 0,01	R\$ 0,01

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 0.01
2. Valor Calculado: R\$ 0,01

**Preço (Compras Governamentais) 12: Mediana das Propostas Finais**

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 20.741.527/0001-84	R\$ 0,01	R\$ 0,01

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 0.01
2. Valor Calculado: R\$ 0,01

**Preço (Compras Governamentais) 13: Mediana das Propostas Finais**

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 35.315.849/0001-39	R\$ 0,01	R\$ 0,01

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 0.01
2. Valor Calculado: R\$ 0,01

**Preço (Compras Governamentais) 14: Mediana das Propostas Finais**



CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 42.050.919/0001-30	R\$ 0,01	R\$ 0,01
2 53.365.231/0001-65	R\$ 0,01	R\$ 0,01
3 42.241.534/0001-50	R\$ 0,01	R\$ 0,01
4 14.211.195/0001-23	R\$ 0,01	R\$ 0,01
5 51.438.599/0001-80	R\$ 0,01	R\$ 0,01
6 35.315.849/0001-39	R\$ 0,01	R\$ 0,01
7 14.278.276/0001-40	R\$ 0,01	R\$ 0,01
8 54.282.476/0001-91	R\$ 0,01	R\$ 0,01
9 16.826.800/0001-04	R\$ 0,01	R\$ 0,01
10 56.890.785/0001-70	R\$ 0,01	R\$ 0,01
11 42.766.385/0001-42	R\$ 0,01	R\$ 0,01
12 57.201.213/0001-07	R\$ 0,07	R\$ 0,07
13 55.972.748/0001-48	R\$ 100,00	R\$ 100,00



1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 0.01

2. Valor Calculado: R\$ 0,01

Preço (Compras Governamentais) 15: Mediana das Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 49.773.461/0001-96	R\$ 0,01	R\$ 0,01
2 50.420.519/0001-05	R\$ 0,01	R\$ 0,01
3 50.706.162/0001-18	R\$ 0,01	R\$ 0,01
4 56.890.785/0001-70	R\$ 0,01	R\$ 0,01
5 57.891.618/0001-06	R\$ 0,01	R\$ 0,01
6 53.431.363/0001-48	R\$ 0,01	R\$ 0,01
7 51.438.599/0001-80	R\$ 0,01	R\$ 0,01
8 54.202.236/0001-30	R\$ 0,01	R\$ 0,01
9 51.810.293/0001-03	R\$ 0,01	R\$ 0,01
10 58.555.923/0001-90	R\$ 0,01	R\$ 0,01
11 56.905.834/0001-09	R\$ 0,01	R\$ 0,01
12 35.315.849/0001-39	R\$ 0,01	R\$ 0,01
13 13.038.641/0001-87	R\$ 0,01	R\$ 0,01
14 16.826.800/0001-04	R\$ 0,01	R\$ 0,01
15 07.340.993/0001-90	R\$ 0,01	R\$ 0,01
16 53.398.062/0001-60	R\$ 8,00	R\$ 0,01
17 58.425.667/0001-16	R\$ 10,00	R\$ 0,01
18 57.582.771/0001-51	R\$ 0,01	R\$ 0,01
19 39.298.360/0001-57	R\$ 0,01	R\$ 0,01
20 44.394.733/0001-23	R\$ 0,01	R\$ 0,01
21 57.225.758/0001-45	R\$ 0,01	R\$ 0,01
22 50.255.771/0001-06	R\$ 0,01	R\$ 0,01
23 48.925.313/0001-87	R\$ 0,01	R\$ 0,01
24 54.423.193/0001-12	R\$ 0,01	R\$ 0,01
25 53.545.815/0001-12	R\$ 0,01	R\$ 0,01
26 48.382.439/0001-52	R\$ 0,01	R\$ 0,01
27 48.170.329/0001-27	R\$ 0,01	R\$ 0,01
28 47.702.221/0001-75	R\$ 9,00	R\$ 7,50
29 52.620.268/0001-20	R\$ 10,00	R\$ 10,00
30 56.322.584/0001-76	R\$ 10,00	R\$ 10,00
31 28.016.017/0001-56	R\$ 10,00	R\$ 10,00
32 44.277.930/0001-62	R\$ 10,00	R\$ 10,00
33 15.655.026/0001-45	R\$ 10,29	R\$ 10,29
34 08.219.699/0001-97	R\$ 80,00	R\$ 80,00



Relatório gerado no dia 13/10/2025 10:35:11 (IP: 2804:a28:1141:2100:b149:8194:1bb5:ce61)  
 Código de Verificação: 9sjGcqeYrY5m%2fBD300eDgkjbFD4H5hzRGan54vUc2Ckb%252bL2vcV1SGegXL21zNQJ63E3tAUfXGUPs2JCeeuCA%3d%1d  
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificacaoAutenticidade?token=9sjGcqeYrY5m%252fBD300eDgkjbFD4H5hzRGan54vUc2Ckb%252bL2vcV1SGegXL21zNQJ63E3tAUfXGUPs2JCeeuCA%253d%253d>





1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 0,01, 0,01
2. Soma das propostas selecionadas:  $0,01 + 0,01 = 0,02$
3. Divisão pela quantidade selecionada:  $0,02 / 2 = 0,01$
4. Valor Calculado: R\$ 0,01

**Preço (Compras Governamentais) 16: Mediana das Propostas Finais**

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 14.181.341/0001-15	R\$ 0,01	R\$ 0,01
2 15.655.026/0001-45	R\$ 0,10	R\$ 0,10

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 0,01, 0,10
2. Soma das propostas selecionadas:  $0,01 + 0,10 = 0,11$
3. Divisão pela quantidade selecionada:  $0,11 / 2 = 0,06$
4. Valor Calculado: R\$ 0,06

**Preço (Compras Governamentais) 17: Mediana das Propostas Finais**

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 14.181.341/0001-15	R\$ 0,01	R\$ 0,01
2 15.655.026/0001-45	R\$ 0,10	R\$ 0,10

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 0,01, 0,10
2. Soma das propostas selecionadas:  $0,01 + 0,10 = 0,11$
3. Divisão pela quantidade selecionada:  $0,11 / 2 = 0,06$
4. Valor Calculado: R\$ 0,06

**Preço (Compras Governamentais) 18: Mediana das Propostas Finais**

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 14.181.341/0001-15	R\$ 1,10	R\$ 1,10
2 15.655.026/0001-45	R\$ 1,12	R\$ 1,12

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 1,10, 1,12
2. Soma das propostas selecionadas:  $1,10 + 1,12 = 2,22$
3. Divisão pela quantidade selecionada:  $2,22 / 2 = 1,11$
4. Valor Calculado: R\$ 1,11

**Preço (Compras Governamentais) 19: Mediana das Propostas Finais**

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 14.181.341/0001-15	R\$ 1,10	R\$ 1,10
2 15.655.026/0001-45	R\$ 1,13	R\$ 1,13

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 1,10, 1,13
2. Soma das propostas selecionadas:  $1,10 + 1,13 = 2,23$
3. Divisão pela quantidade selecionada:  $2,23 / 2 = 1,12$
4. Valor Calculado: R\$ 1,12





## Câmara Municipal de Imperatriz-MA

CNPJ: 09.555.019/0001-09

Responsável: Deivon de Aguiar de Santos

Matrícula: PORT. 001/2025

Telefone: (99) 99132-9844

Departamento: Departamento Administrativo / Responsável Técnico pelo ETP



### Mapa Comparativo de Preços

Os cálculos deste relatório foram elaborados com base nas metodologias descritas na 4ª edição do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A utilização desse manual assegura a precisão e a confiabilidade dos cálculos apresentados, conforme os padrões estabelecidos pelo STJ. Para mais detalhes, acesse aqui.

Critérios Estatísticos Gerais	
30%	Preços excessivamente elevados: valores superiores a 30% da média do rol de preços obtidos
70%	Inexequível: valores inferiores a 70% da média do rol de preços obtidos

Critérios Estatísticos por Item								
Item	Média	Mediana	Desvio Padrão Amostral	Coeficiente de Variação	Método Estatístico	Preço Mínimo	Válidos	
							Média	Mediana
Prestação de serviços de agenciamento de viagens	R\$ 0,27	R\$ 0,01	0,45	165,60	Média	R\$ 0,00	R\$ 0,06	R\$ 0,06

Item	Especificação	Und	Qtd	Origem	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
1	Prestação de serviços de agenciamento de viagens	un	1000,00	SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA	Compras.gov.br	SUNLINE VIACENS E TURISMO LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 0,01	R\$ 0,27	INEXEQUÍVEL	58,4% de média dos outros preços obtidos, excluindo os excessivamente elevados
				ESTADO DE GOIÁS / 927029 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	Portal Nacional de Contratações Públicas	VN SOARES - VIAJE BEM MAIS LTDA	Microempresa	R\$ 0,01		INEXEQUÍVEL	58,4% de média dos outros preços obtidos, excluindo os excessivamente elevados
				MINISTÉRIO DA DEFESA   Comando do Exército   Comando Militar da Amazônia   8ª Região Militar   COMANDO 22ª BDA INF SI	Compras.gov.br	IDRIAS TURISMO LTDA	Grupo III - Empresa de Médio Porte	R\$ 0,01		INEXEQUÍVEL	58,4% de média dos outros preços obtidos, excluindo os excessivamente elevados
				UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS / 158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	Portal Nacional de Contratações Públicas	LE SOLEIL TURISMO LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 0,74		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	109,31% superior que a média dos demais preços obtidos
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO   Secretaria Executiva   Subsecretaria de Planejamento e Orçamento   INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE	Compras.gov.br	R. A DA SILVA AGENCIA DE VIAGEM		R\$ 0,01		INEXEQUÍVEL	58,4% de média dos outros preços obtidos



Item	Especificação	Und	Qtd	Descrição	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Mé	AMARILHOS - MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA	Observações
				MATO GROSSO   INSTITUTO FED. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, CAMPUS GUARANTÃ DO NORTE						70	excluindo os excessivamente elevados
				MUNICÍPIO DE LAGARTO / 13124052000111 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO	Portal Nacional de Contratações Públicas	F.L.B. VIAGENS E TURISMO LTDA		R\$ 0,01		INEXEQUÍVEL	58,4% de média dos outros preços obtidos, excluindo os excessivamente elevados
				MUNICÍPIO DE SORRISO / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - MT	Portal Nacional de Contratações Públicas	MAXITUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 1,00		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	329,57% superior que a média dos demais preços obtidos
				BARREIRAS CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES / 010101 - CAMARA MUNICIPAL DE BARREIRAS	Portal Nacional de Contratações Públicas	CLARA TRANSPORTE E TURISMO LTDA		R\$ 0,01		INEXEQUÍVEL	58,4% de média dos outros preços obtidos, excluindo os excessivamente elevados
				MINISTÉRIO DA DEFESA   Comando do Exército   Comando Militar do Nordeste   7ª Região Militar/7ª Divisão de Exército   BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE NATAL	Compras gov.br	WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Empresa de Pequeno Porte	R\$ 0,01		INEXEQUÍVEL	58,4% de média dos outros preços obtidos, excluindo os excessivamente elevados
				Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná	Compras gov.br	56.890.785 GENY MARIA BENTO DE OLIVEIRA Benefício Me/Epp - Sim UF endereço - DF		R\$ 0,99		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	324% superior que a média dos demais preços obtidos
				MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MEDICI / 36 - MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MEDICURO	Portal Nacional de Contratações Públicas	CANASSA & CANASSA LTDA	Microempresa	R\$ 0,01		INEXEQUÍVEL	58,4% de média dos outros preços obtidos, excluindo os excessivamente elevados
				MUNICÍPIO DE TELXEIRA / 1 - Prefeitura Municipal de Telxeira	Portal Nacional de Contratações Públicas	DANILLO RODRIGUES MOREIRA		R\$ 0,01		INEXEQUÍVEL	58,4% de média dos outros preços obtidos, excluindo os excessivamente elevados
				CONSELHO REGIONAL DOS CORRETORES DE IMÓVEIS 4 REGIAO / 926094 - CONS.REG.DÉ CORRET. DE IMÓVEIS - 4ª REG.MG	Portal Nacional de Contratações Públicas	R. A DA SILVA AGENCIA DE VIAGEM		R\$ 0,01		INEXEQUÍVEL	58,4% de média dos outros preços obtidos, excluindo os excessivamente elevados





Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unid.	Média Fis	Avaliação	Obs Avaliação
				Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 4ª Região/MG	Compras.gov.br	R. A DA SILVA AGENCIA DE VIAGEM	—	R\$ 0,01		INEXEQUÍVEL	58,4% da média dos outros preços obtidos, excluindo os excessivamente elevados
				CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 11ª REGIÃO	Compras.gov.br	56.890.785 GENY MARIA BENTO DE OLIVEIRA Benefício Me/Epp: Sim UP endereço: DF	—	R\$ 0,01		INEXEQUÍVEL	58,4% de média dos outros preços obtidos, excluindo os excessivamente elevados
				CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Compras.gov.br	UATUMA TURISMO E EVENTOS LTDA	Grupo III – Empresa de Médio Porte	R\$ 0,06		VÁLIDO	
				CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Compras.gov.br	UATUMA TURISMO E EVENTOS LTDA	Grupo III – Empresa de Médio Porte	R\$ 0,06		VÁLIDO	
				CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Compras.gov.br	UATUMA TURISMO E EVENTOS LTDA	Grupo III – Empresa de Médio Porte	R\$ 1,11		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	390,64% superior que a média dos demais preços obtidos
				CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Compras.gov.br	UATUMA TURISMO E EVENTOS LTDA	Grupo III – Empresa de Médio Porte	R\$ 1,12		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	393,28% superior que a média dos demais preços obtidos



**Câmara Municipal de Imperatriz-MA**

CNPJ: 69.555.019/0001-09

**Responsável: Deivon de Aguiar de Santos**

**Matrícula: PORT. 001/2025**

**Telefone: (99) 99132-9844**

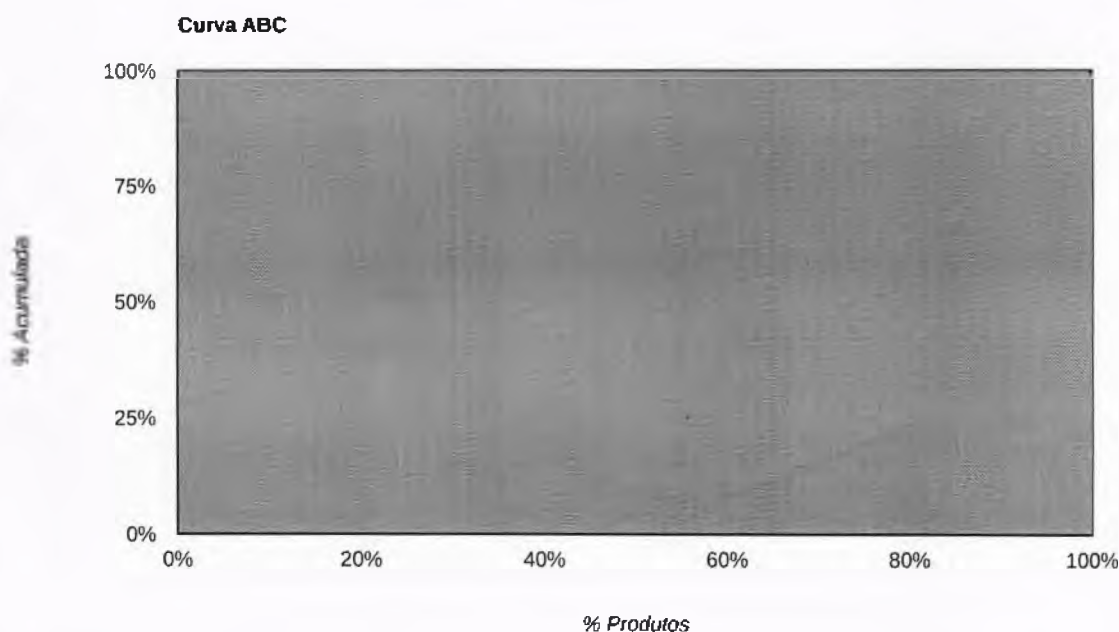
**Departamento:** Departamento Administrativo / Responsável Técnico pelo ETP



**Curva ABC da Cotação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS E SERVIÇOS CORRELATOS COMPREENDENDO**

**Pesquisa realizada entre 13/10/2025 10:23:14 e 13/10/2025 10:30:19**

Relatório gerado no dia 13/10/2025 10:35:32 (IP: 2804::28:1141:2f00:b149:8194:f8b5:ce61)



Nº	Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Total Acumulado	%	% Acumulado
1	Prestação de serviços de agenciamento de viagens	1 000	R\$ 0,27	R\$ 270,00	R\$ 270,00	100,00%	100,00%



Relatório gerado no dia 13/10/2025 10:35:32 (IP: 2804:a28:1141:2f00:b149:8194:18b5:ce61)

Código Validação: 9sJGcoeyrY5m%ZlBD3O0eDgl2%2bFO%2fvUCJ7UDEjFTBYMvepRXKAapu%22nfi1wYhwN0uZKEEZJRnGA%3d

© 2004 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 255: 103–110



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**DESPACHO**

À Sra.

Rayanne Ribeiro de Holanda

Controladora Geral da Câmara Municipal de Imperatriz

**Assunto: Solicitação de análise e manifestação técnica em atendimento ao artigo 30, inciso V, alínea f, da Lei Ordinária nº 2.015/2024.**

Senhora Controladora,

Encaminham-se os presentes autos à Vossa Senhoria para que seja realizada a análise e manifestação técnica, sobre a matéria a seguir detalhada, em atendimento ao disposto no artigo 30, inciso V, alínea f, da Lei Ordinária nº 2.015/2024.

Tratam-se os autos de solicitação do registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

A presente solicitação se justifica pela necessidade de obter parecer técnico da Controladoria Geral da Câmara Municipal de Imperatriz, órgão competente para a análise e interpretação de questões relacionadas à aplicação da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Ordinária nº 2.015/2024, de forma a garantir a correta aplicação da legislação e a segurança jurídica dos atos administrativos a serem praticados.

Após a análise os autos deverão ser remetidos ao Departamento Administrativo para prosseguimento do feito.

Atenciosamente

Imperatriz/MA, em 16 de outubro de 2025

**Danyelle Walkiria Flor da Conceição**  
Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares  
Portaria nº 001/2025



Recb: 20/10/2025  
hs: 11:28  
m: Solidade



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO



**LISTA DE VERIFICAÇÃO – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR  
FORNECIMENTO AGENCIAMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS.**

Processo nº: 090/2025 – DAAC/CMI

Data de recebimento: 17/10/2025

Data de devolução: 22/10/2025

Itens mínimos obrigatórios para a elaboração do ETP, conforme art. 18, § 1º da Lei nº 14.133/2021				
É preciso que o ETP evidencie o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:				
Nº	Descrição	Páginas	Atende plenamente a exigência?	Observação
1	Consta a descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público?	08	Atende	A contratação justifica-se pela necessidade de deslocamento de vereadores e demais servidores para prestação de serviços a Câmara Municipal de Imperatriz, aplicando melhor custo-benefício para o atendimento eficiente da demanda da administração pública.
2	Há demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual?	09	Atende	Apresenta justificativa para não previsão no Plano Anual de contratação. Destarte, embora o PCA seja uma ferramenta de planejamento obrigatório (art. 11, §1º, da Lei 14.133/2021), a sua função é orientar, e não impedir, contratações que se revelem necessárias após a sua elaboração.



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO



3	No caso de compra ou de locação de bens, foi considerado no ETP os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa? <sup>1</sup>		Não se aplica	
4	Os requisitos que a solução contratada deverá atender, incluindo os requisitos mínimos de qualidade, foram delineados?	10-12	Atende	Atuação no ramo de atividade objetivo da licitação, cumprimento do art. 48, inciso I da Lei complementar 123/2006, cadastro no CADASTUR, documentação conforme legislação pertinentes.
5	Consta a estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte?	12	Atende	Levou-se em consideração as solicitações dos setores requisitantes da Câmara Municipal de Imperatriz. Devido ao objeto da demanda, não está acompanhado de memória cálculos.
6	Consta levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar?	12-14	Atende	Para atender à necessidade identificada, verificou-se que a solução mais adequada é a contratação de empresa especializada, considerando que o modelo de contratação por RAV adota uma taxa fixa por bilhete emitido, o que facilita a gestão e o controle financeiro do contrato
7	Consta a estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte?	16-17 Anexo II	Atende	Vide Anexo II

<sup>1</sup> Art. 44 da Lei nº 14.1333/2021: Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa.



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**DESPACHO**

À Sra.  
Rayanne Ribeiro de Holanda  
Controladora Geral da Câmara Municipal de Imperatriz

**Assunto: Solicitação de análise e manifestação técnica em atendimento ao artigo 30, inciso V, alínea f, da Lei Ordinária nº 2.015/2024.**

Senhora Controladora,

Encaminham-se os presentes autos à Vossa Senhoria para que seja realizada a análise e manifestação técnica, sobre a matéria a seguir detalhada, em atendimento ao disposto no artigo 30, inciso V, alínea f, da Lei Ordinária nº 2.015/2024.

Tratam-se os autos de solicitação do registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

A presente solicitação se justifica pela necessidade de obter parecer técnico da Controladoria Geral da Câmara Municipal de Imperatriz, órgão competente para a análise e interpretação de questões relacionadas à aplicação da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Ordinária nº 2.015/2024, de forma a garantir a correta aplicação da legislação e a segurança jurídica dos atos administrativos a serem praticados.

Após a análise os autos deverão ser remetidos ao Departamento Administrativo para prosseguimento do feito.

Atenciosamente

Imperatriz/MA, em 16 de outubro de 2025

**Danyelle Walkiria Flor da Conceição**  
Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares  
Portaria nº 001/2025



Recebido. 28/10/2025  
hs: 11:28  
m: Solidade



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO



**LISTA DE VERIFICAÇÃO - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR  
FORNECIMENTO AGENCIAMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS.**

Processo nº: 090/2025 – DAAC/CMI

Data de recebimento: 17/10/2025

Data de devolução: 22/10/2025

Itens mínimos obrigatórios para a elaboração do ETP, conforme art. 18, § 1ª da Lei nº 14.133/2021				
É preciso que o ETP evidencie o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:				
Nº	Descrição	Páginas	Atende plenamente a exigência?	Observação
1	Consta a descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público?	08	Atende	A contratação justifica-se pela necessidade de deslocamento de vereadores e demais servidores para prestação de serviços a Câmara Municipal de Imperatriz, aplicando melhor custo-benefício para o atendimento eficiente da demanda da administração pública.
2	Há demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual?	09	Atende	Apresenta justificativa para não previsão no Plano Anual de contratação. Destarte, embora o PCA seja uma ferramenta de planejamento obrigatório (art. 11, §1º, da Lei 14.133/2021), a sua função é orientar, e não impedir, contratações que se revelem necessárias após a sua elaboração.



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO



3	No caso de compra ou de locação de bens, foi considerado no ETP os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa? <sup>1</sup>		Não se aplica	
4	Os requisitos que a solução contratada deverá atender, incluindo os requisitos mínimos de qualidade, foram delineados?	10-12	Atende	Atuação no ramo de atividade objetivo da licitação, cumprimento do art. 48, inciso I da Lei complementar 123/2006, cadastro no CADASTUR, documentação conforme legislação pertinentes.
5	Consta a estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte?	12	Atende	Levou-se em consideração as solicitações dos setores requisitantes da Câmara Municipal de Imperatriz. Devido ao objeto da demanda, não está acompanhado de memória cálculos.
6	Consta levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar?	12-14	Atende	Para atender à necessidade identificada, verificou-se que a solução mais adequada é a contratação de empresa especializada, considerando que o modelo de contratação por RAV adota uma taxa fixa por bilhete emitido, o que facilita a gestão e o controle financeiro do contrato
7	Consta a estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte?	16-17 Anexo II	Atende	Vide Anexo II

<sup>1</sup> Art. 44 da Lei nº 14.133/2021: Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa.



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO



8	Consta descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso?	17	Atende	A solução como um todo consiste na contratação de agência de agenciamento de viagens rodoviários e serviços correlatos.
9	Consta a justificativa para o parcelamento ou não da contratação?	18	Atende	O parcelamento foi considerado viável ante a natureza divisível do objeto da contratação.
10	Consta demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis?	18-19	Atende	A contratação busca economicidade por meio de taxa fixa por bilhete, garantindo controle de gastos e otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros envolvidos na gestão de passagens.
11	Consta providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual? Caso contrário, há justificativa?	19	Atende	Indica-se a elaboração de cronograma de execução do objeto.
12	Consta contratações correlatas e/ou interdependentes? Caso contrário, há justificativa?	19	Atende	Não há contratações correlatas
13	Consta descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras? Caso contrário, há justificativa?	19	Atende	Não há impactos ambientais significativos diretamente relacionados à atividade da contratada, uma vez que se trata de prestação de serviços administrativos.
14	Consta o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina?	20	Atende	





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO



15	Consta a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual?	21-24 Anexo I	Atende	Vide Anexo I
----	--	------------------	--------	--------------

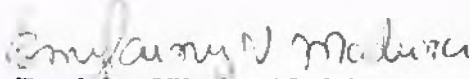
### Conclusão


Após verificação dos elementos mínimos exigidos para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), nos termos do art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que o presente estudo atende aos requisitos legais e técnicos.

O documento demonstra a necessidade da contratação, a melhor solução disponível, os aspectos de viabilidade econômica, os riscos envolvidos e os mecanismos de controle e mitigação adotados.

Ressalta-se, ainda, que a abordagem adotada está em consonância com os princípios da boa governança, gestão de riscos e controle interno, conforme previsto na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016.

Dessa forma, o ETP revela-se adequado para subsidiar as etapas subsequentes do processo de contratação, com foco na eficiência, legalidade e interesse público.

  
**Emylany Vilarino Madeira**  
Assessor Técnico do Departamento de  
Controle Interno

  
**Rayanne Ribeiro de Holanda**  
Controladora-Geral da Câmara Municipal de  
Imperatriz



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



**DESPACHO**

Considerando que o Estudo Técnico Preliminar se constitui como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

Considerando que o Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as diretrizes do art. 18, §1º e seguintes da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021

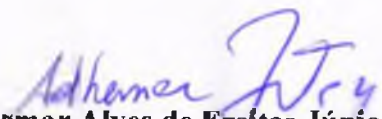
Considerando que consta posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, e que a contratação foi declarada como viável pela Equipe de Planejamento, conforme (fls.20);

Considerando a Análise e Manifestação Técnica do Departamento de Controle Interno com fulcro no artigo 30, inciso V, alínea f, da Lei nº 2.015/2021 (fls. 198-202);

APROVO o Estudo Técnico Preliminar (fls.07-24).

Encaminhe-se ao Departamento Administrativo e Atividades Complementares para as providências cabíveis para prosseguimento do feito.

Imperatriz – MA, 23 de outubro de 2025

  
**Adhemar Alves de Freitas Júnior**  
**Presidente da Câmara Municipal**



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



<b>OFÍCIO</b>	<b>Nº 190/2025</b>
---------------	--------------------

**DO:** DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES  
**PARA:** GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
**ASSUNTO:** Aprovação de Termo de Referência

Imperatriz/MA, 24 de outubro de 2025

À Sua Excelência, o Senhor  
ADHEMAR ALVES DE FREITAS JÚNIOR  
Presidente da Câmara Municipal


Senhor Presidente,

O Departamento Administrativo e Atividades Complementares vem por meio deste requerer que seja **APROVADO** o Termo de Referência em anexo, cujo objeto consiste no **registro de preços** para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.

Outrossim, esclarecemos que as despesas se encontram em consonância com a LDO, LOA e PPA. (art. 16, II, da LC nº 101/00).

Sem mais para o momento, aproveitamos e ensejo para elevar nossas reais considerações e apreço.

Atenciosamente,

  
**Danyelle Walkiria Flor da Conceição**  
Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares  
Portaria nº 001/2025

OBS:

Ciente em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2025.







ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Especificações e quantitativos do objeto:

1.2.1. Os itens do presente Termo de Referência possuem as seguintes especificações, apresentação e quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	A QTD PASSAGEM	B RS VALOR TARIFA	C A X B	D VALOR ESTIMADO DAS PASSAGENS	E C + D VALOR TOTAL
1	CATSER: 3719 Prestação de serviços de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.	1000	0,27	270,00	199.730,00	200.000,00

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

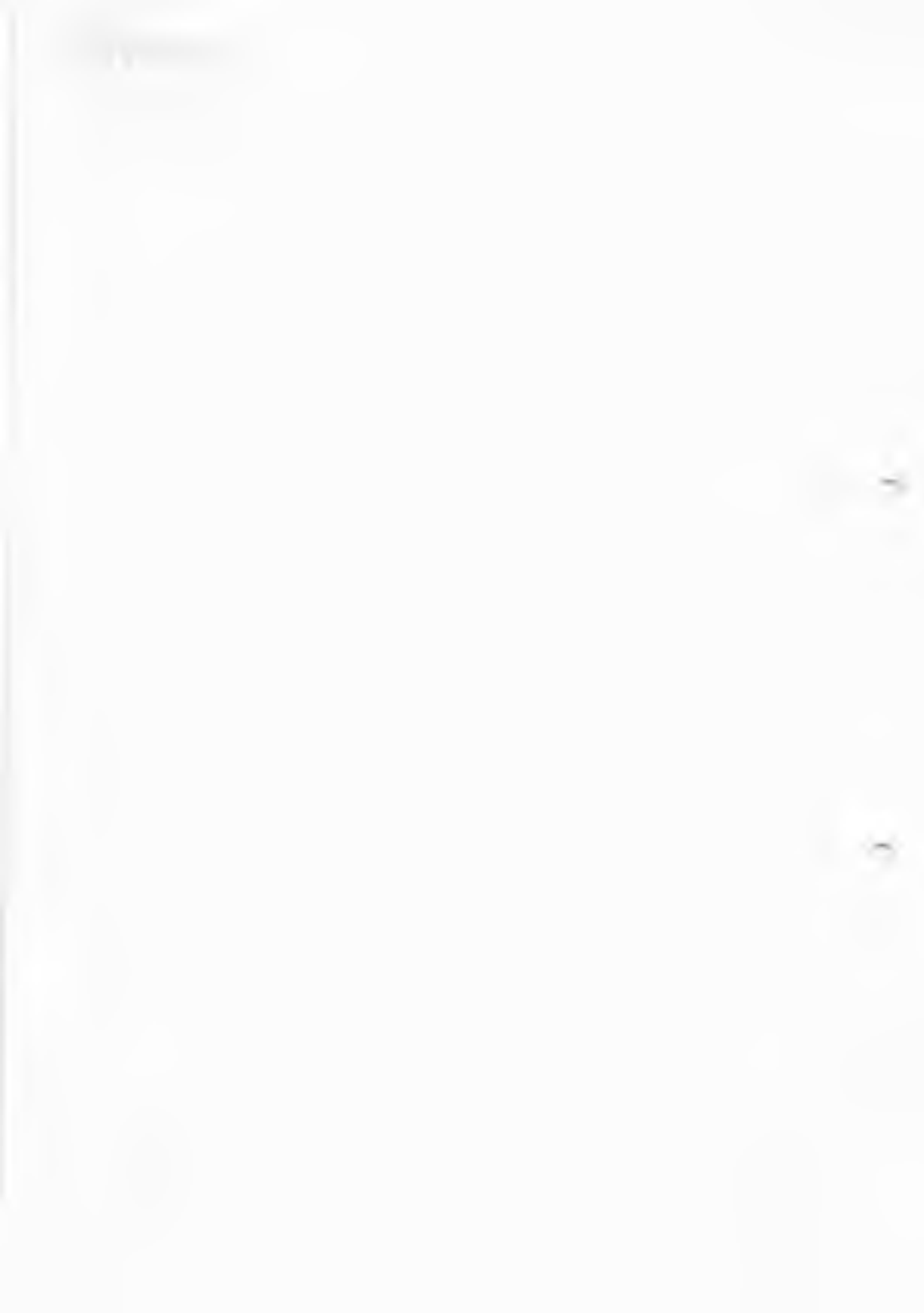
1.4. O prazo de vigência da contratação é de doze meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a essencialidade dos serviços, posto que voltados a preservação do interesse público no deslocamento de vereadores, assessores parlamentares e demais servidores a outros municípios a fim de participar de visitas institucionais, reuniões com Chefes e servidores dos demais poderes do Estado e União em busca de recursos para o município, participação em congressos, palestras, cursos, treinamentos junto a órgãos de fiscalização e controle, bem como eventual e necessário deslocamento de autoridades, palestrantes ou seminaristas ao município de Imperatriz – MA para a prestação de serviços à esta casa legislativa.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação do objeto do presente processo tem por finalidade a promoção do deslocamento de vereadores, assessores parlamentares e demais servidores a outros municípios a fim de participar de visitas institucionais, reuniões com Chefes e servidores dos demais poderes do Estado e União em busca de recursos para o município, participação em congressos, palestras, cursos, treinamentos junto a órgãos de fiscalização e controle, bem como eventual e necessário deslocamento de autoridades, palestrantes ou seminaristas ao município de Imperatriz – MA para a prestação de serviços à esta casa legislativa.

2.2. Para a adoção do Sistema de Registro de Preços:

2.2.1. A opção pelo Sistema de Registro de Preços – SRP para a presente licitação tem como um de seus objetivos principais o princípio da Economicidade, pois diferentemente da licitação convencional, não há o compromisso assumido de contratação, nem mesmo de utilização dos quantitativos totais estimados. O SRP







ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



constitui um importante instrumento de gestão, onde as demandas são incertas, frequentes ou de difícil mensuração.

2.2.2. Em consonância com a Resolução nº 001/2024 e o Decreto Federal nº 11.462/2023 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, verifica-se a viabilidade de realização de licitação sob o regime de Registro de Preços por prazo fixo e determinado para os bens e serviços comuns que se pretende adquirir.

2.2.3. Em síntese, as vantagens do SRP, são os seguintes: otimização dos processos de compras, maior flexibilidade em contratações, houver expectativa de crédito orçamentário futuro, eliminação de casos de fracionamento de despesas, permite a compra do quantitativo exato e necessário para atender às necessidades da administração, reduzindo assim o desperdício de materiais em estoques desnecessários, atendendo às necessidades da administração na quantidade certa e no momento exato, além de permitir maior agilidade nas contratações, coadunando com o objetivo da pretensa contratação.

2.3. **Previsão no Plano de Contratações Anual:**

Face o exposto e em observância ao que aduz o inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020 da SEGES a contratação dos serviços não fora prevista no Plano Anual de Contratações. Todavia, dada a flexibilidade do documento retrocitado, o qual pode eventualmente não contemplar todos os serviços necessários à administração - mormente em decorrência de fato superveniente à elaboração do PCA, ocorrido durante o exercício financeiro em curso, como o caso em tela em que a atual gestão detectou a necessidade de deslocamentos de vereadores e servidores nos moldes da justificativa constante no item 2 deste ETP – não há impedimento ao prosseguimento do processo de contratação do objeto. Nesse sentido trazemos à baila o Enunciado nº 38/2023 do Conselho da Justiça Federal, vide: **“Enunciado 38. Permite-se, excepcionalmente, a realização de contratação que não conste no Plano de Contratações Anual (PCA), desde que devidamente justificada e enquadrada em uma das hipóteses: a) demanda superveniente: que não existia no momento da elaboração do PCA; b) demanda não prevista: que já existia no momento da elaboração do PCA, mas que permaneceu parcial ou totalmente oculta ao gestor responsável por sua elaboração. Em ambos os casos, a continuidade da contratação fica condicionada à aprovação da autoridade competente com as justificativas apresentadas, além da demonstração de alinhamento com a estratégia e da existência de lastro orçamentário. Caberá, ainda, a inclusão do bem, serviço ou obra no PCA vigente para fins de monitoramento dos indicadores de desempenho.”**

2.4. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. **DA MODALIDADE FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A contratação do objeto se dará pelo Sistema de Registro de Preços, por meio de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, no tipo **menor preço**, pelo critério de julgamento **global** por meio da obtenção da **menor taxa de agenciamento/tarifa**.

3.2. A licitação e a contratação reger-se-ão pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/23, bem como pela Lei Ordinária nº 2.015/24, a Resolução nº 001/2024, e, no que couber, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, aplicando subsidiariamente demais normas regulamentares pertinentes à espécie.

AM - SIXTY-THREE

1977

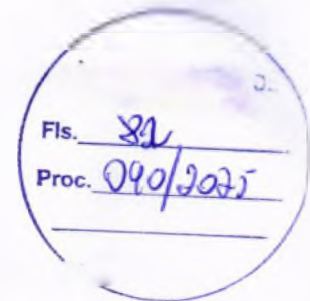
1977

1977

1977



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMI



**4. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

- CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ/MA

**5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

5.1. Tem como objetivo propiciar o deslocamento de vereadores, assessores parlamentares e demais servidores a outros municípios a fim de participar de visitas institucionais, reuniões com Chefes e servidores dos demais poderes do Estado e União em busca de recursos para o município, participação em congressos, palestras, cursos, treinamentos junto a órgãos de fiscalização e controle, bem como eventual e necessário deslocamento de autoridades, palestrantes ou seminaristas ao município de Imperatriz – MA para a prestação de serviços à esta casa legislativa..

5.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Para a contratação será observado os seguintes requisitos:

6.1.1. A empresa a ser contratada deverá se responsabilizar por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que o objeto seja executado de acordo com o solicitado, atendendo todas as especificações e preço;

6.1.2. Os serviços deverão ser executados no prazo máximo definido na proposta de preços apresentada, contado da data de recebimento da nota de empenho, ordem de serviço ou documento equivalente;

6.1.3. A Contratada deverá providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, referentes às condições firmadas;

6.1.4. A contratada será responsável pela entrega do produto, devendo oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses em relação aos produtos entregues;

6.2. **Sustentabilidade:**

6.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

6.3. **Subcontratação**

6.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.4. **Garantia da contratação**

6.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

6.4.1.1. A garantia contratual somente será exigida quando a complexidade do valor da contratação importar em consideráveis riscos de prejuízos à Administração em razão do inadimplemento do contratado, o que não é o caso dos autos.

**7. TRATAMENTO DIFERENCIADO DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Em atendimento ao artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 regulamentou o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, nas licitações públicas no âmbito da Administração Pública, fica estabelecido:







ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



- 7.1.1. Fica reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI.
- 7.1.2. Para os itens cujos valores estimados sejam de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será realizada licitação exclusiva às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos do disposto no art. 48, I da Lei Complementar acima mencionada.
- 7.1.3. Considerando que a natureza do objeto licitado é a prestação de serviços, registra-se que a reserva de cotas não é aplicável para os fins do disposto na LC nº 123/06 ante a sua indivisibilidade.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 8.1. O modelo de execução do objeto do Termo de Referência se dará da seguinte forma:
  - 8.1.1. O objeto será executado de forma parcelada, conforme as necessidades da administração, a contar da data da emissão da Ordem de Serviço, conforme quantitativos nela descritos;
  - 8.1.2. Os serviços deverão ser executados em dias úteis e não úteis, segundo as necessidades da administração. A CONTRATADA deverá manter operadores habilitados, para atendimento 24 horas, de modo que as reservas possam ser requisitadas por telefone ou qualquer outro meio de comunicação.
  - 8.1.3. O prazo de execução do objeto não poderá ser prorrogado, salvo fato superveniente devidamente comprovado, e formalmente justificado antes de esgotado o prazo acima estabelecido, e/ou a critério da Administração, com as devidas justificativas;
  - 8.1.4. A simples execução do objeto da Ordem de Serviço não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo servidor especialmente designado, na forma deste item 5 e do item 8;
  - 8.1.5. O aceite/aprovação dos serviços objeto da licitação pela Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do serviço, disparidade com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se a Contratante as faculdades previstas no art. 18, da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código do Consumidor)
    - 8.1.5.1. Caso se constate irregularidades, como taxas adicionais ou sobrepreços em relação aos preços ofertados pelas companhias rodoviárias, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas em contrato, edital e Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
  - 8.1.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo estabelecido no item 9.1.2.

## **9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de







ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, e/ou pelos respectivos substitutos.

9.5. **Da fiscalização e acompanhamento do contrato:**

- 9.5.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração e realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;
- 9.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 9.5.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 9.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 9.5.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- 9.5.6. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 9.5.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 9.5.8. Cabe ainda ao fiscal do contrato:
  - 9.5.8.1. Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências que surgirem na execução do objeto contratado;
  - 9.5.8.2. Expedir por meio de notificações e/ou relatório de vistoria as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução contratual;
  - 9.5.8.3. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições referentes à execução contratual;
  - 9.5.8.4. Adotar medidas preventivas de controle do contrato, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, e da realização de serviços acessórios, se for o caso;
  - 9.5.8.5. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, e se for o caso, dos serviços acessórios;
  - 9.5.8.6. Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;
  - 9.5.8.7. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
  - 9.5.8.8. Determinar a substituição, mediante justificativa, de empregado subordinado a contratada, inclusive de empregados de eventuais subcontratados, ou a própria subcontratada, que, a seus critérios comprometam o bom andamento dos serviços;
  - 9.5.8.9. Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



- problemas na entrega dos bens ou se for o caso, dos serviços acessórios;
- 9.5.8.10. Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- 9.5.8.11. Conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação.
- 9.5.9. A fiscalização do contrato será realizada pelo(a) servidor(a) Zesielson Ribeiro Sérgio Silva, PORTARIA/DIV/PR nº 037/2025 que acompanhará a execução do objeto pelo contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.5.10. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;
- 9.5.11. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.6. **Da gestão do contrato:**
- 9.6.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 9.6.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 9.6.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 9.6.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 9.6.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- 9.6.6. Caberá ao gestor do contrato sugerir à autoridade competente a renovação, a







ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEM



- prorrogação ou alteração dos contratos, ou sugerir a realização de novo procedimento licitatório ou de contratação direta, de acordo com as necessidades da Administração;
- 9.6.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- 9.6.8. O gestor do contrato analisará os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, analisará eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato, decidirá provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços, e decidirá os requerimentos e reclamações relacionadas à execução contratual;
- 9.6.9. O gestor do contrato analisará os documentos referentes ao recebimento do objeto do contrato;
- 9.6.10. Ao gestor do contrato caberá ainda, quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em Ata, com a participação da contratada e dos fiscais, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, da forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização do pagamento e conclusão da execução contratual;
- 9.6.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 9.7. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:
- 9.7.1. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- 9.7.2. Os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- 9.7.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados, conforme proposta vencedora, observando-se as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso;
- 9.7.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- 9.7.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- 9.7.6. A satisfação do público usuário.
- 9.8. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos servidores designados para a gestão e fiscalização do contrato deverão ser comunicadas à autoridade superior imediata, em tempo hábil, com as respectivas anotações dos fatos, para a adoção das medidas cabíveis.
- 9.9. Caberá ao gestor e fiscal do contrato, e aos seus substitutos a estreita observância da Lei Ordinária nº 2.015, de 05 de abril de 2024.

## **10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **10.1. Do recebimento do objeto:**

- 10.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;
- 10.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do







ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

- 10.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;
- 10.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis;
- 10.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;
- 10.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a contratada será comunicada para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
- 10.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;
- 10.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, e nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, e não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 10.2. **Da liquidação**
  - 10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma deste item, prorrogáveis por igual período;
  - 10.2.2. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;
  - 10.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
    - 10.2.3.1. O prazo de validade;
    - 10.2.3.2. A data da emissão;
    - 10.2.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
    - 10.2.3.4. O período respectivo de execução do contrato;
    - 10.2.3.5. O valor a pagar; e
    - 10.2.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
  - 10.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



- 10.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *online* ao Sistema de Cadastro de Fornecedores adotado para a realização da contratação tal como SICAF ou, na impossibilidade de acesso aos referidos Sistemas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
- 10.2.6. A Administração deverá realizar consulta aos sistemas supramencionados para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;
- 10.2.7. Constatando-se, junto a tais sistemas, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;
- 10.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 10.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;
- 10.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos sistemas (SICAF).
- 10.3. Prazo de pagamento**
- 10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
- 10.4. Forma de pagamento**
- 10.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 10.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar







ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



10.5. A remuneração da CONTRATADA será feita exclusivamente mediante Taxa de Transação ou Taxa de Agenciamento (Transaction Fee), de valor fixo, aplicável a cada uma das seguintes operações:

- emissão, reemissão (alteração/remarcação) de passagens rodoviárias, diretamente no sistema ou, se não disponível o sistema, por telefone e/ou e-mail, pela mesma companhia rodoviária (mesmo CNPJ), independentemente da(s) rota(s) ou destino(s) quando o bilhete aéreo for de ida e volta;
- emissão, reemissão (alteração/remarcação) de passagens rodoviárias, diretamente no sistema ou, se não disponível o sistema, por telefone e/ou e-mail, independentemente da(s) rota(s) ou destino(s), quando o bilhete for somente de ida;
- emissão, reemissão (alteração/remarcação) de passagens rodoviárias, diretamente no sistema ou, se não disponível o sistema, por telefone e/ou e-mail, independentemente da(s) rota(s) ou destino(s), quando o bilhete for somente de volta, ainda que o bilhete de ida tenha sido emitido pela mesma companhia (mesmo CNPJ);
- a cada cancelamento de passagem rodoviária de ida e volta, diretamente no sistema ou, se não disponível o sistema, via telefone e/ou e-mail;
- a cada cancelamento de passagem rodoviária somente de ida, diretamente no sistema ou, se não disponível o sistema, por telefone e/ou e-mail;
- a cada cancelamento de passagem rodoviária somente de volta, diretamente no sistema ou, se não disponível o sistema, por telefone e/ou e-mail;

10.6. Para efeito de medição do serviço, será considerada uma única taxa de transação para viagem de ida e volta realizada pela mesma empresa rodoviária, ou seja, mesmo CNPJ. Caso ida e volta sejam realizadas por empresas rodoviárias diferentes, CNPJ(s) distintos, serão consideradas duas taxas de transação.

10.7. A Taxa de Transação ou Taxa de Agenciamento (Transaction Fee) constitui a única forma de remuneração à CONTRATADA pelos serviços de agenciamento sistematizado previstos, sendo vedada a cobrança de ADE (Adicional de Emissão), ADEDU (Adicional de Emissão-DU), DU, RAT (Repasse a Terceiros), RAV (Remuneração da Agência/Agente de Viagens), SDU (Serviço DU), TRAV (Taxa de Remuneração da Agência/Agente de Viagens), ou qualquer outra taxa ou sobretaxa sobre o valor da tarifa, das taxas e dos serviços como forma de remuneração pelos serviços prestados.

## 11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### 11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL** por meio da obtenção da **MENOR TAXA DE AGENCIAMENTO**.

### 11.2. Regime de execução

11.2.1. O regime de execução do contrato será na modalidade **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

### 11.3. Exigências de habilitação:

11.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 11.3.1.1. Habilitação jurídica:

11.3.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território







ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



nacional;

- 11.3.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.3.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 11.3.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.3.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 11.3.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.3.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 11.3.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 11.3.1.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 11.3.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**
  - 11.3.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
  - 11.3.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
  - 11.3.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
  - 11.3.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
  - 11.3.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.3.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.3.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

11.3.1.2.9. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**11.3.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

11.3.1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

11.3.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.3.1.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

11.3.1.3.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

11.3.1.3.3.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.3.1.3.3.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.3.1.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;

11.3.1.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

11.3.1.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**11.3.1.4. Qualificação Técnica:**

11.3.1.4.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

11.3.1.4.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de complexidade tecnológica e operacional de pelo menos 30% do quantitativo do objeto da licitação ou do item



© JAROSLAV ARAM  
AM - SIRTATUM



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), expedido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

11.3.1.4.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

11.3.1.4.3.1. **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS**

11.3.1.4.3.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

11.3.1.4.3.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.3.1.5. Declaração emitida pelas concessionárias de transporte rodoviário que atuam no município de Imperatriz (MA), atestando que a licitante está autorizada a representá-las na comercialização de passagens, possuindo idoneidade creditícia e que se encontra adimplente com suas obrigações contratuais e financeiras perante essas companhias.

11.3.1.6. Comprovante de registro no Ministério do Turismo (CADASTUR) como “agência de turismo” ou “agência de viagens”, com a apresentação de certificado para o seu regular funcionamento, dentro do prazo de validade, consoante o artigo 22 da Lei 11.771/2008 e Decreto Federal nº 7.381, de 02.12.2010

11.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão aqueles descritos no edital respectivo.

11.5. As regras de desempate entre propostas são aquelas discriminadas no edital.

## **12. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. É vedada a adesão (carona) à Ata de Registro de Preços oriunda da presente licitação.

## **13. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

13.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

13.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

13.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O instrumento contratual de que trata o item 13.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

13.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.







ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



**14. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

14.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

14.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

14.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

14.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**15. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

15.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

15.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

15.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.5. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.4.1. Por razão de interesse público;

15.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

INSTRUMEN ADAMA  
A.M. - SURTA 1991

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



15.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **16. DAS PENALIDADES**

16.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

16.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

16.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

16.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **17. DA ANTICORRUPÇÃO**

17.1. Em demonstração de comprometimento e responsabilidade, as partes declaram conhecer e concordar integralmente com o estabelecido na Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, e se comprometem a observar e a fazer observar, inclusive por seus subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

17.2. Sendo assim, na execução do presente contrato, é vedado à requisitante e ao contratado e/ou ao empregado, preposto e/ou gestor seu:

A) Ao longo da vigência deste ajuste e após, prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, ou a quem quer que seja;

B) Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013;

## **18. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

18.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1.2.1.

## **19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

19.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil. (art. 17 do Decreto nº 11.462/2023).

Imperatriz/MA, 24 de outubro de 2025

*Danyelle Walkiria Flor da Conceição*

**Danyelle Walkiria Flor da Conceição**  
Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares  
Portaria nº 001/2025





Copyright ©

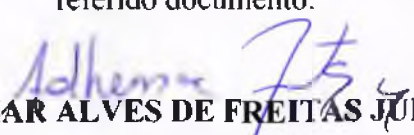




ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



**APROVO** o Termo de Referência nos moldes delineados, à vista do detalhamento descrito no referido documento.

  
**ADHEMAR ALVES DE FREITAS JÚNIOR**  
Presidente da Câmara Municipal





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



## **Apêndice**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**







07  
90/2025

ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**ETP nº 032/2025 – DAAC/CMI**

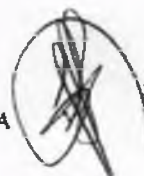
O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que melhor atenderá à necessidade descrita abaixo. O objetivo principal é identificar a necessidade e verificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Este documento visa auxiliar o Departamento Administrativo e Atividades Complementares no planejamento da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.

Ademais, como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, este instrumento tem por finalidade caracterizar o interesse público envolvido, identificar a melhor solução dentre as possíveis, e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 062/2025 – DAAC/CMI, Processo Administrativo nº 090/2025, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo Termo de Referência ou Projeto Básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- 1.1. Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.
- 1.2. Modalidade de licitação a ser adotada:** Pregão, na forma eletrônica.
- 1.3. Critério de julgamento:** Menor Preço.
- 1.4. Critério de adjudicação:** Global.
- 1.5. Registro de preços:** Sim.





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

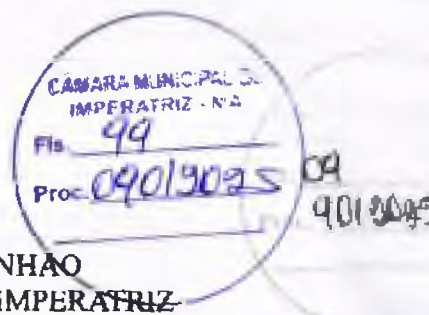
## 2. JUSTIFICATIVAS

### 2.1. Para a contratação:

- 2.1.1. A contratação se justifica considerando a necessidade de preservar o interesse público no deslocamento de vereadores, assessores parlamentares e demais servidores a outros municípios a fim de participar de visitas institucionais, reuniões com Chefes e servidores dos demais poderes do Estado e União em busca de recursos para o município, participação em congressos, palestras, cursos, treinamentos junto a órgãos de fiscalização e controle, bem como eventual e necessário deslocamento de autoridades, palestrantes ou seminaristas ao município de Imperatriz – MA para a prestação de serviços à esta casa legislativa, dentre outras missões institucionais, restando caracterizada e evidenciada a essencialidade dos serviços.
- 2.1.2. Com efeito, é de sabedoria corrente que o objeto cuja contratação é pretendida visa possibilitar que o deslocamento seja realizado por meio do serviço de transporte rodoviário de passageiros uma vez que, a depender do trecho a ser percorrido, se faz necessário conjugar critérios de segurança, rapidez e conforto, atribuindo a cada situação a solução que implique em melhor custo-benefício para o atendimento eficiente da demanda da administração pública.

### 2.1. Para a adoção do Sistema de Registro de Preços:

- 2.2.1 A opção pelo Sistema de Registro de Preços - SRP para a presente licitação tem como um de seus objetivos principais o princípio da Economicidade, pois, diferentemente da licitação convencional, não há o compromisso assumido de contratação, nem mesmo de utilização dos quantitativos totais estimados. O SRP constitui um importante instrumento de gestão, onde as demandas são incertas, frequentes ou de difícil mensuração.
- 2.2.2 Em consonância com o Resolução nº 001/2024 e o Decreto Federal nº 11.462/2023 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 78, IV da Lei nº 14.133/21, verifica-se a viabilidade de realização de licitação sob o regime de Registro de Preços por prazo fixo e determinado para os bens e serviços comuns que se pretende adquirir.



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

2.2.3 Em síntese, as vantagens do SRP são as seguintes: otimização dos processos de compras, maior flexibilidade em contratações, expectativa de crédito orçamentário futuro, eliminação de casos de fracionamento de despesas, permite a compra do quantitativo exato e necessário para atender às necessidades da Administração, reduzindo assim o desperdício de serviços e materiais em estoques desnecessários, atendendo às necessidades da Administração na quantidade certa e no momento exato, além de permitir maior agilidade nas contratações, coadunando com o objetivo da pretensa contratação.

**2.3. Previsão no Plano de Contratações Anual:**

A contratação dos serviços não fora prevista no Plano Anual de Contratações. Todavia, dada a flexibilidade do documento retrocitado, o qual pode eventualmente não contemplar todos os serviços necessários à administração - mormente em decorrência de fato superveniente a elaboração do PCA, ocorrido durante o exercício financeiro em curso, como o caso em tela em que a atual gestão detectou a necessidade de deslocamentos de vereadores e servidores nos moldes da justificativa constante no item 2 deste ETP – não há impedimento ao prosseguimento do processo de contratação do objeto.

Nesse sentido trazemos à baila o Enunciado nº 38/2023 do Conselho da Justiça Federal, vide:

**“Enunciado 38. Permite-se, excepcionalmente, a realização de contratação que não conste no Plano de Contratações Anual (PCA), desde que devidamente justificada e enquadrada em uma das hipóteses: a) demanda superveniente: que não existia no momento da elaboração do PCA; b) demanda não prevista: que já existia no momento da elaboração do PCA, mas que permaneceu parcial ou totalmente oculta ao gestor responsável por sua elaboração. Em ambos os casos, a continuidade da contratação fica condicionada à aprovação da autoridade competente com as justificativas apresentadas, além da demonstração de alinhamento com a estratégia e da existência de lastro orçamentário. Caberá, ainda, a inclusão do bem, serviço ou obra no PCA vigente para fins de monitoramento dos indicadores de desempenho.”**







ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

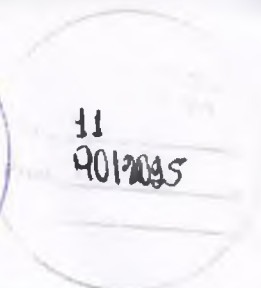
**3.1. Sugere-se como requisitos da contratação:**

- 3.1.1. Os serviços objeto desta licitação têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que os seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio do descritivo no termo de referência, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.1.2. A aquisição deve ocorrer nas quantidades e de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência.
- 3.1.3. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.1.4. Para a execução do objeto pretendido os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos previstos no Edital, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.1.5. Em cumprimento ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, os itens em que o valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II, do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

**3.2. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:**

- 3.2.1. A habilitação dos interessados deverá compreender a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e trabalhista, à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas federal e municipal, além do cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal. Esses requisitos estão previstos nos artigos 62 e 63 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2.2. A Qualificação Técnica dos licitantes deverá ser comprovada através de:
  - 3.2.2.1. No mínimo, 1 (um) Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu ou está fornecendo produtos compatíveis com o objeto desta licitação, em pelo menos 30% do





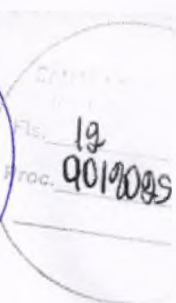
**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

quantitativo. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

- 3.2.2.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato.
- 3.2.2.3. Declaração emitida pelas concessionárias de que está autorizada a representá-las na comercialização de passagens, possuindo idoneidade creditícia e que se encontra adimplente com suas obrigações contratuais e financeiras perante essas companhias.
- 3.2.2.4. Comprovante de registro no Ministério do Turismo (CADASTUR) como “agência de turismo” ou “agência de viagens”, com a apresentação de certificado para o seu regular funcionamento, dentro do prazo de validade, consoante o artigo 22 da Lei 11.771/2008 e Decreto Federal nº 7.381, de 02.12.2010.

**3.3. Do regime de execução**

- 3.3.1. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, nos termos do artigo 6º, inciso XXVIII da Lei nº 14.133/2021.
- 3.3.2. Na empreitada por preço unitário (art. 6º, XXVIII, Lei nº 14.133, de 2021), o valor é fixado por preço certo de unidades determinadas e os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos (TCU. Acórdão 1978, de 2013-Plenário, TC 007.109, de 2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).
- 3.3.3. Na empreitada por preço global, cada parte assume, em tese, o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Esse regime pressupõe um adequado nível de precisão das especificações e quantitativos do serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna (art. 6º, XXIX, Lei nº 14.133, de 2021), para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual (TCU. Acórdão 1978, de 2013-Plenário, TC 007.109, de 2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).

3.3.4. No caso concreto analisado neste Estudo, a escolha do regime de execução "Empreitada por Preço Unitário" se deve aos seguintes fatores:

- a) O estudo aponta para a escolha de uma modalidade flexível que remunera apenas os serviços efetivamente executadas, ou seja, os custos serão mensurados por serviço adquirido e demandado pela fiscalização do contrato. Este modelo permite a redução dos custos inerentes ao processo de compra e tem demonstrado eficácia para o processo de pagamento e controle.
- b) Embora tenha sido realizada uma estimativa da quantidade de serviços a serem contratados, não se conhece previamente, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais e os momentos em que serão executados. Nesse sentido, o valor a ser pago será calculado a partir da efetiva contratação, previamente definido para cada tipo de produto;

#### **4. DO PROCEDIMENTO PARA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

As quantidades a serem contratadas inicialmente foram estimadas levando-se em consideração as solicitações dos setores requisitantes da Câmara Municipal de Imperatriz, tendo em vista que cada um deles define quais são suas necessidades, sendo feita a licitação de modo a possibilitar uma economia de escala, conforme o inciso IV do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/21.

#### **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

As soluções de mercado disponíveis apresentadas neste item e que atendam aos requisitos da contratação foram pesquisadas considerando o parâmetro IV do artigo 5º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021 e suas alterações.



13  
9012025

ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**5.1. Análise das soluções:**

**5.1.1.** Consultando-se os modelos utilizados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, bem como as práticas atuais do mercado privado para execução dos serviços em questão, identificou-se as seguintes soluções para atendimento da necessidade a que se refere o presente estudo.

**5.1.1.1. Solução** – A contratação do objeto soluciona de maneira adequada e viável os requisitos levantados nos itens relacionados. A Câmara Municipal de Imperatriz, por seus vereadores, assessores e servidores por vezes necessitam deslocar-se a outros municípios a fim de participar de reuniões com os Chefes de outros poderes da União e Estado em busca de benefícios de ordem econômica e estrutural para o município de Imperatriz – MA, congressos, palestras e outros eventos de interesse do Poder Legislativo Municipal, bem como propiciar o deslocamento de autoridades, palestrantes e técnicos para a cidade de Imperatriz – MA a fim de ministrar cursos e treinamentos aos servidores desta Casa de Leis.

**5.1.1.2.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.

a) É o modelo mais adotado por instituições públicas e privadas para o atendimento das necessidades de deslocamento de servidores entre municípios. Nesse modelo, a contratada é responsável pelo fornecimento e garantia do objeto, em conformidade com as normas legais e necessidades desta casa de leis.

**5.1.2.** O levantamento apontado tomou como base os parâmetros legais estabelecidos no inciso V do §1º da Lei nº 14.133/2021, bem como no artigo 9º, inciso III da IN nº 58/2022.

**5.1.3.** Apesar do modelo de contratação de taxa de repasse a terceiro com percentual de desconto ser inicialmente vantajoso para administração, tal modelo aumenta o risco da inexecução do contrato devido à variação da margem de rentabilidade da empresa conforme fluxo do mercado, bem como dificulta a gestão do contrato em relação à conferência financeira das faturas tendo em vista a necessidade de calcular o custo do





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

bilhete, acrescentar taxa e reduzir o percentual de desconto em cada emissão. O modelo de contratação RAV (remuneração de agente de viagem), atualmente utilizado por vários órgãos da administração, permanece sendo a forma mais adequada ao perfil desta Casa de Leis, pois se trata de contratação de taxa fixa por bilhete emitido, de fácil gestão e controle financeiro, mormente considerando o reduzido quadro de servidores do Poder Legislativo Municipal.

**5.2. Identificação das soluções:**

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (OU CENÁRIO)	
1	Abertura de processo licitatório para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.

**5.3. Análise comparativa das soluções:**

REQUISITO	SOLUÇÃO	SIM	NÃO	REPÚBLICA
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de <i>software</i> ).	Solução 1			X
A Solução é composta por <i>software</i> livre ou <i>software</i> público? (quando se tratar de <i>software</i> ).	Solução 1			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas	Solução 1			X







**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG? (quando se tratar de <i>software</i> ).				
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital).	Solução 1			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos).	Solução			X
Haverá a necessidade de capacitação de servidores para a execução da contratação?	Solução		X	
Haverá a necessidade de adequação do espaço físico da instituição para execução da solução?	Solução		X	
Haverá necessidade de aquisição de bens pela instituição para execução da solução?	Solução		X	

**5.4. Pesquisa de mercado:**

As soluções de mercado disponíveis apresentadas neste item e que atendam aos requisitos da contratação foram pesquisadas considerando o parâmetro IV do artigo 5º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021 e suas alterações.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

**5.4.1. Análise das soluções:**

- 5.4.1.1. Consultando-se os modelos utilizados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, bem como as práticas atuais do mercado privado para execução dos serviços em questão, identificou-se as seguintes soluções para atendimento da necessidade a que se refere o presente estudo.
- 5.4.1.2. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.
- 5.4.1.3. É o modelo mais adotado por instituições públicas e privadas na contratação de serviços de agenciamento de viagens, posto tratar-se de serviço comum cuja execução não implica em elevado grau de complexidade.

Vantagens	Desvantagens	Riscos
<ul style="list-style-type: none"><li>Transferência de riscos de atividade a terceiros;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Maior vulnerabilidade ao comportamento do mercado.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Não se aplica.</li></ul>

**5.5. Soluções identificadas como inviáveis:**

Não houve soluções consideradas inviáveis.

**5.6. Análise comparativa de custos:**

Solução – A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais apresentou as seguintes pesquisas de mercado, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	P. UNT.
1	Prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão,	0,27



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

	reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.	
--	--	--

**Pesquisa:** O valor obtido na pesquisa é proveniente de consulta realizada junto ao Banco de Preços, o qual trouxe à baila em média três contratos firmados por item, perfazendo os valores unitários conforme a coluna **P. UNT** da tabela supra.

**Conclusão:** O valor total estimado para a contratação, considerando o preço médio final, totaliza **RS 200.000,00 (duzentos mil reais)**, conforme planilha final abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	A QTD PASSAGEM	B R\$ VALOR TARIFA	C A X B	D VALOR ESTIMADO DAS PASSAGENS	E C + D VALOR TOTAL
1	CATSER: 3719 Prestação de serviços de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.	1000	0,27	270,00	199.730,00	200.000,00

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A contratação do objeto do presente processo é fundamental para que a Câmara Municipal promova o deslocamento de vereadores, assessores parlamentares e demais servidores a outros municípios a fim de participar de visitas institucionais, reuniões com Chefes e servidores dos demais poderes do Estado e União em busca de recursos para o município, participação em congressos, palestras, cursos, treinamentos junto a órgãos de fiscalização e controle, bem como eventual e necessário deslocamento de autoridades, palestrantes ou seminaristas ao município de Imperatriz – MA para a prestação de serviços à esta casa legislativa.

6.2. Considerando a possibilidade de contratação, após a análise das vantagens e desvantagens, a solução indicada pela Equipe de Planejamento da Contratação é que seja feita a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, mediante registro de preços, do tipo **MENOR PREÇO**.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

6.3. Os serviços a serem executados enquadram-se na classificação de serviços comuns, justificando assim a utilização do Pregão Eletrônico.

6.4. A escolha pelo registro de preços se deve à possibilidade de promover a execução do objeto de forma parcelada, facilitando a logística de controle empregado pela Administração Pública.

6.4.1. Diante do exposto no item anterior, recomenda-se que seja adotado o SRP para o presente certamente licitatório, com fundamento no artigo 3º do Decreto 11.462/2023.

6.5. Considerando as particularidades relativas à Câmara Municipal de Imperatriz/MA não será permitida a participação do qualquer outro Órgão da Administração Pública no Pregão, bem como não será concedida a Adesão (carona) à ata de registro de preços.

**7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO/AGRUPAMENTO DE ITENS**

7.1. Considerando que os serviços são interligados, o parcelamento não se aplica na presente demanda em virtude da inviabilidade de contratação de empresas distintas para a prestação destes serviços.

7.2. Uma eventual divisão no presente processo submeteria a Administração ao risco de mercado, na medida em que empresas diferentes, ainda que do mesmo ramo de atividade, possuem diferenciações econômico-financeiras, estruturais e de logística, dentre outras, resultando, ao cabo, em capacidades distintas de prestação de serviço, dificultando o controle e expondo a execução do contrato a possíveis níveis de serviço aquém dos critérios a serem estabelecidos no Edital.

7.3. Portanto, a contratação de uma solução unificada, por lote único, funciona como medida mitigadora de riscos, busca dar máxima eficiência às aquisições pretendidas e ainda racionaliza a gestão e a fiscalização do contrato sob a perspectiva do emprego de recursos humanos e do controle.

**8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS OBTIDOS**

8.1. Com a adoção da solução escolhida será possível:

8.1.1. A contratação de uma empresa regulamentada e com conhecimentos técnicos para executar a prestação de serviço continuado de agenciamento de viagens e serviços





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.

- 8.1.2. A contratação será através de taxa de agenciamento a custo fixo (RAV - remuneração de agente de viagem), sem risco de variação do mercado.

**9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

- 9.1. Para melhor execução do serviço contratado é necessário que a instituição faça um cronograma de execução do objeto considerando tanto a média mensal utilizada quanto as ações cotidianas e esporádicas a serem promovidas por vereadores e servidores, que dependam do deslocamento a outros municípios.

**10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 10.1. O valor estimado para a contratação da solução é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	A QTD PASSAGEM	B R\$ VALOR TARIFA	C A X B	D VALOR ESTIMADO DAS PASSAGENS	E C + D VALOR TOTAL
1	CATSER: 3719 Prestação de serviços de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.	1000	0,27	270,00	199.730,00	200.000,00

**11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

- 11.1. Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

**12. IMPACTOS AMBIENTAIS**

Não se aplica



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES CÍVILS

### 13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A viabilidade da contratação se justifica, pois ao longo do estudo verificou-se que a solução proposta no item 1 se mostra mais adequada, econômica e eficiente para o atendimento da necessidade apresentada.



Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.



Esta equipe de planejamento declara **inviável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

#### 13.1. Aprovação e assinatura:

Em vista das informações apresentadas neste documento e considerando que foram cumpridos todos os requisitos para sua elaboração, estão de acordo com as soluções os agentes públicos signatários.

Imperatriz - MA, 16 de outubro de 2025

Assessor do Departamento Administrativo  
Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar  
PORTARIA/GRAI/PR nº 001/2025

Aprovação da Autoridade Competente:

Considerando a declaração de viabilidade de contratação dos setores técnicos,  
APROVO o Estudo Técnico Preliminar, na forma da Lei.

23 de 2025.

Adl

Presidente da Câmara Municipal



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ANEXO I

MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE

- (X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor  
(X) Gestão do Contrato

ANÁLISE DE RISCOS

ANÁLISE DE RISCOS			
Potencialidade	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
Impacto	( ) Baixa	( ) Média	(x) Alta
ID	Dano		
1.	Impugnação do edital; atraso no processo licitatório; anulação da licitação; prejuízo financeiro e danos à imagem do órgão		
ID	Ação Preventiva	Responsável	Período
1.	Revisão do edital por equipe multidisciplinar; utilização de modelos de editais atualizados; consulta aos órgãos de controle; treinamento da equipe responsável pela elaboração do edital	Equipe de planejamento	Fase preparatória
ID	Ação de Contingência	Responsável	Período
1.	Correção imediata do edital, se possível; suspensão do processo licitatório para revisão do	Agente de Contratação	Fase preparatória ou imediato à





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

	edital; divulgação de comunicado esclarecendo as correções		identificação da falha
<b>RISCO 02: Impugnação do edital por licitantes</b>			
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
<b>ID</b>	<b>Dano</b>		
1.	Atraso no processo licitatório; necessidade de revisão do edital; aumento dos custos do processo		
<b>ID</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	<b>Período</b>
1.	Elaboração de edital claro e objetivo; divulgação do edital com antecedência; disponibilização de canal para esclarecimentos de dúvidas	Equipe de planejamento/ Agente de Contratação	Fase preparatória/ Seleção do Fornecedor
<b>ID</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	<b>Período</b>
1.	Análise criteriosa da impugnação; decisão fundamentada sobre a impugnação; divulgação da decisão aos licitantes.	Agente de Contratação	Seleção do Fornecedor
<b>RISCO 03: Desistência dos licitantes após a fase de habilitação</b>			
<b>Probabilidade:</b>	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
<b>ID</b>	<b>Dano</b>		
1.	Atraso no processo licitatório; necessidade de contratação de remanescente; possibilidade de reabertura da licitação		





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ID	Ação Preventiva	Responsável	Período
1.	Análise criteriosa da documentação de habilitação; verificação da capacidade técnica e financeira dos licitantes.	Agente de Contratação	Seleção do Fornecedor
ID	Ação de Contingência	Responsável	Período
1.	Convocação do próximo licitante classificado; reabertura da licitação, se necessário	Agente de Contratação	Seleção do Fornecedor
<b>RISCOS - Condições de contingência (Risco Médio)</b>			
Probabilidade:	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	(x) Alta
ID	Dado		
1.	Prejuízo financeiro; Danos à imagem do órgão; Necessidade de nova licitação		
ID	Ação Preventiva	Responsável	Período
1.	Análise criteriosa das propostas dos licitantes; verificação da capacidade técnica e financeira dos licitantes; elaboração de contrato detalhado e com cláusulas claras; acompanhamento da execução do contrato.	Gestor do Contrato	Execução contratual
ID	Ação de Contingência	Responsável	Período
1.	Aplicação de penalidades previstas em contrato; rescisão do contrato, se	Gestor do Contrato	Execução contratual




24  
90/2025

ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

	necessário; abertura de nova licitação;		
<b>ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar - ETP</b>			
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa	( ) Média	(x) Alta
<b>II</b>	<b>Dano</b>		
1.	Diminuição da vida útil dos equipamentos; aumento da frequência de manutenções; aumento do consumo de energia; aumento da poluição		
<b>III</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	<b>Resultado</b>
1.	Especificação no edital das especificações detalhadas dos equipamentos para licitar, a fim de evitar equipamentos de baixa qualidade;	Equipe de planejamento/ Gestor de Contrato/ Fiscal do Contrato	Fase preparatória/ Execução contratual
<b>IV</b>	<b>Ação de Controle</b>	<b>Responsável</b>	<b>Resultado</b>
1.	Notificação da empresa para a substituição dos equipamentos; aplicação de multas contratuais; rescisão do contrato.	Gestor do Contrato	Execução contratual

Imperatriz - MA, 16 de outubro de 2025

  
**Deivon de Aguiar Santos**  
Assessor do Departamento Administrativo  
Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar  
PORTARIA/GRAT/PR nº 001/2025



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



**DESPACHO**

Tratam-se os autos de solicitação de registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

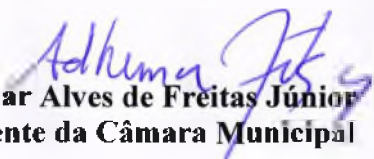
APROVO o Termo de Referência (fls.78-94), na forma da lei, cujo valor total estimado é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Ante o exposto, demonstrada a oportunidade e a conveniência da contratação, AUTORIZO a formalização do procedimento licitatório no valor total anual de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), estando o presente processo em condições da Diretoria Administrativa dar início ao procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei.

À vista das informações trazidas aos autos, DECLARO o cumprimento dos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que a despesa está adequada à Lei Orçamentária Anual e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e ainda com o Plano Plurianual.

Encaminhem-se os autos do processo ao Departamento Administrativo Atividades Complementares para providências necessárias ao prosseguimento do feito.

Imperatriz – MA, 24 de outubro de 2025

  
**Adhemar Alves de Freitas Júnior**  
Presidente da Câmara Municipal





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2025**  
**(Processo Administrativo nº 090/2025)**

DADOS DO CERTAME	
<b>Órgão Solicitante:</b> Departamento Administrativo e Atividades Complementares	
<b>Órgão Licitante:</b> Câmara Municipal de Imperatriz/MA	
<b>UASG:</b> 931458	
<b>Objeto:</b> Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.	
<b>Esclarecimentos:</b> Até ____/____/____ às 23:59hrs para o endereço eletrônico: <a href="mailto:dl.itz.agentedeconstratacao2025@gmail.com">dl.itz.agentedeconstratacao2025@gmail.com</a>	
<b>Impugnações:</b> Até ____/____/____ às 23:59hrs para o endereço eletrônico: <a href="mailto:dl.itz.agentedeconstratacao2025@gmail.com">dl.itz.agentedeconstratacao2025@gmail.com</a>	
<b>Início da Sessão Eletrônica:</b> ____/____/____ às ____ hrs	
<b>Sistema Eletrônico Utilizado:</b> Portal de Compras do Governo Federal - <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a>	
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a>	
<b>Endereço para retirada do Edital:</b> <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a> ; <a href="https://pncp.gov.br/app/editais?q=&amp;status=recebendo_proposta&amp;pagina=1">https://pncp.gov.br/app/editais?q=&amp;status=recebendo_proposta&amp;pagina=1</a> e <a href="https://www.camaraimperatriz.ma.gov.br/editais-licitacoes">https://www.camaraimperatriz.ma.gov.br/editais-licitacoes</a>	
<b>VALOR ESTIMADO, MÍNIMO, REFERÊNCIA OU SIGILOSO</b>	<b>Valor: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).</b> <input checked="" type="checkbox"/> Estimado <input type="checkbox"/> Mínimo <input type="checkbox"/> Referência <input type="checkbox"/> Orçamento Sigiloso
<b>NATUREZA DO OBJETO</b>	<input type="checkbox"/> Aquisição <input checked="" type="checkbox"/> Serviço <input type="checkbox"/> Obras e Serviços de Engenharia
<b>PARTICIPAÇÃO MEI / ME / EPP</b>	<input type="checkbox"/> Licitação Exclusiva para MEI / ME / EPP - Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006. <input type="checkbox"/> Licitação com itens/grupos cotas de até 25% reservadas para MEI / ME / EPP - Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006. <input checked="" type="checkbox"/> Licitação de Ampla Participação. <input type="checkbox"/> Licitação de Ampla Participação, com itens de participação exclusiva reservadas para MEI / ME / EPP - Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

<b>MODO DE DISPUTA</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Aberto <input type="checkbox"/> Aberto e Fechado
<b>CRITÉRIO DE JULTAMENTO E INTERVALO DE LANCES</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço - <b>Intervalo mínimo: R\$ 0,01 (um centavo)</b> <input type="checkbox"/> Maior Desconto
<b>CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Global <input type="checkbox"/> Item <input type="checkbox"/> Por Grupo, para o(s) grupo(s): LOTE e ITEM, observada as condições definidas neste Edital e anexos.
<b>Prazo para envio da proposta/documentação:</b> conforme os itens 6.22.5 e 8.12.1 deste Edital	
<b>INFORMAÇÕES</b>	
<b>Pregoeiro:</b> Victor Gabriel Aquino da Silva <b>Matrícula nº</b> 01769	<b>e-mail:</b> dl.itz.agentedeconstratacao2025@gmail.com
<b>Endereço:</b> Rua Simplicio Moreira, nº 1185, Centro, Imperatriz – MA	
<b>Referência de Tempo:</b> Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o <b>horário de Brasília – DF</b> .	
<b>OBS:</b> Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.	
<b>APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do Termo de Referência
<b>VISITA TÉCNICA:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do Termo de Referência



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2025**  
**(Processo Administrativo nº 090/2025)**

**MINUTA DO EDITAL**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Câmara Municipal de Imperatriz - MA, por meio do Departamento Administrativo e Atividades Complementares, Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 076, de 18 de novembro de 2024, sediada na Rua Simplicio Moreira nº 1185, Centro, Imperatriz - MA, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço global** por meio da obtenção da **menor taxa de agenciamento**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462/23 bem como pela Lei Ordinária nº 2.015, de 5 de abril de 2024 e a Resolução nº 001 de 17 de abril de 2024 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão:

Horário:

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o registro de preços destinado a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global** por meio da obtenção da **menor taxa de agenciamento**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

3.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil. (art. 17 do Decreto nº 11.462/2023)

**4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

4.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.5.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

4.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

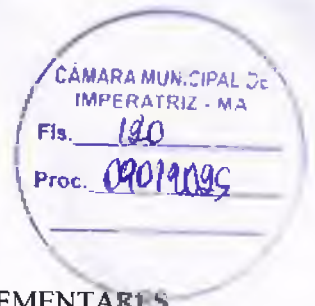
4.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10. O disposto nos itens 4.6.4 e 4.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.12. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

- 5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *Valor unitário e total do item;*

6.1.2. *Quantidade cotada.*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.2.2. O licitante **NÃO** poderá oferecer valor igual a zero no tocante a taxa de agenciamento.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação

6.8.2. Caso o critério de julgamento seja o menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

6.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União/Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).**

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.





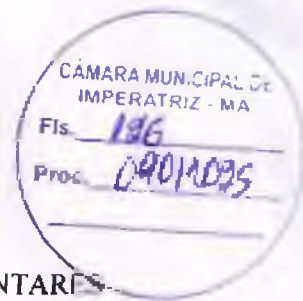
**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

- 7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.21.2.2. empresas brasileiras;
- 7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.23.1. ***Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.***
- 7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>), e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º)

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5.1 e 5.6 deste edital.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e a compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. contiver vícios insanáveis;



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.6.6. **Apresentar valor da taxa de agenciamento igual a zero.**
- 8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 8.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 8.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*
- 8.8.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 8.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração,





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio previsto em lei específica.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021)

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º §1º, e art. 6º, §4º).

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 9.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, e
- 9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.16. Na hipótese de o licitante não atender as exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.
- 9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

**10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.camaraimperatriz.ma.gov.br](http://www.camaraimperatriz.ma.gov.br)

**11. DO TERMO DE CONTRATO**

11.1. Após a homologação e adjudicação, caso de conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

- 11.4. Os prazos dos itens 11.2 e 11.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 11.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 11.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
  - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
  - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.6. fraudar a licitação
- 12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 12.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 12.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 12.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARE:**

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à administração pública municipal.**

**13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

14.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- 14.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 14.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEM**

14.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

14.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

14.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

14.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

14.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição

**15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail [dl.itz.agentedetratacao2025@gmail.com](mailto:dl.itz.agentedetratacao2025@gmail.com)

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.camaraimperatriz.ma.gov.br](http://www.camaraimperatriz.ma.gov.br)

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

16.11.3. ANEXO III - Modelo de Carta Proposta;

16.11.4. ANEXO IV - Modelo de Ata de Registro de Preços;

Imperatriz (MA), 24 de outubro de 2025

**Danyelle Walkiria Flor da Conceição**  
**Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares**



**ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_/2025  
(Processo Administrativo nº 090/2025)**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2025  
(Processo Administrativo nº 090/2025)  
ANEXO II  
MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇO Nº ...../.....,  
QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE  
IMPERATRIZ (MA) E A EMPRESA

A **CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - MA**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ nº 69.555.019/0001-09, com sede na Rua Simplicio Moreira nº 1185, Centro, Imperatriz - MA, neste ato representada por seu Presidente Sr. Adhemar Alves de Freitas Júnior, brasileiro, casado, agente político, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 090/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2025**, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATSER	UND	QTD	V. UNT.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência;

1.4.2. O Edital da Licitação;

1.4.3. A Proposta do contratado;

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em doze meses, prorrogáveis por iguais períodos até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
  - d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
  - e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.







**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar a Procuradoria do Poder Legislativo Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.10. A Administração terá o prazo de dois dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de cinco dias úteis;
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
  - 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
  - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e



C

C



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.23. Os serviços deverão ser executados em dias úteis e não úteis, segundo as necessidades da administração. A CONTRATADA deverá manter operadores habilitados, para atendimento 24 horas, de modo que as reservas possam ser requisitadas por telefone ou qualquer outro meio de comunicação.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções.

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**iv. Multa:**

- 1. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de 5% do valor do Contrato;
- 4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 20% do valor do Contrato;
- 5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.
- 6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.
- 7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

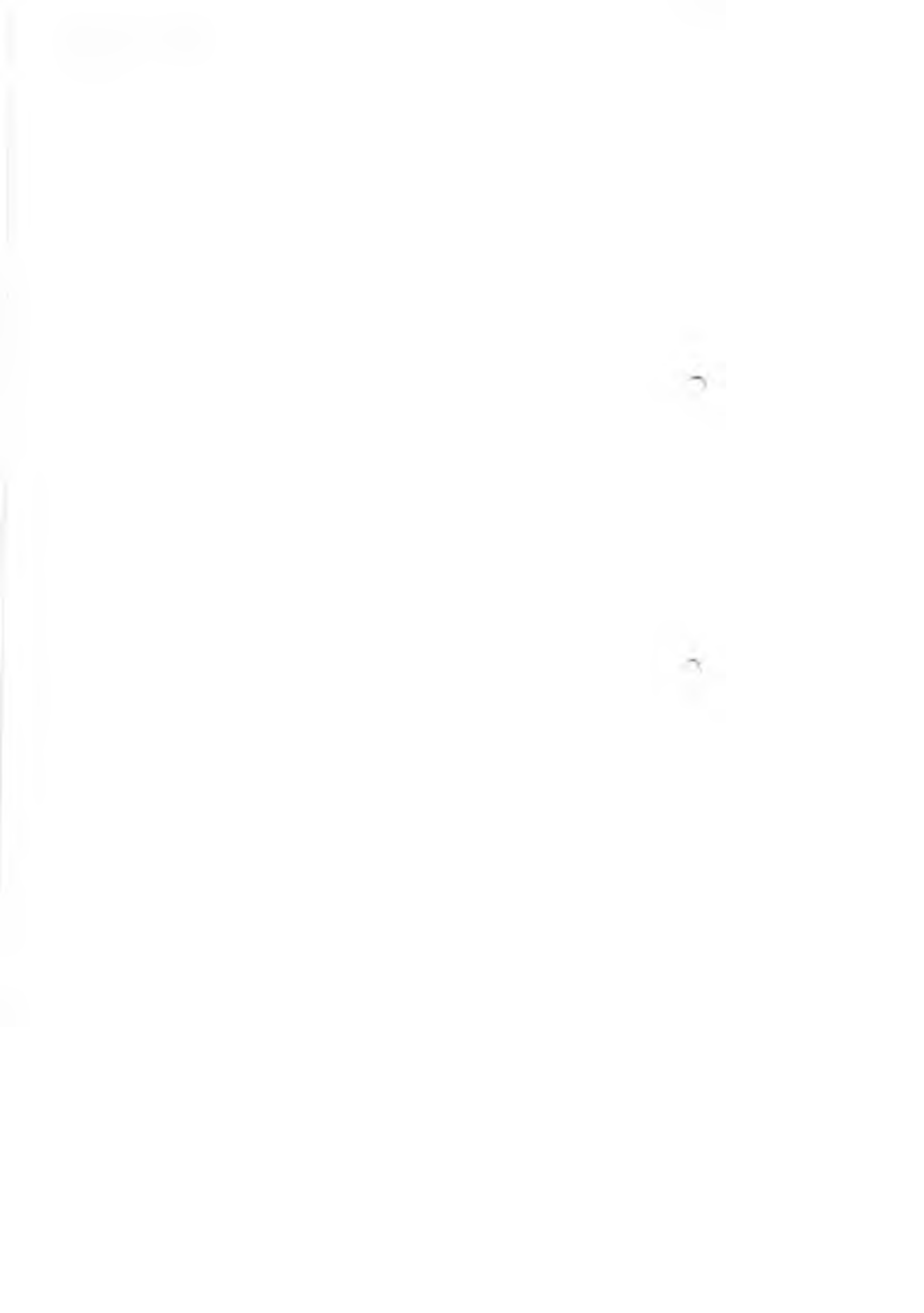
12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na







ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. É eleito o Foro da cidade de Imperatriz (MA) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei n.º 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Imperatriz (MA), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

2 - \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2025  
(Processo Administrativo nº 090/2025)  
ANEXO III  
(Proposta de Preços)

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_(empresa), com sede na cidade de \_\_\_\_\_ à Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador do CPF n.º \_\_\_\_\_ e R.G. n.º \_\_\_\_\_, abaixo assinado propõe à Câmara Municipal de Imperatriz – MA os preços infra discriminados para o registro de preços destinado a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2025 - CPL**.

ITEM	DESCRIÇÃO	A QTD PASSAGEM	B R\$ VALOR TARIFA	C A X B	D VALOR ESTIMADO DAS PASSAGENS	E C + D VALOR TOTAL
1	CATSER: 3719 Prestação de serviços de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.	1000			199.730,00	

**OBS: A descrição mínima do objeto deverá observar a especificação constante no termo de referência e planilha acima, que prevalecerão sobre a identificação CATSER**

- a) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua abertura;
- b) O objeto deverá ser executado no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da emissão da “Ordem de Serviço” expedida pelo setor competente;
- c) O valor total da proposta é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

\_\_\_\_\_  
Nome, Assinatura do Responsável da Empresa



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2025**  
**(Processo Administrativo nº 090/2025)**  
**ANEXO IV**  
**(Minuta Ata SRP)**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ-MA**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ nº 69.555.019/0001-09, com sede na Rua Simplicio Moreira nº 1185, Centro, Imperatriz - MA, neste ato representada por seu **Agente de Contratação** Sr. Victor Gabriel Aquino da Silva, brasileiro, casado, agente político, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº \_\_\_\_/2025, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão de \_\_/\_\_/\_\_\_\_, **processo administrativo nº 090/2025**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, ~~sujeitando-se~~ as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, bem como pela Lei Ordinária nº 2.015, de 5 de abril de 2024 e a Resolução nº 001 de 17 de abril de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais**, especificado(s) no(s) item(ns) 1 do Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação nº \_\_\_\_/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem.

ITEM	OBJETO	UND	QTD	P. UNIT	P. TOT
1					

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1 O órgão gerenciador será o **Departamento de Licitações e Contratos**.

3.2. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. É vedada a adesão (carona) à Ata de Registro de Preços oriunda da presente licitação.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

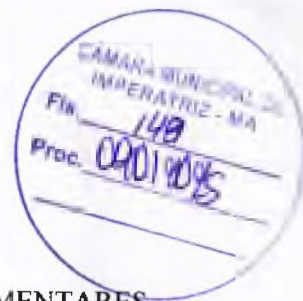
5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.







ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

#### 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

#### 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL**.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Imperatriz (MA) \_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

**Victor Gabriel Aquino da Silva**  
Agente de Contratação  
Órgão Gerenciador

**Empresa**  
Representante Legal







ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



**DESPACHO**

Em atenção ao disposto no artigo 53, da Lei nº 14.133/2021, encaminhem-se os presentes autos de registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, à Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Imperatriz para emissão de Parecer.

Imperatriz/MA, 24 de outubro 2025

**Danyelle Walkiria Flor da Conceição**  
Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares  
Portaria nº 001/2025





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
PROCURADORIA DA CÂMARA



**PARECER JURÍDICO LICITATÓRIO Nº 42/2025**

Câmara Municipal de Imperatriz  
Gabinete da Presidência  
Recebido em 20/10/2025, 11:04  
Francisca Fernandes Sousa  
Secretaria da Presidência  
Matrícula: 0006

**SOLICITANTE: DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES - DANYELLE WALKIRIA FLOR DA CONCEICAO**

**OBJETO:** Análise do procedimento licitatório para contratação de empresa especializada na execução de serviços de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais. Processo Administrativo nº 090/2025

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de processo administrativo licitatório na modalidade Pregão, tipo menor preço, instruído pelo Departamento Administrativo e Atividades Complementares da Câmara Municipal de Imperatriz/MA, com objetivo de contratação de empresa especializada na execução de serviços de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais, conforme demanda oficializada por meio do Documento de Oficialização de Demanda – DFD nº 32/2025 – DAAC/CMI.

O Processo encaminhado foi numerado com 152 páginas, instruído com os seguintes documentos:

- Documento de Oficialização de Demanda DOD nº 062/2025 – DAAC/CMI fl. 02/05;
- Ciência da Demanda e Autorização para Prosseguimento do feito pelo Então Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz fl. 06;





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
PROCURADORIA DA CÂMARA



- Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 032/2025 fls. 07/20;
- Aprovação do Estudo Técnico Preliminar pelo Então Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz fl. 20;
- Mapa de Riscos I fl. 21/24;
- Anexo II Pesquisa de Preços fls. 25/72;
- Despacho pela Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares solicitando análise da Controladoria Geral da Câmara fl. 73;
- Análise e manifestação técnica pela controladoria da Câmara Municipal de Imperatriz fls. 74/77;
- Despacho pelo presidente da câmara municipal de Imperatriz aprovando o ETP fl. 78;
- Ofício nº190/20215 pela Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares informando que as despesas se encontram em consonância com a LDO, LOA, e PPA fl. 79;
- Termo de Referência fls. 80/114;
- Aprovação do Termo de Referência pelo Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz, autoriza o procedimento licitatório no valor total de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), declarando, ainda, cumprir os incisos I e II do art. 16 da LC nº 101/2000 fl. 115;
- Minuta do Pregão eletrônico – processo administrativo nº 090/2025, e seus anexos –cópia da minuta do edital, minuta do contrato, minuta da proposta de preços fls. 116/151;
- Despacho solicitando parecer da procuradoria fl. 152.

É o que há de mais relevante para relatar.

Consta nos autos:

- Servidor que elaborou o ETP: Deivon de Aguiar Santos – Assessor do Departamento Administrativo – PORTARIA/GRAT/PR Nº 01/2025;
- Responsável pela Formalização da Demanda e Conteúdo do Documento Danyelle Walkiria Flor da Conceição – Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares – Portaria nº 01/2025;
- Agente de contratação: Victor Gabriel Aquino da Silva, matrícula 01769;
- Fiscal do contrato: Zesielson Ribeiro Sérgio Silva, Portaria/DIV/PR nº 037/2025.

## II – DO CARATER OPINATIVO DO PRESENTE PARECER

Inicialmente, cumpre destacar que compete a essa Procuradoria, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
PROCURADORIA DA CÂMARA



parecer meramente OPINATIVO, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

Antes de se adentrar ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnico jurídica é vinculada à atividade prevista legalmente da função da advocacia, em especial conforme disposto na Lei Federal n. 8.906/94, que estabelece o Estatuto da Advocacia e da OAB.

Desta forma, para confecção do presente instrumento, é de ser observada a isenção do profissional e o seu caráter opinativo (Art. 2º, § 3º da Lei referida), corroborado este entendimento pela liberdade administrativa do responsável, gestor, já que este poderá ou não seguir a opinião técnica segundo sua conveniência e finalidade. Reitera-se a liberdade de opinião do profissional, conforme o entendimento jurisprudencial que segue, assim como a desvinculação do profissional à opinião, cabendo ao gestor sua vinculação ou não, conforme sua conveniência.

O presente parecer, por essência, é um instrumento de opinião não passível de vinculação à decisão da administração pública, assim entende a jurisprudência:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. ADVOGADO PARECERISTA. SUPOSTO CRIME EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. ART. 89, CAPUT, DA LEI 8.666/93. PLEITO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. CABIMENTO. INEXISTÊNCIA D EINDICAÇÃO DO DOLO NA CONDUTA DO CAUSÍDICO. ORDEM QUE DEVE SER CONCEDIDA. 1. Não se pode deixar de considerar que sendo o ato do parecerista um ato opinativo, a manifestação jurídica não se constitui como ato administrativo em si, podendo apenas ser usada como elemento de fundamentação de um ato administrativo posteriormente praticado. 2. Precedente: STF - MS 24.631-6 - DISTRITO FEDERAL - Relator (a): Min. Joaquim Barbosa - Julgamento: 09/08/2007 - Órgão Julgador: Tribunal Pleno - Publicação: DJ 01-02-2008.



**ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
PROCURADORIA DA CÂMARA**



Assim, excluindo-se os elementos técnicos e econômicos que embasaram o procedimento, é realizada a presente análise sobre os elementos ou requisitos estritamente jurídicos dos autos. Neste sentido cabe a ressalva técnica que ao gestor público é livre a condução da Administração Pública, subordinando-se, contudo, às vertentes das normas de regência, em especial, os Princípios Constitucionais do Direito Administrativo.

Sem desclassificar a presente peça como opinião técnica quanto à regularidade legal do procedimento, desvinculadas das finalidades que os justificam e tendo por base o próprio procedimento, incluso as declarações, autorizações, determinações e demais atos nele presentes. Cabendo ao gestor proceder aos demais atos conforme sua conveniência.

### **III - FUNDAMENTAÇÃO**

Documento de Formalização/Oficialização de Demanda (DFD/DOD nº 062/2025), devidamente assinado pelo assessor do Departamento Administrativo, que descreve o objeto, o regime de execução.

A modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, foi corretamente escolhida, uma vez que o objeto envolve serviços comuns de agenciamento de viagens, definidos na Lei nº 14.133/2021, como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital e no termo de referência.

A forma eletrônica atende ao princípio da ampla competitividade e economicidade.

A justificativa constante do ETP demonstra adequadamente a necessidade administrativa e a vantagem da utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo contratações conforme a demanda e redução de custos operacionais.

Verifica-se que a existência pesquisa de preços em portal oficial.

A estimativa global de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) foi aprovada pela autoridade competente, com demonstração de compatibilidade com o PPA, LDO e LOA.





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
PROCURADORIA DA CÂMARA



A minuta contratual atende ao art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

Nos termos do art. 54 da Lei nº 14.133/2021, todos os documentos do certame (edital, resultados e atas) devem ser divulgados no PNCP e no site da Câmara, devendo por tanto ser cumprida a determinação legal.

Contudo, ainda não há nos autos documento que comprove a previsão orçamentária, solicitada no parecer jurídico anterior.

Embora haja nos autos ofício assinado pela então Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares constatando que as despesas se encontram em consonância com a LDO, LOA e PPA, em fl. 164, isso, por si só, não pode substituir a previsão de dotação orçamentária, expedida pelo setor competente da Câmara Municipal de Imperatriz.

É necessário, que ainda na fase preparatória, seja incluído a previsão de dotação orçamentária, expedida pelo setor competente da Câmara Municipal de Imperatriz, qual seja, a contabilidade, para verificar se há orçamento disponível para contratação, o que representa o PLANEJAMENTO orçamentário do órgão.

Cabe ressaltar, inclusive, que a indisponibilidade orçamentária frente aos valores estimados pode levar a organização a adiar ou desistir da contratação, trazendo enormes prejuízos a administração pública. A falta de indicação dos créditos orçamentários pode resultar, inclusive, na nulidade do contrato, conforme estabelece o artigo 150 da Lei 14.133/2021, abaixo colacionado.

Art. 150. Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, **sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.** (Grifo Nosso).

A Lei 14.133/2021 prevê que o momento da previsão da indicação do crédito orçamentários é na fase preparatória; o planejamento de compras deverá atender, entre outros pontos ao princípio da



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
PROCURADORIA DA CÂMARA

155  
090/2025

responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento, conforme os artigos abaixo descritos.

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, **e com as leis orçamentárias**, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

[...]

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

V - Atendimento aos princípios:

**c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento. (Grifo Nosso)**

Embora a ausência de dotação orçamentária não impeça a realização da licitação ou o registro de preços, a formalização do contrato ou emissão de nota de empenho dependerá, obrigatoriamente, da existência de crédito orçamentário compatível.

Assim, recomenda-se à autoridade competente que determine a juntada da comprovação de dotação orçamentária antes da formalização contratual, sob pena de nulidade do ajuste e responsabilização administrativa, civil e criminal dos agentes envolvidos.

Dessa forma, o documento de dotação orçamentária expedido pelo setor competente é necessário para instruir o processo, ainda na fase preparatória, pois representa o planejamento orçamentário do órgão e garante que não haja futura nulidade, trazendo prejuízo a administração pública.

#### IV – CONCLUSÃO

Isso posto, arrimado no acervo fático e normativo apresentado, **OPINA** a Procuradoria da Câmara Municipal de Imperatriz, por este Procurador Legislativo que a esta subscreve, pela regularidade e



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
PROCURADORIA DA CÂMARA



legalidade do processo administrativo nº 090/2025, para fins de contratação de empresa especializada na execução de serviços de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais, **condicionando-se a adjudicação e formalização do contrato à regularização orçamentária mediante juntada da comprovação da dotação correspondente** e com as devidas disponibilização integral/publicações no PNCP e site da Câmara, conforme art. 54 da Lei 14.133/21.

O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pelos gestores públicos, ou mesmo, conferência da validade da documentação apresentada, que deverá ser realizada pelo setor/servidor competente do departamento de licitação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Imperatriz/MA, 30 de outubro de 2025.

LUCAS ALVES  
MITOURA

Assinado de forma digital  
por LUCAS ALVES MITOURA  
Dados: 2025.10.30 10:50:58  
-03'00'

LUCAS ALVES MITOURA  
Procurador Legislativo da Câmara  
Municipal de Imperatriz  
Matrícula 1535  
OAB/MA 16.089  
OAB/DF 85.385







ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025**  
**(Processo Administrativo nº 090/2025)**

DADOS DO CERTAME	
<b>Órgão Solicitante:</b> Departamento Administrativo e Atividades Complementares	
<b>Órgão Licitante:</b> Câmara Municipal de Imperatriz/MA	
<b>UASG:</b> 931458	
<b>Objeto:</b> Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.	
<b>Esclarecimentos:</b> Até 19/11/2025 às 23:59hrs para o endereço eletrônico: <a href="mailto:dl.itz.agentedcontratacao2025@gmail.com">dl.itz.agentedcontratacao2025@gmail.com</a>	
<b>Impugnações:</b> Até 19/11/2025 às 23:59hrs para o endereço eletrônico: <a href="mailto:dl.itz.agentedcontratacao2025@gmail.com">dl.itz.agentedcontratacao2025@gmail.com</a>	
<b>Início da Sessão Eletrônica:</b> 24/11/2025 às 09:00 hrs	
<b>Sistema Eletrônico Utilizado:</b> Portal de Compras do Governo Federal – <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a>	
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a>	
<b>Endereço para retirada do Edital:</b> <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a> ; <a href="https://pncp.gov.br/app/editais?q=&amp;status=recebendo_proposta&amp;pagina=1">https://pncp.gov.br/app/editais?q=&amp;status=recebendo_proposta&amp;pagina=1</a> e <a href="https://www.camaraimperatriz.ma.gov.br/editais-licitacoes">https://www.camaraimperatriz.ma.gov.br/editais-licitacoes</a>	
<b>VALOR ESTIMADO, MÍNIMO, DE REFERÊNCIA OU SIGILOSO</b>	<b>Valor: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).</b> <input type="checkbox"/> Estimado <input type="checkbox"/> Mínimo <input type="checkbox"/> Referência <input type="checkbox"/> Orçamento Sigiloso
<b>NATUREZA DO OBJETO</b>	<input type="checkbox"/> Aquisição <input checked="" type="checkbox"/> Serviço <input type="checkbox"/> Obras e Serviços de Engenharia
<b>PARTICIPAÇÃO – MEI / ME / EPP</b>	<input type="checkbox"/> Licitação Exclusiva para MEI / ME / EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006. <input type="checkbox"/> Licitação com itens/grupos cotas de até 25% reservadas para MEI / ME / EPP – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006. <input checked="" type="checkbox"/> Licitação de Ampla Participação. <input type="checkbox"/> Licitação de Ampla Participação, com itens de participação exclusiva reservadas para MEI / ME / EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06.







ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

<b>MODO DE DISPUTA</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Aberto <input type="checkbox"/> Aberto e Fechado
<b>CRITÉRIO DE JULTAMENTO E INTERVALO DE LANCES</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço - Intervalo mínimo: R\$ 0,01 (um centavo) <input type="checkbox"/> Maior Desconto
<b>CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Global <input type="checkbox"/> Item <input type="checkbox"/> Por Grupo, para o(s) grupo(s): LOTE e ITEM, observada as condições definidas neste Edital e anexos.
<b>Prazo para envio da proposta/documentação:</b> conforme os itens 6.22.5 e 8.12.1 deste Edital	
<b>INFORMAÇÕES</b>	
<b>Pregoeiro: Victor Gabriel Aquino da Silva</b> <b>Matrícula nº 01769</b>	<b>e-mail:</b> <b>dl.itz.agentedcontratacao2025@gmail.com</b>
<b>Endereço:</b> Rua Simplicio Moreira, nº 1185, Centro, Imperatriz – MA	
<b>Referência de Tempo:</b> Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o <b>horário de Brasília – DF.</b>	
<b>OBS:</b> Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.	
<b>APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do Termo de Referência
<b>VISITA TÉCNICA:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do Termo de Referência





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025**  
**(Processo Administrativo nº 090/2025)**

**EDITAL**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Câmara Municipal de Imperatriz - MA, por meio do Departamento Administrativo e Atividades Complementares, Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 076, de 18 de novembro de 2024, sediada na Rua Simplicio Moreira nº 1185, Centro, Imperatriz - MA, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço global** por meio da obtenção da **menor taxa de agenciamento**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462/23 bem como pela Lei Ordinária nº 2.015, de 5 de abril de 2024 e a Resolução nº 001 de 17 de abril de 2024 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 24.11.2025

Horário: 09:00 hs (nove horas) – Horário de Brasília - DF

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o registro de preços destinado a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global** por meio da obtenção da **menor taxa de agenciamento**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

3.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil. (art. 17 do Decreto nº 11.462/2023)

**4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

4.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



2011

C

C

10



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.5.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 4.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 4.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10. O disposto nos itens 4.6.4 e 4.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.12. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



C

C

18



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

- 5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.







ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *Valor unitário e total do item;*

6.1.2. *Quantidade cotada.*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.2.2. O licitante **NÃO** poderá oferecer valor igual a zero no tocante a taxa de agenciamento.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8.2. Caso o critério de julgamento seja o menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

10/1/22  
103  
REV. 1



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

6.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União/Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).**

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



001000  
PN



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

2008/05





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

- 7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

C

C

10



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.21.2.2. empresas brasileiras;
- 7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.23.1. ***Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.***
- 7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



2001/10/16



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.23.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.23.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1. SICAF;
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

- 8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5.1 e 5.6 deste edital.

8.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.6.1. conter vícios insanáveis;

11/10/02

C

C







ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPL

- 8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.6.6. **Apresentar valor da taxa de agenciamento igual a zero.**
- 8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do proponente, que comprove:
- 8.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 8.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 8.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*
- 8.8.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 8.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração,

1997

1

2

3



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



041  
2014

C

C





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio previsto em lei específica.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021)

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

2008/1/17



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 9.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.
- 9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



250100



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

**10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.camaraimperatriz.ma.gov.br](http://www.camaraimperatriz.ma.gov.br)

**11. DO TERMO DE CONTRATO**

11.1. Após a homologação e adjudicação, caso de conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data

28061040



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

- 11.4. Os prazos dos itens 11.2 e 11.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 11.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 11.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
  - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
  - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.6. fraudar a licitação
- 12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 12.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 12.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 12.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



06/0032



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

- 12.2.1. advertência;
  - 12.2.2. multa;
  - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
  - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

230500



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à administração pública municipal.**

**13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

14.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- 14.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 14.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.







**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

14.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

14.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

14.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

14.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

14.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição

**15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail [dl.itz\\_agentedcontratacao2025@gmail.com](mailto:dl.itz_agentedcontratacao2025@gmail.com)

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

2000

(1)

(1)

2000



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.camaraimperatriz.ma.gov.br](http://www.camaraimperatriz.ma.gov.br)

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

16.11.3. ANEXO III - Modelo de Carta Proposta;

16.11.4. ANEXO IV - Modelo de Ata de Registro de Preços;

Imperatriz (MA), 31 de outubro de 2025

*Danyelle*

**Danyelle Walkiria Flor da Conceição**  
**Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares**



1954

1954



**ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025  
(Processo Administrativo nº 090/2025)**

**ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA**

2000

1

2

3



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025**  
**(Processo Administrativo nº 090/2025)**

**ANEXO II**  
**MINUTA DO CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇO Nº ...../.....,**  
**QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE**  
**IMPERATRIZ (MA) E A EMPRESA**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - MA**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ nº 69.555.019/0001-09, com sede na Rua Simplicio Moreira nº 1185, Centro, Imperatriz - MA, neste ato representada por seu Presidente Sr. Adhemar Alves de Freitas Júnior, brasileiro, casado, agente político, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 090/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 014/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 014/2025**, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATSER	UND	QTD	V. UNT.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.4.1. O Termo de Referência;
- 1.4.2. O Edital da Licitação;
- 1.4.3. A Proposta do contratado;
- 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em doze meses, prorrogáveis por iguais períodos até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente,



2003-2004

1

2

3

4



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
  - d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
  - e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

- 5.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_)
- 5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

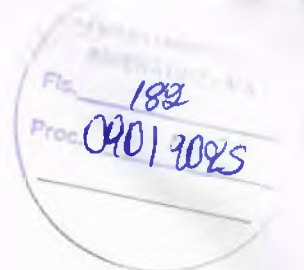
- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

250/1390

C

C

13



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar a Procuradoria do Poder Legislativo Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de dois dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de cinco dias úteis.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
  - 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
  - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e



100  
1000

C

C

100



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.23. Os serviços deverão ser executados em dias úteis e não úteis, segundo as necessidades da administração. A CONTRATADA deverá manter operadores habilitados, para atendimento 24 horas, de modo que as reservas possam ser requisitadas por telefone ou qualquer outro meio de comunicação

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

10.10.2023  
2023/10/10

20



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iv. Multa:
1. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia
- i. atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de 5% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 20% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;







**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na

10/10/10

C.

C.

10/10/10



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. É eleito o Foro da cidade de Imperatriz (MA) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Imperatriz (MA), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

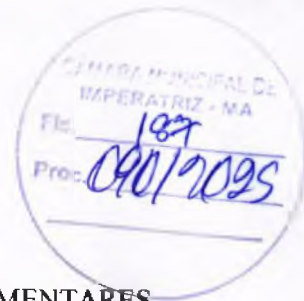
TESTEMUNHAS:

1 - \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

2 - \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_



25/10/20



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025**  
**(Processo Administrativo nº 090/2025)**  
**ANEXO III**  
**(Proposta de Preços)**

Prezados Senhores, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (empresa), com sede na cidade de \_\_\_\_\_ à Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador do CPF n.º \_\_\_\_\_ e R.G. n.º \_\_\_\_\_, abaixo assinado propõe à Câmara Municipal de Imperatriz – MA os preços infra discriminados para o registro de preços destinado a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 - CPL**.

ITEM	DESCRIÇÃO	A QTD PASSAGEM	B R\$ VALOR TARIFA	C A X B	D VALOR ESTIMADO DAS PASSAGENS	E C + D VALOR TOTAL
1	CATSER: 3719 Prestação de serviços de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.	1000			199.730,00	

**OBS: A descrição mínima do objeto deverá observar a especificação constante no termo de referência e planilha acima, que prevalecerão sobre a identificação CATSER**

- a) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua abertura;
- b) O objeto deverá ser executado no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da emissão da “Ordem de Serviço” expedida pelo setor competente;
- c) O valor total da proposta é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

\_\_\_\_\_  
Nome, Assinatura do Responsável da Empresa

2017

1

2

3



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025**  
**(Processo Administrativo nº 090/2025)**  
**ANEXO IV**  
**(Minuta Ata SRP)**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ-MA**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ nº 69.555.019/0001-09, com sede na Rua Simplicio Moreira nº 1185, Centro, Imperatriz - MA, neste ato representada por seu **Agente de Contratação** Sr. Victor Gabriel Aquino da Silva, brasileiro, casado, agente político, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº \_\_\_\_/2025**, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, **processo administrativo nº 090/2025**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, bem como pela Lei Ordinária nº 2.015, de 5 de abril de 2024 e a Resolução nº 001 de 17 de abril de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais**, especificado(s) no(s) item(ns) **1** do Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação nº 014/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	OBJETO	UND	QTD	P. UNIT	P. TOT
1					

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

- 3.1 O órgão gerenciador será o **Departamento de Licitações e Contratos**.  
3.2 Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 É vedada a adesão (carona) à Ata de Registro de Preços oriunda da presente licitação.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



10/10/10

10/10/10



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2002/01/01

C

C

1



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



39  
200 (04)



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10/10/10



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

**10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL**.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Imperatriz (MA) \_\_ de \_\_ de \_\_

**Victor Gabriel Aquino da Silva**  
**Agente de Contratação**  
**Órgão Gerenciador**

**Empresa**  
**Representante Legal**







RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2025-000

1 - Itens da Licitação

**1 - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens**

Descrição Detalhada: Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 1

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 200.000,00

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Imperatriz/MA (1)

10/10/02



Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO nº  
014/2025 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
(SRP)

ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL  
DE IMPERATRIZ (MA) DEPARTAMENTO DE  
LICITAÇÕES AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO  
ELETRÔNICO nº 014/2025 SISTEMA DE REGISTRO  
DE PREÇOS (SRP) A Câmara Municipal de Imperatriz  
(MA), por seu Agente de Contratação, torna público para  
conhecimento de todos que realizará licitação na  
**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico. **TIPO:** Menor Preço.  
**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço Global  
**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na  
prestação de serviços continuados de agenciamento de  
viagens e serviços correlatos compreendendo: informações  
sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e  
cancelamento de passagens rodoviárias nacionais.  
**CÓDIGO UASG:** 931458 **BASE LEGAL:** Lei nº  
14.133/21 e as condições do Edital. **Data de Abertura:** 24 de  
novembro de 2025 às 09:00 hs (nove horas), horário de  
Brasília - DF. O Edital e seus anexos poderão ser  
consultados e obtidos no endereço eletrônico  
[www.gov.br/compras/pt-br/camaraimperatriz.ma.gov.br](http://www.gov.br/compras/pt-br/camaraimperatriz.ma.gov.br), e,  
por fim, consultado, lido e obtido em sua versão impressa  
mediante o recolhimento de R\$: 20,00 (vinte reais) através  
do Documento de Arrecadação próprio, na sede do setor de  
licitações da Câmara Municipal de Imperatriz (MA) sito na  
Rua Simplicio Moreira nº 1185, Centro, nos dias úteis, no  
horário das 08:00 horas às 12:00 horas. Imperatriz (MA) 03  
de novembro de 2025. **VICTOR GABRIEL AQUINO  
DA SILVA - AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

Publicado por: Francisco Sávio Costa Silva  
Chefe do Departamento de Licitações  
Código identificador: keepcy19tsh20251103081151





10/15/52

Acessar Contratação

Última atualização 03/11/2025

**Local:** Imperatriz/MA **Órgão:** MUNICIPIO DE IMPERATRIZ - CAMARA MUNICIPAL

**Unidade compradora:** 931458 - CAMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ/MA

**Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28. I **Tipo:** Edital

**Modo de disputa:** Aberto **Registro de preço:** Não **Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 03/11/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

**Data de inicio de recebimento de propostas:** 03/11/2025 08:00 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 24/11/2025 09:00 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 69555019000109-1-000020/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

#### Objeto:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais

#### Informação complementar:

Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link:  
<https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/landing?destino=quadro-informativo&compra=93145805900142025>

#### VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 200.000,00

Itens Arquivos Histórico

Nome

Data/Hora de Inclusão

93145805900142025000

03/11/2025 - 07:08:58

Exibir

5

1-1 de 1 itens

Página:

1

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação controlizada e eletrônica das atas exigidas em sede de licitações e contratos.

22801/11



**O progresso**

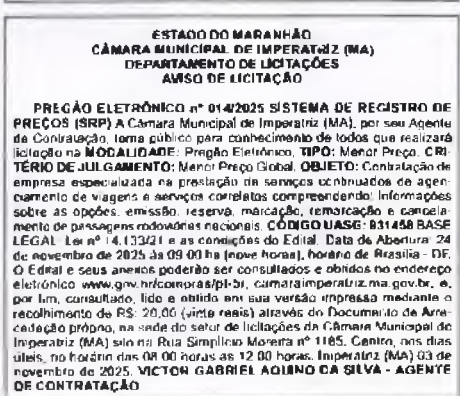
80 DE MAIO DE 1976

ESPECIALTES  
Imperatriz MA e Aracaju AL  
Canoas RS  
Juazeiro BA  
DF

citado por **OPROGRESSONET** Sistema Integrado de Comunicação Digital Ltda. Rua Amazonas, 55 Centro • Imperatriz • MA • Cep 65.901-520

Sigla no PABX anti-aéreo 0251 43321

Terça, 04 de novembro de 2025



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ  
P) A Câmara Municipal de Imperatriz (MA) p

[illegible]



2001/06/17



**CÂMARA  
MUNICIPAL DE  
IMPERATRIZ**



Buscar

O que você procura no portal?

Transparência

**Radar**  
da Transparência Pública

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025

Home / Transparência / Licitações / Licitação

### DADOS DA LICITAÇÃO

Nome

PREGÃO ELETRÔNICO nº 014/2025

Nº Processo

014/2025

Modalidade Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO

Tipo de Licitação

Menor Preço

Data de Abertura

24/11/2025

**Valor Estimado:**

200.000,00

**Objeto**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento



## DOCUMENTOS

**Nome**

**Data Envio**

**Arquivo**

EDITAL PE 014/2025

04/11/2025 10:12:44


Baixar Arquivo

 PDF

 EXCEL

 Imprimir



 Endereço: Rua Simplicio Moreira, 1185 - Centro - Imperatriz - MA, CEP: 65901-490, CNPJ:69.555.019/0001-09.

 Email: contato@camaraimperatriz.ma.gov.br

 Telefone: 99 3525-3452





br. Edital e demais informações estão disponíveis em [www.emserh.ma.gov.br](http://www.emserh.ma.gov.br) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Informações adicionais serão prestadas na CL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA no horário de 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min de segunda a sexta, pelos e-mails [esl.emserh.ma@gmail.com](mailto:esl.emserh.ma@gmail.com) e/ou [vinicius.licitacao.emserh@gmail.com](mailto:vinicius.licitacao.emserh@gmail.com) ou pelo Telefone (98) 3235-7333. São Luís (MA), 03 de novembro de 2025 Vinicius Boueres Diogo Fontes Agente de Licitação da CL/EMSERH Matrícula nº 3.844.

**AVISO DE ADIAMENTO LICITAÇÃO PRESENCIAL N.º 236/2025 – CL/EMSERH PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2025.110215.23315 – EMSERH OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de saúde em **Exames de Tomografia Computadorizada**, incluindo o fornecimento dos equipamentos e todos os itens necessários para a realização, emissão e entrega de laudos, para atender a demanda do **Hospital Macrorregional de Coarátá – MA**. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR ITEM. **SITUAÇÃO DA LICITAÇÃO:** FICA ADIADA ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO. **MOTIVO DO ADIAMENTO:** SOLICITAÇÃO DO SETOR DEMANDANTE. **Local de Realização:** Auditório da EMSERH, localizado na Av. Borborema, qd. 16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís – MA. Edital e demais informações estão disponíveis em [www.emserh.ma.gov.br](http://www.emserh.ma.gov.br). Informações adicionais serão prestadas na CL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA no horário de 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min de Segunda a Sexta, ou pelos e-mails [esl.emserh.ma@gmail.com](mailto:esl.emserh.ma@gmail.com) e/ou [licitacoes-ta-emserh@gmail.com](mailto:licitacoes-ta-emserh@gmail.com) ou pelo Telefone (98) 3235-7333. São Luís (MA), 03 de novembro de 2025. **Rafael Costa Nascimento** Agente de Licitação da EMSERH Matrícula nº 14.070.

#### **EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA – EMAP**

**RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 22/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N.º 02805/2025** Em conformidade com os atos e termos do processo em epígrafe, cujo objeto é a contratação da empresa **Hewlett Packard Brasil Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 61.797.924/0002-36, para a prestação de serviços para manutenção de equipamentos, Chassis Blade e Servidores Blade HPF, pelo período de 37 (trinta e sete) meses, com o valor de R\$ 254.201,70 (duzentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e um reais e setenta centavos), considerando que foram atendidas as prescrições legais pertinentes, **RATIFICO** a contratação da referida empresa por **Inexigibilidade de Licitação**, com fundamento legal no art. 30, inciso I, da Lei nº 13.303/2016 e art. 23, caput e inciso I do novo Regulamento de Licitações e Contratos da EMAP (2025), conforme dispõe o Parecer nº 754/2025 - GELUR/EMAP. Publique-se, para ciência dos interessados, observadas as normas legais. São Luís (MA), 29 de outubro de 2025. **Oquerlina Maria Costa Silva**, Presidente da EMAP

#### **APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMPERATRIZ/MA**

**##TEX AVISO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO.** A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMPERATRIZ, torna público aos interessados que, em sessão realizada no dia 27 de outubro de 2025, às 09:30h (nove horas e trinta minutos), na modalidade PREGÃO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM com base na Lei nº 14.133/2021, para o OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO VISANDO O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DA APAE DE IMPERATRIZ/MA, CONFORME TERMOS DO CONVÊNIO N.º. 24/2024/SES, E DEMAIS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS, foram declaradas vencedoras do certame as empresas: **COMERCIAL DO**

**O LTDA - 05.743.965/0001-98**, com o valor global de R\$ 33.890,72 (Cinquenta e três mil, oitocentos e noventa reais e setenta e dois centavos); e **F. M. DA CONCEICAO VARIEDADES - 40.468.610/0001-39**, com o valor global de R\$ 145.447,82 (Cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e oitenta e dois centavos). Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente da APAE de Imperatriz/MA, **HOMOLOGA** nos termos do inciso IV, Art. 71, da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, aos fornecedores supramencionados, para que produza os efeitos jurídicos e legais sobre o feito. **##DAT Imperatriz/MA**, 30 de outubro de 2025 **##ASS José João da Silva ##CAR** Autoridade Competente. Presidente da APAE de Imperatriz/MA.

#### **APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ESTREITO/MA**

**##TEX AVISO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO.** A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ESTREITO/MA, CNPJ. 04.123.619/0001-44, torna público para conhecimento dos interessados que, em sessão realizada no dia 28 de outubro de 2025, às 09:30h (nove horas e trinta minutos), na modalidade PREGÃO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM com base na Lei nº 14.133/2021, para o OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO VISANDO O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DA APAE DE ESTREITO/MA, CONFORME TERMOS DO CONVÊNIO N.º. 23/2024/SES E ANEXOS, E DEMAIS CONDIÇÕES, QUANTIDADES, E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, foi declarada vencedora do certame a empresa: **F. M. DA CONCEICAO VARIEDADES - 40.468.610/0001-39**, com o valor global de R\$ 96.922,00 (Noventa e seis mil e novecentos e vinte e dois reais). Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Presidente da APAE de Estreito/MA, **HOMOLOGA** nos termos do inciso IV, Art. 71, da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, ao fornecedor supramencionado, para que produza os efeitos jurídicos e legais sobre o feito. **##DAT Estreito/MA**, 30 de outubro de 2025 **##ASS Eulina Maria Mesquita Oliveira ##CAR** Autoridade Competente. Presidente da APAE de Estreito/MA.

#### **CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - MA**

**ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ (MA) DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO n.º 014/2025 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)** A Câmara Municipal de Imperatriz (MA), por seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento de todos que realizará licitação na **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico. **TIPO:** Menor Preço. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço Global. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais. **CÓDIGO UASG: 931458** **BASE LEGAL:** Lei nº 14.133/21 e as condições do Edital. Data de Abertura: 24 de novembro de 2025 às 09:00 hs (nove horas), horário de Brasília - DF. O Edital e seus anexos poderão ser consultados e obtidos no endereço eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br/camaraimperatriz.ma.gov.br](http://www.gov.br/compras/pt-br/camaraimperatriz.ma.gov.br), e, por fim, consultado, lido e obtido em sua versão impressa mediante o recolhimento de R\$: 20,00 (vinte reais) através do Documento de Arrecadação próprio, na sede do setor de licitações da Câmara Municipal de Imperatriz (MA) sito na Rua Simplicio Moreira nº 1185, Centro, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas. Imperatriz (MA) 03 de novembro de 2025. **VICTOR GABRIELAQUINO DA SILVA - AGENTE DE CONTRATAÇÃO.**





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO

**RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**



Processo Administrativo nº 090/2025

Pregão, na forma Eletrônica nº 014/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendendo: informações sobre as opções, emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens rodoviárias nacionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Cuida-se de pedido de esclarecimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 014/2025, solicitado via E-mail, na data do dia 03/11/2025 às 10h45min pela empresa Zanella Travels, inscrita no CNPJ sob o nº 51.344.470/0001-03, sendo recebido por este pregoeiro no dia 04/11/2025.

**I - DO CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE**

O presente pedido de esclarecimento tem fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e item 15 do edital, vide:

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail dl.itz.agentedeconstratacao2025@gmail.com





ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO

**15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.**

**15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação**

**15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.**

A abertura da Sessão Pública do referido pregão está prevista para o dia 24/11/2025 às 09h00 (horário de Brasília), logo, o mencionado pedido de esclarecimento é **TEMPESTIVO**.

## **II - DO PONTO QUESTIONADO**

São solicitados pela empresa Zanella Travels os seguintes esclarecimentos:

- “1. O valor a ser preenchido no sistema é somente da taxa de agenciamento ou valor estimado global+taxa de agenciamento?*
- 2. O critério de julgamento será exclusivamente a taxa de agenciamento?*
- 3. Nos termos do item 6.2.2 não poderá ser oferecida taxa de agenciamento igual a zero. No entanto, não está claro se serão aceitas taxas negativas. Se sim, como será calculado o valor negativo?*
- 4. Em caso de empate entre as licitantes e, levando em conta que o sistema COMPRAS.GOV realiza sorteio automaticamente, sem levar em conta os critérios do art. 60 da Lei 14.133/2021 (item 7.21 do Edital), a comissão convocará todos os licitantes empatados para comprovação documental do cumprimento dos critérios de desempate?”*

## **III - DA ANÁLISE DO MÉRITO**

No que diz respeito a primeira indagação, urge salientar que o critério de julgamento adotado no certame é o **menor preço global** por meio da obtenção da **menor taxa de agenciamento**, razão porque, ao preencher o sistema e disputar a fase de lances, as interessadas

Página 2 de 3



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

em contratar com a administração deverão levar em consideração que a disputa será no tocante a taxa de agenciamento, estimada no Termo de Referência em R\$ 0,27 (vinte e sete centavos), sendo certo que o valor total estimado para a contratação decorre da soma da disponibilidade orçamentária para a execução do objeto (R\$ 199.730,00) acrescida da taxa de agenciamento. Assim, restam esclarecidas as duas primeiras questões apontadas pela requerente.

Por seu turno, o item nº 6.2.2 do instrumento convocatório assim disciplina, *in verbis*:

**“6.2.2. O licitante NÃO poderá oferecer valor igual a zero no tocante a taxa de agenciamento.”** (destaques e grifos nossos)

Dessarte, da simples leitura do texto acima, depreende-se facilmente que às interessadas em contratar com a administração não será permitido propor valor zero no tocante a taxa de administração. Por via reflexa, se é vedado o oferecimento de valor igual a zero, não poderá ser proposta taxa de valor negativo.

Por derradeiro, esclarecemos que, em caso de empate, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60, da Lei nº 14.133/21.

Imperatriz (MA), 06 de novembro de 2025

  
Victor Gabriel Aquino da Silva  
Agente de Contratação



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 23.361.387/0001-07 DUNS®: 94\*\*\*\*\*20  
Razão Social: BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA  
Nome Fantasia: BRASITUR EVENTOS E TURISMO  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 05/05/2026  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Parte da Empresa: Micro Empresa

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com \*\*\* está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	22/04/2026	Automática
FGTS	Validade:	01/12/2025	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	11/05/2026	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	21/01/2026
Receita Municipal (Isento)		

##### V - Qualificação Técnica

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2026

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 12/11/2025 15:20

CPF: 034.XXX.XXX-28 Nome: PAMELA GABRIELLE ABRANTES CAVALCANTE

Ass:

1 de 1



31

6



Brasília/DF, 24 de novembro de 2025

A empresa **Brasitur Eventos e Turismo LTDA CNPJ nº 23.361.387/ 0001-07**, Inscrição Estadual nº 07.738.791/001-68, situada no endereço Q QNM 34 AREA ESPECIAL 1 SALA 1917 – TAGUATINGA NORTE – BRASÍLIA – DF – CEP 72.145-450, vem por meio de seu representante legal devidamente constituído, Michelle Lemos Trindade Sousa, RG nº 3.625.148 SSP/DF, CPF nº 008.969.461-93, **APRESENTAR A RELAÇÃO DE:**

**CONTRATOS FIRMADOS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS JUNTO AO PODER PÚBLICO, REFERENTES AO MESMO OBJETO LICITADO (OU SIMILAR)**

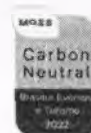
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA ESTADO DE MINAS GERAIS	PROCESSO LICITATORIO Nº 013/2023 PREGÃO ELETRONICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2023 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 045/2023	ESTIMADO R\$ 268.086,00
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA – UEPB	CONTRATO Nº 0167/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 55000.009165.2022-52 E 55000.002692.2023-17 REGISTRO NA CGE Nº 23-00914-1	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01 ESTIMADO R\$ 50.000,00
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO CARLOS GOMES	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2022 PROCESSO Nº 2022/753087 CONTRATO Nº 53/2022	ESTIMADO R\$ 476.598,00
PREFEITURA DE JOINVILLE SECRETARIA DE ESPORTES DE JOINVILLE	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SEI - SAP.GAB/SAP.UPR HOMOLOGAÇÃO, SEI Nº 0013057289/2022 - SAP.UPR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 254/2022, UASG 453230	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 47,30 ESTIMADO R\$ 179.460,00
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA - UEPB	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2023 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2023	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01 ESTIMADO R\$ 200.000,00
FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, À PESQUISA E À EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA	TERMO DE CONTRATO Nº 17/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2022 PROCESSO Nº 2022290800010	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES	ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 140/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2023	ESTIMADO R\$ 83.699,80

(61) 3877-1790

@brasitureturismo

www.brasitur.com.br

JK Shopping - QNM 34 - Área Especial 1 Sala 1917 | Taguatinga Norte - DF







SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - GABINETE DO SECRETÁRIO E ASSESSORIAS - SÃO PAULO	PROCESSO SEI Nº 025.00000005/2023-21 CONTRATO Nº 01/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2022	ESTIMADO R\$ 112.050,00
FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ	QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 241/2019	TAXA DE DESCONTO 15% ESTIMADO R\$ 103.250,22
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA, ESTADO DO CEARÁ	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22.17.01/ARP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22.17.01/PE	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01 ESTIMADO R\$ 150.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO IRAS - BA	ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2023ARP PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2023PE PROCESSO LICITATÓRIO N.º 082/2023PMSL	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01 ESTIMADO R\$ 73.460,00
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	PROCESSO 014.00000130/2023-05 PREGÃO ELETRÔNICO CG Nº 004/2023 OFERTA DE COMPRA Nº 470101000012023OC00005 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SEDPCD Nº 001/2023	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,00 ESTIMADO R\$ 794.770,99
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2023 PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS SRA/MG Nº 09/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 10680.100486/2023-21	ESTIMADO R\$ 5.139,74
ESTADO DE ALAGOAS MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PE48/2023 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2023 PROCESSO Nº 08.02.0014/2023	TAXA DE DESCONTO 12% ESTIMADO R\$ 200.000,00
ESTADO DO PARANÁ MUNICÍPIO DE SANTA HELENA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA	ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 300/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2023	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,00 ESTIMADO R\$ 100.000,00
ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE	CONTRATO Nº 2023.08.16-0002 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023.07.17.1	TAXA DE DESCONTO 0,01% ESTIMADO R\$ 200.000,00
COMPANHIA DE SANTANA – CDSA	CONTRATO Nº 02/2023-CDSA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023-CPL/CDSA PROCESSO Nº 126/2022-GAB/CDSA	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01 ESTIMADO R\$ 80.000,00

(61) 3877-1790

@brasitureturismo

www.brasitur.com.br

JK Shopping - QNM 34 - Área Especial 1 Sala 1917 | Taguatinga Norte - DF







SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SRA/MGI-MG Nº 17/2023 EDITAL SRA/MGI-MG Nº 09/2023 PREGÃO ELETRÔNICO SRA/MG Nº 09/2023	TAXA DE DESCONTO 14% ESTIMADO R\$ 61.676,88
O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA - CREMERO	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO 03/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2023.	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,00 ESTIMADO R\$ 180.000,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO PAULISTA	CONTRATO Nº 005/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2023	TAXA DE DESCONTO 11% ESTIMADO R\$ 60.000,00
CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA 1ª REGIÃO	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2023	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01 ESTIMADO R\$ 554.000,00
PREFEITURA DE SOROCABA	PROCESSO CPL Nº 245/2023 SIAM Nº 745/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2023	TAXA DE DESCONTO 200,00 ESTIMADO R\$ 110.000,00
MUNICÍPIO DE CARMÓPOLIS/SE	ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2023 PROCESSO LICITATÓRIO 16/2023	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01 ESTIMADO R\$ 150.000,55
MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 87/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2022	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,00 ESTIMADO R\$ 66.035,52
MUNICIPIO DE CAMPO LARGO	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 204/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 134/2022	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,00 ESTIMADO R\$ 131.500,00
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E EXTENSÃO DE SERGIPE – FAPESE	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR 04/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2022	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,00 ESTIMADO R\$ 401.280,00



(61) 3877-1790



@brasitureturismo

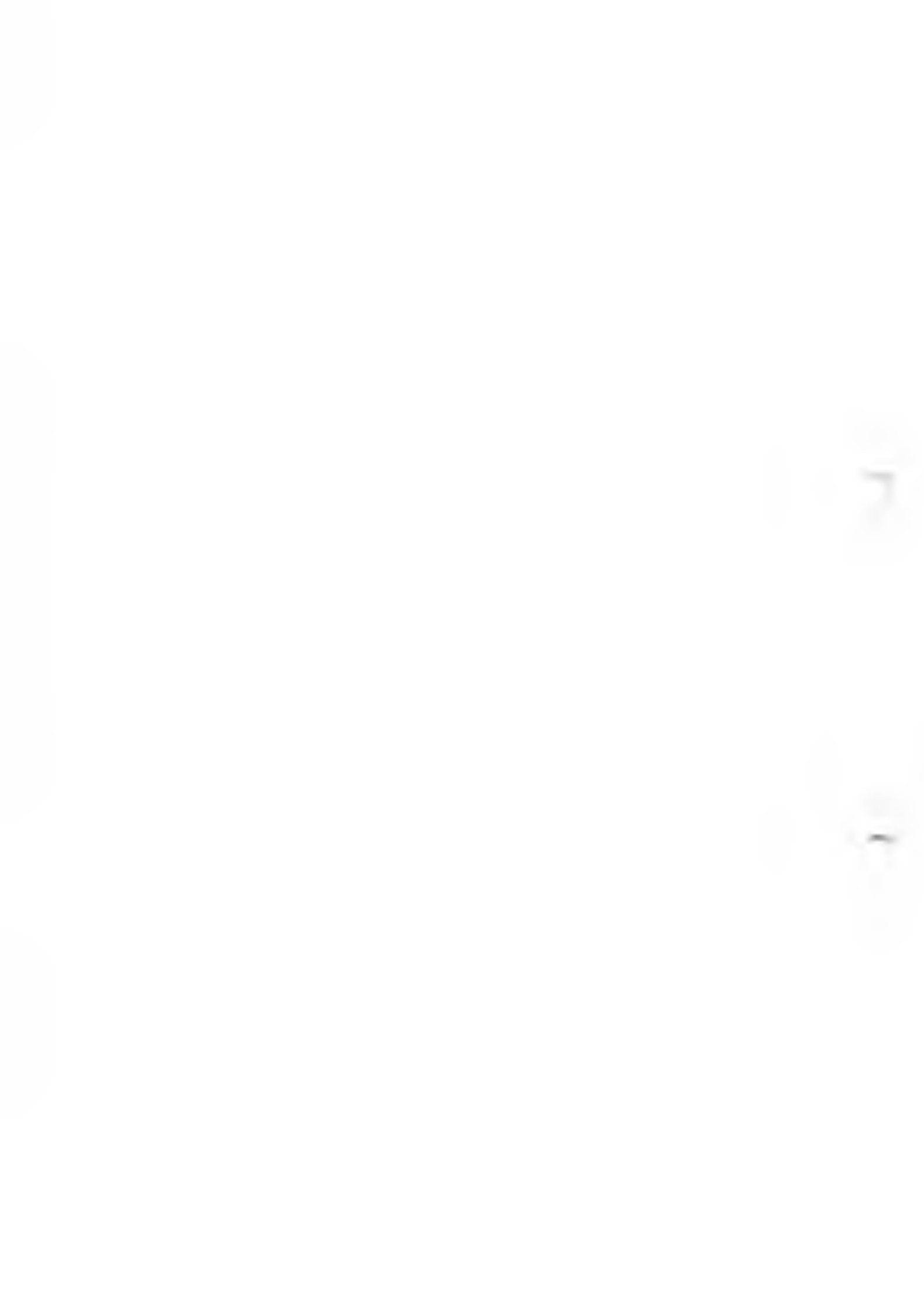


www.brasitur.com.br



JK Shopping - QNM 34 - Área Especial 1 Sala 1917 | Taguatinga Norte - DF





CAMARA MUNICIPAL  
IMPT  
FIS 906  
PRO 09012023

**Brasitur**

MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO BASE DE AVIAÇÃO DE TAUBATÉ	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 64009.004825/2022-10 PREGÃO Nº 12/2022	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 1,00 ESTIMADO R\$ 310.084,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO PAULISTA	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2023 PROCESSO Nº 003/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023	TAXA DE DESCONTO 11% ESTIMADO R\$ 60.000,00
MUNICÍPIO DE ITUBERÁ	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 258/2022 REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 313/2022, EDITAL N.º 047/2022	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 10,00 ESTIMADO R\$ 360.000,00
MUNICÍPIO DE LAGARTO, ESTADO DE SERGIPE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023-SRP	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01 ESTIMADO R\$ 120.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA ESTADO DA BAHIA - BRASIL	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.011/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2023	TAXA DE DESCONTO 14,03% ESTIMADO R\$ 71.250,00
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	TERMO DE CONTRATO Nº 002 - SEAORÇ - TJMRS/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2022-SEAORÇ-TJM/RS PROCESSO LICITAÇÃO - 9.2022.0700.000634-6 PROCESSO CONTRATO - 9.2022.0700.001731-3	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,001 ESTIMADO R\$ 120.000,00
FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA	EDITAL Nº 006/2023 PROCESSO: 15.255.367/2023-006 LICITAÇÃO BANCO DO BRASIL Nº 1001833	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01 ESTIMADO R\$ 240.000,00
51ª BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA - ALTAMIRA/PA	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2023	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,0001 ESTIMADO R\$ 39.100,00
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - MG	CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 171/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2022 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2022	TAXA DE DESCONTO 1,10% ESTIMADO R\$ 209.690,30
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRO PRETO - BA	CONTRATO Nº 000202/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000151/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº000028 /2022	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01 ESTIMADO R\$ 120.000,00



(61) 3877-1790



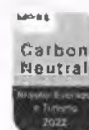
@brasitureturismo



www.brasitur.com.br



JK Shopping - QNM 34 - Área Especial 1 Sala 1917 | Taguatinga Norte - DF







FUNDAÇÃO JOSUÉ MONTELLO	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 87/2022	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01 ESTIMADO R\$ 381.285,29
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO TOCANTINS - CRFTO	CONTRATO Nº 02/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260/2018 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2018	TAXA DE DESCONTO 10% ESTIMADO R\$ 55.000,00
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE	CONTRATO 18/2018 PREGÃO 37/2018	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,001 ESTIMADO R\$ 170.000,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO REITORIA	CONTRATO Nº 111/FUFMT/2019 PROCESSO Nº 23108.021593/2019-63 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2018 - UASG 160298	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01 ESTIMADO R\$ 347.000,00
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO-RO	ARP Nº 009/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2023	TAXA DE DESCONTO 0,08% ESTIMADO R\$ 65.000,00
AGIR – ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO, INOVAÇÃO E RESULTADOS EM SAUDE	PROCESSO E-DOC Nº: 20190002.00145-4 AGIR	ESTIMADO R\$ 170.000,00
AGIR – ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO, INOVAÇÃO E RESULTADOS EM SAUDE CRER - CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E READAPTAÇÃO DR. HENRIQUE SANTILLO	PROCESSO E-DOC Nº: 20190002.00145-5 CRER	ESTIMADO R\$ 100.000,00
AGIR – ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO, INOVAÇÃO E RESULTADOS EM SAUDE HDS – HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA COLÔNIA SANTA MARTA	PROCESSO E-DOC Nº: 20190002.00145-6 HDS	ESTIMADO R\$ 55.000,00
AGIR – ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO, INOVAÇÃO E RESULTADOS EM SAUDE HUGOL – HOSPITAL ESTADUAL DE URGÊNCIAS GOVERNADOR OTÁVIO LAGE DE SIQUEIRA	PROCESSO E-DOC Nº: 20190002.00145-7 HUGOL	ESTIMADO R\$ 100.000,00
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - DF ANEEL	PE 13/2023 UASG: 323028	ESTIMADO R\$ 1.875.277,83

(61) 3877-1790

@brasitureturismo

www.brasitur.com.br

JK Shopping - QNM 34 - Área Especial 1 Sala 1917 | Taguatinga Norte - DF





	PROCESSO: 48500.000556/2023-96	
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANGUAPE	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01.012.1/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01.012/2023 - PERP	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO -9,84%  ESTIMADO R\$ 1.150.000,00
INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA	PREGÃO Nº 001/2019	ESTIMADO R\$ 1.002.948,00
CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARÁ – CORE-CE	PREGÃO Nº 02/2018 PROCESSO Nº 08/2018	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01
CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DO CEARÁ – CRECI-CE 15ª REGIÃO	PREGÃO Nº 11/2019 CONTRATO Nº 023/2019	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01  ESTIMADO R\$ 58.000,00
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS	PREGÃO Nº 03/2019 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0022142-68.2018.6.27.8000 CONTRATO Nº 3 / 2019	R\$ 825.000,0
NÚCLEO ESTADUAL O MINISTÉRIO DA SAÚDE NO RIO GRANDE DO SUL	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 13/2018 PROCESSO Nº 25025.007865/2018-87 CONTRATO Nº 1/2018	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,0001  ESTIMADO R\$ 42.520,06
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN,	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2019 PROCESSO LICITATÓRIA Nº 083/2019 CONTRATO Nº 021/2019	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01  ESTIMADO R\$ 219.524,00



(61) 3877-1790



@brasitureturismo



www.brasitur.com.br



JK Shopping - QNM 34 - Área Especial 1 Sala 1917 | Taguatinga Norte - DF



FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, À PESQUISA E À EXTENSÃO DO IFCE - FAIFCE	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2022 PROCESSO: 2022290800010	ESTIMADO 25,50
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2022 PROCESSO Nº 00080-00276739/2022-16 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2022	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,00  ESTIMADO R\$ 3.893.000,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO PAULISTA	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023 PROCESSO N 003/2023 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2023	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO 11%  ESTIMADO R\$ 60.000,00
MUNICÍPIO DE SOROCABA	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2023 PROCESSO CPL Nº 245/2023 SIAM Nº 745/2023	TAXA DE DESCONTO - R\$ 10.000,00  ESTIMADO R\$ 110.000,00
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2018 PROCESSO Nº 035/2018 CONTRA TO Nº 03/2019	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,00  ESTIMADO R\$ 120.000,00
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARSESP	PROCESSO SEI Nº 133.00001214/2023-65 PREGÃO ELETRÔNICO: ARSESP Nº 54/2023 CONTRATO: ARSESP Nº 54/2023	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,00001  ESTIMADO R\$ 618.413,23

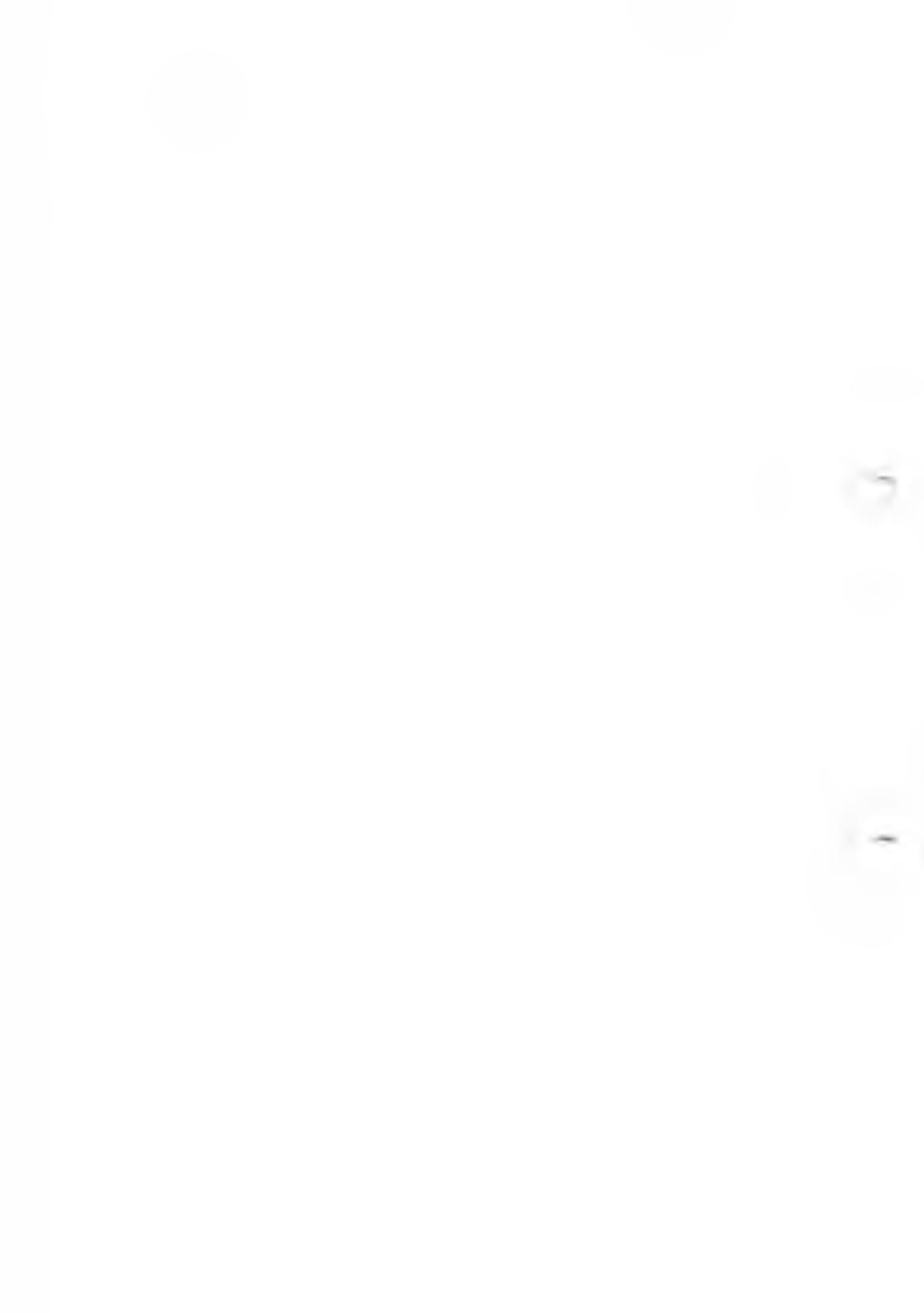
(61) 3877-1790

@brasitureturismo

www.brasitur.com.br

JK Shopping - QNM 34 - Área Especial 1 Sala 1917 | Taguatinga Norte - DF





COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA	PREGÃO ELETRÔNICO LRE Nº 059/2023 PROCESSO CGP-PRC-2022/41557 ID BANCO DO BRASIL: 1030288 CONTRATO Nº 0040/2024	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 20,00 ESTIMADO R\$600.000,00
EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS – EMDEC	PREGÃO Nº 003/2024 PROTOCOLO SSI: EMDEC.2023.00004342-67 CONTRATO Nº 008/2024	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO -5,00 % ESTIMADO R\$ 100.000,00
ESTADO DE PERNAMBUCO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0405/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0471.2023.AC-60.PE.0405.SAD	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO -9,24 % ESTIMADO R\$ 3.490.266,97
FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE – FAURG	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 565/2024 CONTRATO 011/2024	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,00 ESTIMADO R\$ 483.700,00
FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UTFPR	SELEÇÃO PÚBLICA DE FORNECEDOR 01/2023 PROCESSO Nº 27028/2023 CONTRATO Nº 029/2023	ESTIMADO R\$ 188.703,87
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - CAMPUS PICUI	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23325.002419.2023-33	ESTIMADO R\$ 57.000,01



(61) 3877-1790



@brasitureturismo



www.brasitur.com.br



JK Shopping - QNM 34 - Área Especial 1 Sala 1917 | Taguatinga Norte - DF





Fls. 041  
Pág. 0901 0095

	TERMO DE CONTRATO 11/2023	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2023 PROCESSO N.º 23443.005250/2023-27	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO  R\$ 0,00  ESTIMADO R\$ 62.061,41
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23121.001259/2023-0 TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2024	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO  R\$ 0,01  ESTIMADO R\$ 372.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS-BA	PREGÃO ELETRÔNICO Nº - 151/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº - 4967/2023	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO  0,01 %  ESTIMADO R\$ 50.005,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAÍBAS - ALAGOAS	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.032/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 08070002/2023	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO  R\$ 0,01  ESTIMADO R\$ 200.000,00
MUNICIPIO DE ITUBERÁ	TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 047/2024 PROCESSO Nº 010/2024	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO  R\$ 0,00  ESTIMADO R\$ 53.002,50



(61) 3877-1790



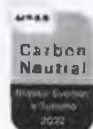
@brasitureturismo

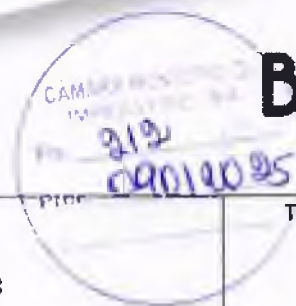


www.brasitur.com.br



JK Shopping - QNM 34 - Área Especial 1 Sala 1917 | Taguatinga Norte - DF





MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2023 PROCESSO Nº 08.02.0014/2023	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO -12%  ESTIMADO R\$ 200.000,00
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE FEIRA DE SANTANA	PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 053-2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 056-2023 CONTRATO FHFS Nº. 048-2024-1123	ESTIMADO R\$ 255.00,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA-CEARÁ	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA-CEARÁ CONTRATO Nº 22.17.01/PE-03	ESTIMADO R\$ 50.000,00
MUNICÍPIO DE BAIANÓPOLIS	CONTRATO Nº 158/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 174/2023 ID BANCO DO BRASIL Nº: 1028095 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO -10,00 %  ESTIMADO R\$ 500.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEGOV	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024 PROCESSO ADM. Nº P422833/2023 UASG: 927744 EDITAL Nº 9569	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,00  ESTIMADO R\$ 2.500.000,00
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA	ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 300/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2023	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,00  ESTIMADO R\$ 100.000,00
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 487/2023 – SETE PROCESSO SEI: 0859.013130.00071/2023-55 CONTRATO Nº 02/2024	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,0001

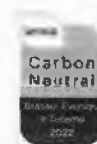


(61) 3877-1790

@brasitureturismo

www.brasitur.com.br

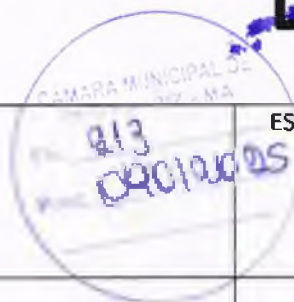
JK Shopping - QNM 34 - Área Especial 1 Sala 1917 | Taguatinga Norte - DF



3

0

0



		ESTIMADO R\$ 560.000,00
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA	<p>PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 427/2023</p> <p>PROCESSO Nº: 0853.012629.00261/2023-40</p> <p>DATA DE ABERTURA: 20/11/2023</p> <p>ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2023</p>	<p>TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO</p> <p>0,00%</p> <p>ESTIMADO R\$ 800.000,00</p>
SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVACAO - SEMDE	<p>CONTRATO Nº 0001/2023</p> <p>DISPENSA ELETRÔNICA Nº DE0009/2023</p>	ESTIMADO R\$ 55.000,00
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO/RS	<p>CONTRATO Nº 148/2023-DEC</p> <p>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92/2023-DEC</p> <p>PROCESSO Nº 8.2023.7187/000157-2</p>	<p>TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO</p> <p>R\$ 0,01</p> <p>ESTIMADO R\$687.832,23</p>
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS	<p>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2023</p> <p>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23205.030447/2023-15</p> <p>TERMO DE CONTRATO Nº 05/2024</p>	<p>TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO</p> <p>R\$ 0,00</p> <p>ESTIMADO R\$ 937.500,13</p>
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL	<p>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023</p> <p>PROCESSO: 48500.000556/2023-96</p> <p>CONTRATO Nº 56/2023</p>	<p>TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO</p> <p>R\$ 0,0001</p> <p>ESTIMADO R\$ 1.875.277,82</p>

(61) 3877-1790

@brasitureturismo

www.brasitur.com.br

JK Shopping - QNM 34 - Área Especial 1 Sala 1917 | Taguatinga Norte - DF

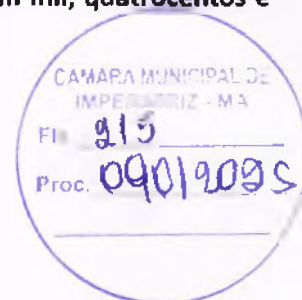





AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUÍ S/A – INVESTE PIAUÍ	PREGÃO ELETRÔNICO PE /L. E Nº 009/2023 PROCESSO SEI Nº 00147.001079/2023-26 CONTRATO Nº 008/2024	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO 0,00% ESTIMADO R\$ 3.000.000,00
PREFEITURA DE SOROCABA	PREGAO ELETRONICO 153/2023 - CPL Nº 378/2023 LICITAÇÃO BANCO DO BRASIL Nº 1014947	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ -12.525,00 ESTIMADO R\$ 250.000,00
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 55000.011765.2023-61 REGISTRO NA CGE Nº 23-00914-1 CONTRATO Nº 0280/2023	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01 ESTIMADO R\$ 25.000,00
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA E/OU PREGOEIRO	PREGÃO ELETRÔNICO 010/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55000.009165.2022-52 E 55000.002692.2023-17. REGISTRO NA CGE Nº 23/00914-1	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01 ESTIMADO R\$ 200.000,00
COMPANHIA DOCAS DE SANTANA – COSA	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023-CPL/CDS PROCESSO Nº 126/2022	TAXA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO R\$ 0,01 ESTIMADO R\$ 80.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 35.591.475,85</b>

TOTAL ESTIMADO EM: R\$ 35.591.475,85 (Trinta e cinco milhões, quinhentos e noventa e um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos)

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.



  
Michelle Lemos T. Sousa  
Diretora  
Brasitur Eventos e Turismo

INSCRIÇÃO EM COMPA  
23.361.387/0001-07  
BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA  
QNM 34 Área Especial 1-Torre JK Shopping  
Sala 1917 CEP: 72.145-450  
Brasília-DF

Michelle Lemos Trindade Sousa  
Sócia Representante  
CPF: 008.969.461-93



(61) 3877-1790



@brasitureturismo

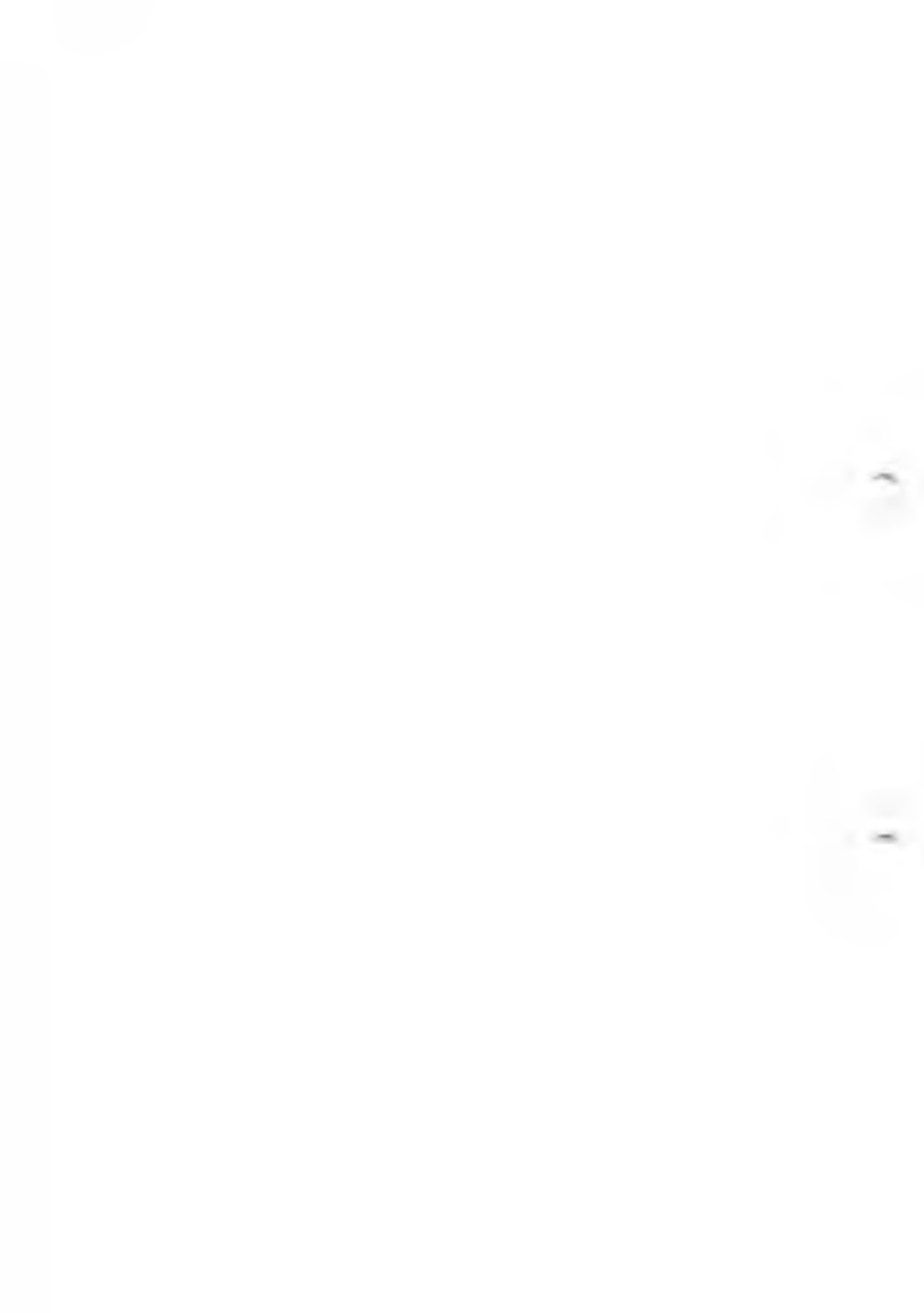


www.brasitur.com.br



JK Shopping - QNM 34 - Área Especial 1 Sala 1917 | Taguatinga Norte - DF









Fazendo o turismo legal.

# CERTIFICADO

Atividade

**Agência de Turismo**

Nome do prestador

**BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**

Número do cadastro

**23.361.387/0001-07**

Consulte a autenticidade



Data de validade:

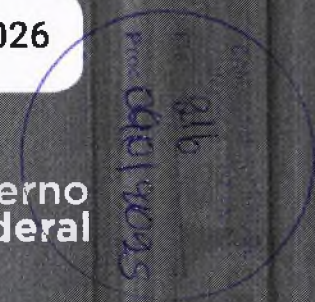
**14/02/2024 a 14/02/2026**

**Secretário Nacional de Desenvolvimento  
e Competitividade do Turismo**

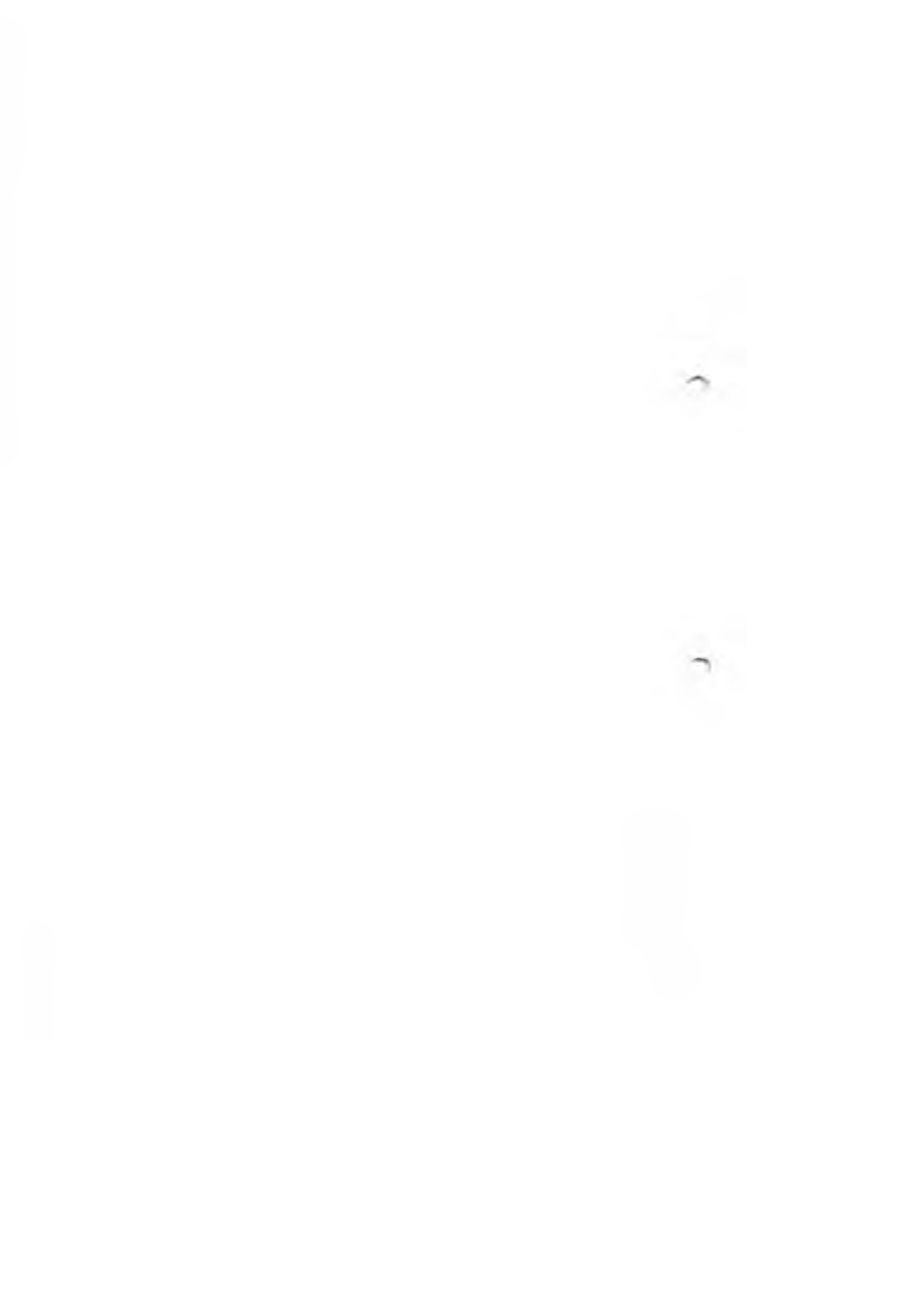
**Ministério do  
Turismo**

**Governo  
Federal**

Emitido no dia 14/02/2024 22:13:50 (data e hora de Brasília). A autenticidade de Certificado e as informações de cadastro podem ser verificadas por meio do Código QR ou pelo site [www.cadastur.turismo.gov.br](http://www.cadastur.turismo.gov.br).







### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA, estabelecida na QS 03 Lt. 03, Sala 716, Torre Sul, Ed. Pátio Capital, Aguas Claras, CEP 71.953- 000 - Brasília - DF, inscrita no CNPJ sob o n°. 23.361.387/0001-07, presta o serviço de agenciamento de viagens aéreas para o INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA, Organização da Sociedade Civil - OSC, inscrito no CNPJ sob n° 01.437.408/0001-98, com sede na Av. Ministro José Américo, nº326, 6º Andar, SL 601 a 619, Bairro Parque Iracema, Fortaleza CE, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços, vinculado ao Edital de Pregão nº 001/2019. O serviço consiste em:

Fornecimento de bilhetes de passagens aéreas nacionais, de todas as companhias aéreas autorizadas a operar no Brasil, incluindo a emissão, a marcação, a remarcação e o apoio nos embarques e desembarques, desde o período contratado temos um quantitativo de mais 2 mil bilhetes emitidos.

- ✓ Execução de reserva automatizada, "on-line" e emissão de seu comprovante;
- ✓ Emissão de bilhetes automatizados, "on-line";
- ✓ Consulta e informação de melhor rota ou percurso, "on-line";
- ✓ Consulta à menor tarifa disponível, "on-line";
- ✓ Alteração/remarcação e cancelamento de bilhetes; e
- ✓ Combinação de tarifa.

Declaramos que a empresa vem cumprindo com as obrigações referentes a prestação do serviço acima discriminado com eficiência e responsabilidade, não havendo nada nos registros deste Ente que a desabone.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente atestado.

Fortaleza-CE, 06 de maio de 2024.

Thalane Bezerra Barros de Lima  
Coordenadora Administrativa e Financeira  
Instituto Nordeste Cidadania - INEC

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA BRASITUR pdf

Código do documento 0c7ff8d9-faa0-4315-9046-78aa74274a65



### Assinaturas



thalane bezerra barros de lima  
thalane.bezerra@inec.org.br  
Assinou



### Eventos do documento

#### 06 May 2024, 12:11:26

Documento 0c7ff8d9-faa0-4315-9046-78aa74274a65 **criado** por AMANDA SANTOS MOREIRA GOMES (f32c094d-f3fd-486a-a825-4d7c30a088d0). Email: amanda.gomes@inec.org.br. - DATE\_ATOM: 2024-05-06T12:11:26-03:00

#### 06 May 2024, 12:12:02

Assinaturas **iniciadas** por AMANDA SANTOS MOREIRA GOMES (f32c094d-f3fd-486a-a825-4d7c30a088d0). Email: amanda.gomes@inec.org.br. - DATE\_ATOM: 2024-05-06T12:12:02-03:00

#### 07 May 2024, 12:28:58

THALANE BEZERRA BARROS DE LIMA **Assinou** (a215efcc-e8b3-472a-8811-cb0822b2c099) - Email: thalane.bezerra@inec.org.br - IP: 200.150.130.194 (200.150.130.194 porta: 5120) - Geolocalização: -3.808048 -38.5119158 - Documento de identificação informado: 014.816.193-65 - DATE\_ATOM: 2024-05-07T12:28:58-03:00

### Hash do documento original

SHA256) 4a07c1c64214cc65be5fd526941ab2fba4179a62778f005f91f8678300b071ed

SHA512) 2680861cac7ce5b8a194f9146336338bc413836f93adca76f782bb2e025dcd7d16c55f660b7a375eb4e7a1859f4b493504a289fcee219c817c8126f0b061402

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**



## **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA E BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS.

O INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com sede na Av. Dr. Silas Munguba, 3.500 - Itaperi, Fortaleza-CE inscrito no CNPJ sob nº 01.437.408/0001-98, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA, com sede na Q Qs 3 Lota 03 Torre Sul Edifício Pátio Capital Sala, inscrita no CNPJ sob o nº 23.361.387/0001-07, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si, justa e avençada a execução dos serviços objeto deste instrumento, vinculada ao Edital de Pregão nº 001/2019, de 03/06/2019 e seus Anexos, sujeitando as partes Contratantes às normas constantes da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto nº 5.450/2005, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para fornecimento de passagens aéreas no âmbito nacional e, opcionalmente, seguro de viagem, visando atender às necessidades do CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS CUSTOS**

I - O custo total estimado dos serviços é de R\$ 1.002.948,00 (Um milhão, dois mil, novecentos e quarenta e oito reais), com base nos parâmetros abaixo.

II - Os valores corresponderão à quantidade de passagens fornecidas ao CONTRATANTE em cada período (1 a 15 e 16 a 31 de cada mês), e serão cobrados pelo CONTRATADO de acordo com as tabelas praticadas pelas empresas concessionárias de transportes aéreos, somados aos valores referentes às taxas de embarque do período e do valor cobrado pelo CONTRATADO pelo agenciamento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O CONTRATADO se compromete a disponibilizar para o CONTRATANTE as promoções, descontos e vantagens concedidos pelas companhias aéreas, em determinados roteiros e horários de viagens, sobre as quais também será aplicado o desconto contratual.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As passagens não utilizadas serão devolvidas ao CONTRATADO, devendo o valor correspondente ser considerado como crédito no fornecimento de novas passagens ou reembolsado na forma da **Cláusula Sétima, inciso X** deste Contrato, a critério do CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**



O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, mediante Aditivo Contratual, até o prazo máximo de 60 meses.



#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O CONTRATADO deverá apresentar até o 5º dia útil posterior ao término do mês arquivo com as informações dos bilhetes emitidos para fins de conferência por parte do CONTRATANTE.

II - Após conferência, o CONTRATANTE autorizará o CONTRATADO a emitir nota fiscal/fatura, cujo pagamento será efetuado conforme previsto no Inciso III desta Cláusula.

III - O pagamento será efetuado quinzenalmente, mediante cobrança simples (sem instrução de protesto), no dia 15 para as faturas emitidas no dia 1º e no dia 30 para as faturas emitidas no dia 16 de cada mês, através de depósito bancário. Caso as datas 15 e 30 do mês não sejam dias úteis, o pagamento será realizado no dia útil seguinte. A liberação do pagamento fica condicionada ao cumprimento das exigências abaixo, sem que caiba ao CONTRATADO reivindicar quaisquer acréscimos (multas, juros ou reajustamentos) sobre valores retidos:

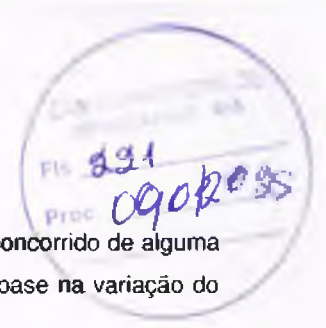
- a) apresentação da primeira via da(s) Nota(s) Fiscal(ais) em boa e devida forma;
- b) as emissões das Notas Fiscais/Faturas devem ser efetuadas mensalmente fazendo constar a dedução dos valores relativos à retenção de tributos devidos;
- c) sendo identificada cobrança indevida ou irregularidades na Nota Fiscal/Fatura, o CONTRATANTE abrirá contestação da Nota Fiscal/Fatura para reapresentação de 2ª via no valor devido para pagamento e com data de vencimento prorrogada por mais 10 (dez) dias. A contagem do novo prazo será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida e obedecendo ao item anterior.

IV - O pagamento do valor referente ao último mês da vigência contratual será efetuado da seguinte forma:

- a) 80% (oitenta por cento) do valor da fatura: até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação das notas fiscais/faturas em boa e devida forma;
- b) 20% (vinte por cento) restantes: somente após concluídos todos os reembolsos de que trata o **inciso X da Cláusula Sétima** deste Contrato;

V - A liberação de qualquer pagamento fica condicionada, ainda, ao atendimento das exigências abaixo, sem que caiba ao CONTRATADO reivindicar quaisquer acréscimos (multas, juros ou reajustamentos) sobre valores retidos:

- a) manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação que deu origem a este Instrumento;
- b) perfeita regularidade dos demais documentos referentes à venda;
- c) cumprimento das demais condições e cláusulas definidas neste Contrato.



**PARÁGRAFO ÚNICO** - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios apurados com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGPDI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

Durante a vigência deste Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada, sistematicamente, pelo representante do CONTRATANTE, designado pela Diretoria Executiva, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

I - Caberá ao fiscal do contrato o recebimento da nota fiscal/fatura apresentada pelo CONTRATADO, a devida atestação dos serviços e aposição de assinatura sob carimbo identificador, para fins de liquidação e pagamento.

II - A atestação referida na alínea anterior representa a confirmação da efetiva prestação dos serviços e o total cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO.

III - A liquidação e pagamento da nota fiscal/fatura apresentada observará a aplicação da **CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES**, deste instrumento, quando for o caso.

IV - O representante do CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Instrumento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

V - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante serão solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O CONTRATADO poderá manter preposto para representá-lo durante a execução deste Contrato, desde que aceito pela Administração do CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES**

I - A violação ou não cumprimento de cláusula ou condição estipulada neste Contrato sujeitará o CONTRATADO à multa de **2% (dois por cento)**, aplicável sobre o valor apurado para pagamento no decêndio em que se verificar a ocorrência faltosa.

II - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do decêndio em que se verificar ocorrência faltosa;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O CONTRATADO estará sujeito às sanções tratadas no Inciso II, principalmente, nas seguintes situações:

- i. atrasos reincidentes nos cumprimentos dos prazos estabelecidos na sua proposta;



ii. descumprimento de qualquer outra condição estipulada no Contrato e em sua proposta.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de reter e compensar, aos pagamentos do CONTRATADO, as multas referidas nos incisos I e II desta Cláusula.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A retenção referida no parágrafo anterior será efetivada logo após o CONTRATADO ser comunicado da abertura de procedimento administrativo para apuração da infração contratual, garantida a apresentação de sua defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**PARÁGRAFO QUARTO** - As sanções poderão ser aplicadas de modo cumulativo, independentemente de sua quantidade.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONTRATADO**

São obrigações do CONTRATADO:

I - disponibilizar para o CONTRATANTE descontos promocionais oferecidos pelas companhias aéreas, emitindo bilhetes pelas menores tarifas e preços promocionais praticados, quando atendidas as condições necessárias para tais tarifas e preços, sem prejuízo do desconto fixo ofertado;

II - marcar, remarcar, desdobrar, ressarcir, reservar e reconfirmar passagens aéreas nacionais, quando solicitadas diretamente pelo CONTRATANTE;

III - efetuar a aquisição das passagens aéreas sempre pela menor tarifa disponível em qualquer companhia aérea, independentemente do horário do voo, desde que seja possível atender à necessidade de chegada tempestiva ao destino por parte dos usuários, salvo mediante autorização explícita do CONTRATANTE;

III.1. caso seja constatado pelo CONTRATANTE o descumprimento dessa recomendação, o CONTRATADO será responsável pelo ressarcimento da diferença entre a tarifa efetivamente aplicada e a menor tarifa disponível, excetuando-se os casos em que o CONTRATANTE tenha autorizado.

IV - intermediar firmação de acordos corporativos junto às companhias aéreas, repassando ao CONTRATANTE todos os benefícios e vantagens concedidas;

V – prestar os serviços a partir da sede da CONTRATANTE, em unidade física localizada em Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Caso a CONTRATADA não for instalada em Fortaleza (CE), deverá instalar nesta cidade escritório local ou filial, com um preposto, com estrutura administrativa e todo suporte tecnológico, a fim de proporcionar pronto atendimento, inclusive nos finais de semana, feriados, 24 horas todos os dias, e em casos excepcionais e urgentes, através de telefone fixo e serviço móvel celular (ambos em número local) que todas as questões relacionadas às atividades pertinentes ao Contrato, sejam nela resolvidas, inclusive, com funcionamento ininterrupto e pleno;

VI - disponibilizar acesso a sistema informatizado que possibilite aos usuários via web "on line" e em tempo real: a) visualizar todas as opções de vôos para um determinado trecho e data ressaltando aquela de menor tarifa. b) fazer a reserva ("self booking") e emissão ("self ticket") de bilhete de companhia aérea, inclusive com utilização do "e-ticket" e c)





I - A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

I.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

II - A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se ao CONTRATADO com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias; ou
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; ou
- c) judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

III - A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

O foro deste Contrato é o da Comarca de Fortaleza-CE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão que porventura for suscitada na execução ou interpretação deste Contrato.

E por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Fortaleza/CE, 01 de setembro de 2019.

Stelio Gama Lyra Junior  
Diretor Presidente do Instituto Nordeste Cidadania  
**CONTRATANTE**

Heida Kelly dos Santos Pereira Lima  
Diretora Administrativo Sócio Ambiental  
**CONTRATANTE**

Brasitur Eventos e Turismo Ltda  
23.361.387/0001-07  
**CONTRATADA**

Nome:  
CPF:  
**1ª TESTEMUNHA**

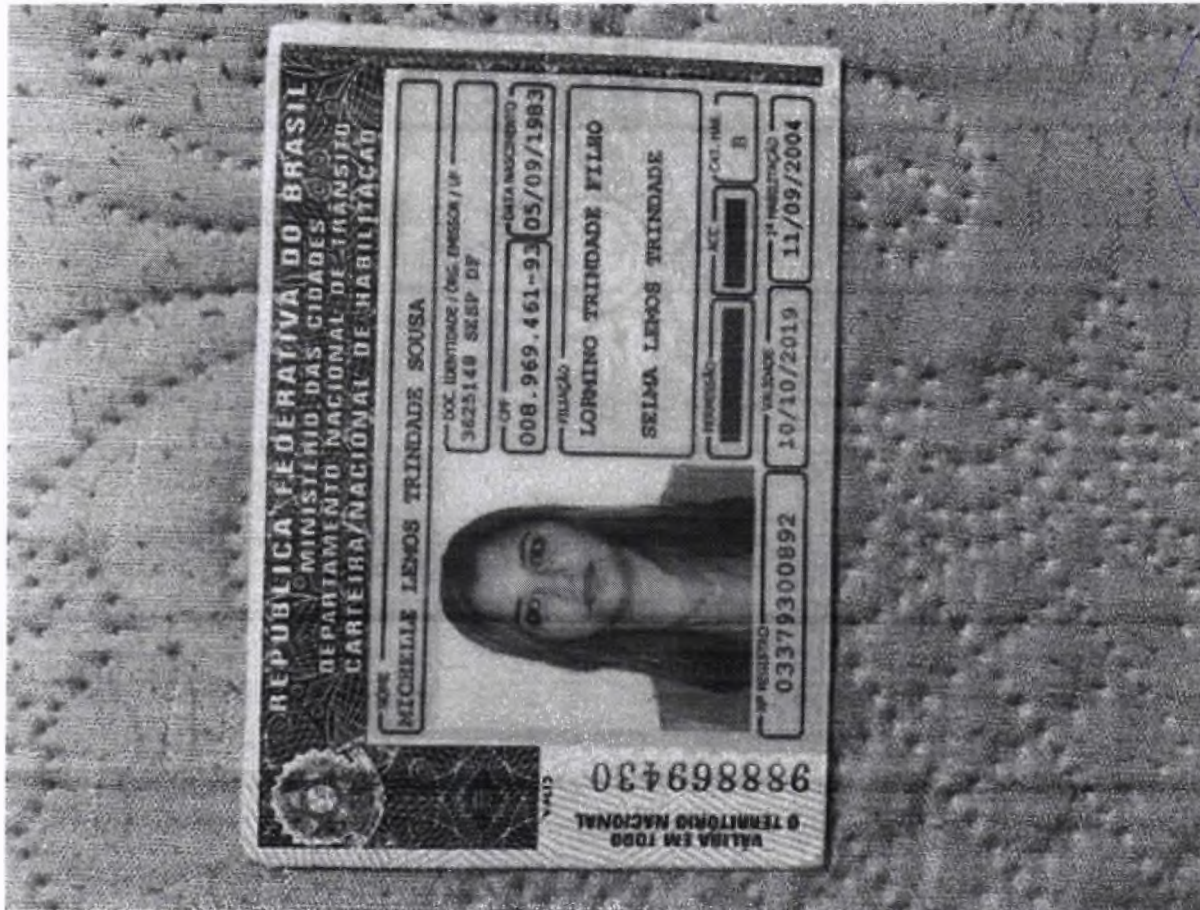
Nome:  
CPF:  
**2ª TESTEMUNHA**

Signatário **Michelle Lemos Trindade Sousa** (comercial@brasitur.com.br) registrou o documento abaixo no momento da assinatura:

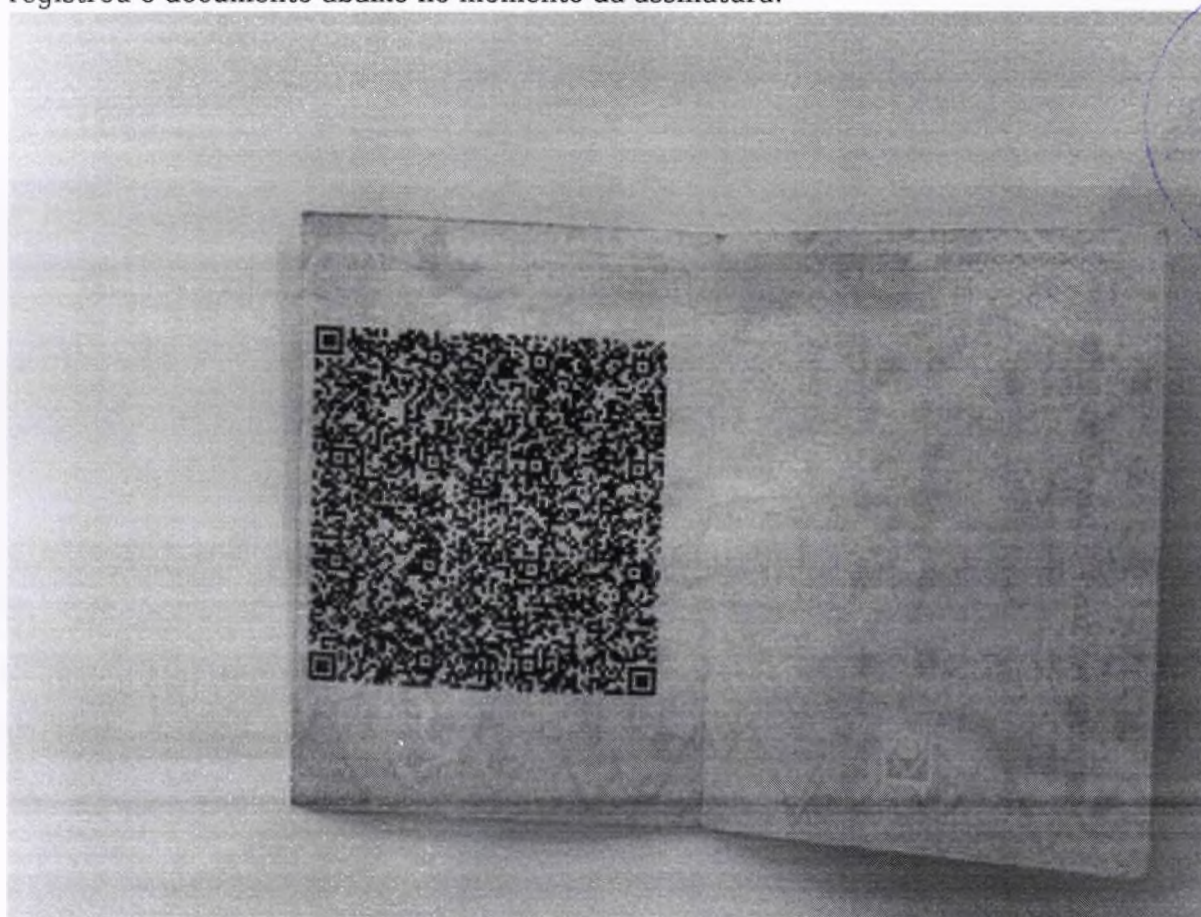




Signatário **Michelle Lemos Trindade Sousa** (comercial@brasitur.com.br) registrou o documento abaixo no momento da assinatura:

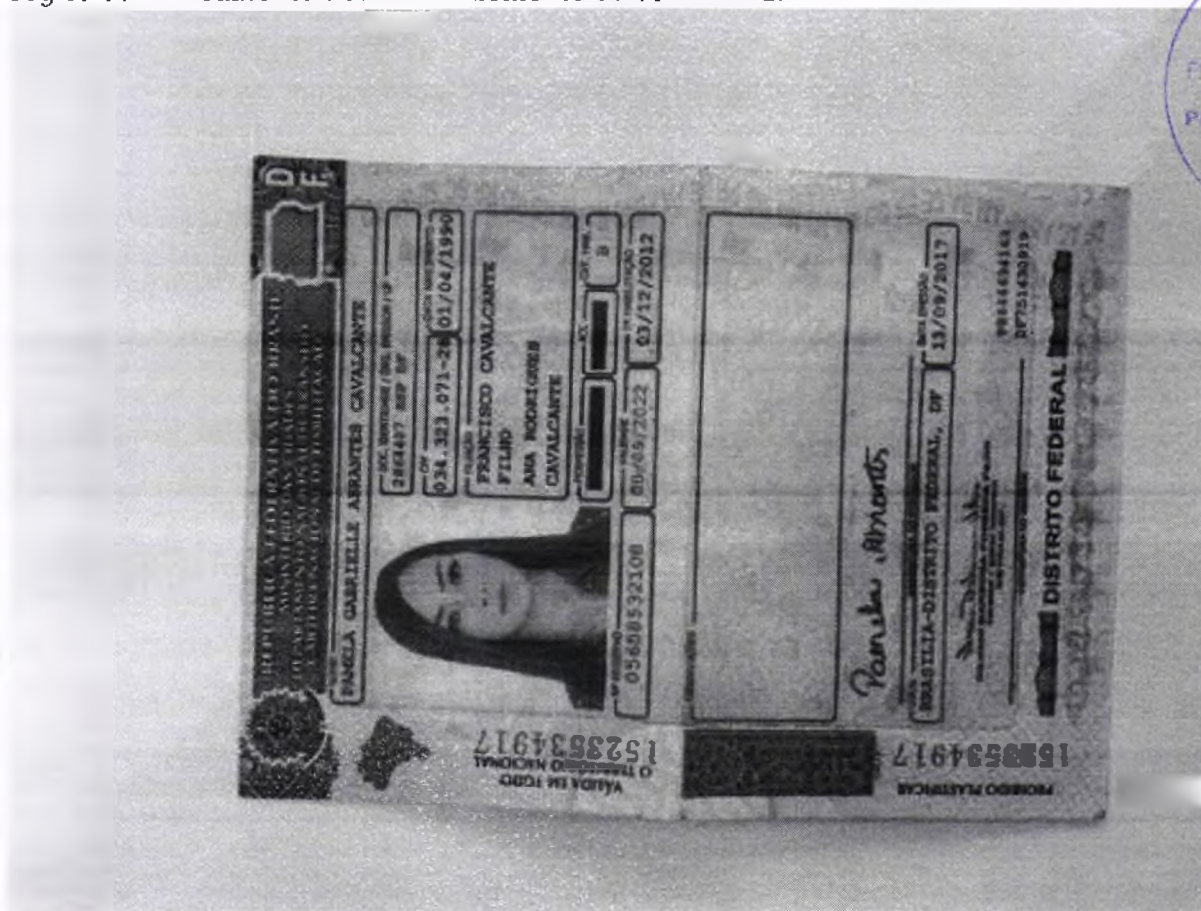


Signatário **PAMELA GABRIELLE ABRANTES CAVALCANTE** (financeiro02@brasitur.com.br)  
registrou o documento abaixo no momento da assinatura:





Signatário **PAMELA GABRIELLE ABRANTES CAVALCANTE** (financeiro02@brasitur.  
registrou o documento abaixo no momento da assinatura:



## BRASITUR - PASSAGENS AÉREAS.pdf

Código do documento 48913ad7-3bb1-44c3-bcca-c781b5ab6d03

CÂMARA MUNICIPAL DE  
SANTO ALEXANDRE

Fis. 929

Proc. 09012095

### Assinaturas

ANDRESSA MELO ALVES COSTA

civel@marizehiluy.com.br

Aprovou

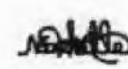


Michelle Lemos Trindade Sousa

comercial@brasitur.com.br

Assinou como parte e apresentou documento com foto

<https://secure.d4sign.com.br/email/docauthsrc/48913ad7-3bb1-44c3-bcca-c781b5ab6d03/1940300.html>



PAMELA GABRIELLE ABRANTES CAVALCANTE

financeiro02@brasitur.com.br

Assinou como testemunha e apresentou documento com foto

<https://secure.d4sign.com.br/email/docauthsrc/48913ad7-3bb1-44c3-bcca-c781b5ab6d03/1940307.html>

Cintia da Costa Nascimento

cintia.nascimento@inec.org.br

Reconheceu



thalane bezerra barros de lima

thalane.bezerra@inec.org.br

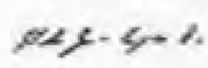
Reconheceu



STELIO GAMA LYRA JUNIOR

stelio@inec.org.br

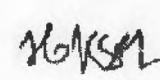
Assinou como parte



Helda kelly dos santos Pereira Lima

helda@inec.org.br

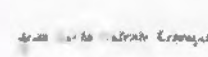
Assinou como parte



JEAN CARLOS VALENTE REBOUÇAS

jean.reboucas@inec.org.br

Assinou como testemunha



Cintia da Costa Nascimento

cintia.nascimento@inec.org.br

Reconheceu



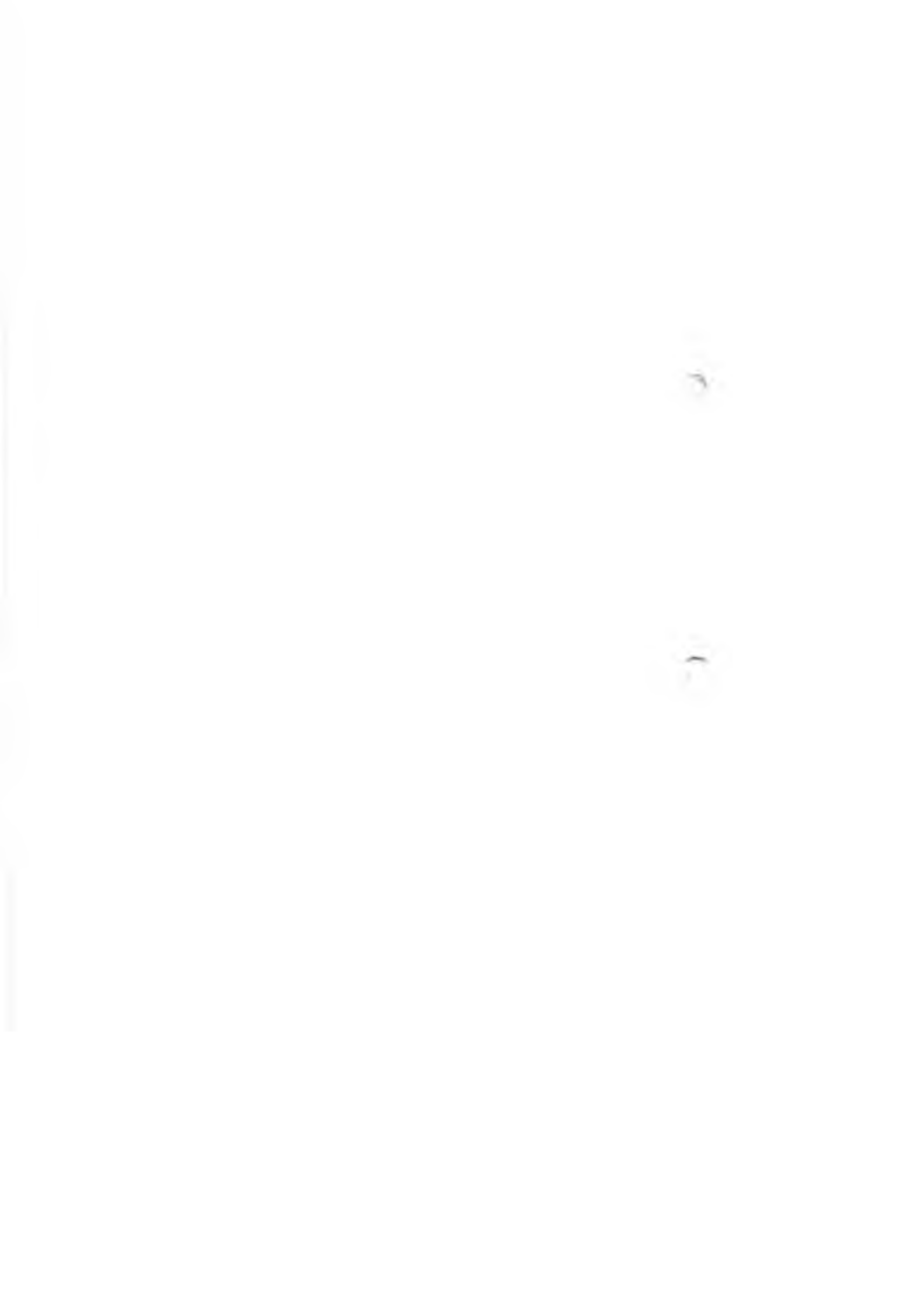
### Eventos do documento

**30 Aug 2019, 11:43:12**

Documento número 48913ad7-3bb1-44c3-bcca-c781b5ab6d03 criado por DANIELLE RABELO DE SOUSA (Conta 6625639b-06e6-4e0a-9d60-d379361b4474). Email: danielle.rabelo@inec.org.br. - DATE\_ATOM: 2019-08-30T11:43:12-03:00

**30 Aug 2019, 11:48:30**

Lista de assinatura iniciada por DANIELLE RABELO DE SOUSA (Conta 6625639b-06e6-4e0a-9d60-d379361b4474). Email: danielle.rabelo@inec.org.br. - DATE\_ATOM: 2019-08-30T11:48:30-03:00







**02 Sep 2019, 09:56:34**

ANDRESSA MELO ALVES COSTA **Aprovou** (Conta ec4fe246-1fd8-4adc-ac3a-699fcb57dc48) - Email: civel@marizehiluy.com.br - IP: 200.187.170.179 (200.187.170.179 porta: 9630) - Geolocalização: -3.7447051000000005 -38.5375255 - Documento de identificação informado: 012.857.993-56 - DATE\_ATOM: 2019-09-02T09:56:34-03:00

**02 Sep 2019, 22:27:44**

MICHELLE LEMOS TRINDADE SOUSA **Assinou como parte** (Conta 7844a8dd-2412-49bd-8b25-33d69309bf48) - Email: comercial@brasitur.com.br - IP: 177.157.118.23 (177.157.118.23.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 47152) - Geolocalização: -15.7997654 -47.8644715 - Documento de identificação informado: 008.969.461-93 - DATE\_ATOM: 2019-09-02T22:27:44-03:00

**04 Sep 2019, 09:36:40**

PAMELA GABRIELLE ABRANTES CAVALCANTE **Assinou como testemunha** (Conta 01ac30cb-7d2b-4c2b-97ab-9d21cc519157) - Email: financeiro02@brasitur.com.br - IP: 177.73.69.66 (177.73.69.66 porta: 43672) - Documento de identificação informado: 034.323.071-28 - DATE\_ATOM: 2019-09-04T09:36:40-03:00

**04 Sep 2019, 11:47:32**

CINTIA DA COSTA NASCIMENTO **Reconheceu** (Conta 18fa8436-711a-4aee-852d-09cfe9be9f88) - Email: cintia.nascimento@inec.org.br - IP: 177.19.132.148 (177.19.132.148.static.gvt.net.br porta: 11992) - Documento de identificação informado: 953.015.503-49 - DATE\_ATOM: 2019-09-04T11:47:32-03:00

**11 Sep 2019, 08:30:34**

THALANE BEZERRA BARROS DE LIMA **Reconheceu** (Conta a215efcc-e8b3-472a-8811-cb0822b2c099) - Email: thalane.bezerra@inec.org.br - IP: 201.20.83.47 (201-20-83-47.mobile.mobtelecom.com.br porta: 7196) - Geolocalização: -3.790682 -38.5375255 - Documento de identificação informado: 014.816.193-65 - DATE\_ATOM: 2019-09-11T08:30:34-03:00

**11 Sep 2019, 14:03:57**

STELIO GAMA LYRA JUNIOR **Assinou como parte** (Conta 762b9494-a121-4b64-ab1b-d4ec4f0e5dbb) - Email: stelio@inec.org.br - IP: 201.20.83.47 (201-20-83-47.mobile.mobtelecom.com.br porta: 27544) - Geolocalização: -3.7872 -38.5446 - Documento de identificação informado: 112.680.003-10 - DATE\_ATOM: 2019-09-11T14:03:57-03:00

**11 Sep 2019, 18:43:00**

HELDA KELLY DOS SANTOS PEREIRA LIMA **Assinou como parte** (Conta ce977a05-6c78-4401-918d-1ccf49f3571e) - Email: helda@inec.org.br - IP: 179.240.148.9 (179-240-148-9.3g.claro.net.br porta: 33032) - Geolocalização: -3.792057334476806 -38.481496006602704 - Documento de identificação informado: 785.598.393-72 - DATE\_ATOM: 2019-09-11T18:43:00-03:00

**12 Sep 2019, 16:25:50**

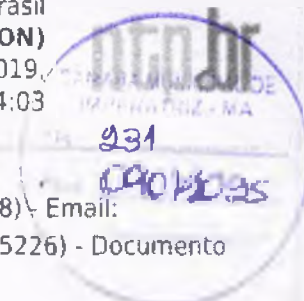
JEAN CARLOS VALENTE REBOUÇAS **Assinou como testemunha** (Conta 34b3fe18-71ef-4983-8482-f92d5a1db3e4) - Email: jean.reboucas@inec.org.br - IP: 177.19.132.148 (177.19.132.148.static.gvt.net.br porta: 2134) - Geolocalização: -3.790682 -38.5375255 - Documento de identificação informado: 013.603.443-81 - DATE\_ATOM: 2019-09-12T16:25:50-03:00





13 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil  
**Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)**  
Certificado de assinaturas gerado em 12 de setembro de 2019,

17:24:03



**12 Sep 2019, 17:23:32**

CINTIA DA COSTA NASCIMENTO **Reconheceu** (Conta 18fa8436-711a-4aee-852d-09cfe9be9f88) \ Email:  
cintia.nascimento@inec.org.br - IP: 177.19.132.148 (177.19.132.148.static.gvt.net.br porta: 15226) - Documento  
de identificação informado: 953.015.503-49 - DATE\_ATOM: 2019-09-12T17:23:32-03:00

Hash do documento original

SHA256: 681906e6b38a75d3ae429e452578e069333cac84b131203457b0a90ba75bbdee  
SHA512: 30ec0b9f0677f069eb625f4a68119edee083e3ca0c616820700e29183320c3cf1a7442411113be1359d06a807f6fe42f504cc0feanf71d7ec43a8c97bd4e9499

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**



Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal  
Cabinete  
Assessoria Especial



Atestado de Capacidade Técnica nº 1/2024 - SEE/GAB/AESP

Brasília-DF, 02 de maio de 2024.

Atesto para os devidos fins, que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA** inscrita no CNPJ nº 23.361.387/0001-07, com sede na QS 3, Lote 3, Torre Sul, sala 716, Ed. Pátio Capital, Águas Claras, CEP: 71953-000 - Brasília/DF, firmou com a **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, CNPJ nº 00.394.676/0001-07, o **Contrato nº 25/2023**, Processo **00080-00276739/2022-16**, referente ao Pregão Eletrônico nº 43/2022, com início de vigência em 26/04/2023, tendo como objeto: a contratação de prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, a emissão, a marcação, a remarcação e o cancelamento de bilhetes de passagens aéreas (nacionais e internacionais), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Contrato, prestou serviço até a presente data com desempenho satisfatório em qualidade e prazo conforme descrição abaixo:

ATA	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE CONTRATUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
43/2022	01	Aquisição de passagens aéreas nacionais. Descrição: fornecimento de passagens aéreas no âmbito nacional.	Cota	3.490	R\$ 1.000,00	R\$3.490.000,00
	02	Aquisição de passagens aéreas internacionais. Descrição: fornecimento de passagens aéreas no âmbito internacional.	Cota	403	R\$ 1.000,00	R\$403.000,00
	03	Serviço de agenciamento de viagens. Descrição: reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais.	Agenciamento	3.893	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL						R\$ 3.893.000,00



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS ATILSON MANGABEIRA** - Matr. 0945950-X, Exautor(a) de Contrato, em 02/05/2024, às 13:01, conforme art. 6º do Decreto nº 26.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 120, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sel.df.gov.br/sel/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_confirma&id\\_organizacao\\_externo=0](http://sel.df.gov.br/sel/controlador_externo.php?acao=documento_confirma&id_organizacao_externo=0)  
verificador= 139864306 código CRC= E7C8CFB5.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Shopping ID, SCM: Qld. 06, Conjunto A, Edifício Verâncio 3.000, Bloco B, 12º andar - Bairro ASA NORTE - CEP: 70716-900 - DF  
Telefona(s): 3901-8149  
Site: [www.se.df.gov.br](http://www.se.df.gov.br)



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

## SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL



Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 25/2023 QUE ENTRE SI FAZEM O DISTRITO FEDERAL, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, E A EMPRESA BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA., NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 04/2002.**

**PROCESSO Nº 00080-00276739/2022-16.**

## CLÁUSULA PRIMEIRA -- DAS PARTES

O Distrito Federal, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, doravante denominada **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.676/0001-07, com sede no Setor Bancário Norte - SBN Quadra 2, Bloco C, Lote 17, Ed. Phenicia, CEP: 70040-020 - Brasília/DF, neste ato representada por **HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA**, na qualidade de Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal, brasileira, residente e domiciliada nesta Capital, portadora da CI nº 963428 - SSP/DF e do CPF nº 334.825.351-91, nomeada pelo Decreto de 14 de julho de 2021, publicado no DODF - Edição Extra nº 59-A, de 14/07/2021, com delegação de competência conferida pelo Decreto nº 21.396, de 31/07/2000, e a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA.**, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.361.387/0001-07, com sede na QS 3, Lote 3, Torre Sul, sala 716, Ed. Pátio Capital, Águas Claras, CEP: 71953-000 - Brasília/DF, telefone: (61) 3877-1790, e-mail: comercial@brasitur.com.br, neste ato representada por **MICHELLE LEMOS TRINDADE SOUSA**, na qualidade de Procuradora, brasileira, residente e domiciliada nesta Capital, portadora da CI nº 3.625.148 - SESP/DF e do CPF nº 008.969.461-93, resolvem firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e alterações posteriores.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2022 (106572301), do Termo de Referência (101281011), da Ata de Registro de Preços nº 93/2022 (101463969), da Autorização SRP nº 94/2022 (101691476), da Proposta (103916318), e da Lei nº 8.666/1993, e alterações.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

O Contrato tem por objeto a contratação de empresa de prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, a emissão, a marcação, a remarcação e o cancelamento de bilhetes de passagens aéreas (nacionais e internacionais), a fim de atender à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF, consoante especifica o Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 43/2022 (106572301), o Termo de Referência (101281011), a Ata de Registro de Preços nº 93/2022 (101463969), a Autorização SRP nº 94/2022 (101691476) e a Proposta (103916318), que passam a integrar o presente Termo, e conforme especificado no Quadro a seguir:

ATA	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
93/2022	01	Aquisição de passagens aéreas nacionais. Descrição: fornecimento de passagens aéreas no âmbito nacional.	Cota	3.490	R\$ 1.000,00	R\$3.490.000,00
	02	Aquisição de passagens aéreas internacionais. Descrição: fornecimento de passagens aéreas no âmbito internacional	Cota	403	R\$ 1.000,00	R\$403.000,00
	03	Serviço de agenciamento de viagens. Descrição: reserva, emissão, marcação, remarcação e	Agenciamento	3.893	R\$ 0,00	R\$ 0,00

	cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais.								
									TOTAL R\$ 3.893.000,00

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

O Contrato será executado de forma indireta, tipo menor preço por lote, empreitada por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total do Contrato é de R\$ 3.893.000,00 (três milhões e oitocentos e noventa e três mil reais), devendo ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente - Lei Orçamentária nº 7.212, de 30 de dezembro de 2022 (LOA 2023), sendo compatível com a Lei nº 6.490, de 29 de janeiro de 2020 (PPA 2020-2023), bem como com a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 7.171, de 1º de agosto de 2022 (LDO 2023).

5.2. Os contratos celebrados com prazo de vigência superior a 12 (doze) meses, terão seus valores, anualmente, reajustados por índice adotado em lei, ou na falta de previsão específica, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- I – Unidade Orçamentária: 18101
- II – Programa de Trabalho: 12.361.6221.2389.0001
- III – Natureza da Despesa: 3.3.90.33
- IV – Fonte de Recursos: 103

6.2. O empenho é de R\$ 3.893.000,00 (três milhões oitocentos e noventa e três mil reais), conforme a Nota de Empenho nº 2023NE01014, emitida em 23/02/2023, sob o evento nº 400091, na modalidade Global.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento à Contratada será apurado a partir da soma dos valores dos bilhetes de passagens emitidos e dos serviços de agenciamento de viagens contratados no período faturado (mensal).

7.2. A Contratada emitirá faturas e/ou notas fiscais distintas, com indicação do mês de referência, a especificação, a quantidade, o valor unitário e o valor total de cada serviço de Agenciamento de Viagens e outra o valor das passagens aéreas e terrestres, em observância ao descrito na Nota de Empenho.

7.3. As taxas serão exclusivamente as cobradas pelas companhias aéreas, inclusive as correspondentes às passagens internacionais, de acordo com as respectivas regras tarifárias e com os normativos dos órgãos governamentais reguladores.

7.4. Os custos dos serviços de remarcação e cancelamento deverão estar embutidos no custo dos serviços de agenciamento de viagens.

7.5. Não haverá pagamento de remuneração ao agente de viagens nos casos de emissões de relatórios gerenciais.

7.6. Na hipótese de os valores não serem processados na fatura relativa ao mês da ocorrência, deverão esses ser incluídos na próxima fatura a ser emitida pela Contratada.

7.7. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento, sendo contados a partir da apresentação das Notas Fiscais à Contratante. É vedada a antecipação de pagamento, para cada faturamento.

7.8. O pagamento será realizado em parcela única.

7.9. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação pro rata tempore do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto Distrital nº 37.121/2016.

7.10. O pagamento será efetuado de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura de Serviços e após atesto pelo executor do Contrato.



7.11. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar, junto com os documentos fiscais, os demais documentos relacionados abaixo:

7.11.1. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/1990).

7.11.2. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal e Certidões de Regularidade com a Fazenda do Estado e do Município de Sede da Contratada.

7.11.3. Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao).

7.11.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Economia/Secretaria da Receita Federal do Brasil.

7.11.5. Certidão de Débitos da Fazenda do Município de sede da Contratada.

7.11.6. Certidão de Débitos da Fazenda do Estado de sede da Contratada.

7.12. Não será efetuado pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.13. Em hipótese alguma será objeto de instrução processual documento fiscal emitido em desacordo com as especificações contratuais e/ou do Termo de Referência.

7.14. Todos os pagamentos serão realizados em estrita observação à instrução dos autos, descontando do valor total da fatura eventuais glosas apontadas pelos executores do Contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos da legislação vigente, desde que haja disponibilidade de recursos e condições mais vantajosas para a Administração, mediante comprovação em estudos e documentos, com base no disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

9.1. Por ocasião da celebração do Contrato, será exigida da licitante a prestação de uma das seguintes garantias:

9.1.1. Caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda (redação dada pela Lei nº 11.079/2004);

9.1.2. Seguro-garantia; ou,

9.1.3. Fiança bancária.

9.2. Caberá à Contratada constituir a garantia exigida no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que corresponde a R\$ 194.000,00 (cento e noventa e quatro mil e seiscentos e cinquenta reais) (Lei nº 8.666/1993, art. 56, parágrafo 2º).

9.3. A fiança bancária formalizada por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas/detentores de seu capital, não pode assumir o capital ou a direção da licitante, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

9.4. Toda e qualquer garantia prestada pelo licitante será liberada mediante pedido por escrito.

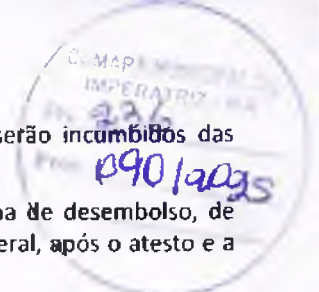
9.5. Somente poderá ser liberada o valor do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

9.6. Poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

9.7. Ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas e/ou judiciais.

9.8. Sem prejuízo das sanções previstas na Lei, no Edital e na Ata de Registro de Preços, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o contrato, implicando na imediata anulação da Nota de Empenho emitida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL



10.1. Nomear Comissão; Executor e suplente do Contrato, quando necessário, os quais serão incumbidos das atribuições contidas nas normas de execução orçamentária e financeira vigente e na Lei nº 8.666/1993.

10.2. Efetuar o pagamento das faturas apresentadas pela contratada, conforme cronograma de desembolso, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, após o atesto e a aprovação das aquisições.

10.3. Comunicar à Contratada, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

10.4. Exercer a fiscalização e supervisão no fornecimento, por servidores designados, podendo sustar ou recusar qualquer produto que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas.

10.5. Proporcionar as condições necessárias e suficientes para que a empresa Contratada possa desempenhar a prestação de serviços, dentro das normas contratuais.

10.6. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada ou por seus prepostos.

10.7. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar as condições de prestação de serviços e o atendimento das exigências contratuais.

10.8. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação exigidos no Termo de Referência, solicitando à Contratada as substituições que se verificarem necessárias.

10.9. Receber os serviços entregues pela Contratada, que estejam em conformidade com o Termo de Referência.

10.10. Recusar com a devida justificativa, qualquer serviço entregue fora das especificações constantes na proposta da Contratada.

10.11. Atestar a Nota Fiscal/Fatura após a efetiva entrega dos serviços, objeto do Termo de Referência, se constatada a conformidade com as especificações e padrões de qualidade exigidos.

10.12. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da empresa contratada dentro dos prazos preestabelecidos em contrato.

10.13. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

10.14. Notificar previamente a Contratada, quanto ao dever de substituir ou reparar produto que apresente defeito e/ou da aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. Comunicar imediatamente à Subsecretaria de Administração Geral - SUAG/SEE, bem como ao Órgão Contratante (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF), qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail e telefone, indicado na respectiva proposta de preços, como também outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelos diversos órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal.

11.2. Utilizar sistema informatizado que tenha por finalidade o gerenciamento de passagens aéreas e/ou terrestres no âmbito do Distrito Federal, conforme o art. 2º do Decreto nº 37.437/2016.

11.3. Disponibilizar serviço de relacionamento gratuito, por meio de central telefônica 0800, sem ônus para a Contratante, com a finalidade de prestar os serviços adequados ao Termo de Referência, em caso de empresa contratada que não possui sede ou filial no Distrito Federal.

11.4. Atender às solicitações da Contratante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados, por meio de telefone fixo ou móvel.

11.5. Repassar obrigatoriamente à Contratante eventuais vantagens concedidas pelas companhias aéreas, tais como: promoções, cortesias e demais vantagens.

11.6. Prestar assessoramentos à Contratante para definição de melhores roteiros, horários e frequência de voos/ônibus (partida/chegada), conexões e tarifas promocionais.

11.7. Providenciar reservas de passagens aéreas, remarcações, substituições, desdobramentos e reintinações de bilhetes e, quando impossibilitada, providenciar a execução do serviço junto às empresas aéreas, mediante autorização da Administração.

11.8. Fornecer à Contratante pesquisa/cotação de preços com, no mínimo, 3 (três) companhias aéreas, indicando sempre a menor tarifa para o trecho solicitado, excetuando-se os trechos nos quais apenas uma companhia aérea venha atuar.

11.9. Entregar à Contratante os bilhetes no local a ser informado por esta ou fornecer número do voo, código localizador/localizador da reserva, número do bilhete e horário, através de e-mail e telefone ou, se fizer necessário, colocá-los à disposição dos passageiros nas lojas das companhias aéreas, agências de turismo próximas do usuário, ainda que fora do horário de expediente.



11.10. Elaborar, quando solicitado pela Contratante, planos de viagens internacionais, com opções de horários e voos ou terrestre.

11.11. Prestar assessoria à Contratante sobre vistos consulares, orientação e acompanhamento para emissão de passaportes e apoio para obtenção destes.

11.12. Possibilitar a concessão ou a obtenção de endosso de passagens, respeitando o regulamento das companhias aéreas.

11.13. Encaminhar ao fiscal do Contrato, logo após a emissão da passagem aérea, a comprovação dos valores e das tarifas da passagem, inclusive, a comprovação da vantagem.

11.14. Fornecer, sempre que solicitado pela Contratante, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, mediante informação expedida pelas companhias aéreas, em papel timbrado, para verificação dos valores, inclusive os promocionais, são os devidamente registrados na Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

11.15. Apresentar à Contratante, após a assinatura do contrato, as políticas atualizadas de cancelamento, remarcação e reembolso de todas as empresas aéreas, informando todas as alterações posteriores.

11.16. Fornecer, juntamente com o faturamento, os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período a que se refere o faturamento, efetuando-se o respectivo abastecimento.

11.17. Realizar *check-in* antecipado, junto as companhias aéreas que permitam tal procedimento, quando solicitado pela Contratante.

11.18. Emitir relatórios de serviços prestados mensalmente, com demonstrativo diário, evidenciando quantitativo de passagens aéreas e explicitando as empresas fornecedoras das passagens.

11.19. Fiscalizar o perfeito cumprimento das especificações do Termo de Referência, bem como do Contrato a ser firmado, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente, independentemente da fiscalização exercida pela Contratante.

11.20. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, relacionadas ao Termo de Referência, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços, bem como aquelas com os serviços de entrega dos bilhetes nos endereços solicitados, ficando a Contratante isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

11.21. Substituir ou complementar as suas despesas, no total ou em parte, os serviços efetuados nos quais se verificarem incorreções resultantes do preenchimento dos bilhetes.

11.22. Comunicar à fiscalização da Contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução dos serviços ou à iminência de fatos que possam justificar a perfeita execução do contrato.

11.23. Os prêmios ou créditos de milhagem oferecidos pelas companhias de transporte aéreo, quando resultantes de passagens adquiridas com recursos públicos da administração direta ou indireta de qualquer dos poderes do Distrito Federal, serão incorporados ao erário e utilizados apenas em favor do Estado, conforme disposto na Lei nº 3.952/2007.

11.24. Responsabilizar-se pelo serviço, civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados ou de terceiros, na execução no exercício de suas atividades, vier a causar ou provocar à Contratante e a terceiros, direta ou indireta.

11.25. Aceitar, nas mesmas condições administrativas, penais e cíveis, as supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.056/1990.

11.26. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação exigidas neste instrumento, informando à Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições, além de sujeitar-se a outras obrigações no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) que sejam compatíveis com o regime de Direito Público.

11.27. Zelar pelo sigilo e pela segurança das informações repassadas pela Contratante.

11.28. Indicar preposto investido de poderes para solucionar qualquer ocorrência relacionada ao fiel cumprimento do Contrato.

11.29. Relacionar os nomes e telefones de contato dos funcionários da Contratada que atenderão às requisições dos bilhetes objetos do Termo de Referência.

11.30. Indicar um funcionário que possa ser contatado para atendimento fora do horário comercial, nos fins de semana e feriados, por meio de telefonia fixa e/ou móvel, para solução de casos urgentes, inclusive emissão de bilhetes que possam ocorrer nesses períodos.

11.31. Efetuar troca imediata da passagem em caso de cancelamento de voo ou trecho terrestre, assegurando embarque no voo ou trecho terrestre de horário mais próximo ao cancelado, desde que por outra companhia aérea ou terrestre, ressalvados os casos de impossibilidade justificada.

11.32. Alterar horários dos voos ou trechos terrestres, quando solicitado pela Contratante, sempre que haja disponibilidade em qualquer companhia aérea ou terrestre que opere no percurso desejado, diferentes do previamente confirmado em bilhete de passagem já emitido, providenciando a respectiva emissão ou cancelamento e substituição do bilhete de passagem, se necessário.

11.33. Faturar, sempre que possível, os respectivos serviços, em documentos que as originaram em um mesmo documento.





13.1.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas no edital e dos contratos dele decorrente, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993, e do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, serão aplicados no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no referido Decreto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente em comum acordo, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração e não haja motivo para rescisão unilateral do ajuste, bastando para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2. O Contrato será rescindido com a aplicação de multa se confirmado o uso de mão de obra infantil, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis (Lei Distrital nº 5.061/2013 – Parecer nº 343/2016 – PRCON/PGDF).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DEBITOS DA CONTRATADA

Os débitos da Contratada perante o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, caso for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS EXECUTORES

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Educação, designará 2 (dois) executores para o Contrato, titular e suplente, que desempenharão as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do Instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO CUMPRIMENTO À LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o acesso à informação e a personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei nº 13.709/2018.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO COMBATE À CORRUPÇÃO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060. (Decreto Distrital nº 34.031/2012).

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.



Pela CONTRATANTE:

**HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA**  
Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal

Pela CONTRATADA:

**MICHELLE LEMOS TRINDADE SOUSA**  
Procuradora

TESTEMUNHAS:

1. DÉBORA CAVALCANTE SIQUEIRA CABRAL - CPF: 060.796.041-83
2. ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA CARDOSO - CPF: 078.546.876-50



Documento assinado eletronicamente por **HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA** - Matr.0300692-1, Secretário(a) de Estado de Educação do Distrito Federal, em 25/04/2023, às 20:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MICHELLE LEMOS TRINDADE SOUSA**, Usuário Externo, em 26/04/2023, às 11:25, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA CAVALCANTE SIQUEIRA CABRAL** - Matr.0241905-X, Analista em Políticas Públicas e Gestão Educacional, em 26/04/2023, às 11:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA CARDOSO** - Matr. 0239703X, Gerente de Contratos e Termos, em 26/04/2023, às 11:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= 110112693 código CRC= B0335AF6.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SBN Quadra 02 Bloco C - Edifício Phenícia - Bairro Asa Norte - CEP 70.040-020 - DF



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE  
DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA  
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Natal, 03 de agosto de 2022.

1. Atestamos para os devidos fins, que a empresa BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.361.387/0001-07, sediada no QS 3 LOTE 03 TORRE SUL EDIFÍCIO PATIO CAPITAL SALA 716, AREAL AGUAS CLARAS – DF, CEP: 71953-000 telefone (61) 3877 1790, **prestou de forma continuada**, o agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, visando atender às necessidades da Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN, conforme especificado abaixo:

2. Dados do Contrato:

**CONTRATO Nº 021/2019**

**VIGÊNCIA:** Prorrogado por mais **12 (doze) meses**, ficando seu término para 18/07/2023.

**OBJETO.:** Prestação de serviço continuado de agenciamento de viagens compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, visando atender às necessidades da Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN.

3. Declaramos que, os serviços estão sendo executados satisfatoriamente e não constam dos nossos registros, até presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade para com as obrigações assumidas, nos termos da Lei n.º 8.666/93.

Atenciosamente,

Natal, 03 de agosto de 2022.

GISELE EDNA PRAZERES SOARES DA SILVA  
Gestora do Contrato nº 021/2019  
Secretária dos Órgãos Colegiados

EDUARDO AUGUSTO MOURA SILVA  
Presidente e Fiscal do Contrato nº 021/2019



Técnico Portuário

RENEIDE PEREIRA DOS SANTOS GARCIA

Fiscal do Contrato nº 021/2019

Analista Portuário



Documento assinado eletronicamente por **Gisele Edna dos Prazeres Soares da Silva**, **Secretário dos Órgãos Colegiados**, em 03/08/2022, às 08:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Augusto Moura Silva**, **Secretário Substituto dos Órgãos Colegiados**, em 03/08/2022, às 08:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Reneide Pereira dos Santos Garcia**, **Assessoria da Presidência**, em 03/08/2022, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5932292** e o código CRC **6880427A**.



Referência: Processo nº 50902.003075/2021-90



SEI nº 5932292

Av. Eng. Hildebrando de Gois, 220 - Bairro Ribeira  
Natal/RN, CEP 59010-700  
Telefone: 4005-5320





COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



CONTRATO Nº 021/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM  
A COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN E A  
EMPRESA BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA

De um lado, como CONTRATANTE, a COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN, empresa publicavinculada ao Ministério da Infraestrutura do Governo Federal, inscrita no CNPJ sob o nº 34.042.345/0001-90, com sede na Av. Eng. Hildebrando de Góes, 220, Ribeira, Natal/RN, CEP: 59010-700, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada CODERN, e, do outro lado, BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 23.361.387/0001-07, com sede na QS 03, Lote 03, Torre Sul, Edifício Pátio, Sala 715, Arara (Aquas Claras), Brasília, DF, CEP: 71.953-000, neste ato representada por sua Diretora (Michelle Lemos Trindade Sousa), brasileira, inscrita no CPF nº 008.802.461-23, portadora da Carteira de Identidade nº 3625148 SSP/DF, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 083/2019, PREGÃO ELETRÔNICO nº 014/2019, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, cuja realização foi autorizada pela Diretoria Executiva em 18/04/2019, conforme Resolução nº 038/2019, datada de 18/04/2019 e Proposição DP nº 008/2019, datada de 28/03/2019, e em observância as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 7.455/2010, da Instrução Normativa SLT/IMPOG nº 5/2017, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações dela decorrentes da Lei Complementar nº 147/2014, da Lei nº 11.488/2007, do Decreto nº 11.538/2015, Lei nº 12.546/2011 (BRASIL, 2011) quando for o caso, subsidiariamente com a Lei nº 13.303/2016, na que couber e no seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos, disponível no endereço eletrônico [www.codern.com.br](http://www.codern.com.br), resolvem celebrar o presente Instrumento Contratual, mediante as Cláusulas e Condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CODERN, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

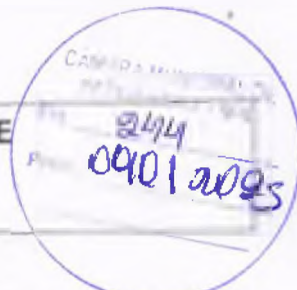
Parágrafo Primeiro: Regem-se as condições pelas disposições contidas nos artigos 68 e seguintes da Lei nº 13.303/2016, que disciplinam e regulamentam a contratação de serviços por parte dos órgãos públicos, que a Contratada declara, desde já, conhecer e aceitar.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle e avaliação sistemáticos pelo responsável pela fiscalização do contrato a ser assinado, o qual submeterá seus pareceres devidamente fundamentados, a consideração da Administração da contratante.



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**Parágrafo Primeiro:** A fiscalização será exercida no interesse da CODERN e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da CODERN ou de seus agentes e prepostos.

**Parágrafo Segundo:** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal designado deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

**Parágrafo Terceiro:** A CONTRATADA deverá indicar um preposto para representá-la junto ao fiscal do contrato.

### CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços dar-se-á conforme disposto neste Termo de Referência, observado os seguintes procedimentos:

**Parágrafo Primeiro:** A CONTRATADA deverá operar com todas as companhias aéreas que atuam regularmente no mercado nacional de transporte aéreo de passageiros:

**Parágrafo Segundo:** A CONTRATADA deverá dispor de estrutura necessária, inclusive de atendente integrado às companhias aéreas, para prestação dos seguintes serviços:

- a) execução de reserva "on-line" e emissão de seu comprovante;
- b) emissão de bilhetes "on-line";
- c) consulta e informação de melhor rota ou percurso "on-line";
- d) consulta e frequência de voo "on-line";
- e) consulta à menor tarifa disponível;
- f) impressão de cotações formuladas;
- g) alteração/emarcação de bilhetes; e
- h) combinação de tarifas.

**Parágrafo Terceiro:** Além disso, a contratada deverá observar os procedimentos abaixo:

manter à disposição da contratante, a qualquer momento, em horário compreendido entre 08:00h às 17:30h, de segunda a sexta-feira, atendimento com empregados suficientes para atender prontamente as solicitações decorrentes dos serviços relacionados no Parágrafo Segundo. Após o horário estipulado nesta alínea e nos fins-de-semana e feriados, a contratada deverá indicar o(a) empregado(a) para atender os casos excepcionais e urgentes, disponibilizando para a contratante, plantão de telefones fixos e celulares;

ii) prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos partida/chegada), melhores conexões e das tarifas promocionais à retirada dos bilhetes;

c) proceder à emissão de bilhetes por meio de requisição de passagem aérea emitida pela contratante;

d) proceder à emissão de bilhetes para outras localidades no Brasil e no exterior, à disposição do passageiro, na empresa mais próxima ou nos aeroportos, informando o código e a empresa;

e) efetuar o endosso de passagem respeitando o regulamento das companhias;

f) repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas; e

g) fornecer, sempre que solicitado pela contratante, a comprovação dos valores vigentes das tarifas a data da emissão das passagens, por companhia aérea.





COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**Parágrafo Quarto:** Das condições de execução dos serviços

- a) A licitante vencedora deverá iniciar a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência imediatamente após a assinatura do contrato
- b) A contratada deverá entregar os bilhetes de passagens aéreas nacionais em até 12 (doze) horas e internacionais em até 24 (vinte e quatro) horas, após a solicitação, diretamente ao requisitante
- c) Excepcionalmente, em caráter de urgência, a emissão de bilhete de passagem aérea poderá ser solicitada pela contratante, sem a obediência aos prazos previstos no subitem 11.1.3, devendo a contratada, nesse caso, atendê-la com a agilidade requerida

**Parágrafo Quinto:** A CONTRATANTE manterá contato sempre por escrito, para solicitações de passagens aéreas, exceto nos casos de urgência dos serviços, os quais deverão, todavia, ser confirmados por escrito no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da solicitação de emissão do bilhete.

**Parágrafo Sexto:** A CONTRATADA deverá disponibilizar para a CONTRATANTE tela para cotação de vôos, permitindo consultar horas, valores, bem como informar-lhe dos benefícios e demais direitos em favor dos passageiros, por aplicação da Resolução nº 141, de 09/03/2010 da ANAC, ou outra que vier substituí-la.

**Parágrafo Sétimo:** A CONTRATADA deverá comunicar a impossibilidade de atendimento da solicitação da CONTRATANTE, informando ainda as possibilidades de fornecimento em condições diferentes.

#### CLAUSULA QUARTA - DO CANCELAMENTO E REEMBOLSO DE BILHETES

Os pedidos de cancelamentos de bilhetes não utilizados, total ou parcialmente, ocorridos por mudança de planos em atenção à necessidade do serviço (desde que esteja no prazo de cancelamento concedido pelas Companhias Aéreas) deverão ser devidamente comprovados pela CONTRATADA, sendo admitida pela CONTRATANTE apenas a cobrança de taxas e/ou multas relacionadas ao referido cancelamento, devidamente descritas no faturamento.

**Parágrafo Primeiro:** Quanto aos bilhetes de trechos não utilizados pelo requerente, a CONTRATADA deverá providenciar o cancelamento dos mesmos ou solicitação de reembolso junto à companhia aérea, sem ônus a CONTRATANTE, sendo pertinente apenas a cobrança da multa ou taxa relacionada ao procedimento.

**Parágrafo Segundo:** A solicitação de cancelamento e/ou reembolso será fornecida pela CODERN, com base nas informações do bilhete de passagem emitido.

**Parágrafo Terceiro:** Após o recebimento da informação acima, a CONTRATADA deve efetuar o cancelamento do bilhete de passagem no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, objetivando a isenção de cobrança de taxa de NO-SHOW, quando possível de acordo com as regras da companhia aérea.

**Parágrafo Quarto:** Imediatamente após o cancelamento, a CONTRATADA deverá requerer, junto à companhia aérea, o reembolso dos valores aos quais a CODERN tem direito.

**Parágrafo Quinto:** O reembolso obedecerá às eventuais restrições constantes das condições de sua aplicação, inclusive prazo de reembolso, taxa administrativa e outras penalidades.



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**Parágrafo Sexto:** O prazo para recebimento não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias contados da data da solicitação.

**CLAUSULA QUINTA - DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS**

A remuneração devida à agência de viagens será apurada a partir da soma dos valores devidos pela prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, denominado **REMUNERAÇÃO DE AGENCIAMENTO DE VIAGEM (RAV)**, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento abrangidos por passagem aérea nacional e internacional, multiplicado pela quantidade de passagens aéreas emitidas no período faturado.

**Parágrafo Primeiro:** O órgão ou entidade contratada, antes de **CONTRATADA**, o valor da passagem aérea acrescida da taxa de embarque emitidas no período faturado.

**Parágrafo Segundo:** Os preços das passagens serão os praticados pelas companhias aéreas à época da emissão do bilhete, inclusive quanto às tarifas promocionais ou reduzidas, oferecendo sempre a tarifa de menor preço.

**CLAUSULA SEXTA - CRITÉRIO E DEFINIÇÕES PARA CÁLCULO DOS CUSTOS DO AGENCIAMENTO DE VIAGEM**

O serviço de agenciamento de viagens compreende a cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão e cancelamento de passagens aéreas, nacionais e internacionais.

**Parágrafo Primeiro:** O custo pelo serviço de agenciamento de viagens é fixo e único, por passagem aérea emitida, sendo que eventuais ocorrências com remarcações ou cancelamentos estão incluídos no preço inicialmente contratado.

**Parágrafo Segundo:** Serão ressarcidos à **CONTRATADA** eventuais valores de multas comprovadamente aplicadas pelas companhias aéreas por ocasião de remarcação ou cancelamento por ordem da **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Terceiro:** A remuneração total a ser paga à **CONTRATADA** será apurada pelo custo fixo e único contratado, multiplicado pela quantidade de passagens emitidas no período faturado.

**Parágrafo Quarto:** A **CONTRATADA** deverá emitir faturas distintas, uma contendo o valor da remuneração de agenciamento de viagem (RAV), e outra com o valor das passagens aéreas acrescidas da taxa de embarque e de outras taxas, comprovadamente, que deverão ser pagas.

**Parágrafo Quinto:** Os preços cobrados pelas passagens deverão estar em acordo com as tabelas praticadas pelas companhias de transporte aéreo, estabelecidas pelas entidades governamentais reguladoras, inclusive as promocionais, vigentes à época das requisições de passagens.





COMPANHIA DO CAS DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



CLAUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do Contrato decorrente da licitação será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do Art. 71 da Lei 13.303/2016, por meio de Termos Aditivos, quando comprovada a vantagem para a Administração, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- c) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- d) A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

CLAUSULA OITAVA - DO PREÇO

O VALOR UNITÁRIO da REMUNERAÇÃO DE AGENCIAMENTO DE VIAGEM (RAV) devido à contratada será de R\$ 0,01 (um centavo), equivalente ao valor cobrado por cada passagem emitida, remarcada ou cancelada, conforme proposta de preços da contratada, registrada por ocasião do pregão eletrônico.

**Parágrafo Primeiro:** O VALOR GLOBAL ESTIMADO deste contrato, para o período de 12 (doze) meses, é de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos), considerando a emissão de 350 (trezentos e cinquenta) bilhetes emitidos no citado período, correspondente ao objeto definido na Cláusula Primeira, já incluídos todos os custos relativos a tributos (impostos, taxas e contribuições) e encargos legais (trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais), bem como quaisquer outras despesas incidentes.

**Parágrafo Segundo:** Os licitantes e contratados devem observar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, de acordo com o Decreto nº 7.983/2013, e em consonância com a determinação contida no Acórdão nº 155/2016 - TCU.

CLAUSULA NONA - DO REAJUSTE

O valor da Remuneração de Agenciamento de Viagem - RAV, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta de preços pela licitante no Pregão Eletrônico nº 14/2019, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, a data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, adotando-se a seguinte fórmula:

Fórmula de cálculo:

$$Pr = P \times (IP \div V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo

P = preço atual (antes do reajuste)



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Variação percentual obtida na forma do item 1 desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste

**Parágrafo Primeiro:** Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA

**Parágrafo Segundo:** Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem prejuízo, ocorrerá a preclusão do direito

**Parágrafo Terceiro:** Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato

**Parágrafo Quarto:** O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do Parágrafo Primeiro desta cláusula

**Parágrafo Quinto:** O percentual final do reajuste não poderá ultrapassar o percentual limite de crescimento da despesa pública para o exercício, fixado nos termos do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016

#### CLÁUSULA DECIMA - DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se refere, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pelo setor competente, que deverá vir acompanhada da Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias - INSS, do Certificado de Regularidade do FGTS - CRRF, da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (pessoa jurídica), Tributos Federais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como outras Certidões que vierem a ser obrigatórias por Lei, desde que tenham correlação com o objeto, devendo ser apresentados todos esses documentos dentro dos respectivos prazos de validade.

**Parágrafo Primeiro:** A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada, que porventura não tenha sido acordada ou pelos dados da fatura que estejam incorretos ou equivocados, e ainda, caso ocorra inadimplemento das obrigações da CONTRATADA para com a CODERN

**Parágrafo Segundo:** Para fins de pagamento, a emissão da respectiva Nota Fiscal só poderá ocorrer no período de 01 a 25 do mês subsequente ao da prestação do serviço

**Parágrafo Terceiro:** A CODERN poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multa ou indenizações devidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos desta licitação

**Parágrafo Quarto:** A CONTRATANTE não se responsabilizará pelo retardamento do pagamento, em decorrência de documentos de obrigação errados, separados ou emitidos em desacordo com a legislação vigente





COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE  
IMPERATRIZ - MA  
Fls. 819  
Proc. 090/2025

**Parágrafo Quinto:** A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da prestação, a prestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

**Parágrafo Sexto:** Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto houver pendência na liquidação da fatura, irregularidade junto ao INSS, FGTS ou tributos federais, no cumprimento de obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência.

**Parágrafo Sétimo:** Caso a empresa seja optante pelo SISTEMA Integrado de Pagamento de impostos e contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar a devida comprovação, de acordo com o Anexo IV, da IN 460/2007, alterado pela IN 1234, de 11/01/2012, alterada pela IN 1244, de 30/01/2012, de acordo com a Lei nº 9.317/96 e suas alterações, juntamente com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto nº 8.538/2015.

**Parágrafo Oitavo:** Não haverá hipótese alguma, pagamento antecipado.

**Parágrafo Nono:** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**Parágrafo Décimo:** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário previsto na referida Lei Complementar.

**Parágrafo Décimo Primeiro:** Conforme o estabelecido na Cláusula Segunda do Protocolo ICMS nº 42/2009, será obrigatória, nas vendas para a administração pública, a utilização da NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), modelo 55, em substituição à nota fiscal em papel modelo 1 e 1A.

**Parágrafo Décimo Segundo:** A retenção dos tributos não será efetuada caso o contratado apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

**Parágrafo Décimo Terceiro:** Fica expressamente estabelecido que nos preços unitários ofertados estarão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas neste Contrato e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

**Parágrafo Décimo Quarto:** Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Federal, ao INSS, FGTS e Justiça do Trabalho (CNDT), apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

MUNICIPAL DE  
FIS. 250  
Proc. 09012025

**Parágrafo Décimo Quinto:** Em não ocorrendo a regularização, proceder-se-á com o cancelamento sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**Parágrafo Décimo Sexto:** Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço(s)/Fatura(s) ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela(s) será(ão) devolvida(s) e o pagamento ficará pendente até que a Adjudicatária providencie as medidas saneadoras.

**Parágrafo Décimo Sétimo:** Na hipótese acima, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço(s)/Fatura(s), não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**Parágrafo Décimo Oitavo:** Na hipótese de atraso do pagamento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, o valor devido pela CONTRATANTE será atualizado financeiramente, obedecendo à legislação vigente.

**Parágrafo Décimo Nono:** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos monetários;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, anuidade apurada;

$I = (TX)$

$I = \frac{0,01200}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 10.376,20 (dez mil, nove centos e setenta e seis reais e vinte centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor previsto no caput da CLAUSULA QUARTA, por meio de qualquer das modalidades previstas no § 1º do artigo 70 da Lei nº 13.303/2016, devendo comprová-la no ato da assinatura deste termo.

**Parágrafo Primeiro:** a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

**Parágrafo Segundo:** o atraso superior a 30 (trinta) dias para apresentação da garantia autoriza a CONTRATANTE a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato a título de garantia, a serem depositados junto ao Banco do Brasil S/A, com correção monetária, em favor da CONTRATANTE.





COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**Parágrafo Terceiro:** A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de

a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Prejuízos causados a administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) As multas, moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao CONTRATADO;

d) Omissões trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pelo CONTRATADO;

e) Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos itens "a" a "d" desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, a CONTRATADA poderá requerer a CODERN a liberação ou restituição da referida garantia.

**Parágrafo Quinto:** Se a garantia for prestada por caução em dinheiro, em moeda corrente nacional, esta será depositada na Conta Corrente 4774-0, Agência 3795-8 junto ao Banco do Brasil S/A, de titularidade da CODERN, cuja garantia será restituída avaliada monetariamente, ao término do respectivo contrato.

**Parágrafo Sexto:** Será considerada extinta a garantia:

a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) Com a extinção do contrato.

**Parágrafo Sétimo:** Casos de isenção de responsabilidade da garantia:

a) O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

a.1. Caso fortuito ou força maior;

a.2. Alteração das obrigações contratuais, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

a.3. Descumprimento das obrigações pelo CONTRATADO decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

a.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração;

b) Caberá a própria administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens a.3 e a.4 desta cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo CONTRATANTE;

c) Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade além das previstas neste item.

**Parágrafo Oitavo:** Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO e/ou a Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato.

## CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DO ORÇAMENTO

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária sob o Projeto "2.399.070.000 - TRANSPORTES".



COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

IMPERSA  
Fls. 959  
Proc. 0010/9025

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

Além daquelas previstas no Termo de Referência, constituem obrigações das partes

**Parágrafo Primeiro:** Caberá ao CONTRATANTE as seguintes obrigações:

- a) requisitar, em tempo hábil, os bilhetes de passagens aéreas;
- b) efetuar os pagamentos nas condições e prazos pactuados;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- d) comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e interromper imediatamente o serviço se for o caso;
- e) designar um servidor do seu quadro de pessoal para ser responsável pela execução deste Contrato, devendo o mesmo acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, zelando pelo fiel cumprimento deste instrumento;
- f) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades constatadas, solicitando a regularização das mesmas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- g) Efetuar o pagamento devido a CONTRATADA, após emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo gestor do Contrato;
- h) Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas;
- i) Manter, arquivada junto ao processo administrativo, toda a documentação referente ao mesmo.

**Parágrafo Segundo:** Caberá à CONTRATADA as seguintes obrigações:

- a) observar as normas legais a que está sujeita para o fornecimento dos bilhetes;
- b) responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação, e ainda pelos encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações sociais em vigor, obrigando-se a satisfazê-los na época própria, vez que os seus funcionários não manterão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- c) realizar o fornecimento de passagens aéreas e terrestres, pelo valor das tarifas básicas, inclusive promocionais, deduzidos os descontos concedidos em sua proposta;
- d) A contratada deverá entregar as passagens solicitadas na sede da CODERN, por meio eletrônico, às 08h colocadas à disposição dos beneficiários (a) (os) ou órgãos(as), ou no endereço sito a Av. Engenheiro Hildebrando de Góis, nº 220, Ribeira - Natal/RN, Secretaria dos Órgãos Colegiados - SECORC, sendo as passagens aéreas nacionais e as terrestres em até 12 (doze) horas e as passagens aéreas internacionais em até 24 (vinte e quatro) horas, após a solicitação, diretamente ao requerente;
- e) Excepcionalmente, em caráter de urgência, a emissão de bilhete de passagem aérea ou terrestre poderá ser solicitada pela contratante, sem a observância dos prazos previstos na alínea anterior, devendo à contratada, nesse caso, atendê-la com a agilidade requerida;
- f) reembolsar, pontualmente, às empresas aéreas e às empresas fornecedoras de passagens terrestres pelo valor dos bilhetes de passagens utilizados durante o período de validade, independentemente da vigência do contrato, ficando estabelecido que a CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esse reembolso, que é de única e inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- g) reembolsar as passagens não utilizadas por mudanças de planos, em razão das necessidades do serviço, ou em substituição, emitir outras passagens para trechos e servidores diversos, conforme opção da





COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

MARA MUNICIPAL D  
IMPERATRIZ - MA  
Fls. 253  
Proc. 09019025

CONTRATANTE, inclusive em decorrência de rescisão ou extinção do Contrato, desde que respeitado o valor atual do bilhete, na ocasião da re-emissão;

m) quando a substituição de bilhetes se der em trechos diferentes e restar crédito remanescente, fica a CONTRATADA obrigada a promover o seu aproveitamento quando da expedição de novos bilhetes;

n) ampliar a rede de empresas conveniadas, incluindo outras localidades, mediante solicitação da CONTRATANTE, em havendo condições no prazo máximo de (sessenta) dias do recebimento do pedido;

o) manter atualizada a relação de empresas filiadas e com as quais mantenha ajuste, informando periodicamente as inclusões ou exclusões;

p) providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE no fornecimento dos bilhetes;

q) atender a solicitações do Contratante para fazer reservas de sala vip e proceder a cancelamento de bilhetes de passageiros emitidos, independentemente de motivação e sem qualquer ônus adicional, dentro de 24 horas;

r) prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data da assinatura deste instrumento;

s) Fornecer passagens de qualquer companhia aérea e passagens terrestres de qualquer empresa que atenda ao trecho e horário requisitados, conforme a indicação do Contratante, considerando o menor preço;

t) fornecer lista de promotores de venda com os respectivos horários e plantões munidos de telefones, que fique à disposição da CONTRATANTE, em horários fora do expediente normal;

u) manter durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação para contratação constantes no Processo Licitatório nº 0435/2014;

v) responsabilizar-se pelos danos causados direta e indiretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento dos bilhetes, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

w) responsabilizar-se, também, por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;

x) repassar ao Contratante todos os descontos oferecidos pelas transportadoras aéreas e terrestres, inclusive as tarifas promocionais, quando atendidas as condições estabelecidas para os descontos e para essas tarifas, sem prejuízo do desconto fixo;

y) aplicar o valor fixo pela prestação dos serviços de emissão, remarcação e cancelamento, em todas as passagens, incluindo a taxa de embarque;

z) manter preposto seu, aceito pela CONTRATANTE, durante o período da vigência deste contrato, para representá-la administrativamente sempre que necessário;

aa) manter-se à disposição, por parte da CONTRATANTE, no cumprimento e execução do contrato; e

ab) não sub-contratar, total ou parcialmente, o objeto desta contratação.

**Parágrafo Terceiro:** No ato da assinatura deste Contrato, a Contratada deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação. Caso contrário, reserva-se à Contratante o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação ou revogar a licitação.

**Parágrafo Quarto:** A Contratada deverá manter-se, durante o período de vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e legislação vigente.



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE  
IMPERATRIZ - MA  
Fls. 254  
Proc. 090/2025

Parágrafo Quinto: Em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa SRF nº 23, de 23 de março de 2001, a CONTRATANTE reterá na fonte o imposto sobre a renda de pessoa jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, de que trata a Instrução Normativa SRF nº 75, de 26/12/96, além da retenção do ISS, no que couber sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA.

Parágrafo Sexto: Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, em conformidade com a Lei nº 9.317, de 1996 e com a Lei Complementar nº 123, de 2006, e alterações posteriores.

#### CLAUSULA DECIMA QUARTA - DA INEXISTÊNCIA DO VÍNCULO DE EMPREGO E DA FISCALIZAÇÃO

Fica de logo certo e pactuado que a CONTRATANTE não reconhecerá vínculo de emprego de qualquer dos empregados ou trabalhadores da CONTRATADA, que prestem ou venham a lhe prestar serviços, ficando também justo e acertado que todas as obrigações sociais, direitos assegurados pelas leis trabalhistas, materiais, administração, bem assim tributos federais, estaduais e municipais, e demais despesas, inclusive encargos extras para fretas, transportes e equipamentos e utensílios, mão-de-obra, serão de inteira e direta responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo a CODERN, qualquer responsabilidade, salvo o pagamento do preço ajustado no presente contrato.

Parágrafo Primeiro: Assumir toda a responsabilidade integral pelo cumprimento das cláusulas e condições deste contrato, assim como pela sua execução plena e satisfatória, com estrita observância às especificações, bem como por qualquer dano causado diretamente a CODERN ou a TERCEIROS, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

#### CLAUSULA DECIMA QUINTA - DAS SANÇÕES E MULTAS

Constitui infração administrativa, o licitante/adjudicatário que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo indóneo ou cometer fraude fiscal, e ficará impedido de licitar e contratar com a CODERN pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital, no Contrato e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro: No caso de Faltas inexecução total ou parcial do contrato a CODERN poderá, sem prejuízo a defesa prévia, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa penitenciais;





COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODERN, por prazo não superior a 02 (dois) anos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da contratada, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;

d) A liberação da CONTRATADA da penalidade supra será concedida sempre que esta ressarcir a CODERN pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, com base na alínea anterior;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CODERN, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

Parágrafo Segundo: Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro: O atraso injustificado da entrega do objeto decorrente desta licitação, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 82 da Lei nº 13.303/2016, sujeitará a contratada a multa de mora, calculada na proporção de 1,00% (um por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação não cumprida, será descontada da garantia do respectivo contratado e não impedirá a rescisão do contrato e aplicação de outras sanções previstas na Lei 13.303/2016.

Parágrafo Quarto: As sanções previstas nas letras "a" e "c" do Parágrafo Primeiro poderão ser aplicadas juntamente com a letra "b" do mesmo item, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Quinto: As sanções previstas no item 11.2 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos conflitos:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo Sexto: As penalidades poderão ser aplicadas de forma cumulativa.

Parágrafo Sétimo: As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da CODERN, desde que formuladas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da data em que a licitante tomar ciência.

#### CLAUSULA DECIMA SEXTA – DA RESCISÃO

Sem prejuízo de qualquer disposição do presente contrato, o mesmo poderá ser rescindido pela CODERN judicial ou extrajudicialmente, independentemente de qualquer notificação, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito a reclamação e/ou indenização, nos seguintes casos:



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



a) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e da mais alta autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

b) A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 81 da Lei 13.303/2016;

c) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por expressas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras despesas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

d) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

e) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nas prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificados no projeto;

f) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

**Parágrafo Primeiro:** A rescisão de que trata esta cláusula, acarretará, sem prejuízo das sanções já previstas, as seguintes consequências:

a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

b) Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade;

c) Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

**Parágrafo Segundo:** Se a rescisão desta cláusula provocar prejuízo aos danos a CODERN, promoverá esta, a responsabilidade da CONTRATADA, visando o respectivo ressarcimento, independentemente do disposto no parágrafo primeiro desta cláusula.

**Parágrafo Terceiro:** Fica estabelecido que a cobrança de quaisquer importâncias devida pela CONTRATADA a CODERN, será feita através de Processo de Execução, de acordo com o art. 783 e seguinte do novo Código de Processo Civil Brasileiro.

**Parágrafo Quarto:** Se a CODERN julgar necessário rescindir o presente contrato, não tendo a CONTRATADA dado causa à rescisão, poderá fazê-lo, mediante comunicação, com antecedência de 03 (três) dias, pagando as despesas já realizadas até a data da rescisão e devolvendo a caução depositada como garantia do contrato, desde que, inexistir pendência de responsabilidade da CONTRATADA.

**Parágrafo Quinto:** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se a CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.







COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**Parágrafo Sexto:** O termo de rescisão, sempre que possível, será procedido de:

- a) Balanço dos custos, despesas já efetuadas ou por efetuarem cumprir;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

#### CLAUSULA DECIMA SÉTIMA - DAS VINCULAÇÕES

O presente contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº 014/2019 – Processo nº 083/2019, e seus Anexos e à Proposta de Preços da licitante vencedora, firmada em 26/06/2019, independentemente de transcrição, por força da legislação vigente.

#### CLAUSULA DECIMA OITAVA - DAS VEDAÇÕES

É vedado à CONTRATADA condicionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, bem como interferir na execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em Lei.

#### CLAUSULA DÉCIMA NONA - DAS ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 61 da Lei nº 13.303/2016, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### CLAUSULA VIGESIMA - DA PUBLICIDADE

A publicação resumida do presente contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.

#### CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR E OMISSOS

Tal como previsto na lei, a Contratante e a Contratada não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscare mediante acordo entre as partes.

#### CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

As partes elegem, de comum acordo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca de Natal, Rio Grande do Norte, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e acertadas, as partes, por seus representantes legais, firmam o presente instrumento em 2 (dois) vias de igual teor, na presença dos testemunhas abaixo identificadas.







COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Natal/RN, 15 de julho de 2019.

Pela CONTRATANTE:

[Assinatura]  
Diretor Presidente

[Assinatura]  
Diretor Administrativo e Financeiro

[Assinatura]  
Diretor Técnico e Operacional

Michelle Lemos T. Sousa  
Diretora  
Gestão Eventos e Turismo

Pela CONTRATADA:

[Assinatura]

Como TESTEMUNHAS

Vitorino da Silva Brito  
Nome, CPF e Assinatura  
CPF: 865 994-01

Silvia H. Silva Santiago  
Nome, CPF e Assinatura  
CPF: 22.355 461-00



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE  
DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA  
SETOR DE CONTRATOS

TERMO ADITIVO Nº 04

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN E A EMPRESA BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA.**

**CONTRATANTE:**

**COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN**, empresa pública federal vinculada ao Ministério dos Portos e Aeroportos, inscrita no CNPJ sob o nº 34.040.345/0001-90, com sede na Av. Eng. Hildebrando de Góis, 220, Ribeira, Natal/RN, CEP 59010-700, neste ato representado por seus Diretores, **ESTÉFERSON UBARANA GOMES DA SILVA**, Diretor-Presidente, portador da cédula de identidade nº 001891332 ITEP-RN e inscrito no CPF nº. 069.580.704-88; **MÁRCIO DE ALMEIDA MACHADO**, Diretor Administrativo e Financeiro, portador da cédula de identidade nº 982686 IPF-RJ e inscrito no CPF nº. 217.997.417-53; e **ROBERTO SANTOYO**, Diretor Técnico e Comercial, portador da cédula de identidade nº. 295.778-MB e inscrito no CPF nº 504.434.887-20, conforme disposições estatutárias e, do outro lado:

**CONTRATADA:**

**BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.361.387/0001-07, com sede na QS 03, Lote 03, Torre Sul, Edifício Pátio, sala 716, Areal (Águas Claras), Brasília/DF, CEP 71953-000, neste ato representada pela Diretora, **MICHELLE LEMOS TRINDADE SOUSA**, portador da cédula de identidade nº. 3625148 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.969.461-93, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente termo aditivo, autorizado pela Resolução n. 677/2023 deliberada na 1847ª reunião ordinária em 07 de junho de 2023 nos seguintes termos:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO**

1.1 Por intermédio deste instrumento as partes ajustam aditivo ao Contrato n. 021/2019 de 15/07/2019, por meio do qual pactuou-se a prestação de serviço continuado de agenciamento de viagens compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, visando atender às necessidades da CODERN.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO**

2.1. Constitui objeto do presente aditivo prorrogar o prazo contratual por mais **12 (doze) meses**, mantendo-se todas as demais cláusulas pactuadas.



3. **CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRORROGAÇÃO**

3.1. Prorroga-se o termo final do Contrato n. 021/2019 para 19/07/2024.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

4.1. A Contratada se comprometerá a dilatar o prazo de vigência da garantia contratual para o mesmo período do prazo aditado, haja vista ter sido prestada por meio de apólice;

5. **CLÁUSULA QUINTA- DA RATIFICAÇÃO**

5.1. As demais disposições do supramencionado contrato permanecem, em seu inteiro teor, inalteradas e em pleno vigor.

6. **CLÁUSULA SEXTA - DO FORO**

6.1. Fica eleito o foro da Comarca de Natal-RN para dirimir quaisquer questões oriundas deste aditivo.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

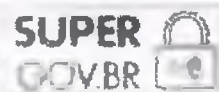
7.1. O presente instrumento é parte integrante e indissociável do contrato ora aditado, com o qual forma um só todo para quaisquer efeitos e fins de direito.

8. **CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**

8.1. Será publicado extrato deste termo no Diário Oficial da União. E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi este Termo Aditivo assinado eletronicamente pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Leite Santana, Analista Portuário: Economista**, em 12/07/2023, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Alneida Machado, Diretor Administrativo e Financeiro**, em 12/07/2023, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **MICHELLE LEMOS TRINDADE SOUSA, Usuário Externo**, em 12/07/2023, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Esteferson Ubarana Gomes da Silva, Diretor Presidente**, em 12/07/2023, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Santoyo, Diretor Técnico e Comercial**, em 17/07/2023, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://super.transportes.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&lang=pt\\_BR&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **7320361** e o código CRC **ESFE2CAA**.

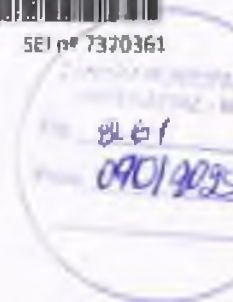


Referência: Processo nº 50902.003075/2021-90

Av. Eng. Hildebrando de Gois, 220 - Bairro Ribeira  
Natal/RN, CEP 59010-700  
Telefone: 4005-5311



SEI nº 7370361







## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80075-140, Curitiba/PR  
Fone: (41) 3240-1100 | Fax: (41) 3240-1001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br



### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Conselho Regional de Medicina do Paraná – CRM-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 75.060.129/0001-94, estabelecido na Rua Victório Viezzer, nº 84, Vista Alegre, em Curitiba/PR, atesta para fins de capacidade técnica que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.361.387/0001-07, estabelecida na QS 03, LOTE 03, SALA 716, TORRE SUL, ED. PÁTIO CAPITAL, Águas Claras, em Brasília-DF, CEP: 71.953-000, doravante designada **CONTRATADA**, prestou serviço a este CRM-PR, de agenciamento de viagens sob demanda, compreendendo os serviços de pesquisa de preços, reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso, cancelamentos e fornecimento de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais e passagens terrestres (rodoviárias), reserva de estacionamento, bem como assessoramento do melhor roteiro para este CRM-PR, durante o período de vigência do **Contrato nº 02/2019**, vigente de 20/02/2019 à 21/04/2024, emitiu o quantitativo de bilhetes de:

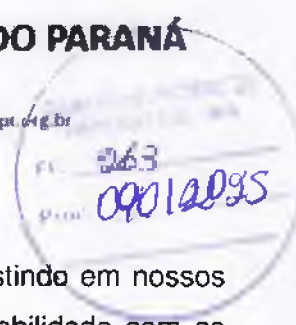
Período	Número de bilhetes emitidos
2019	227
2020	49
2021	09
2022	42
2023	189
2024	106



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Winston Vieira, 89, Vila Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

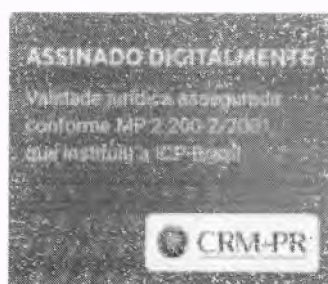
Fone: (41) 3240-3000 | Fax: (41) 3240-4001 | coredromo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br



Atestamos que os serviços foram realizados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Curitiba, 03 de maio de 2024.



ANDERSON GRIMMINGER  
RAMOS:03598556950  
035.985.569-50

Emitido por: AC VALID RFB v5

Data: 06/05/2024

Cons. Dr. Anderson Grimminger Ramos  
Secretário-Geral

Assinatura Eletrônica  
06/05/2024 11:15 UTC  
**GILDA SOARES DE LIMA INFANTE**  
Gilda Soares de Lima Infante

Gilda Soares de Lima Infante  
Gestora do Contrato



**INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL**  
*Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército*



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Nos termos do Art. 19 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL, **ATESTO** que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.361.387/0001-07, estabelecida NA QS 03 - Lote 03, sala 716 - Torre Sul, Edifício Pátio Capital, Águas Claras, Brasília - DF, CEP 71.953-000, vem prestando para a INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL, UG 168003, inscrita no CNPJ/ME sob o número 00.444.232/0001-39, estabelecida no Quartel General do Exército, Bloco H, 3º Andar, Setor Militar Urbano, Brasília-DF, CEP 70.630-901, telefone (61) 3415-5703, o serviço abaixo especificado desde 1º de agosto de 2019, estando o contrato vigente até a presente data.

DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	QUANT. BILHETES EMITIDOS NO PERÍODO
Contrato nº 15/2019-IMBEL	Prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, aquisição, emissão, marcação e/ou remarcação de bilhetes de passagens aéreas internacionais.	094

Atestamos ainda, que o serviço vem sendo executado satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade, com as obrigações assumidas no contrato firmado.

Brasília-DF, 02 de maio de 2024.

**ELIANO XAVIER**

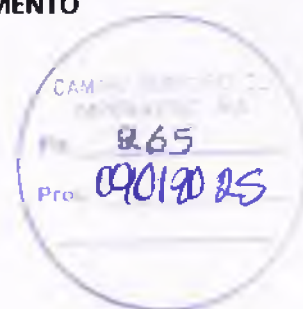
**COSTA:48417858172**

Assinado de forma digital por  
ELIANO XAVIER  
COSTA:48417858172  
Dados: 2024.05.03 14:51:29 -03'00'

**ELIANO XAVIER COSTA**

Ordenador de Despesas da IMBEL

Tel: (61) 3415-5500

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos, para os fins necessários, que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.361.387/0001-07, com sede na Quadra QNM, nº 34, Área Especial 1, Sala 1917, Taguatinga Norte (Taguatinga), CEP 72.145-450, Brasília/DF, forneceu para a Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UTFPR – FUNTEF/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 02.032.297/0001-00, as quantidades passagens abaixo especificadas, conforme contrato firmado após a Seleção Pública de Fornecedores 01/2023 e, desde a data de 06/12/2023 até o momento, atendeu satisfatoriamente nossas demandas tanto de fornecimento de passagens quanto usabilidade do portal.

Demonstrativo:

Destino	Quantidade de transações
Rio de Janeiro	14
Curitiba	8
Foz do Iguaçu	2
Porto Alegre	4
Pato Branco	1

**Curitiba, 17 de maio de 2024.**

**Anna Beatriz da Cruz**

**Diretora Administrativa – FUNTEF/PR**



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/CC89-5B44-3768-FBED> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: CC89-5B44-3768-FBED**



### Hash do Documento

009372C3120007AD2B4FCFB893955752B28E8A4182C9687F10FF793863005FE3

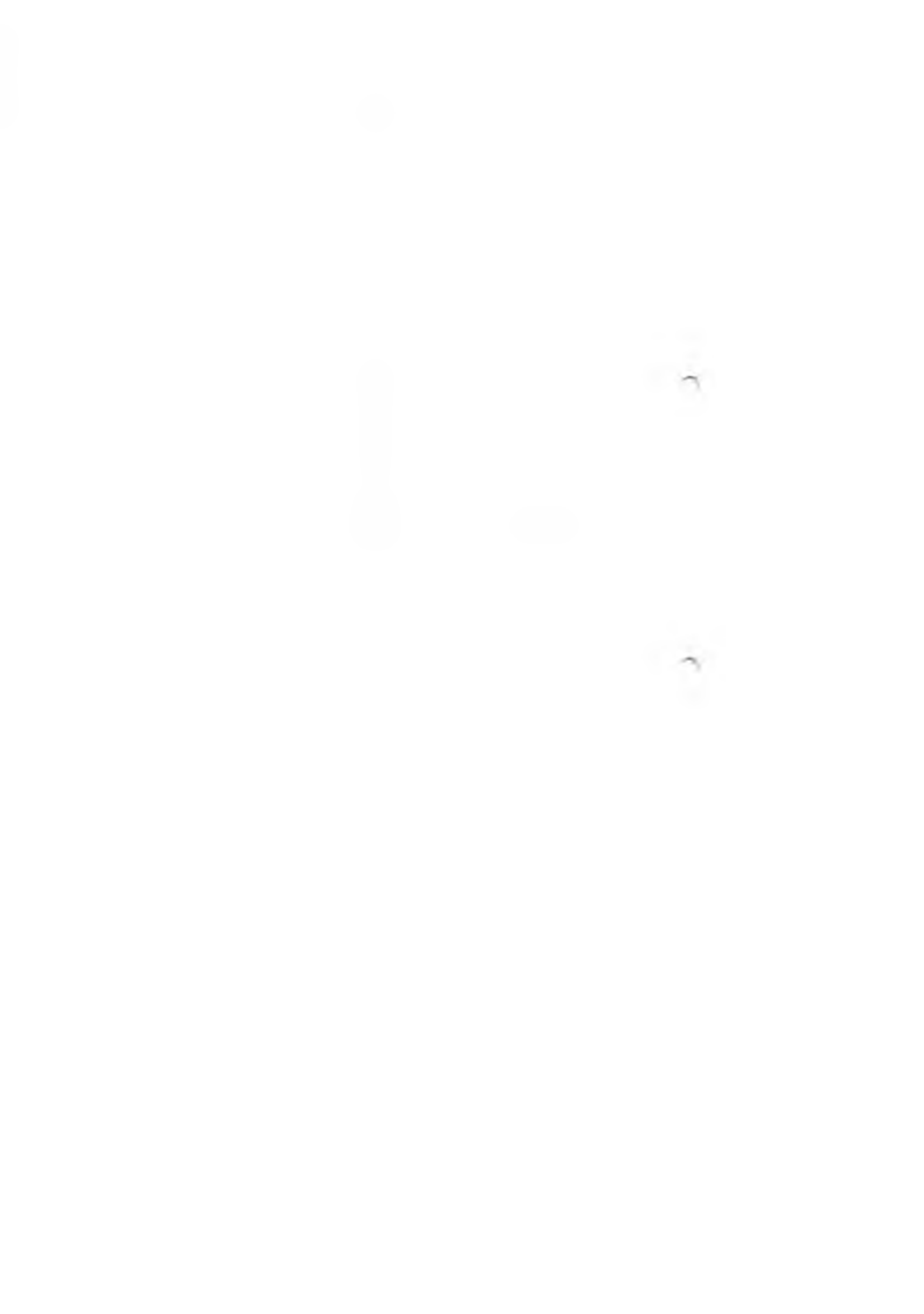
O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/05/2024 é(são) :

Anna Beatriz da Cruz (Diretora Administrativa) - 109.972.339-66

em 17/05/2024 15:26 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital







PREVIPAULISTA  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO PAULISTA-PE



## **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

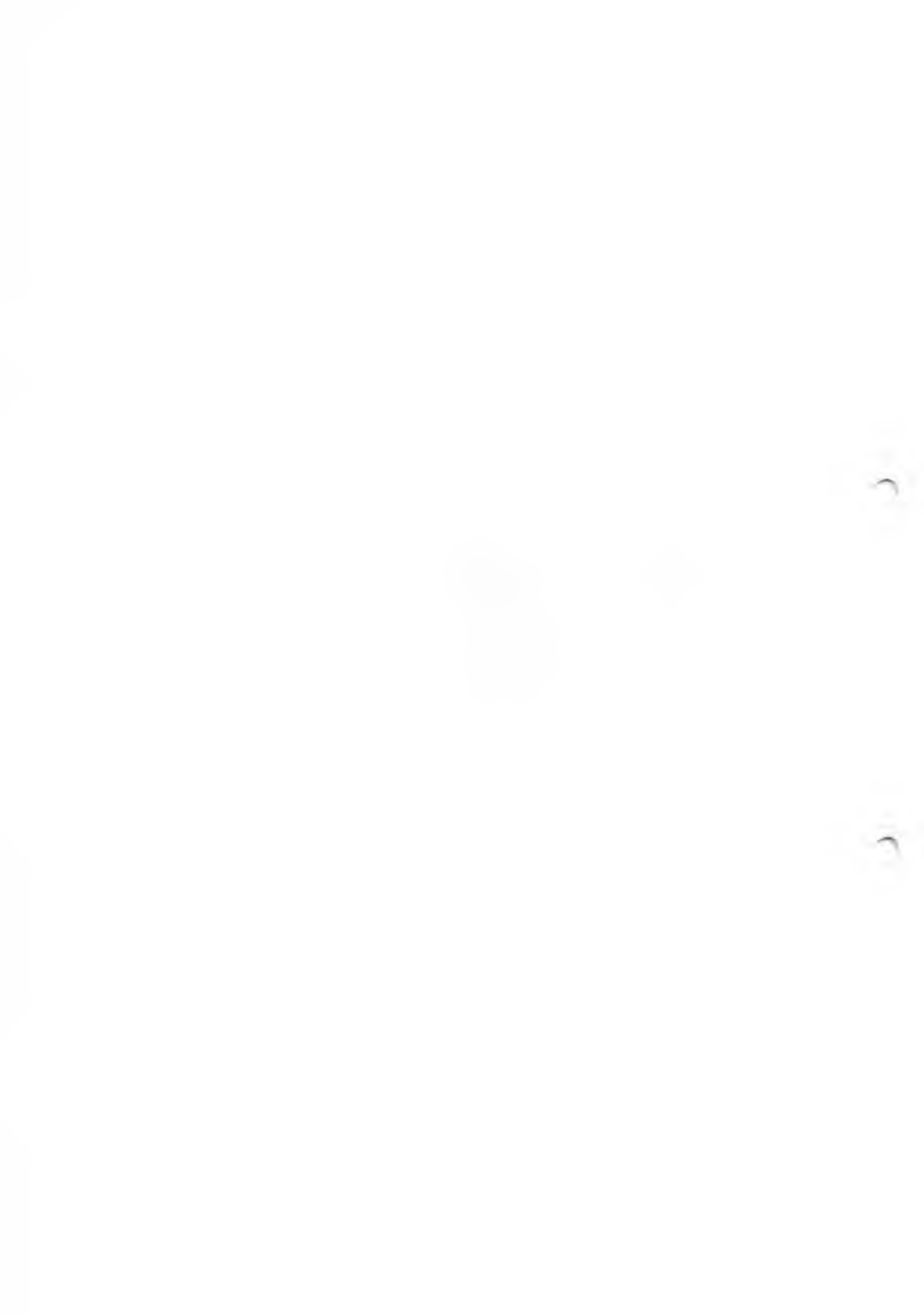
O Instituto de Previdência Social do Município do Paulista-PE – PREVIPAULISTA, inscrito no CNPJ sob Nº 07.010.511/0001-33, vem através deste, atestar a pedido da interessada e para fins de prova de execução contratual que a empresa BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.361.387/0001-07, estabelecida na Quadra QNM 34 Área Especial 1 Sala 409 - Bairro Taguatinga Norte (Taguatinga), CEP Nº 72145-450 – Brasília – DF – DF, CEP Nº 71.953-000, presta serviço a esta instituição de acordo com o CONTRATO Nº 005/ 2023, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2023, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023, ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2023, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO E REMARCAÇÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, SEGUNDO ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO PAULISTA – PE., cumprindo com todas as determinações constantes no contrato já dito.

Ratificamos assim, que o serviço, referente ao CONTRATO Nº 005/2023, já mencionado, está sendo prestado na quantidade e qualidade discriminada no contrato, nada constando que desabone a dita empresa, BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA, técnica e comercialmente.

Paulista-PE, 02 de maio de 2024.

Atenciosamente,

LUIZ AUGUSTO DA SILVA JÚNIOR  
DIRETOR – PRESIDENTE  
PREVIPAULISTA.







**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO  
MUNICÍPIO DO PAULISTA**



**CONTRATO**

CONTRATO Nº 005/2023  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2023  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2023

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO E REMARCAÇÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O PREVIPAULISTA E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

De um lado, o Instituto de Previdência Social do Município do Paulista - PREVIPAULISTA, com sede na Rua Doutor Demócrito de Souza Filho, 26, Nobre - Paulista/PE, representado por seu Diretor-Presidente, senhor Luiz Augusto da Silva Junior, brasileiro, casado, advogado, portadora da Cédula de Identidade nº 4.255.745 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 918.942.394-15, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.361.387/0001-07, com sede na QUADRA QNM 34 AREA ESPECIAL 1 SALA 409 - BAIRRO TAGUATINGA NORTE (TAGUATINGA) CEP 72145-450 - BRASILIA/DF - DF, CEP: 71.953-000. Telefone: (61) 98434-4484, E-mail: grupoevolucaocontabilidade@hotmail.com, neste ato representada pelo Senhora MICHELLE LEMOS TRINDADE SOUSA, portador da Cédula de CPF sob nº 008.969.461-93, doravante denominado CONTRATADO, têm, entre si, justo e avençado, o presente instrumento contratual, de acordo com o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2023, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2023, da proposta de preços da contratada e mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO**

1.1. Consubstanciado nos termos do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, bem como pelas normas e condições estabelecidas, e face à classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2023, celebram o presente instrumento com observância estrita de suas cláusulas que em sucessivo e reciprocamente outorgam e aceitam, de conformidade com os preceitos de direito público. Fundamenta-se o presente instrumento na licitação realizada sob a modalidade de Pregão Eletrônico do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, elaborado pelo presidente e membros



# INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO PAULISTA



da Comissão Permanente de Licitação, instituída por meio da Portaria nº 003/203, de 05 de janeiro de 2023.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. Integram o presente contrato os seguintes documentos:

- a) Edital do Processo Licitatório nº 003/2023 – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2023, com todos os seus anexos.
- b) Cópia da proposta do licitante vencedor.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

3.1. CONSTITUI OBJETO DESTES INSTRUMENTOS: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO E REMARCAÇÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, SEGUNDO ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO PAULISTA.**

## CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A presente contratação correrá através da seguinte dotação orçamentária:

Código	Especificação
17301	Instituto de Previdência Social do Município do Paulista – Plano Financeiro
09	Previdência Social
122	Administração Geral
4601	Gestão das Ações do Instituto de Previdência – PREVIPAULISTA
8501	Direção e Gestão Adm. das Ações do Instituto do PREVIPAULISTA – Fundo Financeiro
339033	Passagens e Despesas com Locomoção
18020000	Recursos vinculados ao RPPS – Taxa de Administração

## CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O percentual de desconto dessa contratação é de 11% conforme proposta da contratada e planilha abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR	PERCENTUAL
01	Agenciamento de passagens aéreas nacionais.	100	R\$ 60.000,00	11 %

5.2. Registro de preço do tipo maior percentual de desconto.

## CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO



## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO PAULISTA**



6.1 A fiscalização do objeto será exercida pela CONTRATANTE, por meio de unidade c. na forma especificada no edital, termo de referência e anexos.

6.2. À CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restringir a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

6.3 A supervisão por parte da CONTRATANTE, sob qualquer forma, não isenta ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA, na perfeita execução de suas tarefas.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1. Os serviços serão executados no INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO PAULISTA, localizado na Rua Doutor Demócrito de Souza Filho, nº 26, Nobre – Paulista/PE, CEP: 53401-560;

7.2 Qualquer alteração do endereço será previamente informada ao fornecedor.

### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. Exercer a fiscalização da execução do objeto licitado;

8.2. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, observando os ditames estabelecidos no edital, termo de referência e anexos.

8.3. Efetuar o pagamento devido, de acordo com o estabelecido na cláusula décima deste contrato.

8.4. Facilitar, por todos os meios, o cumprimento da execução do objeto pelo FORNECEDOR, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados, cumprindo com as obrigações pré-estabelecidas;

8.5. Prestar aos empregados do FORNECEDOR informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza do serviço que tenham de executar;

8.6. Comunicar por escrito ao FORNECEDOR qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

8.7. Comunicar por escrito ao FORNECEDOR o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;

8.8. Informar ao FORNECEDOR sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega do objeto;

8.9. Ao PREVIPAULISTA é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições dos serviços;







## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO PAULISTA**



8.10. Na data da entrega dos serviços, eles serão analisados para atesto e verif conformidade com o objeto litado;

### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1 Obedecer às especificações do objeto contratado, zelando pela perfeita execução dos serviços, segundo determinações editalicias e constantes do termo de referência, partes integrantes deste instrumento pactual.

9.2 Responsabilizar-se pela execução dos serviços, ressaltando que todas as despesas necessárias à realização serão de responsabilidade do FORNECEDOR.

9.3 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

9.4. O retardamento na entrega dos serviços contratados de forma não justificada considerar-se-á como infração contratual, estando sujeito às penalidades descritas na cláusula décima quinta.

9.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimo ou supressões limitados ao estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei Federal Nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual;

9.6. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venha a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específica de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução do contrato;

9.7. Manter durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.8. Observar outras obrigações e condições constantes do termo de referência, edital e proposta apresentada, partes integrantes do presente instrumento contratual.

### **CLÁUSULA DÉCIMA -- DO PAGAMENTO**

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis, nos moldes das especificações constanes neste Contrato, conforme valor fixado na proposta, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestado o recebimento pelo setor técnico competente, e relatório de execução dos serviços.

10.2. O PREVIPAULISTA reserva-se no direito de suspender os pagamentos, caso haja qualquer falha na prestação dos serviços ou condições constantes do termo de referência ou deste edital.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**





## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO PAULISTA**



11.1. O contratado fica obrigado a manter, durante toda a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA**

12.1. O presente CONTRATO terá o visto da Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SUPORTE LEGAL**

13.1. Para execução do presente contrato bem como para a regulação dos casos omissos, aplicar-se-á o Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei nº 8.666 de 21.06.93, a Lei nº 8.883 de 08.06.94, a Lei nº 9.648 de 27.05.98 e a legislação específica pertinente à matéria.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO**

14.1 O descumprimento de qualquer cláusula ou de simples condição deste CONTRATO, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas cláusulas e condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente aos serviços realizados, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas.

14.2 O CONTRATO poderá ser rescindido:

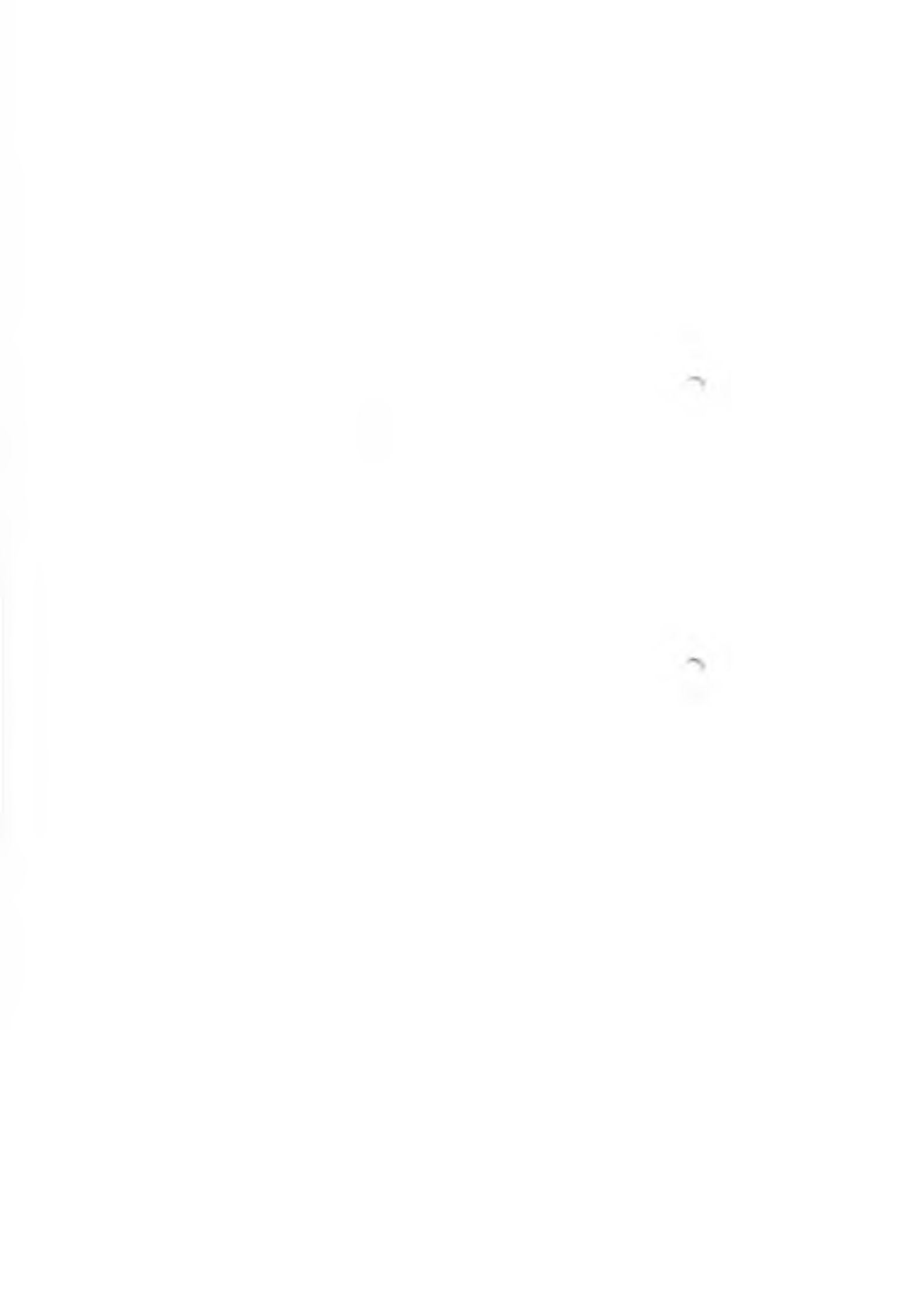
- I - Por ato unilateral da CONTRATANTE, nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/1993, atualizada;
- II - AMIGAVELMENTE, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Autarquia; e
- III - JUDICIALMENTE, nos termos da legislação.

14.3. A rescisão de que trata o item 14.2 inciso I desta cláusula, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste CONTRATO, na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei Federal nº 8.666/1993, atualizada:

- a) Retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;
- b) Assunção imediata do objeto do CONTRATO pela CONTRATANTE, no estado e local em que se encontrar;
- c) Execução da garantia contratual, se houver, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PENALIDADES**

15.1. Com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002, quem convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documento







## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO PAULISTA**



exigido para o certame, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Autarquia Municipal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta dispensa de licitação, o CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa e contraditório, aplicar ao CONTRATADO um ou mais das seguintes sanções:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa, nos seguintes termos:

15.2.2.1. Pelo atraso na entrega do objeto, em relação ao prazo estipulado, de 0,5% (meio por cento) do valor total adjudicado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento);

15.2.2.2. Pela recusa na entrega, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado, de 10% (dez por cento), do valor total dos serviços;

15.2.2.3. Pela demora em corrigir falhas nos serviços prestados, a contar do segundo dia após a data da notificação da rejeição, 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total da nota fiscal/fatura, por dia de atraso;

15.2.2.4. Pela recusa em corrigir as falhas dos serviços, entendendo-se como recusa a falha ou defeito dos serviços nos 05 (cinco) dias que se seguem à data da rejeição, 10% (dez por cento) do valor total da nota fiscal;

15.2.2.5. Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/1993, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores, 02% (dois por cento) do valor total do contrato;

15.3. As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a CONTRATADA cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;

15.4. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos legais, sendo-lhe franqueada vista do processo;

15.5. Fica o ente público CONTRATANTE, autorizado, após regular processo administrativo, em caso de aplicação de multa ao contratado, a haver o respectivo valor das multas mediante subtração do valor da garantia do contrato, caso esta tenha sido dada em dinheiro;

15.6. Não se tratando de garantia em dinheiro, ou seja, em não sendo a garantia contratual de natureza que comporte pronta execução extrajudicial, a Autarquia exigirá o recolhimento da multa;

15.7. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Autarquia ou cobrada judicialmente, conforme determina o §1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

15.8. O recolhimento das multas não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO  
MUNICÍPIO DO PAULISTA**



**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E REGIME DE EXECUÇÃO**

16.1 A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogada, a critério da Autarquia Municipal Contratante, desde que devidamente justificada, nos termos do inciso II do art. 57 da referida Lei Geral de Licitações.

16.2 O regime de execução aplicado à presente contratação será o integral por preço global.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

17.1. O Foro para solução de qualquer conflito decorrente do presente CONTRATO é o da Comarca do Paulista, Estado de Pernambuco.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1. Casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, com base na Lei Federal nº 10.520/2002, e subsidiariamente, Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

Paulista, 01 de junho de 2023.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO PAULISTA**

**LUIZ AUGUSTO DA SILVA JÚNIOR  
DIRETOR-PRESIDENTE PREVIPAULISTA**

**MICHELLE LEMOS**

**TRINDADE**

**SOUSA:008969461**

**93**

Assinado de forma digital por MICHELLE  
LEMOES TRINDADE SOUSA:00896946193  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria de  
Recursos Humanos do Brasil - RFR, ou=RFR e  
CPF A1, ou=(E)A66A8C0,  
ou=15590821000129,  
ou=videoconferencia, cn=MICHELLE  
LEMOES TRINDADE SOUSA:00896946193  
Serial: 3073 06.01 094226 0300

**BRASITUR EVENTOS E TURISMOS LTDA**

**MICHELLE LEMOS TRINDADE SOUSA**

**REPRESENTANTE LEGAL**

**SÉRGIO MEDEIROS PONTES**

**FISCAL DE CONTRATO**

**PREVIPAULISTA**

Testemunha. CPF:

Testemunha. CPF:



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO  
MUNICÍPIO DO PAULISTA**





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
Av. Fernando Corrêa da Costa, n 2367 - Bairro Boa Esperança, Cuiabá/MT, CEP 78060-900  
Telefone: (65)3615-8000 e Fax: @fax\_unidade@ http://www.ufmt.br



## DECLARAÇÃO

Processo nº 23108.066337/2022-09

Interessado: BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA - ACT Nº 010/2022

Atestamos para os devidos fins e a quem possa interessar que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ nº. **23.361.387/0001-07**, sediada em QS 03, LOTE 03, Sala 716, Torre Sul, Ed. Pátio Capital, Brasília/DF, CEP: 71.953-000, prestou o (s) serviço (s) relacionado (s) abaixo, alusivo ao Contrato nº 111/FUFMT/2019, executado no período de **12/11/2019** até a presente data para a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

**Objeto:** Contratação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação cancelamento de passagem aérea nacional e internacional e emissão de passagem rodoviária

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
2	3	Prestação de serviços de reserva, aquisição, emissão, marcação e/ou remarcação de bilhetes de passagens aéreas internacionais com a finalidade de transporte individual prestado aos militares, servidores civis e seus dependentes da área da 1ª Região Militar.	Taxa	50
	4	Aquisição de passagem aérea internacional	Serviço	322.00

Atestamos ainda que a empresa tem garantido a execução regular dos serviços contratados e que até a presente data não há pendências contratuais, conforme parecer da fiscalização do contrato (processo nº 23108.066337/2022-09, documento nº 4985889) disponíveis no Sistema de Eletrônico de Informações da FUFMT (<http://www.ufmt.br/ufmt/un/sei>).



### COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATAÇÕES

(65) 3613-7230 - WhatsApp  
(65) 3613-7368  
@coordenacaocontratacoesufmt

Acompanhe a PROADI: Instagram e Site Oficial



Documento assinado eletronicamente por EDILSON PEREIRA MARINS, Coordenador(a) de Gestão de Contratações - CGC/PROADI - UFMT, em 05/08/2022, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufmt.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4987989** e o código CRC **098035A4**.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO  
NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS



## ATESTADO

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN-SP**, estabelecido na Rua João Brícola, 32, Centro, São Paulo/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob nº. 15.519.361/0001-16, **ATESTA**, para os devidos fins, que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, prestou serviços de agenciamento sistematizado de viagens corporativas de forma **SATISFATORIA**, alcançando e superando os objetivos estabelecidos e cumprindo rigorosamente com as obrigações contratuais firmadas.

Conforme a declaração formal e criteriosa do Gestor Técnico e Operacional do contrato, emitida em 13 de maio de 2024 através de comunicação eletrônica, ratifica-se que os serviços fornecidos estão em estrita aderência ao estipulado contratualmente, excedendo as expectativas quanto à qualidade e eficiência. Tal desempenho não apenas satisfaz integralmente os propósitos contratuais como também está em plena consonância com as disposições administrativas vigentes.

#### Dados do Contrato:

**Processo SEI nº 140.00150936/2023-90**

**Processo DTRAN-SP - PRC nº 2022/1129062**

**Contrato nº: 011/2023**

**Pregão Eletrônico nº: 002/2023**

**Data da Assinatura: 30/03/2023**

**Vigência: 01/04/2023 até 31/12/2023**

**Valor total estimado:** a importância de R\$ 207.551,22 (duzentos e sete mil, quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e dois centavos) correspondente as

taxas de transação (transaction Fee), ao custo unitário de R\$ 0,0001 (um décimo de milésimo de real ), e a importância R\$ 0,013 (treze milésimo de real) correspondente ao custo estimado de 130 passagens aéreas nacionais e internacionais a serem utilizadas durante a vigência do contrato.

**Dados do 1º Termo Aditivo:**

**Data da Assinatura:** 07/11/2023

**Objeto:** acréscimo do valor inicial em atender as demandas de viagens nas agendas para os próximos 3 (três) meses, referente as despesas de passagens nacionais e internacionais.

**Valor do acréscimo:** R\$ 51.887,80 (cinquenta e um mil, oitocentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos)

**Dados do 2º Termo Aditivo:**

**Data da Assinatura:** 27/12/2023

**Objeto:** prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato por mais 60 (sessenta) dias de 01/01/2024 a 01/03/2024.

**QUANTITATIVO:**

Mês/ano	Quantidade trechos	Quantidade passagens	Tarifas e taxas de embarque
Abril 2023	18	9	R\$ 34.194,74
Maio 2023	20	10	R\$ 17.490,96
Junho 2023	6	3	R\$ 11.794,55
Julho 2023	24	12	R\$ 26.116,66
Agosto 2023	20	10	R\$ 15.707,10
Setembro 2023	29	16	R\$ 39.117,85
Outubro 2023	31	16	R\$ 31.507,35
Novembro 2023	8	4	R\$ 6.151,70
Dezembro 2023	0	0	R\$ 0,00
Janeiro 2024	0	0	R\$ 0,00



Fevereiro 2024	2	1	R\$ 730,05
Total	158	81	R\$ 182.810,96
Saldo			R\$ 76.628,06

Declaro ainda que, a referida empresa cumpriu a contento todas as obrigações, não constando nada que a desabone até a presente data.

**ANA PAULA IAVARONE**  
Diretora Técnica II  
DETRAN-SP

**CRISTIANO FARIAS DE LIMA**  
Supervisor  
DETRAN-SP

De acordo,

**DANIELE TENÓRIO DE BARROS MONTEIRO E LIMA**  
Diretor Setorial de Administração  
DETRAN-SP



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA IAVARONE, DIRETOR TECNICO II**, em 14/05/2024, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO FARIAS DE LIMA, SUPERVISOR**, em 14/05/2024, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELE TENORIO, DIRETOR SETORIAL**, em 14/05/2024, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) , informando  
o código verificador **0027804444** e o código CRC **53386678**.



**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E EMPREENDEDORISMO**

Rua Floriano Peixoto, 470, - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-046  
Telefone:

Processo nº 0859.013133.00025/2024-34

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 23.361.387/0001-07, com sede a Q QNM 34 AREA ESPECIAL I, SALA 1917, TAGUATINGA NORTE - Brasília- DF CEP: 72.145-450, contratada através de Pregão Eletrônico nº 487/2023/SETE e Contrato nº 02/2024, processo SEI nº 0859.013130.00071/2023-55, neste ato representada pela Sra. **MICHELLE LEMOS TRINDADE SOUSA**, portadora da cédula de identidade nº 3625148, inscrita no CPF/MF nº 008.969.461-93, domiciliada e residente a cidade de Ceilândia Norte, UF: DF QNO 11, Conjunto N, Casa 45, está prestando os serviços de agenciamento de viagens, especializada em emissão de passagens aéreas nacionais e intermunicipais e, eventualmente, internacionais, compreendendo os serviços de reserva, marcação, remarcação, cancelamento, emissão e entrega de bilhetes eletrônicos de passagens aéreas (e-ticket) ou de ordens de passagens, com o respectivo "código localizador", incluindo o seguro de assistência em viagem internacional, com proposta de menor valor de agenciamento, visando atender às necessidades da Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo (SETE), a referida empresa está cumprindo sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados. O valor total contratado é de R\$ 560.000,00, sendo utilizado até o momento a emissão de 50 bilhetes. Pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objetivo contratado, nada tenho a desabonar.

**IALEY AZEVEDO DA SILVA**  
Diretor Administrativo e Financeiro  
DECRETO Nº 2.366-P, DE 8 DE MARÇO DE 2023  
Secretaria Estadual de Turismo e Empreendedorismo - SETE



Documento assinado eletronicamente por **IALEY AZEVEDO DA SILVA, Diretor(a)**, em 08/05/2024, às 15:46, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0010866963** e o código CRC **85FB3B3C**.



**NOVA LIMA**  
prefeitura



### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO** inscrita no CNPJ 23.361.387/0001-07, estabelecida no endereço QS 03 LOTE 03 Sala 716 Torre sul Ed. Pátio Capital CEP: 71.953-000 forneceu para **MUNICÍPIO DE NOVA LIMA- MG** sediada na Praça Bernardino de Lima , 80 NOVA LIMA - MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº22.934.889/0001- 17 , prestação de serviços agência de viagens, para cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas nacionais destinadas a atender as SECRETÁRIAS DO MUNICÍPIO na vigência de ABRIL de 2023 a ABRIL de 2024, de modo a atender as diversas necessidades para a perfeita execução do contrato, que tal fornecimento foi executado satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas

Valor do Contrato: R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais).

Telefone de Contato: (31) 3180-5778 - PEDRO MUNIZ

Nova Lima 11 de janeiro DE 2024.

**Pedro  
Henrique  
Muniz**

Assinado de forma  
digital por Pedro  
Henrique Muniz  
Dados: 2024.01.11  
15:56:42 -03'00'

**Pedro Henrique Muniz**  
Diretor de Departamento Administrativo



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
BASE DE AVIAÇÃO DE TAUBATÉ



### **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos, para os devidos fins de direito, que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, CNPJ. Nº 23.361.387/0001-07, situada na St. M-Norte QNM 34 Área Especial I Torre - JK Shopping Sala 1917 - Taguatinga, Brasília - DF, 72145-450, forneceu para a **BASE DE AVIAÇÃO DE TAUBATÉ**, CNPJ Nº 09.545.196/00014-74, situada na Estrada Municipal dos Remédios, nº 2135, Taubaté-SP, CEP 12.086-900, os serviços indicados no quadro abaixo, em decorrência da contratação celebrada entre esta instituição e a empresa, dentre vários outros empenhos já emitidos.

Empenho	Valor	Objeto
2023NE001936	R\$ 27.559,03	EMIÇÃO DE PASSAGENS INTERNACIONAIS
2024NE000071	R\$ 86.985,99	EMIÇÃO DE PASSAGENS INTERNACIONAIS
2024NE000627	R\$ 28.927,14	EMIÇÃO DE PASSAGENS INTERNACIONAIS
2024NE000473	R\$ 1.193,61	EMIÇÃO DE SEGURO VIAGEM

Declaramos a prestação dos serviços de agenciamento de viagens para aquisição de passagens aéreas internacionais e seguro viagem, compreendendo os serviços de cotação, reserva, remarcação, cancelamento, emissão e fornecimento de passagens e seguros, atendendo a todas condições contida em nosso contrato, não havendo nada que desabone a referida empresa até a presente data.

Quartel em Taubaté-SP, 9 de maio de 2024

**JOSE FRANCISCO FIGUEIREDO SANTOS-1º Sargento**  
Fiscal de Contrato da Brasitur

**WAGNER GONÇALVES DE SOUZA – Coronel**  
Ordenador de Despesas da Base de Aviação de Taubaté





**UEPB**  
Universidade  
Estadual da Paraíba



### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, com sede à QS 03 - Lote 03 - Torre Sul - sala 716 - Edifício Pátio Capital - Águas Claras - Brasília - DF, Cep. 71.953-000 e Inscrita no CNPJ sob nº 23.361.387/001-07, presta serviços à Universidade Estadual da Paraíba, através do PREGÃO 010/2023, conforme especificações e contratos abaixo:

- **Agenciamento dos serviços de reserva de hospedagem em hotéis nacionais e internacionais, com café da manhã, incluindo: reserva, marcação e remarcação de hospedagem, bem como a contratação de serviços com alimentação e traslado (serviço opcional de alimentação completa e traslado).**

CONTRATO	VALOR DO CONTRATO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
167/2023	R\$ 50.000,00	07/07/23 à 31/12/23
280/2023	R\$ 25.000,00	29/11/23 à 31/12/23
003/2024	R\$ 125.000,00	12/04/24 à 31/12/24

Atestamos ainda que não há em nossos arquivos, até esta data, fatos que desabonem sua conduta moral, técnica e profissional.

Campina Grande, 02/05/2024

Documento assinado eletronicamente por:

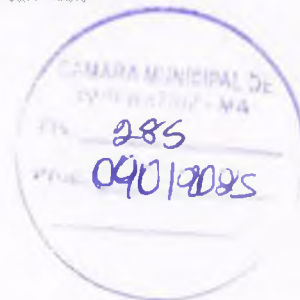
■ Ricardo Soares da Silva, Pró-Reitor - Pró-Reitoria de Gestão Administrativa, em 02/05/2024 15:32:13.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 02/05/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.uepb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 111929

Código de Autenticação: 21da1cec26





### **Atestado de Capacitação Técnica**

Atestamos que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, com CNPJ: 23.361.387/0001-07, presta serviços à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, através do Contrato ARSESP nº 54/2023, processo SEI nº 133.00001214/2023-65, com a previsão de emissão de 296 passagens aéreas nacionais e internacionais, para o período contratado. Permitindo a Emissão de Passagens Aéreas, através de fornecimento de Sistema WEB, com acesso por usuário e senha a consultas, cotações, reservas e, apoio as emissões, alterações e cancelamentos.

**Vigência do Contrato: Vigente de 03/11/2023 a 02/11/2023**

**Estando atendendo à contento o contrato supracitado.**

**Estevan Diovani Berlezi**  
Gerente de Planejamento de Contratações

**Estevan  
Diovani  
Berlezi**

**Assinado de forma  
digital por Estevan  
Diovani Berlezi  
Dados: 2024.05.02  
15:07:02 -03'00'**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DO EXÉRCITO**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO**  
Praça Duque de Caxias, 25 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.221-260  
Tel/fax: 2519-5582

### **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.361.387/0001-07, estabelecida NA QS 03 - Lote 03, sala 716 - Torre Sul, Edifício Pátio Capital, Águas Claras, Brasília - DF, CEP 71.953-000, forneceu/executou para o **DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO - DECEX**, UASG 160068, o serviço abaixo especificado no período de 10 de julho de 2019 a 9 de julho de 2024, no valor global de R\$ 1.526.487,44, cumprindo todas as exigências contratuais previstas:

**CONTRATO 5/2019 – 160068:** Prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, aquisição, emissão, marcação e/ou remarcação de bilhetes de passagens aéreas internacionais.

Atestamos ainda, que tal serviço foi executado satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 2024.

  
**NECIR SIQUEIRA DIAS – CAP**  
Chefe da Seção de Diárias e Passagens do DECEX



## ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que a empresa empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, inscrito no CNPJ nº23.361.387/0001-07, com sede a St. M-Norte QNM 34 Área Especial 01 - Taguatinga, Brasília - DF, 72145-450 sala 409, contratada através de Pregão Eletrônico Nº 041/2022 e Contrato Nº 249/2023 cujo objeto contratação de empresa especializada objetivando a prestação de serviços de agenciamento de viagens aérea e terrestre, compreendendo os serviços de assessoramento, programação, montagem de roteiros, cotação, reserva, para atender as necessidades do município de Ituberá, a referida empresa cumpriu sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados. O quantitativo do contrato consta com 200 bilhetes, valor R\$ 360.000,00, sendo utilizado a emissão de 23 bilhetes. Pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que a desabone.

Ituberá-BA, 02 de maio de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ  
CONFERE COM O ORIGINAL  
DATA 02/05/2024  
SERVIDOR [assinatura]  
MAT 45710

  
**THIAGO LIMA DE SOUZA**

Superintendente Municipal de Patrimônio, Compras e Almoxarifado  
Secretaria de Administração e Planejamento Econômico

Thiago Lima de Souza  
Superint. Municipal de Patrimônio,  
Compras e Almoxarifado  
Decreto nº 152/2022





**GDM**  
**Endoscopia**

**FUJINON**  
FUJIFILM



Representante exclusivo

CÂMARA MUNICIPAL DE  
IMPERATRIZ - MA  
Fls. 288  
Proc. 09012025

## **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO** inscrita no CNPJ 23.361.387/0001-07, estabelecida no endereço QS 03 LOTE 03 Sala 716 Torre sul Ed. Patio Capital CEP: 71.953-000 forneceu para **GDM ENDOSCOPIA LTDA**, sediada na Rua Fernanda Fiorot Ferreira, 8, térreo, Eurico Salles, Serra/ES, Cep: 29160-173, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.259.781/0001-21, prestação de serviços de Agenciamento de Viagens (emissão, remarcação, marcação e cancelamento) de passagens Aéreas e Terrestres, atestamos ainda que tal fornecimento foi executado satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Valor do Contrato: R\$ 500.000,00 (Seiscentos Mil Reais)

### **INFORMAÇÕES DO EMISSOR DO ATESTADO DE CAPACIDADE**

Telefone de Contato: (27) 3237.0361

E-mail: gdmendoscopia@gmail.com

Serra/ES, 06 de Fevereiro de 2018

**GDM Endoscopia Ltda**  
**Getúlio D. de Moraes**



**INSTITUTO FEDERAL**  
Paraíba

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
CAMPUS PICUI

Fis. 389  
Proc. 090/2023

ATESTADO 1/2024 - CCC/DAPE/DG/PC/REITORIA/IFPB

Em 2 de maio de 2024.

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **BRASITUM EVENTOS E TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ 23.361.387/0001-07, com sede no endereço QNM 34, área especial 1, sala 1917, Taguatinga Norte, Brasília/DF, CEP: 72.145-450, inscrita no CNPJ nº 23.361.387/0001-07, por intermédio do Contrato 11/2023, presta, desde 24/11/2023 até a presente data, **JUNTO AO INSTITUTO FEDERAL DA PARAIBA – CAMPUS PICUI**, inscrito no CNPJ nº 10.783.836/0009-22, serviços de agenciamento de viagens para voos regulares internacionais e domésticos não atendidos pelas companhias aéreas credenciadas, consoante a Instrução Normativa nº 03, de 11 de fevereiro de 2015, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para atender às necessidades do Instituto Federal da Paraíba – IFPB Campus Picuí, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Atestamos ainda, que o fornecedor acima identificado, cumpriu todas as obrigações assumidas em tempo hábil, não constando em nossos arquivos e registros, nenhum fato que venham a desabonar a idoneidade técnica e profissional, no que diz respeito as obrigações contratuais.

**Everton Pereira de Pontes**

Diretor de Administração Planejamento e Finanças

IFPB Campus Picuí

Por meio assinado eletronicamente

o Secretário de Administração do IFPB, em 07/05/2024 às 09:15

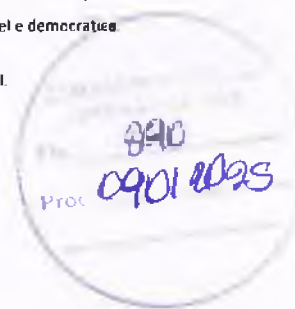
Este documento foi emitido pelo SISP em 07/05/2024. Para comprovar sua autenticidade, basta a leitura do QR Code ao lado ou acessar <https://sisp.ifpb.edu.br/autenticar>.

Assinatura: 561446  
Assinador: Roberto Soares  
Código de Autenticação:



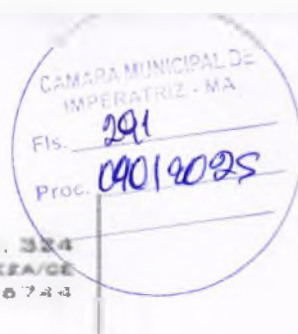
**NOSSA MISSÃO:** Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

**VALORES E PRINCÍPIOS:** Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.





R. PADRE LUIS FIGUEIRA, 324  
ALDEOTA - FORTALEZA/CE  
CEP: 60.150-120



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

**O CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS 15ª REGIÃO – CRECI 15ª Região**, inscrito no CNPJ sob nº 09.420.282/0001-50, estabelecida na Rua Padre Luis Figueira, nº 324, bairro Aldeota, CEP: 60.150-120, na cidade de Fortaleza, Estado de Ceará, atesta, para os devidos fins, que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.361.387/0001-07, com sede na QS 03, Lote 03, Sala 716, Torre Sul, Ed. Pátio Capital, bairro Águas Claras, CEP 71.953-000, Brasília, Distrito Federal, nome fantasia “*Brasitur Eventos e Turismo*”, prestou e presta serviços a esta autarquia federal no serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas e terrestres, nacional e internacional, para este Conselho.

Informamos ainda que as prestações dos serviços acima referidos apresentam(ram) bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações a contento, nada constando que a desabone, até a presente data.

Fortaleza (CE), 04 de agosto de 2022.

TIBERIO VITORIANO  
BENEVIDES DE  
MAGALHAES:12137693  
372

Assinado de forma digital por  
TIBERIO VITORIANO BENEVIDES  
DE MAGALHAES:12137693372  
Dados: 2022.08.04 16:22:42  
-03'00'

**Tibério Vitoriano Benevides de Magalhães**

Presidente do CRECI 15ª REGIÃO





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO TOCANTINS -  
CRFTO**




**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

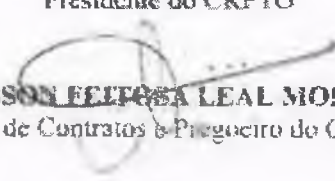
O Conselho Regional de Farmácia do Estado do Tocantins – CRFTO com sede na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 501 Sul, Lote 19, Palmas-TO - CEP:77016-002, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.637.538/0001-03, **ATESTA** para os devidos fins que a empresa **Brasitur Eventos e Turismo LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.361.387/0001-07, estabelecida na Qs 3, Lote 03, Torre Sul, Edifício Pátio Capital, Sala 716, Areal – Águas Claras, Brasília – DF, CEP: 71.953-000, presta os serviços de cotação, reserva e aquisição de passagens aéreas para esta Autarquia Pública Federal, desde o mês de fevereiro de 2019 atendendo às nossas expectativas com presteza, qualidade, ficando assim, demonstrada a sua devida Capacidade Técnica e Notória Especialização na execução dos serviços prestados.

Até a presente data, nada consta em nossos arquivos fato que desabone a sua capacidade técnica.

Palmas, Tocantins, aos 04 de agosto de 2022.

  
MAYKON JHULLY MARTINS DE PAIVA  
Data: 04/08/2022 10:05:15

**MAYKON JHULLY MARTINS DE PAIVA**  
Presidente do CRFTO

  
**ROBSON FELIPE LEAL MORAIS**  
Gestor de Contratos e Pregoeiro do CRFTO



**Coren<sup>PB</sup>**  
Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba

293  
090/12095

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 23.361.387/0001-07, com sede na QS 03, Sula 716, Torre Sul - Edifício Pátio Capital - Areal, Taguatinga Sul/DF, presta ao **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAÍBA - COREN/PB**, CNPJ nº 07.647.181/0001-91, com sede na Av. Maximiano de Figueiredo, 36, Centro, João Pessoa/PB, o serviço abaixo relacionado:

OBJETO:	Prestação de serviço de agenciamento de passagens aéreas, por intermédio de operadora ou agência de viagens, para cotação, reserva, emissão, cancelamento, remarcação de passagens aéreas nacionais, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone), em regime de empreitada por preço unitário.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº	014/2018
PROCESSO Nº	035/2018
CONTRATO Nº	03/2019
VALOR R\$	120.000,00 (cento e vinte mil reais), sendo considerado o valor de R\$ 0,00 (zero reais) por cada taxa de serviço de agenciamento, inclusos todos os custos e despesas.
VIGÊNCIA:	11/01/2019 a 31/12/2019

A empresa contratada presta os serviços satisfatoriamente, não constando em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

João Pessoa, 30 de Abril de 2019.

*Renata Ramalho da Cunha Dantas*

**Renata Ramalho da Cunha Dantas**  
PRESIDENTE DO COREN-PB

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS 15ª REGIÃO – CRECI 15ª Região, inscrito no CNPJ sob nº 09.420.282/0001-50, estabelecida na Rua Padre Luis Figueira, nº 324, bairro Aldeota, CEP: 60.150-120, na cidade de Fortaleza, Estado de Ceará, atesta, para os devidos fins, que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.361.387/0001-07, com sede na QS 03, Lote 03, Sala 716, Torre Sul, Ed. PatioCapital, bairro Aguas Claras, CEP 71.953-000, Brasília, Distrito Federal, nome fantasia "*Brasitur Eventos e Turismo*", prestou e presta serviços a esta autarquia federal no serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas terrestres, nacional e internacional, para este Conselho.

Informamos ainda que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações a contento, nada constando que a desabone, até a presente data.

Fortaleza (CE), 3 de abril de 2023,



Tibério Vitoriano Benevides de Magalhães

Presidente do CRECI 15ª REGIÃO





MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Executiva  
Secretaria de Gestão Corporativa  
Gerência Regional de Administração no Estado do Espírito Santo  
Gerência de Recursos Logísticos  
R. PIETRÂNGELO DE BISE, Nº 56, 9º ANDAR - Bairro CENTRO  
CEP 29.010-190 - Vitória/ES

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

#### 1 - CONTRATANTE

<b>Razão Social:</b>	Gerência Regional de Administração no Estado do Espírito Santo - GRA/ES
<b>CNPJ:</b>	00.394.460/0009-07

Atesto para os devidos fins que até a presente data, a Empresa Brasitur Eventos e Turismo Ltda, com sede na QS 03 lote 03, sala 716 - Torre Sul - Ed. Pátio Capital sediada em Brasília/DF, inscrita no CNPJ Sob o nº 23.361.387/0001-07, presta serviços de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas em âmbito nacional para a Gerência Regional de Administração no Estado do Espírito Santo - GRA/ES e demais órgãos jurisdicionados, dentro do estabelecido no Plano de Trabalho do pregão eletrônico GRA/ES SRP nº 13/2018, não havendo até a presente data, qualquer fato que desabone a mesma.

Por ser verdade, firmo o presente.

Vitória, 03 de agosto de 2022.

Documento assinado eletronicamente

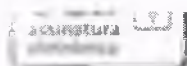
Talita Silveira Barbosa

Responsável de Recursos Logísticos GRA/ES - Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Talita Silveira Barbosa**,  
**Assistente Técnico-Administrativo**, em 03/08/2022, às 09:37, conforme

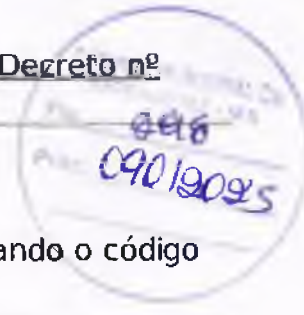




horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **26913702** e o código CRC **FF308D38**.



**Referência:** ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 10783.101187/2018-99.

SEI nº  
26913702



Ministério da Saúde  
Secretaria Executiva  
Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio Grande do Sul

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 1/2022

Processo nº 25025.007865/2018-87

Interessado: BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA.

A Superintendência Estadual do Ministério da Saúde, estabelecida na Avenida Sepúlveda, nº 53, bairro Centro Histórico, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.544/0194-47, atesta para os devidos fins, que a empresa BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.361.387/0001-07 e com sede na QS 03, lote 03, sala 716 – Torre Sul – Edifício Pátio Capital, em Brasília/DF, presta o serviço de agenciamento de viagens para esta Superintendência, desde 21 de novembro de 2018.

Atesta-se ainda, que os serviços referidos foram prestados de forma satisfatória, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, demonstrando capacidade técnica, idoneidade e responsabilidade com as obrigações assumidas, não existindo fatos que desabonem sua conduta.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Ailton Altmann, Superintendente Estadual do Ministério da Saúde no Rio Grande do Sul**, em 04/08/2022, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020; e art. 8º, da Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0028481497** e o código CRC **35FB8A77**.

Referência: Processo nº 25025.007865/2018-87

SEI nº 0028481497

Divisão de Gestão Administrativa - DIGAD/RS  
Avenida Sepúlveda, nº 53 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90010-130  
Site - [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)



**Core-CE**  
Conselho Regional dos  
Representantes Comerciais  
no Estado do Ceará



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

**CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES  
COMERCIAIS DO ESTADO DO CEARÁ – Core-CE**

**CONTRATADA: BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**

**SERVIÇOS: AGENCIAMENTO DE VIAGENS E FORNECIMENTO DE BILHETES  
DE PASSAGENS AÉREAS.**

**PRAZO DE EXECUÇÃO: 19/07/2018 a até o presente momento**

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **BRASITUR EVENTOS E  
TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.361.387/0001-07 é nossa prestadora de  
serviços.

Informamos que os serviços da referida prestadora são executados  
satisfatoriamente, não existindo até a presente data fatos que desabonem sua conduta e  
responsabilidade com as obrigações assumidas. Declaramos ainda tratar-se de empresa  
idônea e cumpridora de suas obrigações.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram  
bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações,  
nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Fortaleza, 04 de agosto de 2022.

  
Karina Moreira Nunes  
Gerente Executiva  
Telefone (85)3272-5952  
E-mail: karina@corece.org.br



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - XII REGIÃO  
DISTRITO FEDERAL - GOIÁS - TOCANTINS



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, estabelecida na QS 03 Lt 03, Sala 716, Torre Sul, Ed. Patio Capital, Aguas Claras, CEP 71.953-000 – Brasília – DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.361.387/0001-07, presta o serviço de agenciamento de viagens aérea e terrestre para o **CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 12 REGIÃO**, CNPJ 01.759.984/0001-51, sediado no endereço Rua Amélia Artiaga Jardim nº 528 Setor Mansta, Goiânia GO, CEP 74.180-070, nos termos do contrato nº 002/2019, onundo da contratação com dispensa de licitação nº 008/2019. O serviço consiste em

- ✓ Fornecimento de bilhete de passagem aérea nacionais, de todas as companhias aéreas autorizadas a operar no Brasil e passagens terrestre, incluindo a emissão, a marcação, a remarcação e o apoio nos embarques e desembarques.
  - o Execução de reserva automatizada, "on-line" e emissão de seu comprovante;
  - o Emissão de bilhetes automatizados, "on-line";
  - o Consulta e informação de melhor rota ou percurso, "on-line";
  - o Consulta à menor tarifa disponível, "on-line";
  - o Impressão de consultas formuladas;
  - o Alteração/remarcação e cancelamento de bilhetes, e
  - o Combinação de tarifa.

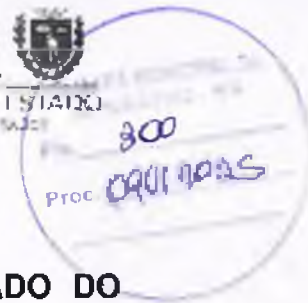
Declaramos que a empresa vem cumprindo com as obrigações referentes a prestação do serviço acima discriminado com eficiência e responsabilidade, não havendo nada nos registros deste Ente que a desabone.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente atestado.

maio 2019  
  
Willian Ferreira Gomes  
Gestor







## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ – FUNEAS**, estabelecida na Rua do Rosário, nº 144, 10º andar, , bairro Centro, na cidade de Curitiba-PR, inscrita no CNPJ nº 24.039.073/0001-55, aqui representada por seu titular Marcelo Augusto Machado, portador do CPF/MF nº 504.725.189-68, e RG nº 4.113.198-5/PR, atesta para todos os fins de direito sob pena de responsabilidade que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA ME**, devidamente inscrita no CNPJ nº 23.361.387/0001-07, localizada na QS 03, Lote 03, nº 716, Torre Sul Ed. Pátio Capital, Águas Claras – Brasília – DF, representada por Sra. Pamela Gabrielle Abrantes Cavalcante, portador do CPF/MF nº 034.323.071-28, realiza a prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas e terrestres, através do Contrato nº 241/2019, no valor de R\$ 103.250,22 (cento e três mil, duzentos e cinquenta reais e vinte e dois centavos), com prazo de vigência até 11/07/2023, conforme abaixo:

Lote 1	Descrição do serviço	Valor estimado anual	Porcentagem de desconto (CONTEÚDO DE SUPORTE)	Valor estimado anual com desconto	ADITIVO 25%
Item 1	Passagens Terrestres internacionais - 40 passageiros por ano	R\$ 10.000,00	15%	R\$ 8.500,00	R\$ 2.125,00
Item 2	Passagens Terrestres domésticas - 40 passageiros por ano	R\$ 10.000,00	15%	R\$ 8.500,00	R\$ 2.125,00
Item 3	Passagens Aéreo Nacional - 40 passageiros por ano	R\$ 80.000,00	18%	R\$ 65.600,00	R\$ 16.400,00
VALOR TOTAL ATUAL				R\$ 62.600,00	R\$ 20.850,00

Em tempo, informo que os serviços são executados com ótima qualidade e atendendo todas as solicitações e demais condições estabelecidas em contrato.

Por ser verdade, firmo o presente.

Curitiba, 30 de março de 2023.

**MARCELLO**

*Marcello A. Machado*

**AUGUSTO**

**MACHADO**

Diretor Presidente FUNEAS



GOVERNO DE  
**INHUMAS**  
RESPONSABILIDADE E CIDADANIA



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO** inscrita no CNPJ 23.361.387/0001-07, estabelecida no endereço OS 03 LOTE 03 Sala 716 Torre sul Ed. Patio Capital CEP: 71.953-000 forneceu para **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INHUMAS - FMS** sediada na Av. Wilson Quirino de Andrade, Nº 450 - Arinanguera, Inhumas - Goiás, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.222.467/0001-25, prestação de serviços agência de viagens, para cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas e terrestres nacionais destinadas a atender os pacientes que necessitam de tratamento fora do domicílio de Inhumas, pelo prazo de 12 meses, de modo a atender as diversas necessidades para a perfeita execução do evento, que tal fornecimento foi executado satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Valor do Contrato: R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).

Telefone de Contato: (62) 9.8521-0184 / (62) 3514-1158 Eurípia

E-mail: euripiaopesdasilva@outlook.com

Inhumas, Goiás 22 de outubro de 2018

**Eurípia Lopes da Silva**  
Assinar e carimbar



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**



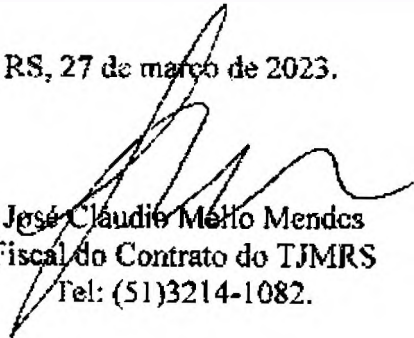
**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Nos termos do inciso II do Art. 84 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL, ATESTO que a empresa BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.361.387/0001-07, estabelecida NA QS 03 - Lote 03, sala 716 - Torre Sul, Edifício Pátio Capital, Águas Claras, Brasília - DF, CEP 71.953-000, vem prestando para o TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, inscrito no CNPJ sob o número 89.522.064/0002-47, estabelecido na Av. Praia de Belas, 799, bairro Praia de Belas, Porto Alegre - RS, CEP.: 90110-001, telefone (51) 3214-1000, o serviço abaixo especificado desde 01 de fevereiro de 2023, estando o contrato vigente até a presente data.

DOCUMENTO	DESCRIÇÃO
Contrato nº 02/2023	Prestação de serviços de agenciamento de viagens compreendendo a reserva, aquisição, emissão, marcação e/ou remarcação de bilhetes de passagens aéreas.

Atestamos ainda, que o serviço vem sendo executado satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade, com as obrigações assumidas no contrato firmado.

Porto Alegre, RS, 27 de março de 2023.

  
José Claudio Mello Mendes  
Fiscal do Contrato do TJMRS  
Tel: (51)3214-1082.

 **Justiça Militar**





SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

A SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada no Pátio do Colégio n.º 148/184, bairro da Sé, atesta para os devidos fins que a empresa **Brasitur Eventos e Turismo Ltda.**, Quadra Q3 Lote 3, sala 716 Torre Sul, Edifício Pátio Capital, – Bairro Areal (Aguas Claras), Brasília - DF inscrita no CNPJ sob n.º 23.361.387/0001-07, na qualidade de Contratada, vem atendendo satisfatoriamente, conforme dados abaixo:

**Termo de Contrato SJDC n.º 006/2019**

**Vigência: 08/05/2019 a 31/12/2019**

**OBJETO: Empresa especializada na prestação de serviços não contínuos de emissão de passagens aéreas nacionais**

Atestamos que, os serviços estão sendo realizados a contento.

São Paulo, 28 de junho de 2019.

**Clarice Rodella Russo**

Diretoria do Centro de Gestão de Contratos

**Graziela Fazzani Pavão**

Diretora do Departamento de Negócios



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CNPJ nº 03.983.541/0001-75, situado na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, ATESTA para fins de prova junto a Órgãos Públicos e Privados, que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.361.387/0001-07, estabelecida no endereço Q5 03 Lote 03 Sala 716, Torre Sul, Edifício Pátio Capital, Cep 71.953-000, presta serviços de agenciamento de viagens, compreendendo pesquisa de preços, reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, para atender as necessidades do Ministério Público Estadual do Mato Grosso do Sul, conforme Contrato nº 02/PGJ/2019, firmado em 08 de janeiro de 2019, com vigência em 11/01/2019 a 11/01/2020.

Declaramos que os compromissos estão sendo cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos registros que a desabone comercial ou tecnicamente.

Campo Grande, 03 de maio de 2019.



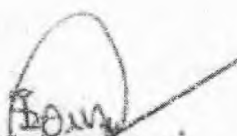
Murilo Rolim Neto

Diretor da Secretaria de Administração

## ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que a empresa empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, inscrito no CNPJ nº **23.361.387/0001-07**, com sede a St. M-Norte QNM 34 Área Especial 01 - Taguatinga, Brasília - DF, 72145-450 sala 400, contratada através de Pregão eletrônico Nº 041/2022 cujo objeto contratação de empresa especializada objetivando a prestação de serviços de agenciamento de viagens aérea e terrestre, compreendendo os serviços de assessoramento, programação, montagem de roteiros, cotação, reserva, para atender as necessidades do município de Ituberá, a referida empresa vem cumprindo sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que a desabone.

Ituberá 29 de Março de 2023



Thiago Lima de Souza  
Superint. Municipal de Patrimônio  
Compras e Almocharifado  
Decreto nº 182/2022

**THIAGO LIMA DE SOUZA**

Superintendente Municipal de Patrimônio, Compras e Almocharifado  
Secretaria de Administração e Planejamento Econômico

(73) 3256-8100

administracao@itubera.ba.gov.br / secadm@itubera.ba.gov.br

Rua Coronel Barachísio Lisboa, n. 91, Centro, CEP: 45.435-000 - Ituberá - Bahia





**Prefeitura Municipal de Barro Preto**  
Praça Antônio Osório Balista, nº 06, centro, Barro Preto-Bahia

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

### 1 - CONTRATANTE

Razão Social:

Prefeitura Municipal de Barro Preto-Bahia

CNPJ:

14.247.458/0001-82

Atesto para os devidos fins que, na presente data, a Empresa Brasitur Eventos e Turismo Ltda, com sede na QS 03 lote 03, sala 716 - Torre Sul - Ed. Pátio Capital sediada em Brasília/DF, inscrita no CNPJ Sob o nº 23.361.387/0001-07, presta serviços de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas em âmbito nacional para a Gerência Regional de Administração no Estado do Espírito Santo GRA/ES e demais órgãos jurisdicionados, dentro do estabelecido no Plano de Trabalho do pregão eletrônico 000028/2022, contrato 00023/2022, não havendo até a presente data, qualquer fato que desabone a mesma.

Por ser verdade, firmo o presente.

Barro Preto, 04 de Agosto de 2022

Hamanda Mont Almeida  
Tessoureira  
Decreto nº 195 de 11 de Outubro de 2021  
Barro Preto-Bahia

(Hamanda Mont Almeida - Tessoureira)

Decreto nº 195 de 11 de Outubro de 2021





MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
51º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA  
(BATALHÃO CAPITÃO-MOR BENTO MACIEL PARENTE)



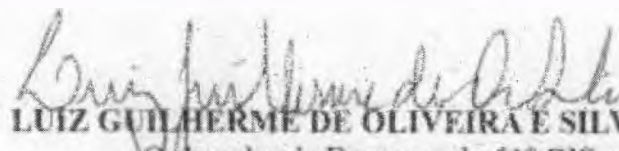
### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

1. Atesta para os devidos fins de direito que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.361.387/0001-07, estabelecida na Quadra QNM 34 area especial, 1ª SALA, 1917 – Inguatunga Norte, Brasília-DF, prestou serviços de agenciamento de viagens e emissão de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, referente a dispensa de licitação nº 16/2023, UASG 160160, para o seguinte item:

Nº Itens	Descrição	Valor total
1	Item compra: 00001 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS / EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.	R\$ 39.000,00

2. Declaro ainda que a empresa cumpriu todos os prazos e condições previstos no Termo de Referência da dispensa eletrônica e seus anexos, não havendo fatos supervenientes que desaboneem sua conduta técnica e comercial.

Altamira-PA, 9 de Outubro de 2023

  
LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA E SILVA – Cel  
Ordenador de Despesas do 51º BIS





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS  
Q-202 N AV. TEOTONIO SEGURADO, CONJ 1 LTS 1/2 CX. POSTAL 181 - Bairro PLANO DIRETOR NORTE - CEP 77006214 -  
Palmas - TO

## **ATESTO**

### **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Eu, Juliana Avelar Lucena de Oliveira, Chefe da Seção de Desenvolvimento Organizacional e Capacitação da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, no uso das atribuições legais.

ATESTO, para os fins que se fizerem necessários, que a empresa BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA, com sede na QS 03, Lote 03, Sala 716, Torre Sul Ed. Pátio Capital, Brasília - DF, inscrita no CNPJ nº 23.361.387/0001-07, presta serviços a este Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, referente ao fornecimento de passagens aéreas, tendo como objeto a prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, entrega de bilhetes eletrônicos ou passagens, em âmbito nacional e, eventualmente internacional, conforme condições e especificações estabelecidas neste Contrato n.º 03/2019, com vigência de 12 (doze) meses, com data de assinatura em 14/03/2019, no valor total de R\$825.000,03 (Oitocentos e vinte e cinco mil reais e três centavos), sendo prorrogado no extrato de termo aditivo n.º 4/2022 - UASG 070027 - TRE/TO, com assinatura em 06/12/2022, vigência de 14/3/2023 a 14/03/2024.

Atesto, ainda, que, a prestação dos mencionados serviços fora realizado de forma satisfatória, com zelo, pontualidade, profissionalismo, eficiência, com bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido com suas obrigações, não havendo, até a presente data, fatos que desabone sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

O referido é verdade e dou fé.

**JULIANA AVELAR LUCENA DE OLIVEIRA**  
Chefe de Seção



Documento assinado eletronicamente em 27/03/2023, às 17:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **000012301648010** e o código CRC **84799AB8**.



0000289-27.2023.6.27.8000

000012301648010v4



**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIVISÃO DE COMPRAS DIRETAS  
SEÇÃO DE TRANSPARÊNCIA E CADASTRO DE FORNECEDORES**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 088/2023**

A Prefeitura do Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 46.634.044/0001-74, com sede à Av. Eng. Carlos Reinaldo Mendes, nº 3.041 – Alto da Boa Vista, neste ato, representada pelo Sr. Marcelo Trontino, Chefe da Divisão de Compras Diretas, infra-assinado, através do presente, **ATESTA** que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.361.387/0001-07, com sede na cidade de Brasília/DF - QD 3, Lote 03, Sala 716 - Torre Sul - Edifício Patio Capital, Águas Claras, na qualidade de contratada realizou “SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE HOSPEDAGEM EM HOTEL”, objeto do Pregão Eletrônico nº 196/2021 - Processo CPL nº 390/2021 – Contrato SIM nº 020/2022.

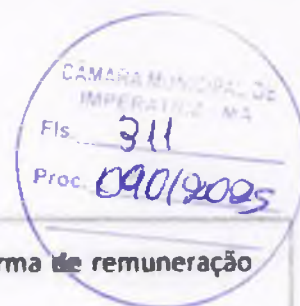
**OBJETO:**

Ata de registro de Preços para prestação de serviço de agenciamento de hospedagem em hotéis, em território nacional, com categoria mínima de 04 (quatro) estrelas, segundo critérios da Portaria 100 de 16/06/2011 do Ministério do Turismo, incluindo fornecimento de alimentação (café da manhã), para atender a demanda da Prefeitura de Sorocaba.

**1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

- Agenciamento de hospedagem em hotéis, em território nacional, com categoria mínima de 04 (quatro) estrelas, segundo critérios da Portaria 100 de 16/06/2011 do Ministério do Turismo.
- Hotel deve ter serviço de recepção aberto por 24 horas; Serviço de cofre em 100% das UH para guarda dos valores dos hóspedes; Área útil da UH, exceto banheiro, com 15 m<sup>2</sup> (mínimo 90%); Banheiros nas UH com 3 m<sup>2</sup> (mínimo 90%); Troca de roupas de cama e banho diariamente; Serviço de lavanderia; Televisão em 100% das UH; Acesso à internet nas áreas sociais e nas UH; Mesa de trabalho, com cadeira, iluminação própria, e ponto de energia e telefone, nas UH, possibilitando o uso de aparelhos eletrônicos; Mini-refrigerador em 100% das UH; Climatização (refrigeração/calefação) adequada em 100% das UH. Check-out: 12h00 ou posterior.
- Mínimo 01 (uma) refeição diária (café da manhã) inclusa no serviço a ser prestado para cada hóspede.
- Disponibilizar, sem ônus para a Prefeitura, acesso ao Sistema de Gestão de Hospedagens Corporativas, via web, na modalidade self booking.
- Despesas com frigobar, bem como outros serviços não incluídos no contrato, devem ser pagas pelas pessoas hospedadas, diretamente no balcão.
- O hotel deve aceitar dinheiro e cartões de débito/crédito, como forma de pagamento dos serviços extras utilizados pelos hóspedes.
- Em caso de indisponibilidade do apartamento contratado, a empresa deve acomodar os hóspedes em apartamentos de classe superior, sem ônus adicional à Contratante.
- A Taxa de Transação ou Taxa de Agenciamento (*Transaction Fee*) constitui a única forma de remuneração à detentora pelos serviços de agenciamento de hospedagem previsto, sendo vedada a





cobrança de qualquer outra taxa ou sobretaxa sobre o valor dos serviços, como forma de remuneração pelos serviços prestados.

- Deve ser considerado 01 (uma) transação a confirmação de hospedagem em hotéis em território nacional, independente da quantidade de hóspedes. Ocorrendo alteração (acréscimo/decréscimo/substituição de hospede) no quantitativo previsto na ordem de serviço ou cancelamento de hospedagem, não haverá cobrança de uma nova transação.

- Fornecer, sem custo adicional, relatórios executivos customizados ao fiscalizador do Contrato, com base nos dados relativos às hospedagens realizadas e não realizadas, bem como as transações executadas pela detentora.

## 2. QUANTIDADE

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	QUANTIDADE UTILIZADA	TAXA DE AGENCIAMENTO
Serviço de agenciamento de hospedagem em hotéis, em território nacional, com categoria mínima de 04 (quatro) estrelas, com 01 (uma) refeição inclusa.	500 diárias	81 diárias	R\$ 14,90

## HISTÓRICO CONTRATUAL

Referência	Celebração	Prazo	Vigência
Compromisso		12 meses	
Valor Total Estimado da Contratação: R\$ 250.000,00			
Valor Total Utilizado: R\$ 28.959,45			

Diante do parecer exarado pelo setor responsável, a empresa honrou com os compromissos contratados, não havendo nenhum fato que a desabone.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente atestado.

Sorocaba, 25 de Agosto de 2023.

Atestado por:

Emitido por:

Marcelo Trontino

Chefe da Divisão de Compras Diretas  
Secretaria de Administração

Carolina Cardoso Martins dos Santos

Chefe da Seção de Transparência e Cadastro de  
Fornecedores  
Secretaria de Administração



Atestado de Capacidade Técnica n.º 3/2024-SGA/ANEEL

Em 2 de maio de 2024.

1. Atestamos para os devidos fins que a empresa BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 23.361.387/0001-07, com sede na QNM 34 Área Especial 1 SALA 1917 – Torre JK Shopping, Taguatinga, Brasília - DF, CEP 72.145-450, vem prestando a esta Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL serviços de agenciamento de hospedagem no período de 18/12/2023 até a presente data.

2. Atestamos, ainda, que a referida empresa, por meio do contrato nº 56/2023 (Processo 48500.000556/2023-96), vem prestando seus serviços dentro dos prazos, com presteza, profissionalismo, eficiência e de acordo com as condições estabelecidas no contrato firmado com a ANEEL.

Atenciosamente,

*(assinado digitalmente)*

LAURO BORGES PEREIRA

Gerente de Serviços Administrativos e Infraestrutura Predial

3. De acordo.

*(assinado digitalmente)*

FRANCISCO JOSÉ PEREIRA DA SILVA

Superintendente de Gestão Administrativa, Financeira e de Contratações





## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesta-se para os devidos fins, que a empresa BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.361.387/0001-07, sediada na Q.QNM 34 - Área especial I - sala 409 - Taguatinga Norte, em Brasília/Distrito Federal vem prestando à esta Fundação Carlos Gomes serviços de agenciamento de hospedagem no período de 29/09/2022 até a presente data.

Atestamos ainda que, a referida empresa, por meio do contrato administrativo nº 053/2022 (processo PAE 2022/753087), vem prestando seus serviços dentro dos prazos, com presteza, profissionalismo, eficiência e de acordo com as condições estabelecidas no contrato firmado com a Fundação Carlos Gomes.

Belém, 19 de junho de 2024.

GABRIEL MARIANO DE  
AGUIAR  
TITAN:36824461253

Assinado de forma digital por  
GABRIEL MARIANO DE AGUIAR  
TITAN:36824461253  
Dados: 2024.06.19 10:24:15 -03'00'

**Gabriel Mariano Titan**  
Superintendente da Fundação Carlos Gomes



SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON  
Coordenação de Planejamento e Controle de Contratações - COPLAC  
Serviço de Planejamento e Controle – SEPCO



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

**ACT nº: 0064/2024**

O **SENADO FEDERAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.530.279/0001-15, localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília - DF, CEP n.º 70.165-900, atesta para os devidos fins de habilitação junto a Órgãos Públicos e Entidades Privadas, a pedido da interessada, que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ 23.361.387/0001-07, com sede na Área Especial 1, sala 1917 – Torre JK Shopping – Taguatinga/DF CEP 72.145-450 telefone 61 3877-1790, vem prestando os serviços de hospedagem em Brasília/DF para estudantes e professores participantes da edição 2024 do Programa Jovem Senador, de acordo com as informações a seguir:

**PROCESSO:** 00200.002412/2024-11

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico

**Nº da Licitação:** 090070/2024

**CONTRATO:** 2024/0101

**OBJETO:** Prestação de serviços de hospedagem em Brasília/DF para estudantes e professores participantes da edição 2024 do Programa Jovem Senador, incluindo refeições, sala de reunião, garrafa de água e todas as taxas e impostos pertinentes à prestação dos serviços contratados.

**VIGÊNCIA:** Início: 19/07/2024

**Final:** 19/07/2025

**Especificação do Objeto (conforme o Contrato)**

Item	Unidade	Quantidade Estimada	Especificação	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Diária <i>single</i>	216	Diárias - Apartamento Single	377,50	81.540,00
2	Diária <i>duplo</i>	144	Diárias - Apartamento Duplo	447,50	64.440,00
3	Unidade	960	Refeições	89,95	86.352,00
4	Diária <i>sala</i>	2	Sala (capacidade para 70 pessoas)	1.500,50	3.001,00
5	Unidade	960	Garrafas de água mineral	3,10	2.976,00
6	Unidade	140	Coffee Break	42,00	5.880,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 244.189,00</b>	







SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON  
Coordenação de Planejamento e Controle de Contratações – COPLAC  
Serviço de Planejamento e Controle – SEPCO



### **Do Regime de Execução (conforme Contrato)**

A CONTRATADA executará os serviços objeto deste contrato, compreendendo diárias, refeições, sala de reunião e garrafas de água mineral, nas quantidades a serem confirmadas pelo Senado Federal por meio de Ordem de Serviço, no período de 3 de agosto a 11 de agosto de 2024.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Considera-se a possibilidade de o número de diárias, refeições, diárias da sala de reunião e garrafas de água mineral utilizadas ser menor que o estimado em razão de evento imprevisto, da indisponibilidade de voos, da desistência de algum convidado ou da reserva técnica solicitada não ser necessária, devendo a confirmação do número exato de utilização de cada item, ocorrer no momento da efetivação das reservas pelo Senado Federal, conforme ordem de serviço enviada pelo SENADO.

**I** - Não cabe à CONTRATADA reivindicar o pagamento, pelo SENADO, de diárias, refeições, diárias da sala de reunião e garrafas de água mineral em caso de reservas não confirmadas ou de diárias e alimentação não utilizadas.

**II** - As quantidades previstas no edital, neste contrato e seus anexos serão confirmadas até o dia 20/07/2024, observado o disposto no inciso acima.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A ordem de serviço será emitida pela Secretaria de Relações Públicas (SRP), por meio de correio eletrônico ([jovenssenador@senado.leg.br](mailto:jovenssenador@senado.leg.br)), dirigido a um representante previamente determinado pela CONTRATADA, e entregue no prazo previsto de reservas, sendo que a sala de reunião deverá estar disponível no dia 04/08/2024, no período da manhã.

**I** - Em comum acordo, a estimativa informada de refeições poderá ser modificada após esse prazo limite.

**II** – A comunicação entre o SENADO e a CONTRATADA se dará por meio do correio eletrônico informado no *caput* deste parágrafo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os serviços deverão ser prestados na cidade de Brasília/ DF, em um dos seguintes locais: Setor Hoteleiro Sul, Setor Hoteleiro Norte, Setor de Hotéis e Turismo Norte ou Setor de Clubes Esportivos Sul.

**I** - Se a CONTRATADA for agência de turismo ou um hotel vinculado a uma rede e, no momento da execução do objeto, por motivo superveniente e alheio à vontade das partes, não for possível manter o hotel oferecido, fica facultada a troca para outro estabelecimento, com qualidade igual ou superior, mediante a aprovação do SENADO, desde que mantido o preço, e que o novo hotel atenda a todos os requisitos previstos neste contrato, no edital e seus anexos, mantendo-se a obrigatoriedade de todas as pessoas envolvidas estarem alojadas em um único hotel e as refeições servidas em um único restaurante.

**PARÁGRAFO QUARTO – Das Diárias (itens 1 e 2):**

**I** - As diárias terão início às 14 (quatorze) horas e término às 12 (doze) horas do dia subsequente, perfazendo um total de 22 (vinte e duas) horas de estada por diária;

**II** - O café da manhã deverá estar incluso na diária;

**III** - O SENADO poderá substituir, a qualquer tempo e sem ônus, os servidores ou prestadores de serviço que serão hospedados em 2 (dois) dos apartamentos duplos contratados, para acompanhar os demais participantes do projeto;

**IV** - O estabelecimento hoteleiro deverá preencher, com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do *check-in* dos hóspedes, a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, a fim de agilizar a entrada e adequada acomodação dos integrantes do grupo;







SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações -- SADCON  
Coordenação de Planejamento e Controle de Contratações - COPLAC  
Serviço de Planejamento e Controle - SEPCO



V - O apartamento será considerado disponibilizado no momento da entrega das chaves, com acesso à acomodação pelo hóspede;

VI - O frigobar deverá ser esvaziado durante toda a permanência dos hóspedes, e dentro dele deverá ter apenas as garrafas de água mineral adquiridas no processo licitatório, observado o disposto no inciso IV do Parágrafo Quinto desta Cláusula.

a) O SENADO não se responsabilizará pelo consumo de bebidas, frigobar, serviço de lavanderia, ligações telefônicas, estacionamento, nem quaisquer outras despesas de consumo não autorizadas realizadas pelos hóspedes, as quais deverão ser cobradas diretamente do hóspede, caso ocorram.

b) O SENADO também não arcará com despesas a título de serviço de quarto (*room service*).

**PARÁGRAFO QUINTO – Das Refeições e Água Mineral (itens 3 e 5):**

I - As refeições deverão ser servidas no restaurante principal do hotel contratado, das 6h às 10h, para o café da manhã, das 12h às 15h, para o almoço, e das 19h às 22h30, para o jantar;

a) Nos dias 5 e 9 de agosto de 2024, excepcionalmente, em caso de atraso na programação oficial do projeto, o almoço deverá ser disponibilizado até as 16h.

II - A CONTRATADA deve oferecer as refeições (almoço e jantar acompanhados de uma bebida não alcoólica, suco ou refrigerante ou água mineral) a partir do primeiro dia de hospedagem do grupo;

III - A CONTRATADA deverá observar as disposições e especificações contidas neste contrato, no edital e seus anexos, devendo atendê-los em sua plenitude, especialmente quanto à higiene, limpeza e qualidade dos alimentos servidos nas refeições e à pontualidade para liberação de ingresso (*check-in*) nas acomodações e para servir as refeições.

IV - A CONTRATADA deverá entregar as 960 (novecentas e sessenta) garrafas de água mineral do dia 4 de agosto na sala de reunião a ser utilizada pela equipe do Jovem Senador.

**PARÁGRAFO SEXTO – Da Sala de Reunião (item 4):**

I - A sala de reunião, com capacidade de 70 (setenta) pessoas, será utilizada no dia 4/8/2024, das 8h às 23h, para a realização do credenciamento e reunião de boas-vindas ao grupo.

II - A sala de reunião, no domingo, 4/8/2024, será usada para a reunião preparatória da Semana de Vivência Legislativa, durante a qual serão prestadas todas as informações quanto às regras de participação, particularmente no que se refere a segurança e bem-estar dos participantes. Serão realizadas também vivências com o objetivo de integrar o grupo.

Data	Nº de pessoas	Item	Horário	Descrição
4/8/2024	70	1 sala	A partir das 8h até as 23h	Espaço para reunião geral

**PARÁGRAFO SÉTIMO – Do Coffee Break (item 6):**

I - Deverá ser combinado o local onde serão servidos os 2 *coffee breaks* para 70 pessoas no dia 4/8/2024, sendo um no período matutino e um no período vespertino, para 70 pessoas.

II - O cardápio deverá ser acertado entre as partes, entretanto o *coffee break* deverá conter, no mínimo: 2 tipos de suco de frutas, café, leite, refrigerantes, pão de queijo, 2 tipos de salgado assado, 2 tipos de pão, 2 tipos de mini sanduíches, 2 tipos de bolo (a combinar, se necessário, alimentos sem glúten, sem lactose).

**PARÁGRAFO OITAVO – Efetivada a prestação do serviço, o objeto será recebido:**

I – **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON  
Coordenação de Planejamento e Controle de Contratações - COPLAC  
Serviço de Planejamento e Controle – SEPCO



**II – Definitivamente**, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**PARÁGRAFO NONO** – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviços considerados inadequados pelo gestor.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviços considerados inadequados pelo gestor.

*Declaramos que, segundo informações constantes no Documento Digital n.º 00100.143473/2024-58, a empresa supracitada vem prestando os serviços do objeto do Contrato em referência de maneira satisfatória, de acordo com as suas especificações, dentro dos prazos e condições contratuais estabelecidos.*

Brasília-DF, 23 de agosto de 2024.

*(Assinado Eletronicamente)*

**RODRIGO GALHA**  
Diretor da SADCON

*(Assinado Eletronicamente)*

**ALEXANDRE MATTOS DE FREITAS**  
Coordenador da COPLAC

*(Assinado Eletronicamente)*

**JOSÉ CARLOS VALÉRIO**  
Gestor do NGCIC



 O documento foi assinado por:

José Carlos Valerio	23/08/2024 14:33:00	
ALEXANDRE MATTOS DE FREITAS	23/08/2024 17:31:08	
RODRIGO GALHA	26/08/2024 16:50:41	

A assinatura digital deste documento é Válida e Confiável.

Para obter mais informações sobre o certificado usado para assinar digitalmente o documento clique em Detalhes.





UEPB

Paraíba



### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, com sede à QS 03 - Lote 03 - Torre Sul - sala 716 - Edifício Pátio Capital - Águas Claras - Brasília - DF, Cep. 71.953-000 e inscrita no CNPJ sob nº 23.361.387/001-07, presta serviços à Universidade Estadual da Paraíba, através do PREGÃO 010/2023, conforme especificações e contratos abaixo:

- Agenciamento dos serviços de reserva de hospedagem em hotéis nacionais e internacionais, com café da manhã, incluindo: reserva, marcação e remarcação de hospedagem, bem como a contratação de serviços com alimentação e traslado (serviço opcional de alimentação completa e traslado).

CONTRATO	VALOR DO CONTRATO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
167/2023	R\$ 50.000,00	07/07/23 à 31/12/23
280/2023	R\$ 25.000,00	29/11/23 à 31/12/23
003/2024	R\$ 175.000,00	12/04/24 à 31/12/24

Atestamos ainda que não há em nossos arquivos, até esta data, fatos que desabonem sua conduta moral, técnica e profissional.

Campina Grande, 02/05/2024

Documento assinado eletronicamente por:

- Ricardo Soares da Silva, Pró-Reitor - Pró-Reitoria de Gestão Administrativa, em 02/05/2024 13:02:13.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 02/05/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.uepb.edu.br/autenticar-documento/> informando os dados abaixo:

Código Verificador: 111929

Código de Autenticação: 21da1cc036

